



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Cultura Contemporâneas

TESE:

A ATUALIDADE NO JORNALISMO

Bases para sua delimitação teórica

CARLOS EDUARDO FRANCISCATO

SALVADOR - BAHIA

Agosto/2003

CARLOS EDUARDO FRANCISCATO

A ATUALIDADE NO JORNALISMO

Bases para sua delimitação teórica

Tese submetida em satisfação parcial dos requisitos ao grau de Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS, FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Orientador:

Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CURSO DE DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
CONTEMPORÂNEAS
Salvador - Bahia - 2003

Franciscato, Carlos Eduardo
F818a A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica / Carlos
Eduardo Franciscato. – Salvador, 2003.
336 p.

Tese (doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da
Bahia.

- | | |
|----------------------------------|------------------------------|
| 1. Jornalismo - Atualidade | 2. Jornalismo contemporâneo. |
| 3. Transformações no jornalismo. | I. Título. |

CDU 070.11

RESUMO

O presente trabalho propõe investigar a temporalidade operada pela atividade jornalística e as formas como o jornalismo atua de maneira privilegiada para a construção de um tipo específico de experiência social do tempo presente. A dimensão temporal não é apenas uma qualidade complementar que as notícias possuem, mas é central para compreender o próprio jornalismo, pois o tempo presente é sua condição de realização. Utilizamos o termo 'atualidade jornalística' para buscar uma unidade teórica mínima que reúna a diversidade de fenômenos temporais, analisados na forma de categorias descritivas particulares do fenômeno jornalístico: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. Esta investigação realiza um percurso histórico, mas não propõe ser uma história da imprensa no sentido de descrever em detalhes os modos como o jornalismo era produzido em diferentes épocas e situações. Em vez disso, é um estudo reflexivo que utiliza elementos históricos e contemporâneos para descrever e analisar aspectos centrais na formação do jornalismo que sejam fundamentais para constituir uma delimitação teórica da atualidade jornalística.

ABSTRACT

This work aims to investigate the temporality operated by the journalistic activity and the ways as journalism acts in privileged form for constructing a specific type of social experience of present time. This timely dimension is not only a complementary quality of the news, but it is central to understand proper journalism, since present time is a condition to existence of journalism. 'Journalistic timeliness' is a term used here in order to seek a minimum theoretical unit that congregates a diversity of timely phenomena expressed in particular descriptive categories, just as: instantaneity, simultaneity, periodicity, novelty, and public revelation. This inquiry carries out a historical journey, but it is not our purpose to produce a traditional history of press. Instead of that, it is a reflective study that uses historical and contemporary elements to describe and analyze fundamental aspects in the arising and formation of journalism, which will be used to constitute a theoretical delimitation of journalistic timeliness.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. orientador Albino Rubim, pela sua dedicação, envolvimento e incentivo para que este trabalho fosse realizado;

Aos Profs. Daniel Hallin e Michael Schudson, importantes interlocutores em minhas pesquisas na Universidade da Califórnia em San Diego;

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, pela disponibilidade a um debate aberto;

Aos colegas da Universidade Federal de Sergipe, por defenderem a qualificação docente como base para uma universidade pública de qualidade, e particularmente aos amigos da UFS: Josenildo, Lilian, Fernando e Mirian;

Aos colegas pesquisadores em jornalismo no País com quem venho partilhando um esforço conjunto de construção teórica da área;

À Lúcia, pela sua presença em minha vida;

- Aos meus pais, Clóvis e Lourdes.

- À CAPES, pela concessão da bolsa PICDT e bolsa-sanduíche.

SUMÁRIO

Introdução	14
-------------------	----

CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS PARA UM ESTUDO DA ATUALIDADE NO JORNALISMO

1.1) <u>O jornalismo e sua temporalidade</u>	20
1.1.1) A formação da instituição jornalística na sociedade contemporânea	21
1.1.1.1) Primórdios da constituição do jornalismo nas sociedades ocidentais	27
1.1.1.2) O jornalismo como uma instituição social	30
1.1.1.2.1) Aspectos conceituais do jornalismo como instituição social	32
1.1.1.2.2) Aspectos históricos do jornalismo como instituição social	35
1.1.2) Questões preliminares sobre a noção de atualidade jornalística	39
1.1.2.1) A atualidade e os critérios de noticiabilidade	41
1.1.2.2) A atribuição de importância jornalística	43
1.1.2.3) O ritmo da produção jornalística como marcador de temporalidade	45
1.1.2.4) A revelação como um ato discursivo no jornalismo	47
1.1.2.5) As transformações tecnológicas e o sentido de tempo no jornalismo	49
1.2) <u>A temporalidade como categoria social de análise</u>	52
1.2.1) Aspectos de uma sociologia do tempo	52
1.2.2) Modos de constituição social do tempo	59
1.2.2.1) O tempo institucional	61
1.2.2.2) A interação entre práticas institucionais e não institucionais	62
1.2.3) O sentido de tempo presente	64
1.3) <u>A perspectiva histórica no estudo da atualidade jornalística</u>	69
1.3.1) Pressupostos teórico-metodológicos da abordagem histórica	69
1.3.2) Tempo e evento na história e no jornalismo	78

CAPÍTULO II – A ATUALIDADE JORNALÍSTICA COMO CATEGORIA SÓCIO-HISTÓRICA

2.1) <u>Fatores tecnológicos na constituição da atualidade jornalística</u>	83
2.1.1) Tecnologias de transporte e transmissão de informações	85
2.1.2) Tecnologias como suporte da produção jornalística	91
2.1.3) A temporalidade na ação do jornalista para manejar a tecnologia	93
2.2) <u>A atualidade jornalística, a industrialização e as relações de mercado</u>	97
2.2.1) A concorrência na produção e circulação de jornais e suas relações temporais	98
2.2.2) O jornalismo orientado para o mercado: a ' <i>penny press</i> '	101
2.3) <u>A atualidade jornalística e a complexificação da vida social: urbanização e constituição de espaços de debate público</u>	104
2.3.1) A constituição de uma cultura do tempo presente	104
2.3.2) A temporalidade jornalística e a crescente urbanização	108
2.3.3) A formação do leitor de jornais	112
2.3.4) Os jornais e a constituição de espaços de debate público	117
2.4) <u>O jornalismo como instituição e a formação da atualidade jornalística</u>	127
2.4.1) A instituição jornalística num ambiente de transformações tecnológicas, econômicas e sociais	127
2.4.2) A fragmentação do tempo na construção dos eventos jornalísticos	135
2.4.3) A temporalidade no texto jornalístico: o surgimento das ' <i>daily news</i> '	142

CAPÍTULO III – A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE CATEGORIAS DESCRITIVAS DA ATUALIDADE JORNALÍSTICA

3.1) <u>A categorização de fenômenos temporais no jornalismo</u>	146
3.2) <u>Instantaneidade</u>	148
3.2.1) Velocidade e aceleração social	152
3.2.2) Instantaneidade e atualidade jornalística	154
3.3) <u>Simultaneidade</u>	156
3.3.1) A simultaneidade na formação de laços de integração e identidade sócio-cultural	157
3.3.2) A simultaneidade como componente da atualidade jornalística	161
3.4) <u>Periodicidade</u>	166
3.5) <u>Novidade</u>	175
3.5.1) Fundamentos da noção de 'novidade' no jornalismo	175
3.5.2) A novidade na tensão entre mudança e continuidade	178
3.6) <u>Revelação pública</u>	185

CAPÍTULO IV – A ATUALIDADE JORNALÍSTICA E AS TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO

4.1) Aspectos preliminares para uma consideração das transformações da <u>instituição jornalística</u>	191
4.2) A contribuição dos estudos sociológicos para uma compreensão da <u>atualidade jornalística</u>	193
4.2.1) Robert Park e o tempo presente como a temporalidade da notícia	193
4.2.2) O tempo na atividade jornalística: fatores organizacionais e procedimentos de reconhecimento, apuração e seleção da notícia	199
4.2.2.1) Aspectos gerais sobre os estudos de <i>newsmaking</i>	199
4.2.2.2) A atualidade jornalística na abordagem de <i>newsmaking</i>	206
4.3) Aspectos tecnológicos, econômicos e institucionais na reestruturação <u>das organizações jornalísticas</u>	215
4.3.1) Tecnologias do som e da imagem ampliam fronteiras temporais do jornalismo	215
4.3.1.1) A imagem e a captura do instante no fotojornalismo	215
4.3.1.2) A temporalidade nas redes eletrônicas de comunicação: as transmissões 'ao vivo'	217
4.3.2) As novas configurações do jornalismo <i>online</i>	230

CAPÍTULO V – A ATUALIDADE JORNALÍSTICA E AS TRANSFORMAÇÕES NA TEMPORALIDADE CONTEMPORÂNEA

5.1) Elementos para compreender a atualidade jornalística em um <u>ambiente social de transformações amplas</u>	236
5.2) A simultaneidade midiática e as novas configurações do espaço <u>público</u>	238
5.2.1) Tempo, velocidade e aceleração na tecnologia das redes de comunicação	238
5.2.2) Redefinições do espaço urbano e nacional	243
5.2.3) A simultaneidade jornalística e o risco de fragmentação social	249
5.3) A construção sócio-tecnológica da instantaneidade no jornalismo: o <u>tempo real</u>	261
5.3.1) Possibilidades de produção do simbólico em tempo real	262
5.3.2) Características do jornalismo em tempo real	268
5.3) A temporalidade na circulação pública das notícias	284
5.3.1) A noção de 'tempo público' na sociedade contemporânea	285
5.3.2) O modelo de ' <i>agenda-setting</i> ' e suas possibilidades para descrever a atualidade jornalística	289
5.3.3) A atualidade jornalística e a construção da agenda pública	293
Conclusões	303
Referências Bibliográficas	326

Introdução

A noção de atualidade jornalística tem sido citada como uma das categorias que mais precisamente demarcam o conteúdo e a atividade jornalística em relação a outras práticas e saberes sociais. O sentido mais comum desta noção é expresso pelo termo “novidade”, ao indicar que o conteúdo jornalístico propõe descrever eventos novos surgidos em decorrência do inevitável fluxo de ocorrências do mundo. Entretanto, esta é uma concepção imprecisa para definir o fenômeno. Entendemos que a dimensão temporal não é apenas uma qualidade complementar que as notícias possuem, mas é central para compreender o próprio jornalismo: o jornalismo se funda no tempo presente como condição para sua realização.

Um ponto de partida para pensar uma noção de atualidade jornalística é perceber que a temporalidade do jornalismo opera em sintonia com a temporalidade dos eventos. O jornalismo produz um relato sobre eventos, temas e situações que estejam em ato, em movimento, em processo de execução, discussão, problematização ou formulação pública, admitindo, no máximo, um breve intervalo de tempo entre um evento que recém se encerrou e o relato jornalístico dele - ou seja, estejam ocorrendo no tempo presente. Poderíamos preliminarmente considerar que o sentido de presente das coisas não tem um caráter meramente cronológico de delimitação entre os objetos do passado, presente e futuro. O tempo presente deve ser visto também nas relações construídas no ambiente em que o indivíduo vive: compõe este presente, para cada um, uma multiplicidade de coisas, situações e práticas que co-habitam este ambiente num mesmo momento.

A temporalidade jornalística possui pelo menos três pólos: um está no objeto noticiado, cujo movimento orienta os procedimentos da atividade jornalística; um segundo pólo é o da própria instituição, que possui seus movimentos próprios, suas regras, princípios, exigências e possibilidades; o terceiro é o tempo do leitor, relacionado às formas individuais e coletivas de experiência do tempo, as quais são construídas também pela intervenção da instituição jornalística.

A atualidade jornalística pode ser inicialmente compreendida, então, como uma relação temporal entre estes três pólos, sabendo-se que esta relação é composta por procedimentos e recursos materiais e simbólicos que ganham objetividade social. Isto significa enfatizar a dimensão interacional do jornalismo como prática discursiva que orienta um conjunto amplo de ações sociais no tempo presente. Em outras palavras, a temporalidade da atividade jornalística é composta não somente pela temporalidade do objeto noticiado, mas pela temporalidade do ato de informar publicamente (na forma de um discurso) que tal fato está ocorrendo numa dimensão do presente. O jornalismo como um discurso apresentado publicamente marca também um sentido de tempo tanto para o jornalista quanto para o público: o tempo do ato de reportar, de contar, de narrar, de enunciar o fato – conforme os termos usados para descrever o processo.

* * *

Estes aspectos iniciais, colocados nesses termos, apenas apontam uma forma de investigação da atualidade jornalística a ser ainda desenvolvida. Consideramos que a ausência de uma solidez conceitual ao termo atualidade jornalística enfraquece uma caracterização mais rigorosa do próprio jornalismo, na medida em que a temporalidade é um componente essencial da atividade, conforme pretendemos demonstrar no corpo deste trabalho. A ausência desta precisão na formulação teórica sobre a atualidade jornalística tem várias causas específicas, referentes às diferenças de interesse na problematização do objeto, aos pressupostos e objetivos buscados pelos estudos.

Além disso, em linhas gerais, as variações nas abordagens sobre jornalismo vêm acompanhando os debates e desenvolvimentos das ciências humanas nos últimos cem anos, recorrendo a seus pressupostos e metodologias. Isto tem colocado estes estudos a mercê de um conjunto de problemas, dilemas e impasses que estas ciências vêm enfrentando no seu processo de consolidação teórica. Uma dificuldade de avanço nos estudos sobre o jornalismo, como na formulação de uma consistente categoria de atualidade jornalística, tem sido esta tendência a conduzir suas discussões para o interior de disciplinas humanísticas fundadoras de quadros conceituais, o que amplia a variedade de problemas a serem enfrentados pelo pesquisador e lhe tiram o foco principal sobre o jornalismo.

Além das imprecisões teórico-metodológicas, um obstáculo adicional para uma delimitação da noção de atualidade jornalística tem sido o fato de este ser um fenômeno complexo e multifacetado. A atualidade jornalística oscila desde uma dimensão da

experiência temporal intersubjetiva até uma noção operacional ligada à produção jornalística. O que se convencionou denominar de atualidade jornalística tem, na verdade, sentidos diferentes e se referem a fenômenos particulares, por exemplo: a) um conteúdo que revela a temporalidade de uma ocorrência; b) uma prática social que contribui para sedimentar a experiência social em um tempo e um espaço definidos, seja construindo sentidos de proximidade e imediaticidade, seja estabelecendo a agenda dos temas considerados relevantes para a sociedade; c) um conjunto de processos institucionais que se realizam em ritmos e velocidades ditadas pela produção organizada industrialmente e pela circulação periodizada; d) um ato de construção de sentidos pelo leitor ao interpretar conteúdos jornalísticos com base em sua realidade cotidiana, seja numa dimensão micro ou macro social.

Questões como essas auxiliam-nos a mapear um campo de dificuldades ainda a serem superadas neste processo de análise e construção conceitual. Nos estudos sobre jornalismo, a atualidade jornalística é menos um termo com uma formulação conceitual precisa; aparece principalmente como um eixo temático que articula expectativas e significados de matizes variados.

* * *

Demarcado o campo de problemas e dificuldades para a constituição de uma noção de atualidade jornalística, consideramos necessário agora especificar o âmbito do estudo e seus procedimentos metodológicos. Definimos como objeto deste trabalho a temporalidade operada pela atividade jornalística e as formas como o jornalismo contribui para um certo tipo de experiência social do tempo presente. A preocupação principal deste trabalho é compreender a atualidade jornalística como objeto sócio-histórico-cultural, vinculada a modos sociais de experimentar, delimitar e definir o tempo. Ou seja, como um objeto que se constitui e se revela predominantemente num ambiente social concreto, no qual são estabelecidas relações simbólicas, sociais e estruturais envolvendo indivíduos e instituições. Não consideramos imperativo, para as intenções deste trabalho, investigar aspectos ontológicos, universais, transcendentais ou apriorísticos do tempo, conforme tratado por disciplinas tradicionais das Ciências Humanas, como a Filosofia.

Portanto, a noção de atualidade jornalística deve ser compreendida como uma construção social, institucional e coletiva. O jornalismo não cria o tempo presente. Em vez disso, o jornalismo atua de forma privilegiada como reforço de uma temporalidade social,

enquanto produtor de formas específicas de sociabilidade. Entendemos o jornalismo como uma criação institucional de um modo específico pelo qual indivíduo e sociedade produzem a sua vivência social do momento presente. Situamos o jornalismo como uma das condições necessárias para esta vivência se realizar em alguns tipos de relações sociais.

Propomos, então, estudar a atualidade jornalística em dois âmbitos articulados de investigação: por um lado, há a necessidade de se pensar os modos como a sociedade contemporânea constrói os sentidos de temporalidade, aos quais a instituição jornalística inevitavelmente se vincula; e, por outro, a forma como a atualidade, no jornalismo, alcança especificidades, seja como um conteúdo que marca uma temporalidade (ou é marcado por ela), seja como uma prática interacional institucionalizada de produção de discursos sociais. De modo mais específico, três níveis de abordagem podem ser considerados quando analisamos o fenômeno da temporalidade a partir da instituição jornalística:

- 1) a temporalidade jornalística preferencialmente manifesta-se na notícia enquanto um produto dotado de marcadores temporais que sirvam de referência social;
- 2) a atividade jornalística enquanto um domínio da prática delimitando condições para operacionalização do tempo conforme as possibilidades inerentes ao próprio modo de produção jornalística;
- 3) a instituição jornalística como parte de um conjunto de instituições sociais em interação, sendo as relações temporais construídas num processo dinâmico com os demais atores sociais.

Mesmo esta maior aproximação feita acima ainda abre inúmeras possibilidades para considerar o fator temporal no jornalismo. Não é intenção desta tese expor e analisar a variedade de manifestações e incursões temporais que o jornalismo produz, mas temos como objetivo central descrever e analisar alguns aspectos centrais na formação histórica e contemporânea do jornalismo que sejam fundamentais para constituir uma delimitação teórica mais precisa da atualidade jornalística.

Este é uma tese de natureza teórica. Isto significa que iremos basear nossos trabalhos na investigação da literatura em três principais níveis:

a) Estudos históricos:

Entendemos que o ponto de partida deste trabalho está em considerar o jornalismo como objeto que ganha sentido quando percebido em sua manifestação concreta histórica. Queremos dizer com isso que a prática jornalística não se torna adequadamente avaliada

quando deslocada do seu contexto de produção e circulação. Mais especificamente, entendemos que o jornalismo opera com alguns princípios básicos que o delimitam na sua especificidade, sem os quais ele corre o risco de não ser adequadamente compreendido. Entre eles, o princípio jornalístico ligado à produção de um sentido de tempo presente.

Ao pretendermos identificar os fatores fundamentais que levaram a atividade jornalística, em determinados momentos sócio-históricos, a desenvolver certos sentidos de temporalidade, o objetivo não é construir descritivamente em detalhes os modos como o jornalismo era produzido (suas características, o processo de produção, as tensões, o ambiente, os valores e princípios normativos e culturais etc). Tal percurso exigiria uma descrição histórica minuciosa, fora dos objetivos e possibilidades deste trabalho. Queremos apenas traçar as características gerais em que o jornalismo era produzido, limitando o tempo e o espaço social de circulação do jornalismo aos períodos em que os modelos de jornalismo foram desenvolvidos. Nossa intenção é identificar situações de produção e circulação do jornalismo que deram impulso a constituição de procedimentos, concepções e produtos em que o fator temporal do presente fosse indispensável.

Estes conteúdos serão tratados metodologicamente na forma de dados secundários, colhidos na bibliografia historiográfica sobre os processos de produção e circulação do jornalismo nas diferentes épocas tratadas. Teremos o cuidado de, ao utilizarmos esse tipo de fonte, percebermos que o trabalho descritivo do historiador está imerso em seu próprio processo interpretativo. Assim, determinadas ênfases e lacunas precisam ser consideradas como, eventualmente, parte de uma estratégia metodológica, e portanto relativizadas como dado descritivo. Em nossa avaliação, entendemos que este ‘*bias*’ interpretativo do historiador não compromete a utilização de seus dados como fontes secundárias de pesquisa.

b) Estudos sobre as transformações sociais contemporâneas:

Pretendemos considerar que a elaboração de estudos sobre o jornalismo deve estar fundada em amplas teorias sobre a sociedade, que forneçam os pressupostos para que as teorias específicas possam ser formuladas. Portanto, uma investigação teórica sobre a atualidade jornalística necessariamente demanda a abordagem de teorias que descrevem a experiência da dimensão pública da vida social, oferecendo conceitos e diagnósticos para entender a sociedade contemporânea.

Essas teorias têm um alto grau de abstração, possibilitando uma compreensão teórica do sentido de temporalidade como uma construção sócio-cultural e, mais

especificamente, do contexto sócio-histórico no qual o jornalismo efetivamente se desenvolve. Uma discussão dos fundamentos de um conceito de temporalidade deve estar inserida neste contexto teórico: a noção de atualidade jornalística depende das formas pelas quais estas teorias interpretam como as sociedades constroem seus sentidos de temporalidade.

c) Estudos sobre comunicação e jornalismo:

Este momento do estudo destina-se a perceber o jornalismo como parte de um campo comunicacional diversificado e suas relações com as demais instituições sociais. Interessa-nos entender algumas relações, interações e interpenetrações entre os processos comunicacionais cada vez mais complexos e processos sociais amplos no campo da economia, política, cultura e sociedade, no que podem contribuir para o estabelecimento e a compreensão de formas particulares de experiência do tempo.

Os estudos sobre jornalismo serão também objeto de análise, pois eles traçam uma primeira e significativa delimitação da noção de atualidade jornalística, mesmo que insuficiente. Em linhas gerais, podemos relacionar dois tipos de trabalho: a) modelos que formularam esquemas ou categorias próprios para compreender e explicar a temporalidade jornalística. Interessa-nos captar a contribuição teórica efetiva destes estudos, considerando também seu grau de coerência interna nos pressupostos e proposições, sua articulação com outras teorias e com o contexto de produção jornalística da época; b) modelos que não trabalharam explicitamente sentidos de temporalidade jornalística, mas que possam conter, na abordagem de aspectos específicos do jornalismo, uma contribuição implícita sobre as formas pelas quais o jornalismo atua na construção social destas temporalidades.

Embora estes três *corpus* teóricos estejam colocados aqui numa certa tipologia ou seqüência expositiva, entendemos que esta não representa necessariamente a seqüência lógica da argumentação nem do desenvolvimento das reflexões sobre a literatura proposta em cada item. Além disso, é necessário salientar que, por ser uma tese teórica, os casos empíricos citados em algumas passagens têm natureza ilustrativa. Eles serão usados como forma de facilitar a formulação argumentativa de fundamento teórico.

* * *

Após estas considerações iniciais de ordem teórica e metodológica, vamos apresentar agora a investigação a ser desenvolvida nesta tese. Inicialmente, indicaremos duas perspectivas que irão delimitar o estudo (Capítulo I): primeiro, optaremos por caracterizar o jornalismo como uma instituição social formada historicamente para produzir uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e um conjunto de eventos temas e situações ocorridos numa dimensão temporal do presente, constituindo um conjunto de conteúdos que propomos denominar de atualidade.

Em segundo lugar, delimitaremos o tempo como um fenômeno social, imerso em processos e práticas sociais, que se objetiva na forma de uma construção social fértil em regularidades, ritmos e sentidos temporais. A atualidade jornalística se insere neste fluxo de relações sociais gerais, ao mesmo tempo em que ganha especificidades ao ser produzida a partir de uma ação de uma instituição social própria, a instituição jornalística, sofrendo condicionamentos de fatores organizacionais, regras e normas éticas e profissionais.

Buscaremos, então, nos capítulos II e III, realizar um percurso histórico para observar experiências de produção de sentidos de temporalidades sociais pelo jornalismo. Procuraremos perceber o que há de específico para a compreensão do fenômeno proposto, considerando uma perspectiva mais ampliada de construção de uma temporalidade social do presente a partir de um leque de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Um primeiro fator que pretendemos analisar em um percurso histórico será a influência das mudanças tecnológicas nos transportes e na transmissão de informações sobre os modos como o jornalismo trabalha o tempo, particularmente seus efeitos sobre a produção e transmissão de conteúdos jornalísticos, considerando-se aspectos organizacionais e habilidades para operar a tecnologia. Além destes, buscaremos salientar fatores econômicos de ordem comercial e industrial e perceber uma acelerada manipulação e controle do tempo com vistas a uma noção de produtividade e formação de um mercado de leitores. Há uma interrelação entre o uso e a produção do tempo pelo jornalismo e a ação de fatores econômicos, como a disputa por mercados: o tempo se torna um componente útil na concorrência, orientando um tipo de notícias com maior ênfase sobre o aspecto da novidade.

Se os processos tecnológicos e econômicos criaram bases e recursos para que a sociedade desenvolvesse determinados ritmos e procedimentos, serão os aspectos sociais e culturais que irão sedimentar, por meio de componentes simbólicos, práticas, interações e

hábitos sociais, os sentidos de temporalidade predominantes na época, como a criação de uma 'cultura do tempo presente'. Procuraremos perceber como o jornalismo é parte desta temporalidade social e cultural, contribuindo para constituí-la, ao estimular o gosto e o anseio pelo 'novo', pelas coisas cotidianas do tempo presente, pelo sentimento de envolvimento coletivo em assuntos comuns e por ser objeto e fermento para discussões voltadas para ações imediatas.

Pretendemos que, por meio deste percurso histórico, possamos caminhar para a identificação de fatores específicos sobre a temporalidade construída pelo jornalismo articulados a estes processos, como, por exemplo: o crescente 'frescor' próprio das notícias e a ocorrência de eventos de 'interesse público' (informações necessárias e urgentes) que demandaram a produção mais freqüente de notícias; o modelo da '*penny press*' introduzindo uma dinâmica comercial ao jornal, que começa a operar mais acentuadamente sob o ritmo e a competição do mercado; o aumento e a transformação dos anúncios, criando uma oferta e um conteúdo de publicações variáveis conforme necessidades e preferências da vida cotidiana, principalmente urbana; e o crescimento na circulação de jornais, tanto na quantidade quanto na redução do intervalo entre edições, até alcançar a regularidade diária - um processo gradativo de definição de um fluxo de periodicidade;

Esta variedade de elementos temporais vincula-se a uma institucionalização crescente do jornalismo. O século XIX é rico em fatores propícios para a consolidação do jornalismo como uma instituição social, possibilitando ao economista inglês Jean Chalaby apontar, para este século, a 'invenção do jornalismo' (1996), pela confluência e articulação entre fatores econômicos, sociais e culturais como condições para o surgimento do jornalismo enquanto profissão e discurso. Investigar a instituição jornalística pressupõe considerar relações internas e externas que essas organizações e seus membros estabelecem com outras instituições sociais, ao mesmo tempo que analisar as mudanças sociais em um processo gradativo de transformações cuja linearidade é afetada por conflitos e contradições tanto internos à instituição quanto por movimentos paralelos ou articulados a transformações sociais amplas.

Pretendemos percorrer a formação histórica do jornalismo com o objetivo de identificar que o fator temporal tem sido um dos elementos determinantes para esta conformação do jornalismo a um conjunto de práticas, princípios e valores integrados em uma instituição social. Ao mesmo tempo, visualizaremos que a pluralidade de aspectos que compõem a temporalidade no jornalismo vai impor uma análise dos fenômenos conforme sua especificidade e sua interrelação com outros processos sociais. No jornalismo, iremos

propor que este conjunto de fenômenos pode ser compreendido em uma dimensão articulada e complementar, a qual consideraremos adequado denominar de atualidade jornalística.

Destacaremos cinco tipos de fenômenos temporais que o jornalismo opera, os quais consideramos mais apropriado delinear por meio de categorias descritivas. São fenômenos interligados, e não pretendemos, neste esforço analítico, decompô-los em partes independentes. É nossa intenção perceber, na diversidade destes fenômenos temporais, certas regularidades e especificidades que possam dar um contorno teórico à noção de atualidade jornalística. Proporemos cinco categorias descritivas de relações temporais que o jornalismo desencadeia, ligadas a ações, situações e modos de tratamento de eventos no tempo presente: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. Entendemos que a noção de atualidade jornalística pode ser teoricamente constituída com base nestas categorias, pois consideramos que elas descrevem relações temporais desencadeadas pelo jornalismo, ligadas a ações, situações e modos de tratamento de eventos no tempo presente.

Ao propormos cinco categorias descritivas, buscamos inseri-las nos movimentos históricos amplos que criaram condições, processos e sentidos para o surgimento e a consolidação do jornalismo, mas percebendo também como movimentos internos à instituição jornalística constituíram tensões, rotinas, normas, valores e práticas com certa autonomia em relação aos processos sociais originários, dando força suficiente para que estas práticas e valores emergissem, se afirmassem socialmente e influenciassem os processos de constituição e transformação social. A formulação de categorias descritivas da temporalidade jornalística busca também alcançar um potencial explicativo e ilustrativo de um fenômeno complexo que denominamos de atualidade jornalística tanto para caracterizá-lo em seus fundamentos quanto para torná-lo compreensível em outras experiências sociais para além do momento histórico que lhe deu iluminação.

* * *

As transformações na instituição jornalística contemporânea serão abordadas nos capítulos IV e V. Este novo quadro impõe que a proposição de um conjunto categorial para descrever a atualidade jornalística seja também colocada em contato com fatores que tornaram o sistema midiático complexo e diversificado tanto em relação à variedade de produtos e suportes simbólicos específicos (impresso, som, som/imagem e hipertexto)

quanto à sua circulação e papel social. Assim, o surgimento gradativo de novas tecnologias e organizações produtivas da mídia trouxe não uma evolução linear de padrões com tendência substitutiva, mas um processo de diversificação de produtos no ambiente midiático, atuando seja em caráter complementar ou concorrencial. Em sentido mais estrito, teremos de considerar que as instituições jornalísticas irão se constituir tanto na forma de pequenas organizações atuando em múltiplas áreas quanto a reunião de empresas jornalísticas dentro de conglomerados empresariais com características de convergência e multimidialidade.

Este novo panorama para a mídia contemporânea abre novas possibilidades de experiência do tempo presente, particularmente nas mídias jornalísticas. Transformações sociais como as redes de comunicação vão indicar a possibilidade de produção jornalística em fluxo contínuo, operando fenômenos como a instantaneidade e a simultaneidade em novos patamares e, ao mesmo tempo, desafiando noções tradicionais de periodicidade. O termo 'tempo real' vai significar a introdução de um novo modelo de processamento e transmissão de informações em múltiplos processos sociais.

Portanto, a investigação da atualidade jornalística, nesta tese, necessitará considerar o jornalismo em tempo real, particularmente aquele que almeja ter alcançado uma capacidade operacional para tornar a instantaneidade e a simultaneidade produções jornalísticas reais, o que lhe possibilitaria superar, técnica e concretamente, a defasagem entre o tempo do movimento das coisas do mundo e o tempo da produção jornalística. O tempo inerente ao ato de tornar público um conteúdo em uma enunciação discursiva, que possibilitou compreender a 'revelação pública' como uma categoria que marca o tempo presente do evento, merece também ser revisto. A própria noção tradicional de evento jornalístico, amparado por um princípio de 'novidade' das ocorrências, exige também uma releitura devido a um intensivo processo de fragmentação que as notícias em fluxo contínuo estimulam. Tais alcances da tecnologia conduzem a um questionamento sobre novas interações, produções simbólicas e possibilidades de experiência da temporalidade social.

CAPÍTULO I
PRESSUPOSTOS PARA UM ESTUDO
DA ATUALIDADE NO JORNALISMO

1.1) O jornalismo e sua temporalidade

Um estudo sobre a atualidade jornalística necessita, inicialmente, delimitar a compreensão sobre jornalismo que será aplicado no decorrer deste trabalho. Compreender o jornalismo é uma tarefa que não pode se restringir a observarmos o fenômeno apenas em suas características internas; exige que conheçamos tanto suas determinações internas quanto externas, tanto as relações, princípios e normas internas que vêm sendo construídas durante o próprio percurso de sua institucionalização social quanto as formas pelas quais os processos sociais amplos e históricos condicionam possibilidades de desenvolvimento do jornalismo.

Uma tentativa de definir e descrever o jornalismo tem que se deparar com este horizonte de manifestações que convergem para dar ao jornalismo as feições que ele contemporaneamente possui. Esboçaremos a seguir alguns desses elementos que formam a sua base e nos auxiliam a desenvolver uma abordagem sistemática do jornalismo no corpo deste trabalho.

Inicialmente, será inevitável uma localização espaço-temporal desde os seus primeiros anos de existência, algo que faremos de forma introdutória, para que possamos conduzir uma das perspectivas em discussão neste item: a compreensão do jornalismo como uma instituição social, o que será feito tanto em um campo conceitual quanto histórico. Em seguida, apresentaremos discussões preliminares sobre a noção de 'atualidade jornalística' com o objetivo de demarcar tanto a sua diversidade e abrangência quanto apontar algumas fragilidades em análises já desenvolvidas sobre este objeto.

1.1.1) A formação da instituição jornalística na sociedade contemporânea

Entendemos que o jornalismo¹ possui algumas características que perpassam a maioria das formas sócio-históricas de sua constituição:

- a) A atividade jornalística opera com base em determinados princípios que singularizam e dão especificidade à sua prática e ao seu produto, dentre os quais citaremos três:
 - adotar como pressuposto a existência de uma idéia de verdade do real que pode ser apreendida nos seus aspectos principais por meio de técnicas jornalísticas e transformada em relato noticioso;
 - ter um compromisso normativo de cumprir esta tarefa de fidelidade ao real ao empreender sua atividade jornalística;
 - produzir conteúdos que ofereçam a uma coletividade modos específicos de vivenciar situações num tempo presente.
- b) Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas;

¹ A fim de facilitar a compreensão dos termos aplicados no corpo deste trabalho, esclareceremos o uso que pretendemos dar a expressões que parecem sinônimos. Pretendemos utilizar 'jornalismo' para tratar do conjunto ou globalidade de um fenômeno específico que compreende:

a) a 'instituição jornalística': refere-se a um aspecto coletivo e organizacional do jornalismo, sob a perspectiva de uma instituição com certa carga de racionalidade, que aglutina, organiza e dá unidade a normas de ação e valores culturais institucionalizados. A institucionalização transformou o sujeito individual em coletivo e organizacional, tanto no regramento das tarefas quanto na sua intervenção social, o que faz da 'organização' um fator de influência crescente no jornalismo (Schudson, 2000: 175). A instituição jornalística é, ao mesmo tempo, um 'corpo', uma forma social e uma estrutura operacional de produção.

b) a 'atividade jornalística': o termo será utilizado para tratarmos preferencialmente do conjunto das práticas (habilidades e técnicas) executadas pelos jornalistas e das normas, valores e conhecimentos que conformam, dão discernimento e orientam esta prática. Os jornalistas integram o corpo coletivo que compõe a instituição jornalística, mas são eles também que fazem a atividade jornalística ser um corpo de saberes dinâmico, que é recriado diariamente em sua produção, mesmo que condicionado por estruturas e recursos de produção e por normas e valores internalizados.

Estas duas dimensões são manifestações interligadas do mesmo fenômeno. Este esquema é predominantemente operacional; outras divisões e subdivisões poderiam ser feitas, talvez mais completas, para especificar o jornalismo.

- c) Situada em contextos espaço-temporais concretos, a instituição jornalística está enraizada no ambiente em que atua, o qual limita certas possibilidades de produção jornalística. É um ambiente que configura relações e práticas sociais tanto externas à instituição (desempenho de papéis sociais instituídos e relações de poder na construção de sentidos e ações sociais) quanto internas a ela (princípios organizativos da instituição, tais como regras, metas, conflitos, pressões, imposições, disputas);
- d) Estar imerso em um contexto espaço-temporal concreto significa também um vínculo do jornalismo a processos sociais amplos e históricos que atravessam formas específicas de instituições e que constituem os princípios organizativos de uma sociedade, tais como a construção e transmissão da cultura, as relações econômicas (o mercado como regulador da circulação), as formas de ação política e as transformações tecnológicas. Isto significa dizer que o ambiente social direciona certas possibilidades de formatos discursivos, tanto em relação a gêneros especificamente jornalísticos quanto a gêneros midiáticos, de modo mais geral. Em outras palavras, formatos jornalísticos são resultantes de modelos históricos de desenvolvimento da cultura, da economia, da política e da tecnologia;
- e) O produto jornalístico (o seu 'texto') não é sintético no sentido da 'síntese' executada pelas ciências, mas plural. Embora o jornalismo resuma situações, citações e opiniões utilizando processos de seleção, hierarquização e interpretação, não podemos considerar este procedimento semelhante ao científico. O jornalismo não se propõe a isso. A efemeridade do conteúdo jornalístico (seu vínculo ao tempo presente em movimento e o risco iminente de desatualização) leva o profissional a adotar um método de trabalho baseado em técnicas simplificadas para coleta de informações e construção de relatos, se comparado com o rigor científico. O texto jornalístico admite a pluralidade de pontos-de-vista e mesmo de informações conflitantes, contanto que adequadamente contextualizadas num relato coerente. Seu texto é um recorte, uma 'colagem' ou 'combinação' de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação;
- f) O produto jornalístico é um permanente diálogo entre os diferentes interlocutores envolvidos na sua produção ou na sua recepção, mesmo que ocorram situações de desigualdade na interlocução. Estar em diálogo não significa apenas o momento da fala, mas também da troca de expectativas e intenções entre interlocutores: a

atividade jornalística produz expectativas e intenções para um público e, ao mesmo tempo, deixa-se influenciar por ele para se adequar a seus interesses;

- g) O produto jornalístico oscila entre um trabalho mais marcadamente individual (quase autoral) e um trabalho coletivo, o que afeta diretamente os modos de sua produção, os valores aplicados a ele e as formas que ele assume socialmente:
- No primeiro caso, o produto jornalístico está entranhado pela subjetividade do autor. Carrega os valores do autor, sua postura perante o mundo/a vida, a sociedade em que vive e a atividade jornalística que realiza. Sua subjetividade se revela também nas formas como o autor investe emoções, afetividade e paixão na sua produção, em relação aos ‘atores’ e situações com que interage e ao público como interlocutor principal, embora tenha contornos pouco definidos;
 - No segundo caso, o trabalho em equipe significa a partilha de normas e valores, acarreta a divisão da produção e das decisões entre vários profissionais e gera uma diferença de hierarquias no processo de decisão, oscilando entre uma descentralização até uma concentração das decisões;
- h) O produto jornalístico funciona como um “documento público” (Park, 1955: 81). Seu conteúdo rompe a esfera dos laços de intimidade da vida privada e se torna passível de circular socialmente com base num ‘uso público’ desse conteúdo pela sociedade.

Se, por um lado, é viável construir um quadro mínimo de características básicas para delimitar as possíveis manifestações sócio-históricas do jornalismo, é também interessante perceber que algumas experiências históricas na constituição da instituição e da atividade jornalística acrescentaram características mais específicas que contextualizam e complementam esta análise inicial. De modo ilustrativo, citaremos duas: a profissionalização e a definição do objeto notícia.

Uma dessas transformações por que o jornalismo passou foi a sua crescente profissionalização a partir da metade do século XIX. A emergência do repórter como profissão com características e práticas próprias foi bastante influenciada com as mudanças que o jornalismo sofreu naquele século, particularmente de ordem tecnológica (telégrafo, telefone, meios de transporte e novas máquinas ligadas à produção jornalística) e econômica (a formação do jornalismo orientado para o mercado e o crescente assalariamento dos repórteres contratados por empresas jornalísticas foram modos de organização e desenvolvimento do capitalismo com vistas a uma produção de bens

simbólicos). Tais mudanças contribuíram para a definição de regras de procedimento na atividade jornalística.

Os estudos que vêm procurando reconstruir a formação da profissionalização jornalística salientam três alcances que o termo possui, mesmo que se refiram a fatores que tenham diferentes graus de importância na constituição da atividade: primeiro, quando o sentido de profissionalização se aplica a uma performance que o jornalista executa manejando instrumentos, técnicas e situações; segundo, quando dá conta de um sentido de 'corpo' e identidade profissional que se constitui em um ambiente particular, a redação jornalística e os locais de cobertura noticiosa, com seus conflitos de concepção e trabalhistas; por último, quando oferece um 'ethos' que dá um propósito de trabalho ao estabelecer princípios da atividade (sua 'missão' social) e criar até mesmo um espírito de 'sacrifício' ao jornalista (Salcetti, 1995).

O crescimento do aspecto industrial e comercial do jornalismo, aliando-se às inovações tecnológicas, afetou os modos iniciais como o jornalismo era produzido durante a maior parte do século XIX. A busca por um ritmo de produção jornalística mais veloz estimulou uma maior divisão e especialização do trabalho do jornalista e, com isso, criou subdivisões e hierarquias internas à profissão. O jornalista deixava de experimentar e participar de todo o processo de produção e se limitava a atuar dentro das competências de sua área ou departamento (Salcetti, 1995: 61-62).

Ao mesmo tempo, novos conflitos surgiram com o início da formação universitária dos jornalistas nos primeiros anos do século XX em países como os Estados Unidos, tanto em relação ao ingresso de jornalistas diplomados em locais que antes prescindiam desta exigência quanto as disputas entre os defensores e incentivadores dos dois diferentes projetos de formação, o profissional pelas redações e a universitária (Salcetti, 1995: 63).

Apesar das diferenças de experiências alcançadas e das oscilações do próprio modelo, a profissionalização no jornalismo funcionou como um modo de proteção da categoria frente a proprietários das empresas e demais atores sociais e afirmação de valores próprios da atividade jornalística, entre estes o dever de servir ao público (Hallin, 1996: 245), o que, para Curran (1996: 99-100), foi uma tentativa de reconciliar as falhas do mercado com a tradicional concepção do papel democrático da mídia, resultando apenas parcialmente eficaz, devido às ambigüidades no próprio “código do profissionalismo”. Autores como Hallin consideram que a “cultura do profissionalismo está claramente em declínio” (1996: 244), pois ela estaria predominantemente vinculada a um modelo de serviço público que vem sendo erodido por uma desregulamentação progressiva da área de

comunicação e pelo crescimento de interesses comerciais na organização da atividade e definição do conteúdo.

Outro aspecto que dá forma e substancialidade ao jornalismo em seu processo de constituição histórica é uma melhor e mais precisa caracterização do seu principal objeto produzido, a notícia. Sabemos que as notícias nasceram a partir de uma predisposição narrativa de eventos e da forma como esta predisposição alcança uma materialidade discursiva, seja este discurso oral ou escrito. O século XIX foi importante para a definição de alguns estilos e gêneros jornalísticos (Schudson, 1995), desenvolvidos a partir de construções textuais produzidas no contexto de referências culturais e literárias, bem como por imposições de exigências de ordem industrial e tecnológica. Estas experiências conduziram ao estabelecimento de determinados formatos padronizados para a caracterização do produto 'notícia', tanto no que se refere ao seu estilo e formato quanto nos conteúdos e qualidades que este produto deve conter de forma necessária ou complementar.

A compreensão deste objeto 'notícia' ganhou mais precisão quando pesquisadores partiram para responder a uma pergunta do tipo 'o que faz um determinado objeto, tema ou questão se tornar notícia?' e conduzir sua análise para ver que recursos os jornalistas operavam cotidianamente para chegar a uma certa institucionalização de modos de reconhecer e selecionar eventos. 'Critérios de noticiabilidade' foi, então, uma expressão empregada para delimitar um conjunto de referências estáveis na rotina jornalística de trabalho que, analisadas em sua regularidade, revelariam a noticiabilidade de um evento. Noticiabilidade (*"newsworthiness"*) significaria, em uma definição inicial de Wolf, um *"conjunto dos requisitos que se exigem dos acontecimentos (...) para adquirirem a existência pública como notícia"* (1994: 170).

Em outras palavras, a intenção de entender a noticiabilidade de um evento a partir do estudo desses critérios tende a considerar principalmente duas premissas: é possível encontrar no evento noticioso características estáveis e recorrentes que revelariam sua especificidade; esses critérios são, de alguma forma, manuseáveis por jornalistas no seu cotidiano profissional, servindo concretamente como técnica ou recurso de trabalho.

Um esforço para caracterizar a notícia exige boa dose de cautela. Por certo, a notícia, enquanto resultado de um processo de produção, vem acumulando alguns aspectos estáveis em sua evolução, que podem ser relativamente generalizados. Mas, ao mesmo tempo, a notícia é resultante de uma combinação complexa de elementos díspares: sua forma e conteúdo final representam a convergência de vários processos sociais citados

acima, acentuados em complexidade pelos aspectos cultural, expressivo e emotivo impressos em sua 'materialidade', que a fazem assumir contornos particulares e, às vezes, quase únicos.

O objeto notícia alcança um grau maior de complexidade se percebermos que estão presentes na sua constituição expectativas e influências de ordem cultural, expressiva e emotiva por parte do público ao qual o jornal se destina. O vínculo do jornalismo com seu público é, dessa forma, um elemento de ordem da intersubjetividade que opera com percepções como credibilidade, confiabilidade e legitimidade, independentemente de considerarmos se o leitor assume o papel de consumidor ou cidadão. Esta legitimidade social que a instituição jornalística conquistou para realizar um relato fiel das ocorrências cotidianas torna-se um alicerce ao mesmo tempo essencial e instável, pois é cotidianamente colocada em questão quando, a cada edição do jornal ou veiculação de programa telejornalístico, o indivíduo, ao exercitar a sua condição de cidadão ou de mero consumidor, opta por renovar este vínculo. Isto significa afirmar a ocorrência de uma interação comunicativa entre a instituição jornalística e seu público, em que ambos os interlocutores têm expectativas, necessidades e interesses sobre o conteúdo jornalístico e suas ações são formas de expressar se há uma correspondência entre essas expectativas (por exemplo, no ato de comprar o jornal ou na repercussão pública de um determinado material jornalístico). Diversos problemas de ordem técnica, industrial e editorial contribuem para dificultar esta interação, mas não consideramos que eles signifiquem a perda deste 'ethos' da atividade jornalística com relação a seu público.

1.1.1.1) Primórdios da constituição do jornalismo nas sociedades ocidentais

Direcionar o foco da análise do jornalismo para um ponto de vista histórico parece-nos ser uma contribuição substancial para compreendermos mais contextualmente os percursos e fatores envolvidos nesta trajetória. Mesmo que os séculos XIX e XX sejam determinantes para a consolidação das bases do jornalismo que presenciamos hoje, optaremos por recuperar situações pontuais também dos séculos XVII e XVIII que nos permitam visualizar processos internos e externos de constituição da instituição e da atividade jornalística e suas relações com processos e fatores sociais mais amplos. Adotaremos como preocupação de fundo as situações e processos que contribuam para uma percepção de modos de operação de temporalidades sociais e de como estas temporalidades articularam-se a uma temporalidade específica operada pelo jornalismo, tendo mesmo contribuído para o seu estabelecimento.

Sabemos que os séculos XIX e XX foram épocas de convergência, institucionalização e consolidação de práticas, princípios e valores do jornalismo, bem como modos de interação e reconhecimento social. Mas nosso olhar histórico começará pelos dois séculos anteriores, em que o jornalismo emerge de forma híbrida com outras produções culturais e, depois, retomaremos a discussão sobre sua institucionalização nos séculos seguintes. Diferentes estudos (ver Raymond, 1996: 7) apontam que as primeiras publicações aperiódicas trazendo relatos de eventos (notícias rudimentares) surgiram na Europa continental no final do século XVI e início do XVII². Em vez de uma discussão cronológica, buscamos resgatar que transformações sociais estiveram vinculadas com o surgimento do jornalismo, sejam lhes oferecendo condições para sua emergência, sejam sendo afetadas pela própria prática e conteúdos.

² Consideramos que a indicação exata de qual foi o 'primeiro jornal' surgido no Ocidente é um dado histórico de importância relativamente secundária em nossa abordagem, na medida em que há divergências entre historiadores. Por exemplo, Frederic Hudson (1968) afirma que o primeiro jornal impresso no mundo surgiu na Alemanha em 1615, *Die Frankfurter Oberpostamts Zeitung*. Há pequenas divergências entre outros pesquisadores sobre a data e qual teria sido o primeiro jornal (Chalaby, 1998: 1; Stephens, 1988), mas uma referência predominante de que ele surgiu no século 17 na Europa. No mundo Oriental, é conhecido o exemplo chinês de ter produzido as primeiras 'newssheets' ainda nos séculos VIII a X, mas estas eram destinadas a publicar informações exclusivamente para benefício de oficiais burocratas em vez de um público mais amplo (Popkin, 1989, p. 1).

Esta recuperação histórica terá como principal objeto a evolução do jornalismo em dois países: Inglaterra e Estados Unidos. Privilegiaremos estes dois países por concordar com Chalaby (1996: 304) de que a atividade alcançou primeiramente neles os avanços que lhe vieram a possibilitar uma institucionalização social, com a definição de normas, princípios e papéis sociais. Por isso, entendemos que as transformações no jornalismo alcançadas nestas experiências históricas desenvolveram técnicas e modelos que se espalharam por outros países. Mesmo assim, não podemos deixar de citar a importância de outras regiões para o desenvolvimento do jornalismo, como Amsterdam, cidade considerada o mais importante centro de produção jornalística na Europa nos séculos XVII e XVIII (Wilke, 1984: 178).

Em particular, consideramos que estas experiências trazem elementos mínimos necessários à compreensão da formação da noção de atualidade jornalística. Serão estes elementos específicos, vinculados a uma compreensão de uma temporalidade social do presente que o jornalismo produz e expressa, que este percurso histórico pretende se deter durante todo o trabalho. Procuraremos perceber o que há de específico para a compreensão do fenômeno proposto, dentro de um leque mais ampliado de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais dos dois países, embora sem nos determos em descrições globais destas transformações.

As primeiras experiências de produção de conteúdos jornalísticos nos séculos XVII e XVIII podem ser encontradas em relatos historiográficos, que descrevem formas híbridas de jornalismo. Raymond (1996: 7-9) cita a existência de '*corantos*', '*newsbooks*' e '*pamphlets*' na Inglaterra do século XVII. Eles eram responsáveis pela divulgação de informações pelas Ilhas Britânicas, por meio de relatos de acontecimentos, muitas vezes direcionados para a defesa de alguma idéia (como no caso dos '*pamphlets*'). Circulavam de uma forma até rápida e precisa para a época, no sentido da Capital (Londres) para as províncias, utilizando rotas comerciais, carregadores de mercadorias e o correio. A periodicidade dos '*corantos*' era irregular no início do século XVII: eles eram produzidos aproximadamente em intervalos semanais, quando havia notícias o bastante para preenchê-los (Raymond, 1996: 8).

Na metade do século XVII, os editores desenvolveram '*newsbooks*', absorvendo as experiências dos '*corantos*', e transformando esta nova publicação em produtos mais acabados e definidos editorialmente, com tamanho e periodicidade mais exata. Múltiplos fatores conduziram ao surgimento dos '*newsbooks*': necessidades econômicas, psicológicas,

políticas, literárias e sociais. Eles eram parte de uma cultura política voltada para as guerras naquele período, refletindo ao mesmo tempo interesses comerciais e políticos (Raymond, 1996: 16-17). Os *newsbooks* não só ofereciam descrições e relatos de fatos, como as atividades e processos no Parlamento, mas atuavam também como instrumentos agressivos de disputa entre facções políticas e mesmo literárias.

Raymond citará um modelo explicativo usado por historiadores, como Frederick Siebert, para explicar o surgimento dos *newsbooks*: 1) demandas historicamente contextualizadas (eventos políticos causaram um crescimento na demanda por notícias); 2) *newsbooks* eram um meio ideal para propaganda parlamentar; e 3) e a quebra de legislações reais para o controle de produtos impressos

Este terceiro fator, vinculado à diminuição da censura e das taxas para publicação de impressos, refere-se às pressões ocorridas na Inglaterra para derrubar a legislação do Rei que restringia a produção de notícias entre 1632-1640: durante este período, "*an interested public were starved of news*" (Raymond, 1996: 12). Entretanto, tal processo de liberação não conduziu a uma direta e imediata liberdade de imprensa: "*The history of licensing and censorship was not a tidy one, and the actual series of events which constituted it are still uncharted*" (Raymond, 1996: 85-86).

Na segunda metade do século, jornais começam a se tornar importantes produtos para a circulação de notícias na Inglaterra. Vejamos um exemplo: "*In November 1665, Joseph Williamson (...) established the biweekly Oxford Gazette. Differing from the format of previous newsbooks, this was a newspaper, a half-sheet of paper printed in two columns on each side.*" (Raymond, 1996: 14-5).

Por isso, o autor cita fases de estabelecimento do jornal enquanto um novo 'formato' que terá uma importância crescente na vida cotidiana da Inglaterra: os jornais consolidam seu papel na condução da política inglesa; posteriormente, desenvolvem um discurso literário separado da política; e são criados jornais nas províncias. Sommerville (1996: 63) confirma o surgimento do primeiro jornal inglês (oposto aos '*newsbooks*') em novembro de 1665, denominado *Oxford* (posteriormente *London*) *Gazette*, editado duas vezes por semana. O final do século XVII conduz diretamente para a expansão do jornalismo no século XVIII. Segundo Hunter (1988: 499), a história do jornalismo inglês realmente começa na década de 1690, com o crescimento elevado no número de publicações jornalísticas em Londres.

Para Hunter, o contexto cultural da época na Inglaterra foi decisivo para o surgimento do jornal, pois em nenhum outro lugar teria havido uma obsessão com contemporaneidade como a que caracterizou a cultura inglesa do período:

"By the 1690s, the English consciousness had become so obsessed with the potential significance of any single isolated instant that an immediate written record (journalism) needed to be created (...) Journalism was beginning to 'rise' elsewhere in Europe too, but it became culturally significant rather more slowly and tentatively in other countries (...) The English were notorious among Europeans both for their attraction to novelty and their devotion to news" (Hunter, 1988: 499-500).

Por último, vale citar a descrição feita por Hunter sobre o surgimento dos termos 'jornalista' e 'jornalismo' nas línguas inglesa e francesa. Podem ser encontradas referências ao termo '*journalist*' a partir de 1693 para nomear aquela pessoa que escrevia na imprensa assuntos do cotidiano, enquanto o termo '*journalism*' parece ter surgido na língua inglesa a partir de 1833. Outro aspecto é a etimologia desses dois termos: na língua inglesa, eles surgem para dar conta de nomear uma preocupação ou vinculação com as coisas contemporâneas, corriqueiras e cotidianas que caracterizavam a cultura daquele período. Na língua francesa, '*jour*' (dia) torna-se a raiz de palavras como '*journalist*', '*journalism*', '*journal*' e '*journey*'. Isto significaria recuperar sentidos originais e iniciais destes termos: '*journey*' designando um dia de viagem, e '*journal*' referindo-se a um relato público de eventos diários ou mesmo relatos privados de detalhes pessoais da vida diária; ambos enfatizando a centralidade de uma consciência temporal sobre o momento presente (Hunter, 1988: 499).

1.1.1.2) O jornalismo como uma instituição social

O percurso inicial feito no item anterior exige que avancemos agora para um uso mais cuidadoso de termos, localizemos seu surgimento na história do jornalismo e apliquemos a eles uma análise mais rigorosa. Consideramos necessário diferenciar três termos interligados - notícia, jornal e jornalismo - para que consigamos visualizar melhor o objeto tratado.

Pensar em notícia implica em não observarmos apenas o produto de um processo de produção jornalística, mas um conteúdo inerente à comunicação humana. Devemos considerar que o ato de comunicar os eventos mais recentes para membros de uma comunidade tem suas origens em tempos longínquos na história humana, com base em

motivos e pré-disposições sociais para a interação, defesa, integração ou mesmo um instinto para saber a respeito de coisas ou fatos novos.

Uma primeira noção de notícia refere-se a esses conteúdos novos que circulavam pelas comunidades, por diversos meios. A análise deste processo tem feito historiadores como Stephens (1988) propor uma 'história das notícias' por meio da identificação de três diferentes formas ou 'fases' históricas: as notícias transmitidas oralmente (*'spoken news'*), aquelas escritas em suportes diversos, como as manuscritas (*'written news'*), e aquelas impressas no sistema mecânico de impressão (*'printed news'*). De modo geral, o período em que as notícias circularam em forma oral (*'spoken news'*) é excluído de uma história do jornalismo ou então situado em uma 'pré-história', e mesmo esta segunda fase é secundarizada. Aqueles que consideram relevante o período das *'written news'* para a história do jornalismo, como James Lee, costumam situar seu surgimento no que qualificam de 'o primeiro jornal escrito' (folhas escritas à mão que circulavam com notícias) em diversas fases da História, como em Roma Antiga nos primeiros anos da Era Cristã (Lee, 1923: 2-3).

Esta indicação inicial de que a notícia jornalística tem sua origem ancestral na circulação de conteúdos novos na sociedade auxilia-nos a diferenciá-la de um termo correlato, o 'jornal', como o principal suporte surgido historicamente para veiculação destes conteúdos. A localização de algumas datas de aparecimento de jornais (no item anterior) pode ser melhor percebida se inserirmos o surgimento deste novo suporte dentro de um processo histórico específico: o desenvolvimento da tecnologia da impressão a partir do século XV. Além de profundas transformações na sociedade da época, esta tecnologia cria bases para uma melhoria na capacidade de impressão de jornais e, posteriormente, contribui para uma aceleração em sua circulação.

O sistema mecânico de impressão foi o principal fator tecnológico que faz a circulação de notícias deixar de ser um modo informal, restrito e mesmo privado de troca de informações (oradores em ruas e praças contando os últimos acontecimentos, conversas informais, cartas, diários de viagens etc) e ser lançada a um processo de institucionalização mais amplo. Antes desta "revolução no sistema de impressão" no início da Idade Moderna na Europa (Eisenstein, 1983: 93), as notícias coexistiam com outros modos de interação social. Exemplo disso era a forma recorrente com que os padres mesclavam, em seus sermões dominicais nas Igrejas, conteúdos religiosos e notícias sobre questões locais e estrangeiras.

O surgimento da imprensa periódica nos séculos XVII e XVIII institucionaliza novos hábitos sociais. A popularização do ato de leitura de livros e, posteriormente, de jornais alterou ritmos e práticas sociais em vários níveis. Uma dessas mudanças foi analisada por Anderson (1991: 35) ao perceber, na Idade Moderna, a institucionalização de um sentido de simultaneidade no modo de vivenciar o jornal como um recurso de construção de temporalidade periódica tanto no âmbito privado (o ato de leitura no espaço íntimo da casa) quanto público (as conversações nas casas de café sobre os conteúdos dos jornais).

Para Eisenstein (1983: 94), a nova conformação do jornalismo impresso muda radicalmente laços comunitários. Por um lado, a recepção das notícias começa a ocorrer num ato de leitura isolado, e o público dos jornais a se consolidar como grupos de indivíduos não reunidos. Por outro lado, mesmo se laços comunitários locais tivessem se perdido, novos vínculos coletivos mais amplos estavam sendo forjados: "*New forms of group identity began to compete with an older, more localized nexus of loyalties. Urban populations were not only pulled apart, they were also linked in new ways by the more impersonal channels of communication*" (1983: 95). O jornalismo assume, então, primeiras feições de uma instituição incipiente que irá constituir 'padrões reguladores' de ações e comportamentos, a desempenhar papel social específico e diferenciar-se, enquanto organização social, das demais instituições.

Ao mesmo tempo, a institucionalização de hábitos descola-se daqueles desempenhados por livros ou outras publicações impressas. Embora autores como Anderson vejam muitas semelhanças nos papéis desempenhados por jornais e livros (ou folhetins) na institucionalização de padrões de convivência e temporalidade, outros historiadores, como Popkin, consideram que o jornal se diferencia dos livros e folhetins ao introduzir novas relações espaciais e temporais. Por um lado, o jornal era "*...the first point of contact between its readers and new events occurring at a distance from them*" (Popkin, 1989: 7). O jornal se institucionaliza na sociedade para produzir um relato regular de eventos não vivenciados. Por outro lado, esta regularidade na produção e circulação de relatos cria um padrão de periodicidade.

1.1.1.2.1) Aspectos conceituais do jornalismo como instituição social

Se, por um lado, o surgimento do sistema de impressão criou as condições para a produção de jornais e auxiliou a caracterizar o jornalista como uma atividade de coleta e

transmissão de notícias (Eisenstein, 1983: 93), ele também serviu para lançar a 'pedra fundamental' do jornalismo como instituição social. Este conjunto de transformações tecnológicas e sociais relatadas, aliadas a bases econômicas de produção e circulação de jornais e a uma maior importância e influência que seus conteúdos trouxeram à vida política, fizeram com que o jornalismo ganhasse gradativamente uma corporificação social para além de mero ofício. Assim, o jornalismo cria e passa a operar com diversos laços sociais, como a periodicidade, a simultaneidade, a identidade e a unidade entre leitores, aspectos vinculados a uma atividade social que se torna instituição.

Apesar desta breve introdução, uma compreensão mais aprimorada do processo social de institucionalização do jornalismo exige que façamos um percurso por algumas referências teóricas que têm organizado e conduzido a construção do conceito de 'instituição social'. Peter Berger esboça algumas características básicas de uma instituição: realidade externa (fora do indivíduo); objetividade; poder coercivo; autoridade moral; e historicidade (1972: 70-75). Estas características são gerais, e se aproximam, por exemplo, da descrição que Durkheim faz de fatos sociais, conforme admite Berger. Em outro trabalho, Berger é mais específico, e acentua o caráter de institucionalização como uma "*tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores*" (1978: 79). A institucionalização origina-se de um processo de tipificação (de ações ou atores) em situações sociais que são compartilhadas.

Esta perspectiva ampliada vai conduzir Berger a considerar instituições como "*padrões reguladores*", ou seja, padrões que regulam o comportamento de seus habitantes com os outros e que, ao mesmo tempo, relacionam este comportamento para contextos de significação mais ampliados (1972: 10). Estes padrões criam uma ordem institucional, dentro da qual se desenvolve a vida cotidiana:

"...everyday life can only be understood against the background of the specific institutions that penetrate it and of the overall institutional order within which it is located. Conversely, specific institutions and institutional order as a whole are real only insofar as they are represented by people and by events that are immediately experienced in everyday life" (Berger, 1972: 10).

De um modo geral, o sentido central de instituição na Sociologia, conforme Jepperson, é o de um procedimento organizado e estável que constitui as regras da sociedade, externas à consciência dos indivíduos: "*institutions are socially constructed, routine-reproduced (...), program or rule systems*" (1991: 143-149). O autor faz uma distinção entre o termo instituição enquanto uma ordem ou padrão social que alcançou um

certo estado ou propriedade e o termo institucionalização, que denotaria o processo de obtenção desta ordem, entendendo então que uma instituição é um padrão social que revela um particular processo de reprodução (1991: 145).

Seguindo um caminho um pouco diferente, outros autores, particularmente vinculados ao *'new institutionalism'* (DiMaggio e Powell, 1991: 11), concentram seus esforços para ver, como traço distintivo da instituição, o seu caráter de 'organização' social, referindo-se às mais importantes, estruturadas e amplas entidades coletivas da sociedade. Buscando englobar as diversas contribuições em um esquema mais abrangente, Jepperson propõe então existirem três 'suportes' do processo de institucionalização: 1) as organizações formais, mais usualmente usadas como objeto de análise; 2) regimes de regras e sanções com algum sistema central de autoridade, mas sem o suporte das organizações formais; 3) a cultura, referida aqui como aquelas regras, procedimentos e metas sem vínculos a organizações formais ou monitoramento e sanção por alguma 'autoridade central' (1991: 150).

Giddens considera também a instituição um importante eixo compreensivo na sua teoria da estruturação e, mais especificamente, percebe que a 'organização racionalizada' marca o *"traço distintivo da vida social moderna"* (1991: 28). Ele, no entanto, busca inseri-la num movimento dinâmico próprio à sua abordagem teórica. O autor interpreta a constituição do social por meio de uma relação entre as rotinas da vida social cotidiana e as formas institucionais de organização social, cada uma participando na formação da outra. *"As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de forma que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas"* (Giddens, 1991: 28). Com outras palavras, DiMaggio e Powell formulam argumento semelhante, afirmando que instituições são não somente constrangimentos sobre a agência humana, mas são primeiro e principalmente produtos de ações humanas (1991: 28).

Superficialmente, podemos perceber que a instituição jornalística orienta-se por um modelo organizacional em pelo menos dois tipos de relações: 1) por relações sociais geradas e estabelecidas em ambientes internos à organização (por meio de padrões de rotinização, burocratização e hierarquização) e externos a ela (como um ator coletivo com competências e finalidades reconhecidas e legitimadas socialmente); 2) por relações econômicas, em que a instituição jornalística se torna gestora de uma vocação industrial

voltada para o atendimento de demandas de mercado a partir da produção de uma forma específica de produto, a notícia.

Consideramos, portanto, que a instituição é hoje tanto um espaço de interação (sendo a organização social o seu tipo mais acabado e complexo) quanto um modo padronizado de ação social individual ou coletiva. É um espaço de interação porque institui regras, posições e recursos – ou capitais, conforme Bourdieu - aos indivíduos que dela participam. E quando os atores sociais agem por meio de um corpo coletivo (o que é mais comum no jornalismo), a instituição enquanto uma organização assume, conforma e amplia os modos de ação em um ambiente social, institucionalizado ou não.

A caracterização do jornalismo como uma 'instituição social' tem sido recorrente entre pesquisadores da área, embora haja aplicações do termo para fenômenos diferenciados, como o jornalismo, o jornal ou a notícia. Por exemplo, Robert Park, ao fazer um balanço de sua produção teórica em uma carta de 1936, afirmava que "*...my principal theoretic interest is still the newspaper as a social institution*" (apud Raushenbush, 1979: 158). Diferentemente, Tuchman considera também a notícia como uma “instituição social”, por ela ser, inevitavelmente, um produto dos informadores que atuam dentro de processos institucionais e de conformidade com práticas institucionais. Essas práticas jornalísticas estariam associadas a práticas padronizadas de outras instituições sociais, o que daria à notícia um caráter inter-institucional, pois seria um resultado de relações entre pessoas localizadas em posições institucionais diversas (1983: 16-17).

Ao afirmarmos que o jornalismo é uma instituição social formada historicamente para produzir uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e eventos ocorridos numa dimensão temporal do presente, queremos reforçar que a institucionalização decorre de um processo histórico. Isto significa considerar, como Berger, que "*...the meanings embodied in the institution were accumulated there over a long time, by innumerable individuals whose names and faces can never be retrieved from the past*" (Berger, 1972: 74).

1.1.1.2.2) Aspectos históricos do jornalismo como instituição social

Se qualificar o jornalismo como instituição social é um reflexo da importância que o jornalismo assumiu nas sociedades contemporâneas, em nível semelhante ao de outras tradicionais instituições sociais, parece-nos oportuno resgatar na história alguns elementos que possam nos auxiliar a visualizar esta institucionalização. O economista inglês Jean

Chalaby fornece uma contribuição fecunda, ao afirmar ser o jornalismo uma invenção do século XIX, em vez do século XVII (1996). Para defender esta tese, o pesquisador desloca sua análise do determinismo tecnológico que criou as condições para a impressão de jornais e estabelece uma articulação entre fatores econômicos, sociais e culturais como condições para o surgimento do jornalismo enquanto profissão e discurso.

No século XIX, conta o autor, teriam surgido as condições para a emergência de um especializado e crescentemente autônomo "campo de produção discursiva", que o autor denominará de "campo jornalístico", adotando, para análise, o modelo de campo social formulado por Pierre Bourdieu. Conforme o autor,

"...progressively, the journalistic discourse became a distinctive class of texts: agents in the journalistic field developed their own discursive norms and values, such as objectivity and neutrality. The journalistic mode of writing became characterized by particular discursive strategies and practices, neither literary nor political in character" (Chalaby, 1996: 304).

Ao aplicar esta análise, Chalaby chega a uma segunda conclusão: jornalismo não é somente uma descoberta do século XIX, mas é também uma invenção inglesa e norte-americana (1996: 304). Na Inglaterra e Estados Unidos, os jornalistas do século 19 teriam desenvolvido práticas discursivas centradas no fato jornalístico - "*fact-centred discursive practices*" (Chalaby, 1996: 310) - , bem como a entrevista, que se tornou técnica comum no jornalismo norte-americano a partir de 1860 (Schudson, 1995: 72)³. Chalaby usa a experiência dos dois países para mostrar o grau de especificidade que a notícia se tornou como um fenômeno produzido de forma institucional.

Alguns elementos são salientados pelo autor para afirmar esta diferenciação (1996: 305-306), em uma comparação entre os jornais ingleses e norte-americanos, por um lado, e a imprensa francesa, por outro:

- a) A informação era mais abundante em jornais norte-americanos e ingleses, que continham mais notícias e imprimiam mais páginas que os franceses;
- b) A informação era mais recente e freqüente nos jornais anglo-americanos, que possuíam melhores métodos e estruturas de recolhimento e apuração de notícias;

³ *"'Interview' refers both to a social interaction between a person of public interest and a professional writer and to the literary form that is the product of that interaction. The term was widely used in the nineteenth century in a much broader sense (...) By the turn of the century, there was no question that the interview was the central act of the journalist"* (Schudson, 1995: 74).

- c) A informação era mais exata (Chalaby a caracteriza como 'mais completa, objetiva e neutra') nos jornais anglo-americanos que nos franceses, pois estes usariam mais acentuadamente o fator doutrinário e partidário como modo de interpretação dos fatos;
- d) Em conseqüência, os jornais ingleses e norte-americanos aplicavam um método de produção jornalística que previa a separação entre fatos e opiniões no conteúdo jornalístico, uma demarcação que auxiliou a definir o próprio jornalismo como uma atividade que busca uma fidelidade ao real nos seus relatos;
- e) O grau de corrupção dos jornais (suborno por políticos, patrocinadores diversos e governo) seria maior no caso francês do que no anglo-americano, o que teria reforçado, nestes, a vinculação a uma imagem de credibilidade, confiabilidade e independência.
- f) Os jornais anglo-americanos criaram uma estrutura de cobertura jornalística internacional, com correspondentes estrangeiros e agências de notícias, bem mais ampla que os jornais franceses;

Poderíamos talvez relativizar esta segunda conclusão do autor e ressaltar que o jornalismo inglês e o norte-americano, em vez de 'inventarem' o jornalismo, definiram mais exatamente um modelo específico de jornalismo, com base em transformações particulares de suas sociedades, modelo este que se tornou predominante para caracterizar o jornalismo moderno. Feita esta ressalva, consideramos que Chalaby oportunamente demarca, nesses dois exemplos, a institucionalização de uma cultura jornalística que, como todo processo institucional, avança gradativamente para uma maior autonomia em relação a normas de outras instituições.

Particularmente nestes dois casos, a prática jornalística assume independência do campo literário, contrastando com o exemplo francês de um jornalismo identificado com valores literários (Chalaby, 1996: 313). Para este autor e particularmente para Schudson (1978), esta independência é associada a uma acelerada industrialização do jornalismo e à formação de um mercado de leitores no século XIX, que ofereceram bases para a institucionalização do modelo norte-americano de jornalismo e a constituição de valores como a objetividade jornalística.

Em uma perspectiva histórica relativamente divergente de Chalaby, Popkin investigou a Europa da segunda metade do século XVIII, particularmente a França do período pré-Revolução Francesa e seus desdobramentos, e buscou identificar que os jornais já desempenhavam um papel social e político de relevância institucional. Embora não seja conceitualmente rigoroso no uso do termo 'instituição', Popkin aplicou-o para descrever

que os jornais políticos tornaram-se "*...one of the most widespread of European cultural institutions, and its ubiquity was (...) one of the distinctive characteristics of European civilization*" (Popkin, 1989: 1). Neste período, jornais se estabeleceram em diversas cidades européias que não tinham grandes instituições culturais como universidades e editoras de livros. Apesar de este movimento ser mais intenso nas cidades da Europa Ocidental e Central, ele ocorreu também em países com baixas taxas de alfabetização e com governos autocráticos.

As referências de Popkin auxiliam-nos a perceber o crescimento da importância social e cultural do jornalismo na Europa do século XVIII, pelo seu papel específico de disseminador de informações sobre a vida cotidiana e fomentador de uma cultura de leitura de publicações impressas. Apesar disso, parece-nos que a proposta de Chalaby de que o jornalismo se consolida como instituição social no século XIX reúne um conjunto de elementos factuais que tornam a tese bastante plausível, mesmo que não aceitemos necessariamente o excessivo acento nas experiências inglesa e norte-americana como definidoras do jornalismo moderno.

1.1.2) Questões preliminares sobre a noção de atualidade jornalística

O percurso inicial realizado no item anterior auxiliou-nos a demarcar a perspectiva de estudo do jornalismo como uma instituição social, considerando tanto aspectos conceituais quanto históricos desta abordagem. Consideramos esta uma etapa prévia e inevitável a uma investigação da atualidade jornalística como objeto central deste trabalho. Um segundo campo de abordagem necessário a esta pesquisa está na delimitação do elemento temporal como fator fundamental na compreensão do jornalismo, o que iremos fazer levantando questões (a serem aprofundadas no corpo desta tese) que nos permitirão reconhecer a importância e, ao mesmo tempo, a diversidade de aspectos que o tema da temporalidade suscita.

Os estudos sobre jornalismo ainda não descreveram completamente a dimensão da atualidade jornalística, embora a situem, de modo geral, como uma categoria central no jornalismo. Toda a estrutura organizacional da instituição jornalística, as atividades executadas rotineiramente pelos jornalistas e os produtos jornalísticos elaborados trazem a marca de uma 'gestão' do tempo presente - uma das características que tornam o jornalismo uma prática simbólica específica na sociedade. Isto se reflete nos estudos sobre jornalismo, que identificam a presença do fator temporal seja qual face do objeto eles se dediquem a investigar. Sabemos que, em um sentido amplo, a atualidade jornalística é um “*momento do contínuo espaço-tempo*” (Morató, 1988: 59) ou, como define Traquina, “*o coração e a alma da atividade jornalística*” (1993: 174).

Talvez seja o caso de citar, a título ilustrativo, um dos trabalhos pioneiros por sua sistematização de aspectos relevantes do jornalismo: a obra de Otto Groth, *Die Zeitung*. Este autor identificou a atualidade como uma das características fundamentais do jornalismo, associando-a à noção de ‘presença’ e de ‘agora’ (Belau, 1966). Utilizando o referencial funcionalista, Groth procurou estabelecer leis para mensurar a periodicidade e a atualidade de conteúdos jornalísticos.

Em Groth, a periodicidade com que o jornal é produzido e circula socialmente torna-se um de seus atributos essenciais, pois, conforme Popkin, a periodicidade trouxe uma previsibilidade para a publicação ao estruturar e fragmentar o fluxo do tempo em pequenos intervalos regulares: “*Periodicity allows readers to anticipate the arrival of their newspapers and structures their reactions to the changes in the world its text reports*”

(Popkin, 1989: 7). Citando Groth, Popkin indica que o propósito do jornal é imprimir informação atualizada para satisfazer um desejo do público por aquilo que é novo. Robert Park, por sua vez, identifica a vinculação ao presente um elemento essencial da notícia, uma qualidade 'transitória e efêmera' que estaria 'intimamente ligada' a todos os outros caracteres que ela exhibe (1955a: 78).

Apesar destas observações, não conseguimos apreender de elaborações como essas muito mais do que a idéia geral de ser uma qualidade temporal do jornalismo que opere com elementos do tempo presente, como a periodicidade e a instantaneidade. Consideramos existir uma carência de precisão na formulação teórica da noção de atualidade jornalística, bem como uma ausência de convergência entre pressupostos e proposições das formulações desenvolvidas. Isto é perceptível se observarmos a trajetória histórica desses estudos: formulados num contexto de elaboração e consolidação teórica das Ciências Humanas na primeira metade do século XX, parte deles esforçou-se por tentar afirmar a sua cientificidade recorrendo a pressupostos e problemas destas tradições teóricas. Se, por um lado, esse percurso lhes dava roteiros e esquemas de trabalho para tratar de aspectos específicos do objeto, transparecia também uma insuficiência desses estudos em compreender o jornalismo em sua globalidade e, ao mesmo tempo, em sua especificidade.

Um dos motivos da imprecisão das definições mais comuns sobre atualidade jornalística é de que o próprio fenômeno não se revela integralmente de forma direta. Isto porque a temporalidade do jornalismo está ligado e se refere a dimensões diferenciadas da experiência social, ganhando, portanto, sentidos próprios: por um lado, situa-se num âmbito da experiência da dimensão pública da vida social; por outro lado, apresenta-se concretamente como uma categoria de ordem operacional na produção do conteúdo noticioso.

Iremos desenvolver neste item uma investigação preliminar de diferentes aspectos envolvidos na noção de atualidade jornalística. Isto será feito tendo como objeto principal de investigação os modos como a noção de atualidade jornalística é tratada pelas diferentes teorias e modelos de estudo do jornalismo.

Apresentaremos a seguir alguns aspectos e discussões para indicar como a noção de 'atualidade jornalística' é composta por essa diversidade de elementos e enfoques. Em vez de apresentarmos campos paralelos de elaboração teórica, o objetivo principal da discussão neste momento da Tese é apontar questões e fragilidades que nortearam formulações

diversas, com o objetivo de marcar pontos de análise e investigação deste objeto, que serão desenvolvidas no decorrer do trabalho.

1.1.2.1) A atualidade e os critérios de noticiabilidade

A evolução da prática jornalística como procedimento institucional e coletivo convergiu para a adoção de procedimentos padronizados de produção noticiosa e, mais especificamente, a formulação de tipificações que possibilitam classificar eventos. Estas tipificações foram denominadas por pesquisadores como ‘critérios de noticiabilidade’ ou ‘valores-notícias’, pois favorecem a prática jornalística ao operacionalizarem a produção por meio do uso de regras práticas ou procedimentais de seleção e hierarquização dos fatos.

Os critérios de noticiabilidade são recursos redutores de classificação da realidade: acentuam aspectos isolados de um fato que funcionariam como referências para reconhecimento e definição de um evento, reforçando um processo de fragmentação do real. A notícia é um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos, e os limites deste recorte são, em parte, estabelecidos por critérios de noticiabilidade. Estes limites são mutáveis, mas variam dentro de marcos culturais. Os estudos culturalistas da notícia, como os de Stuart Hall, afirmariam que o produtor maneja os critérios de noticiabilidade a partir de sentidos gerais de atualidade construídos culturalmente (intersubjetivamente) para municiar o público de um sentido de vivência do cotidiano, em uma esfera pública ou de intimidade: “*Se os jornalistas não dispusessem – mesmo que de forma rotineira – de ‘mapas’ culturais do mundo social, não poderiam ‘dar sentido’ aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é ‘noticiável’*” (Hall, 1993: 226).

Devemos lembrar então que, quando falamos de critérios de noticiabilidade ou valores-notícias, há dois *frames* ou quadros de referência diversos. Uma perspectiva se refere aos sentidos atribuídos por quem produz cotidianamente o noticiário: os recursos utilizados pelos jornalistas para valorar as notícias parecem-lhes intuitivos, constituídos a partir de sua manifestação cotidiana em inúmeros e diferentes eventos, mas sem substância conceitual. Assim, a noção de atualidade jornalística tende a ser reduzida pelo jornalista a um critério de noticiabilidade de ordem operacional, freqüentemente utilizando termos

imprecisos para funcionarem como referenciais de reconhecimento, seleção e investimento de importância dos fatos.

O outro quadro de referência é constituído pelo olhar acadêmico sobre o trabalho jornalístico, que busca classificar, constituir tipologias, categorias e conceitos. De forma simplificada, podemos lembrar que os estudos de jornalismo, embora tenham predominância em uma abordagem sociológica, não possuem suficiente consenso sobre seus conceitos fundamentais, tais como neutralidade, objetividade, imparcialidade e atualidade. Eles recebem tratamento diferenciado, muitas vezes consequência de tradições teóricas diversas, variando desde uma desconstrução conceitual, passando por uma desconsideração como objeto teórico relevante ou se tornando até um princípio ideal para uma defesa carente de auto-crítica.

As duas abordagens podem (e devem) se entrecruzar, mas o esforço não é fácil, como podemos perceber em relação à noção de atualidade jornalística: embora ela se refira a um sentido mais amplo de temporalidade, o que implicaria em uma compreensão mais complexa das relações que originam esta temporalidade e as relações temporais que o jornalismo cria, não é esta a forma mais comum de percepção e operação do sentido pelos jornalistas, devido à sua própria falta de recursos analíticos mais rigorosos. Em contrapartida, o caráter excessivamente descritivo dos estudos, por um lado, ou abstrato, por outro, dificulta a sua operacionalização junto à atividade jornalística.

Uma das formas como a atualidade jornalística é reduzida a um instrumento operacional é a adoção do termo 'novidade' como recurso de reconhecimento da noticiabilidade de um fato. Ele garante pelo menos duas coisas: a vinculação do fato ao tempo presente; e sua afirmação de que as notícias são consequência do inevitável fluxo das ocorrências do mundo, um movimento contínuo que provoca a geração incessante de novos atos e que ganha visibilidade por ter entidades diversas participando de sua execução num determinado espaço. "*Es fundamental el requisito de que la noticia debe tratar en principio sobre nuevos acontecimientos. Los lectores no deben recibir una información que ya conocen*" (Van Dijk, 1990: 175).

Para este autor, a novidade absoluta é por definição incompreensível, pois sem modelos e esquemas prévios não se pode compreender de que trata um texto jornalístico: "*...la novedad en la noticia es limitada. Es la punta de un iceberg de presuposiciones y, en consecuencia, de la información previamente adquirida*" (Van Dijk, 1990: 176).

1.1.2.2) A atribuição de importância jornalística

Um outro complicador da noção de atualidade jornalística é que o ambiente de relatos sobre o presente que o jornalismo produz não está necessariamente restrito apenas ao aspecto temporal para ganhar sua identidade e forma. Para o jornalista construir este conjunto de relatos em um jornal ou programa jornalístico, ele opera outros critérios e valores que lhe conduzem para escolhas, decisões, hierarquias e ênfases. Um deles é o de relevância pública de um fato ou questão, aquela qualidade que os faz ser considerados indispensáveis para conhecimento pelo indivíduo, pois lhe auxiliarão a agir socialmente – as notícias falam de fatos que irão interferir no curso cotidiano da vida e de cujo conhecimento o indivíduo não pode (em tese) prescindir. E este conjunto das coisas que são atuais – isto é, compõem o grupo de situações, temas ou questões publicamente relevantes - extrapola o limite dos eventos que surgem novos na sociedade.

O reconhecimento e a afirmação do que é jornalisticamente importante possui um leque razoável de possibilidades. Podemos citar duas linhas de abordagem: por um lado, pesquisadores que defendem a necessidade de a mídia desempenhar um papel de ‘serviço público’, apresentando, com isso, responsabilidades quanto ao tipo de conteúdo que irá divulgar, tendo em vista a preservação de princípios coletivos de sociedade, como o de “interesse público”. Esta perspectiva fundamenta modelos normativos de definição do papel do jornalismo (Siebert, Peterson and Schramm, 1956; Hallin, 1996; Kunczik, 1997; Cornu, 1998), e podem acentuar conteúdos que sejam necessários ou obrigatórios ao leitor, mesmo que este não esteja, de início, interessado ou motivado para ter conhecimento deles.

Por outro lado, outros autores, de perspectiva liberal, vão evitar modelos normativos e considerar que o mercado fornece os recursos necessários para que a mídia jornalística ofereça uma gama diversificada de conteúdos para públicos-consumidores, incluindo os conteúdos necessários à vida política conforme os interesses dos leitores. Serão estas preferências do público que balizarão os critérios operacionais de definição do que é notícia (conforme a crítica de Cornu, 1998), podendo oscilar das tradicionais ‘questões públicas’ para ‘características de estilo de vida’ e ‘notícias que você pode usar’ (Hallin, 1996: 247), ou mesmo, aproximar-se da idéia de entretenimento (Curran, 1997)⁴.

⁴ Conforme Hallin, “*News and entertainment have never been absolutely separate, of course, and there is no reason why they should be. The best journalists have always been good story-tellers. Story-telling is essential to journalism because it generates popular interest*” (1996, p. 255).

Esta discussão sobre o grau de normatividade jornalística traz, como conseqüência, a percepção de que a construção de uma categoria de atualidade jornalística deve enfrentar o aspecto problemático de que a definição de notícia tem uma margem de variação conforme modelos de jornalismo. Como um aspecto da atualidade jornalística é sua relevância pública, uma formulação teórica desta categoria exige uma discussão sobre o que é jornalisticamente relevante para a sociedade. Não podemos esquecer que, ao dar visibilidade pública a determinados fatos, a instituição jornalística não só mostra ao seu 'leitor' que certos conteúdos possuem sentido de relevância para a vida social, mas também investe um sentido de relevância para estes eventos.

Assim, à medida que a atividade jornalística atribui relevância pública a um evento, ela funciona tanto como um modo de reconhecimento dos eventos como jornalísticos quanto de investimento de sentido sobre os próprios eventos. É um modo de reconhecer porque ajuda a identificar os eventos e conteúdos potencialmente jornalísticos daqueles que apresentam características diversas. Ao mesmo tempo, investe sentido a esses eventos, pois, ao se tornarem conteúdos jornalísticos, eles assumem também uma carga de relevância pública, como conteúdos potencialmente necessários para os indivíduos participarem da vida pública.

Não se pode esquecer que o jornalismo é uma prática de mediação social, pois atua como mediador tanto na apresentação dos fatos para uma coletividade quanto na sua interpretação, estabelecendo relações específicas entre atores, temas, situações e contextos diversos na construção do texto noticioso. Além de levar os fatos a conhecimento público, o texto jornalístico estabelece relações temporais de sentido para os fatos, inserindo-os num tempo e num espaço específicos que lhes dará coerência e unidade. O resultado final deste trabalho de apuração, redação e edição jornalística é tanto a percepção de processos materiais e simbólicos vinculados a uma referência temporal do presente quanto a inclusão de outros fatores e critérios não necessariamente temporais, mas que convergem ambos para afirmar que, no todo e em sua particularidade, cada relato noticioso é atual.

Este processo ganha aspecto diferenciado ao aplicarmos a noção de atualidade quando nos referirmos a uma prática social que constrói um conjunto de relações temporais de sentido em uma dimensão institucional, como resultante de um processo de interação entre instituições sociais e os indivíduos inseridos nela. Tal situação pode ser visualizada no processo de construção de agendas públicas, particularmente nas agendas construídas pela mídia, pelo público e por organizações governamentais. Estabelecer uma agenda é

construir um sentido de atualidade porque é um modo de definir que fatos são prioritários para a atenção e ação pública num determinado intervalo de tempo, seja curto (por exemplo, o período de um dia ou uma semana conforme o ritmo tradicional das publicações impressas) ou a longo prazos. Cada uma dessas três dimensões da sociedade tem suas próprias rotinas de produção de suas agendas, mas recebe influência de outros atores sociais, institucionais ou não.

Muitos estudos foram desenvolvidos para tentar identificar estas relações, reunidos num modelo denominado de '*agenda-setting*', em que a ênfase principal tem sido comprovar e explicar como a mídia (particularmente os produtos jornalísticos) influencia a elaboração de agendas públicas ou governamentais dos temas que serão alvo de atenção, preocupação, discussão ou ação. Nesse caso, a formulação de uma noção de atualidade jornalística dependeria de compreendermos um tipo de temporalidade implícita no agendamento: o tempo de permanência de temas e enquadramentos em disponibilidade. Esta temporalidade é uma construção institucional também porque o tempo de permanência de uma publicação ou programa em disponibilidade pública depende de ritmos institucionais de circulação de cada produto (a sua 'periodicidade').

Porém, uma delimitação mais precisa desses fatores temporais na agenda social ainda não foi desenvolvida (discutiremos posteriormente isso) devido à própria complexidade do processo de agendamento. Além da dificuldade de identificar a inter-relação entre agendas de temas e enquadramentos num tempo específico, os próprios modos de produção jornalística, com base em critérios particulares da instituição jornalística, induzem a diferentes formas de definição, permanência ou substituição de conteúdos na agenda de assuntos jornalísticos veiculados publicamente.

1.1.2.3) O ritmo da produção jornalística como marcador de temporalidade

Uma terceira fonte de influência e, ao mesmo tempo, de fragilização da noção de atualidade jornalística, são as rotinas produtivas das empresas jornalísticas. Estas rotinas, associadas a um planejamento de periodicidade na circulação de seus produtos, têm estabelecido intervalos de temporalidade entre o conteúdo que é atual e potencialmente capaz de se tornar notícia porque ocorre dentro do intervalo de tempo de uma produção

noticiosa e aquele que se desatualizou, isto é, descolou-se dos encaixes de tempo que constituem o movimento cíclico de produção e circulação do material jornalístico.

Dessa forma, seriam atuais os eventos de interesse jornalístico que ocorressem dentro do ciclo temporal de permanência de um produto à disposição do público por parte de uma determinada organização: seja na forma material de um jornal impresso nas bancas, na forma digital disponível em *sites* com conteúdo jornalístico ou no intervalo de veiculação entre programas jornalísticos de uma mesma organização. Nestas opções, o tempo de disponibilização pode variar desde alguns segundos no jornalismo *on-line*, durando algumas horas para cada veiculação jornalística de emissoras de rádio ou televisão, até atingir a periodicidade diária ou semanal das publicações impressas. Cumprir ciclo de temporalidade implica, para uma organização, dar conta de todo um processo interno de gestão da produção; no caso das publicações, há um processo externo de viabilizar a circulação material do seu produto.

Sob a perspectiva das rotinas de produção, o tempo pode mesmo ser compreendido como um fator negativo, como uma consumação que desqualifica a atualidade dos eventos. Por isso, o jornalismo possui um ritmo regulado pela velocidade da produção, pela rapidez com que um conteúdo é transformado em produto noticioso. Há uma tensão entre a velocidade do movimento do mundo e a velocidade da produção do discurso jornalístico sobre este movimento, pois o jornalismo vive um permanente risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descole do tempo do mundo. Paradoxalmente, esta potencial negatividade do tempo é incorporada na rotina e na cultura interna das redações como um elemento de positividade, na medida em que a fuga à defasagem torna-se um 'combustível' para acelerar a velocidade da produção e valorar jornalisticamente a noticiabilidade de um evento.

Porém, o jornalismo apresenta-se, em aparência, como capaz de superar esta tensão entre temporalidades, aplicando técnicas específicas da atividade. Na verdade, o discurso jornalístico afirma-se publicamente como discurso sobre a atualidade porque constrói um sentido temporal de não haver um desencaixe real entre o tempo do mundo e o tempo da produção jornalística. Além de recursos de estilo na construção do texto em publicações impressas, como a utilização de títulos de matérias jornalísticas com verbos no tempo presente mesmo que o tempo verbal no texto da matéria esteja no passado (no 'ontem') (Gomis, 1991), o jornalismo usa uma série de expedientes para garantir o sentido de atualidade do seu conteúdo.

Um exemplo pontual desta construção de atualidade é a forma como a atividade jornalística mantém a cobertura e a veiculação de um evento acompanhando a sua evolução ou apresentando novos aspectos dele (detalhes, conseqüências, pontos-de-vista etc). Neste caso, os jornais executam um recurso de produção jornalística denominado de “desdobramento” da cobertura: a extensão e a permanência do conteúdo no espaço público são alimentadas pelas próprias instituições jornalísticas ao oferecerem novos aspectos de um fato já noticiado.

Há várias descrições de processos temporais no campo das rotinas produtivas, ligados particularmente aos estudos denominados de ‘*newsmaking*’. Esta linha reúne pesquisadores que, a partir dos anos 70, têm identificado mais sistematicamente as influências que as rotinas do trabalho jornalístico e os constrangimentos da estrutura organizacional de uma empresa vêm causando sobre a produção da notícia. Buscam perceber como o ritmo produtivo imposto pelas modernas administrações normatizadas, particularmente o planejamento das ações mediante um critério de economia de tempo e de recursos, interfere na ação de coleta, seleção e edição das informações pelos jornalistas (Wolf, 1994; Tuchman, 1983; Schudson, 1995). São estudos que reforçam a idéia de que *“Timeliness’ in news is defined in practice not only by the recency of a reported event but by its coincidence with the searchlight of the journalistic institution”* (Schudson, 1986: 82). Embora algumas descrições tenham mergulhado bem sistematicamente nessas rotinas (Gans, 1979), os conceitos que emergiram desses estudos apresentam potencial principalmente explicativo da operacionalidade de valores e concepções, mas um insuficiente grau de formulação teórica, particularmente sobre a noção de atualidade jornalística.

1.1.2.4) A revelação como um ato discursivo no jornalismo

A atualidade jornalística não está tão presa ao critério da “novidade” enquanto uma idéia de renovação intermitente do conteúdo noticioso (mais vinculada à temporalidade do ‘objeto noticiado’) porque o jornalismo tem a potencialidade de construir um sentido de atualidade por meio de outros processos. Um deles é o do sentido de tempo presente existente no momento em que a instituição jornalística enuncia discursivamente seu conteúdo para um público – a temporalidade existente no próprio ato de informar publicamente.

Isto significa considerar as contribuições que as teorias do discurso têm trazido para os estudos dos fenômenos da comunicação a partir da década de 70 e, mais particularmente, para a análise do texto jornalístico enquanto objeto que se insere numa “prática discursiva” (Maingueneau, 1989: 56). O fundamental é perceber que, independente das limitações que as teorias do discurso possam oferecer para uma análise mais completa da atividade jornalística, sua contribuição é efetiva ao identificar que o jornalismo é um discurso que possui estratégias de interlocução em situações específicas.

A maioria destes trabalhos não traz uma contribuição direta para o estudo da categoria da atualidade jornalística⁵. Entretanto, como investigam não só a gramática textual, mas as relações sociais presentes nos processos de produção discursiva, eles fornecem, por conseguinte, contribuições para se pensar os elementos discursivos adequados a uma percepção mais completa da atualidade jornalística. Isto porque esta noção pode instalar-se no momento da veiculação pública dos conteúdos noticiosos, como um procedimento de enunciação. O ato de enunciação serve para 'presentificar' um 'fato', embora ele possa não ter ocorrido no período institucionalmente convencionado como delimitador de uma ocorrência no tempo presente.

Vejamos mais detalhadamente como isso ocorre. Consideremos reportagens feitas nos últimos anos que se dedicaram a revelar ações do Exército de repressão a grupos políticos de esquerda durante o último Governo Militar no Brasil (1964-1985). Reportagens que tenham construído um relato preciso sobre a ocorrência de tortura em quartéis do Exército vêm sendo admitidas como jornalisticamente atuais por repórteres, editores e pelo público, embora o fato descrito tenha ocorrido há algumas décadas. Este ato de revelação de fatos ocorridos num passado próximo ou distante traz uma carga de atualidade porque as questões reveladas podem contribuir para que se reconstitua ou torne mais preciso o relato histórico, bem como para que o público elabore suas opiniões, defina suas posições e ações acerca de uma dada situação. Ou seja, estes conteúdos possuem carga de atualidade jornalística porque rompem o âmbito do 'segredo' e são revelados publicamente, mesmo que sua ocorrência esteja descolada de uma temporalidade do presente. Neste caso, a atualidade possui uma característica de 'revelação'.

Há situações também em que a revelação significa a introdução (ou a transposição) de informações de caráter privado ou restrito para um público amplo que, mesmo inconseqüentes do ponto-de-vista de uma relevância para a formulação de opiniões,

⁵ Como exemplo de uma qualificada exceção a este argumento, podemos citar a obra de Teun van Dijk, *La Noticia como Discurso* (1990).

posições ou ações coletivas, estimulam a curiosidade pública (como a revelação de casos amorosos antigos envolvendo pessoas de notoriedade pública). Guardadas as especificidades, ambos os casos tornam-se atuais no momento de sua exposição pública, como um procedimento de enunciação.

1.1.2.5) As transformações tecnológicas e o sentido de tempo no jornalismo

Uma última observação preliminar dos problemas e fragilidades para uma construção do conceito de atualidade jornalística é considerar que as transformações por que a sociedade vem passando em consequência das novas tecnologias da comunicação e da informação afetam os modos de produção da notícia e, em consequência, as maneiras de os jornalistas perceberem e marcarem nos seus produtos a temporalidade presente. As novas tecnologias da comunicação estão, cada vez mais, rompendo os limites temporais dos modelos industriais de produção, disponibilização, circulação, recepção e re-elaboração de conteúdos.

Os suportes digitais de informação disponibilizam um volume cada vez maior de conteúdos com variadas marcações de tempo. Pode-se supor, por exemplo, que, para o receptor, as inovações tecnológicas possibilitam novas formas particulares (individuais ou grupais) de construção de temporalidades na interação entre o leitor (ou leitores) e o provedor de conteúdos, pois as mídias tendem a disponibilizar conteúdos que se referem a tempos sociais diversos (como no caso dos jornais *on-line*, que oferecem tanto a edição diária com notícias do ‘dia anterior’ quanto ‘notícias em tempo real’ ou *links* para edições anteriores), permitindo que os ‘leitores’ também façam seus próprios recortes e relações temporais.

Com isso, categorias clássicas operativas do tempo no jornalismo, como a ‘brevidade’, ‘imediatez’ e ‘instantaneidade’ necessitam, ao menos, de uma releitura cuidadosa. É provável que boa parte dos valores-notícias arraigados na produção noticiosa continuem presentes na cultura profissional, mas os modos de sua construção reflexiva e aplicação prática precisam ser reavaliados para podermos pensar uma noção mais densa de atualidade jornalística. A tendência de buscar a brevidade como um dos fundamentos do conhecimento jornalístico tem levado cada vez mais a identificar o valor da notícia a partir

da velocidade em que ela é produzida e colocada a público (a expressão ‘instantaneidade’ é, neste caso, a meta final e ideal).

Isto estimula as organizações jornalísticas a buscarem uma cada vez maior economia de tempo no processamento da informação: se o ‘ontem’ ainda permanece como critério temporal de noticiabilidade para o jornalismo diário impresso, o jornalismo *on-line* tem possibilidades tecnológicas de intervalos de tempo fantásticamente menores (como no caso de atualizações quase instantâneas de páginas jornalísticas na Internet). Mesmo que o fator temporal (a velocidade de processamento e disponibilização de matérias) ganhe valor noticioso nestes novos modelos de jornalismo, tal possibilidade não supera, no entanto, os dilemas e conflitos resultantes de uma luta interna à instituição jornalística pela busca de qualidade, a qual depende de uma adequada operacionalização entre recursos técnicos e princípios qualitativos de produção jornalística. Entendemos que a atualidade jornalística está vinculada a uma articulação entre elementos diversos e substantivos da atividade jornalística e da sociedade, pois mesmo sua constituição prática surgiu de uma convergência entre fatores sociais complexos.

Os estudos sobre a atualidade jornalística têm tido um reduzido desenvolvimento conceitual certamente devido a essa dificuldade de unificar as várias facetas e dimensões do fenômeno. Em vez de construir um corpo teórico sólido e integrado, as pesquisas têm mais freqüentemente investigado aspectos isolados, nos quais elementos da atualidade jornalística aparecem diluídos em um conjunto mais amplo e disperso de pressupostos e problemas. Isto é, sem dúvida, uma característica também do próprio jornalismo como objeto de conhecimento científico, recortado por uma variedade de perspectivas teóricas que, no conjunto, mais fragmentam do que unificam o objeto.

Um dos aspectos que esse percurso preliminar possibilitou visualizar é que a noção de atualidade jornalística não é uma habilidade operativa nem um conteúdo compartimentado que possam ser adquiridos como conhecimentos disciplinares. Não é meramente uma habilidade porque o conjunto de elementos que compõe a atualidade jornalística não comporta ser reduzido a um critério de noticiabilidade (como os valores-notícias) a ser manejado diretamente, embora os jornalistas busquem, a partir de um sentido impreciso do que é jornalisticamente atual, recursos operacionais que os auxiliam a caracterizar a noticiabilidade dos fatos. Também não é um conteúdo fixo disciplinar, embora seja pertinente considerar que conhecimentos teóricos gerais oferecidos pelas

Ciências Humanas possam afinar a capacidade do jornalista para observar, captar e interpretar os fenômenos sociais.

Esta dificuldade de caracterização ocorre porque o leque de conteúdos que se pode classificar como dotado de atualidade jornalística é necessariamente instável na sua delimitação. Percebemos que a noção de atualidade jornalística não se revela integralmente de forma direta. Ela é uma articulação de diferentes sentidos - considerados num âmbito da experiência da dimensão pública da vida social - com os recursos operacionais para construção do conteúdo jornalístico, sistematizados na forma de critérios de noticiabilidade.

Sem uma problematização adequada, a concepção de atualidade jornalística tende a ser fonte de imprecisão teórica e, na ausência de recursos explicativos, ser submetida aos parâmetros estabelecidos pelo ritmo cotidiano da produção noticiosa. Esta fragilidade pode produzir uma insuficiência na compreensão e no tratamento teórico e prático do conteúdo jornalístico tanto por pesquisadores quanto por profissionais da área.

1.2) A temporalidade como categoria social de análise

A noção de atualidade jornalística que estamos tratando nesta tese parte de uma perspectiva mais ampliada de considerar o tempo como um fenômeno social. Isto significa que aspectos ontológicos, universais, transcendentais ou apriorísticos do tempo, apropriadamente tratados por disciplinas como a Filosofia, serão considerados à medida de sua estrita utilidade para a discussão em curso, sem que tenhamos a intenção de propor formulações teóricas fora do campo da teoria social. O foco de nossa atenção será destinado a entender o tempo como uma relação social, uma objetivação de práticas e sentidos predominantemente construída a partir de processos sociais institucionais. Iremos demarcar neste item referências teóricas para esta discussão e reforçar o tempo presente como dimensão temporal privilegiada da ação social.

1.2.1) Aspectos de uma sociologia do tempo

Um estudo que pretenda caracterizar a noção de atualidade jornalística deve inicialmente demarcar alguns conceitos e perspectivas teórico-metodológicas fundamentais para o trabalho. A principal referência é a idéia de tempo, temática que tem perpassado uma variedade de campos do conhecimento nas Ciências Humanas, na Física e mesmo na Biologia. Cada perspectiva aborda aspectos particulares ou formula noções específicas do tempo, conforme sejam valorizados componentes simbólicos ou materiais do tempo enquanto um fenômeno ou as relações entre este fenômeno e os sujeitos que o vivenciam numa realidade concreta.

Nas ciências humanas, a categoria do tempo tem alcançado uma considerável importância principalmente para filósofos e historiadores. Entre os primeiros, as reflexões formuladas sobre este objeto têm se alinhado em dois grandes grupos: os absolutistas, que concebem o tempo como uma realidade completa em si mesma (operam com conceitos como “eternidade”, dimensão acima do mundo sensível); e os relacionistas, que vêem o

tempo como uma relação fenomênica, obtendo sentido quando são estabelecidas relações diversas entre fenômenos naturais e conteúdos simbólicos. Neste segundo caso, é possível pensar conceitos como “movimento” e elaborar modos de medir a sua “duração” subdividindo-o em unidades (Mora, 1981: 3.242).

Os historiadores, por sua vez, têm o tempo como uma categoria central: “*tudo começa, tudo acaba pelo tempo*”, segundo Braudel (1978: 44). O autor identifica na história a existência de três temporalidades: o tempo de longa duração caracterizado pelo lento movimento das estruturas; o tempo de média duração existente nas conjunturas (pequenos ciclos, de dez a cinquenta anos, na história social); e o tempo de curta duração, ligado ao evento com seu recorte breve, ocorrencial, instantâneo. Não seria produtivo, neste momento, estabelecer um mapeamento ou uma classificação das formas como as perspectivas científicas têm tratado o objeto “tempo”, contrastando, por exemplo, o tempo investigado pela História ou Ciências Sociais com os estudos sobre o tempo na Física (Elias, 1998: 12). Nossa intenção neste trabalho é delimitar o tempo como um fenômeno social. Interessa-nos investigar as formas como o tempo torna-se um componente (um dispositivo) dos processos e práticas sociais, como ele se objetiva a partir de movimentos sociais padronizados, regulares, que marcam um ritmo da vida cotidiana, bem como os modos pelos quais determinadas práticas sociais se institucionalizam e operam constituindo temporalidades para indivíduos e instituições.

A intenção de falarmos aqui sobre um 'tempo social' enquanto um fenômeno específico é consequência da percepção de que a temporalidade jornalística, ao se constituir em uma rede de relações imersas no presente e, ao mesmo tempo, constituir relações com sentido temporal de presente, está ligada a duas ordens de fenômenos sociais: por um lado, a prática jornalística atua como mediadora e articuladora de uma série de relações sociais em processos macro-sociais (processos discursivos no espaço público, racionalidade da produção e do mercado, recursos tecnológicos), auxiliando sua institucionalização num tempo e num espaço particulares.

Por outro lado, a temporalidade jornalística ganha especificidade na prática social e cultural própria da instituição jornalística. A atividade jornalística está vinculada a uma organização institucional, sendo desenvolvida por um corpo técnico especializado que segue regras e normas éticas e profissionais que especificam seu papel social e delimitam critérios de qualidade do produto.

No campo das Ciências Sociais, estudos em uma 'sociologia do tempo' têm sido desenvolvidos com base em duas principais abordagens: na primeira, uma abordagem do

tempo a partir de estudos de Durkheim (1965), desenvolvidos posteriormente por Sorokin e Merton (1937), focalizando sobre as funções integrativas das normas temporais. Sua principal tendência tem sido revelar a vasta variação de convenções e normas temporais sobre as quais a vida social repousa: "*It is primarily the normative aspects of time which are being studied at the moment; the study of temporality is being brought back to the study of social structures*"(Tabboni, 1998: 267-268).

Uma segunda perspectiva de estudo baseia-se em uma análise do tempo como uma forma institucional que é consequência de experiências concretas de grupos e organizações sociais. Conforme Segre, esta perspectiva dá uma ênfase weberiana ao estudo: "*Weber - unlike Durkheim - does not focus on norms that, in the context provided by modernity, are so encompassing to embrace society as a whole (...). Accordingly, integration or solidarity (...) flow from more specific sources, whether macrosociological (institutions) or microsociological (subcultures of particular groups)*" (Segre, 2000: 160). Assim, o trabalho de Weber enfatizaria tanto as macro quanto as micro fundações da temporalidade, em oposição a uma perspectiva durkheimiana consistentemente macro-sociológica (Segre, 2000: 167).

Parece-nos pertinente acrescentar que um estudo das '*micro-foundations of temporality*', particularmente as instituições sociais que contribuem para constituir formas específicas de experiência do tempo, possa ser adequadamente desenvolvido por uma abordagem histórica. Um dos autores que percorre este caminho e faz uma análise do desenvolvimento histórico da noção de tempo é Norbert Elias (1998), para quem o principal interesse de estudo situa-se sobre as transformações por que o tempo tem passado num contexto de mudanças de valores e experiências, bem como sobre as diferentes funções que o tempo tem preenchido ao longo da história (Tabboni, 1998: 267-268).

Entendemos que estas perspectivas mencionadas trazem contribuições válidas para um estudo do tempo na sua dimensão social. Consideramos que o tempo social é uma construção sócio-histórica decorrente do estabelecimento de relações em uma dimensão material (como as relações de mercado e a produção industrial) e em uma dimensão simbólica (como as relações culturais), que são partilhadas por indivíduos e grupos sociais. Esta intersubjetividade faz do tempo social um aspecto qualitativo da vida, variável conforme hábitos e ritmos sociais.

Neste aspecto, aceitamos a compreensão de Sorokin e Merton (1937) de que o sentido de tempo nas sociedades humanas não pode ser explicado apenas pela perspectiva temporal existente na astronomia, que nos oferece a regularidade dos dias e noites, ciclos

solares e lunares, com a decorrente formação de calendários. Neste clássico artigo sobre o tempo social, os autores buscam demonstrar que "*in the field of social dynamics such restriction to a single conception of time involves several fundamental shortcomings*" (1937: 616).

As sociedades convivem com diferentes conceitos e sentidos de tempo, e o próprio calendário torna-se significante "*only when it is transformed into social time (...) Time here is not continuous (...) The names of days, months, seasons, and even of years are fixed by the rhythm of collective life. A homogeneity of social beats and pulsations of activity makes unnecessary astronomical frames of reference*" (Sorokin and Merton, 1937: 619). Em vez de uma perspectiva da astronomia, os autores argumentam que os '*frames of temporal reference*' são sociais, exemplificando que "*a metropolis demands a frame of temporal reference entirely different from that of a small village*" (1937: 620-621).

Sendo uma construção simbólica que emerge de uma dimensão material, o tempo social se institucionaliza em práticas e dispositivos reguladores sociais. Em consequência disso, recorreremos à perspectiva histórica de Elias para afirmar que o tempo não é uma 'coisa', mas uma relação. Mais especificamente, para Elias, o tempo tornou-se a "*representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas seqüências de caráter individual, social ou puramente físico*" (1998: 17), sendo esta "rede de relações" que possibilita que um sentido de tempo presente possa ser captado a partir de um fluxo incessante de tempo (1998: 47).

Esta rede de relações, ao mesmo tempo em que cria um sentido de temporalidade aos indivíduos, gera também para eles padrões sociais de regularidades que lhes possibilitam adotar uma ordem seqüencial ou escala temporal de medida para os acontecimentos. Optamos por trabalhar com a ênfase dada por Elias de que a palavra tempo "*designa simbolicamente a relação que um grupo humano (...) estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir aos outros como quadro de referência e padrão de medida*" (1998: 40).

O autor considera que as relações temporais têm "níveis múltiplos e grande complexidade" e propõe estudar o 'tempo como uma síntese produzida pela experiência humana, abordagem que se diferenciaria da visão filosófica do tempo como um síntese *a priori* da natureza: "*A longo prazo (...) parecerá mais frutífero considerarmos o "tempo" como o símbolo conceitual de uma síntese em vias de constituição, isto é, de uma operação complexa de relacionamento de diferentes processos evolutivos*" (Elias, 1998: 41).

Não nos parece, no entanto, que a qualificação do tempo como uma síntese histórica seja uma concepção adequadamente demonstrada pelo autor. Em vez disso, o autor direciona sua investigação para entender o tempo como uma relação: para ele, o tempo “*constitui uma rede de relações, amiúde muito complexa, e que a determinação do tempo representa, em essência, uma síntese, uma atividade de integração*” (1998: 47). Para Helga Nowotny, perceber o tempo como uma relação é o modo como Elias busca resolver o 'problema do tempo' enquanto um objeto de estudo para os estudos sociais. “*For Elias, it consists (...) in how to reconcile the highly abstract nature of the concept of time with the strong compulsion its social use as a regulatory device exerts upon us in daily life*” (Nowotny, 1992: 427). E, dessa forma, conforme Nowotny, “*Elias opens the way for grounding the concept of time again in social terms*” (1992: 427).

A categoria de 'tempo social' já vem sendo usada por diferentes autores das Ciências Humanas, mas particularmente por aqueles com uma abordagem sociológica. Georges Gurvitch (1990) montou uma tipologia dos 'tempos sociais', pois, segundo Harvey, o autor rejeita a idéia de um tempo único e propõe que cada relação social contenha seu próprio sentido de tempo (Harvey, 1993: 204). Ou, pelo menos, que diferentes tipos de tempo social correspondam a 'diferentes nível de realidade social' e a 'diferentes grupos micro-sociais' (Gurvitch, 1990: 70-72).

Ao particularizarmos a abordagem do tempo à perspectiva de que ele é construído em uma relação social, estamos valorizando que o tempo social, como construção humana, objetifica-se em uma convergência entre fatores materiais e simbólicos, somente ganhando sentido quando é vivenciado (experimentado) por indivíduos e grupos em ambientes sociais, compostos por diferentes graus de ligações e conexões sociais entre indivíduos e predominantemente organizados por processos institucionais⁶.

O tempo social, então, surge e se objetifica (corporifica) em relações sociais que produzem ou interagem com referências temporais, como as escalas de medida temporal, definidas socialmente a partir de condições materiais (por exemplo, os ciclos da natureza) e históricas (os calendários nas diferentes civilizações). E é esta ênfase nas propriedades tipicamente sociais do tempo que Simonetta Tabboni capta como aspecto principal da abordagem de Norbert Elias: “*Time is no longer merely the collective rhythm of different*

⁶ Por relação social entendemos um grupo específico de relações entre pelo dois sujeitos por meio das quais são estabelecidos sentidos construídos no processo de interação social, sentidos estes que orientarão os indivíduos na construção de suas ações. Além da dimensão simbólica, as relações sociais podem ter uma dimensão material, decorrente de situações concretas da vida social, as quais criarão condições práticas para o agir.

activities, but a social construction which varies in the course of the process of civilization, becoming today one of the most constraining social habitus, an extremely abstract symbol, a cognitive instrument" (Tabboni, 1998: 262).

Temos de considerar, também, que as relações sociais tendem a se estabilizar num ambiente social. Isto significa que as relações caminham para regularidades, padronizações, hábitos e convenções, que limitam a margem de inovação e criatividade social. Giddens estuda a constituição da sociedade a partir da presença nela de "propriedades estruturais", ou mais especificamente, "propriedades de estruturação", as quais "*possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço*" (1989: 13). Em sua proposta teórica, Giddens considera que os sistemas sociais seriam constituídos por "*relações reproduzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares*" (1989: 20).

Em Giddens, uma melhor compreensão das práticas sociais implica em entender a sua dimensão institucional e a sua temporalidade. As práticas sociais se tornam 'instituições', para o autor, se elas se alastrarem por diferentes espaços e tempos de interação social (1989: 14). Ao mesmo tempo, elas se concretizam em três diferentes dimensões de temporalidade: 1) a *durée* da experiência cotidiana; 2) o tempo de vida do indivíduo; e 3) a *longue durée* de instituições. Embora Giddens acentue a importância das rotinas da vida diária, particularmente o seu caráter repetitivo e de contínuo retorno, sua abordagem enfatiza a relação entre as rotinas da vida social cotidiana e as formas institucionais de organização social, em que "*cada uma participa na constituição da outra*" (1989: 28).

Portanto, em Giddens, a temporalidade das práticas humanas é expressa na interpolação mútua dessas três dimensões (1989: 29). As práticas executadas por atores sociais com referência às suas rotinas de vida diária interagem com as rotinas e ciclos de temporalidade que as instituições sociais estabelecem para a 'gestão' dos processos sociais em que estão envolvidas.

Ao adotarmos esta estratégia de estudo, estamos conscientes das diferenças de abordagens sociológicas do estudo do tempo. Helga Nowotny salienta três estratégias de análise do tempo pela teoria social: 1) a teoria social pode localizar a existência de um tempo '*sui generis*' enquanto se desvia do problema de sua especificação; 2) pode justapor o tempo cronológico a várias formas de tempo social, considerando a primeira a mais 'natural' e a demais como percepções subjetivas do tempo; 3) pode se sentir livre para

localizar a existência de uma pluralidade de tempos, incluindo uma pluralidade de tempos sociais (Nowotny, 1992: 427-9).

Embora tenhamos preferência pela terceira perspectiva, não estamos sugerindo que o melhor percurso de investigação seja a formulação de tipologias de tempos sociais, como a proposta de Gurvitch, mas sim enfatizamos que os processos e práticas sociais constroem relações que, tendo como referências escalas temporais, desenvolvem formas particulares (tipicamente sociais) de experiência do tempo, como as formas institucionais de organização social.

Além disso, concordamos com Nowotny de que os estudos sobre o tempo não podem ser considerados um sub-campo ou especialidade das ciências sociais, "*...Nor is time sufficiently recognized as forming an integral dimension of any of the more permanent structural domains of social life which have led to their institutionalization as research fields*" (Nowotny, 1992: 441). Da mesma forma, não estamos afirmando neste trabalho que o tempo social seja uma forma nova ou separada de tempo. Consideramos válido o uso do termo "tempo social" porque nos permite apontar uma direção de estudo, que valorizará as formas objetivas e específicas que o tempo, como fenômeno múltiplo e muitas vezes abstrato, assume ao ser constituído por fatores tipicamente sociais que o condicionam.

1.2.2) Modos de constituição social do tempo

Um estudo da temporalidade jornalística a partir de uma abordagem do tempo social como o pretendido aqui implica que consideremos mais detidamente alguns processos e práticas sociais. De um modo mais geral, não devemos esquecer a presença e atuação de processos sociais amplos e históricos e suas influências e determinações a respeito da construção do sentido de tempo. Sabemos que as sociedades dos últimos séculos sofreram importantes transformações históricas que modificaram as bases de sua sociabilidade, mas nos interessa acentuar processos que, de alguma forma, afetaram os modos como as populações vivenciaram as temporalidades destas épocas.

Por isso, em vez de desenharmos extensos panoramas sobre estas sociedades, optamos por destacar três processos internamente articulados e diretamente ligados a um sentido social de tempo: o desenvolvimento do capitalismo, com a industrialização e a estruturação das relações de mercado; inovações tecnológicas e a formação das estruturas sociais de comunicação; e mudanças no campo da cultura, particularmente na literatura e nas artes. Parte destes processos será considerada posteriormente, particularmente aqueles aspectos mais ligados à constituição do jornalismo nas sociedades modernas e contemporâneas e as formas como ele opera o aspecto da temporalidade.

De um modo mais específico, pretendemos reforçar agora que uma investigação da temporalidade jornalística como uma categoria sociológica exige percebermos que a atividade jornalística é uma prática social e cultural que se realiza hoje predominantemente por meio de três situações e condições:

- 1) é executada por atores técnicos especializados, cujo papel social e profissional alcançou uma legitimidade social por meio do crescimento da importância social da atividade;
- 2) é regulada por regras, normas e critérios de qualidade do produto. As regras e normas visam a definir procedimentos técnicos e obrigações socialmente sancionadas, enquanto critérios de qualidade do produto tornam-se balizadores a respeito da conformação que o jornalismo possa adquirir para cumprir suas metas e atender a expectativas gerais e particulares de um público amplo, disperso e fragmentado;
- 3) é realizada hoje quase que exclusivamente dentro de organizações racionalizadas. Esta não é uma característica apenas das organizações jornalísticas, mas do processo de racionalização das sociedades modernas, conforme descrito por Weber (1944, 1985).

Considerando as três dimensões da atividade jornalística apresentadas acima, optamos por investigar predominantemente a sua natureza organizacional como um 'eixo' em torno do qual as duas demais dimensões do jornalismo estão articuladas. Com esta perspectiva institucional, queremos também evitar percursos que concentrem o foco em dicotomias tradicionalmente usadas pelas Ciências Humanas para separar o individual do social e do natural (Tabboni, 1998: 263).

Avaliamos que as instituições formais da sociedade são hoje fatores privilegiados de construção de relações e processos sociais intra e extra-organizacionais: 1) ordenam, estabilizam e normatizam modos de atuação no corpo social, dando organicidade à sociedade; 2) são atores coletivos com maior possibilidade de penetração no tecido social e de inter-relação com outras instituições; e 3) são *locus* de conflitos e disputas de poder, legitimidade e autoridade. Quando falamos de organizações sociais, estamos nos referindo às mais importantes, estruturadas e amplas entidades coletivas da sociedade, seguindo autores vinculados particularmente ao '*new institutionalism*' (DiMaggio e Powell, 1991: 11).

Preliminarmente, podemos perceber que a instituição jornalística orienta-se por um modelo organizacional em pelo menos dois tipos de relações: por um lado, relações de ordem social, pelas quais se organiza internamente (por meio de padrões de rotinização, burocratização e hierarquização) e externamente (como um ator coletivo com competências e finalidades reconhecidas e legitimadas socialmente); por outro lado, relações de ordem econômica, em que ela se torna gestora de uma vocação industrial voltada para o atendimento de demandas de mercado a partir da produção de uma forma específica de produto, a notícia.

Consideramos, portanto, que organização social é hoje tanto um espaço de interação quanto um modo padronizado de ação social individual ou coletiva. É um espaço de interação porque institui regras, posições e recursos – ou capitais, conforme Bourdieu – aos indivíduos que dela participam. E quando os atores sociais agem por meio de um corpo coletivo (o que é mais comum no jornalismo), a instituição enquanto uma organização assume, conforma e amplia os modos de ação em um ambiente social, institucionalizado ou não.

1.2.2.1) O tempo institucional

Além de práticas sociais institucionalizadas, como os usos, costumes e convenções, as organizações sociais são também espaços privilegiados para a construção de relações sociais com sentido temporal, tanto no âmbito interno quanto externo da instituição. As instituições sociais modernas, afirma Segre (2000: 153), foram preponderantes para que uma série de práticas e condutas sociais se estabilizassem, à medida que estas instituições necessitam de estabilidade para terem seu funcionamento normal.

Segre aplica uma abordagem weberiana das organizações sociais e busca no autor indícios de uma temática do tempo social. Um dos objetos que Segre analisa são as instituições formais da sociedade e sua racionalidade organizacional: "...*rational conduct (...) characterizes the firm as an institution*" (2000: 157). Para ele, as organizações institucionalizadas que operam em grande escala ("*large-scale institutionalized organizations*") são a maior fonte de regulação do tempo no contexto social e cultural da modernidade (2000: 160).

O ritmo de atividade de organizações de grande escala proporciona constrangimentos diretos ou indiretos sobre boa parte da vida cotidiana moderna, cujo tempo é estabelecido ou regulado por regras administrativas:

"Since bureaucratic structures are indispensable for the livelihood of people under modern economic conditions, (...) they are self-perpetuating, enduring institutions. They stabilize the existence of ordinary people by means of binding rules, but to an even greater extent shape and order the lives of all those who work for them, during working hours and in the course of time" (Segre, 2000: 154).

Nowotny considera que não somente o tempo e a temporalidade são uma parte distintiva de qualquer organização social e de sua cultura, mas o tempo é também um recurso central e escasso para qualquer organização e seu gerenciamento: "*It has to be employed in planning and design; it is omnipresent in decision-making, deadlines and other aspects of organizations behaviour like various forms of group processes*" (1992: 439). A regulação institucional do tempo tornou-se um fator necessário ao correto funcionamento do capitalismo moderno e da sociedade complexa em geral, percebe Nowotny (1994, citado por Segre, 2000: 163). As organizações sociais voltadas para a produção de bens e serviços no sistema capitalista operam com uma precisa concepção de

administração do tempo, a partir de uma aceitação ampla dos valores de pontualidade e disciplina do tempo.

1.2.2.2) A interação entre práticas institucionais e não institucionais

Em sua perspectiva weberiana, Segre considera que a regulação social do tempo é o resultado do encontro entre normas institucionais (de grupos particulares) e preferências ou hábitos individuais. Para isso, opta por trabalhar com as categorias de tempo social institucionalizado e não-institucionalizado. Considera que Weber influencia alguns desenvolvimentos teóricos contemporâneos para uma sociologia do tempo, ao perceber que normas institucionais e não institucionais interagem, como em uma organização social voltada para a produção: "*...the subordinate members react to the regulation of social time by specific capitalistic institutions according to their individual, cultural, and social characteristics*" (Segre, 2000: 168). Em outras palavras, normas sociais informais reforçam a regulação formal do tempo de trabalho das organizações.

Esta interação entre normas institucionais e não institucionais para a definição de um sentido social de tempo pode se dar por meio de condicionamentos e constrangimentos. Neste caso, referimo-nos aos diferentes determinantes e condicionantes resultantes da institucionalização de práticas sociais com um sentido de tempo estável e rotinizado. Em outras palavras, isto significa que agir socialmente está condicionado por diferentes controles sociais do tempo, como horários de funcionamento das organizações sociais (horário comercial e de produção das empresas, das repartições públicas, dos serviços de transporte etc).

Essa regulação social do tempo assume também um aspecto individual, pois serão indivíduos que agirão no espaço social conforme os condicionantes temporais existentes desde uma etapa muito precoce da vida de cada um. Tal processo contribui em larga escala, conforme Elias, para consolidar nossa consciência pessoal do tempo e torná-la inabalável: "*Essa individualização da regulação social do tempo apresenta, em caráter quase paradigmático, os traços de um processo civilizador*" (1998: 22).

Discutir, hoje, qual é o grau de determinação individual da constituição de uma 'consciência pessoal do tempo' parece-nos algo que a literatura da área ainda não ofereceu respostas satisfatórias. Elias salienta que a definição temporal é um elemento de afirmação da individualidade: "*em sociedades altamente industrializadas (...) cada pessoa se*

distingue de todas as demais não apenas naquilo que tem de único, mas também por ser capaz de determinar com precisão a sucessão temporal dos acontecimentos de sua própria vida, em referência a um outro continuum padronizado e socialmente reconhecido” (1998: 40).

Segre (2000: 168), por sua vez, percebe que o tempo institucional das grandes organizações, principalmente aquelas temporalidades que regulam a produção, tem sido recebido com resistência por parte de empregados buscando mais tempo livre e autonomia. Mesmo assim, podemos considerar que as relações entre tempo público e tempo privado ocorram em modos diferentes do que a tensão e o conflito, como no caso de uma relação de complementaridade, alternância ou imbricamento.

Estudos sobre a interação social enquanto um processo de negociação tem buscado se constituir como uma opção metodológica para entender interações entre indivíduos e estrutura, liberdade e controle social. Neste caso, os condicionamentos sociais decorrentes de processos de controle social não são vistos mais como simplesmente ou completamente impostos, mas muitas vezes negociado com o indivíduo. Segre diz que o tempo social é sempre negociado em situações locais:

"Social time is accordingly negotiated, in local settings and specific circumstances, by actors who are not always fully socialized to accept the institutionally defined and enforced regulation of time. Nor are they always able or even willing (...) to impose on other people, without any negotiation both with them and with other powerful subjects, a 'common schedule within which their respective activities are structured'" (Segre, 2000: 167).

Mesmo que haja diferenciações sobre as interpretações dos tipos de relações que se estabelecem entre indivíduos, grupos e organizações na constituição de sentidos temporais, parece-nos ser inevitável verificar um grau de interdependência entre ambos nesta definição. E esta interdependência, seja ela funcional ou interpretativa da realidade, faz o indivíduo ser obrigado a *"pautar seu próprio comportamento no 'tempo' instituído pelo grupo a que pertence"* (Elias, 1998: 97).

1.2.3) O sentido de tempo presente

A atividade jornalística ganha seu sentido próprio somente se sua prática opera no tempo presente. A noção de atualidade jornalística depende desta referência temporal, embora tenhamos apresentado indicações de fragilidades da compreensão teórica deste fator temporal no jornalismo, na medida em que há uma diversidade de formas e vínculos entre a atividade jornalística, seu produto noticioso e as experiências sociais ocorrendo no tempo presente.

Isto significa que a busca por um maior rigor de formulação da categoria de atualidade jornalística implica compreendermos alguns fatores essenciais do que identificamos como 'tempo presente'. Vamos, então, citar três aspectos necessários para sua compreensão, delimitação e uso dentro dos objetivos deste trabalho:

a) o tempo presente é perspectivado, dependendo de referências sócio-culturais que permitem aos indivíduos construir um sentido de presente em relação a um passado e a um futuro.

Entendemos que pensar o sentido de tempo presente é ter como referência que a cultura exerce um forte papel de mediação sobre a experiência social. Por isso, consideramos que o tempo presente é uma construção significativa determinada por marcos culturais que fundamentam as concepções temporais, possibilitando formas específicas de compreensão do momento presente em relação a um sentido de passado e de futuro.

Podemos inclusive considerar a tendência à 'presentificação' dos fatos como uma manifestação da idéia de que o sentido do tempo é uma construção social baseada em parâmetros e relações sócio-culturais. Conforme Elias (1998: 63), “*um determinado instante no interior de um fluxo contínuo só adquire um aspecto de presente em relação a um ser humano que o esteja vivendo*”, o que leva o autor a considerar que as linhas de demarcação entre passado, presente e futuro modificam-se constantemente porque os próprios sujeitos para quem um dado acontecimento é passado, presente ou futuro se transformam, ou são substituídos por outros: “*...as posições internas ao fluxo que*

representam expressões como ‘agora’ modificam-se quando as pessoas ou os grupos de referência se alteram” (1998: 63-5). Além disso,

“...o presente é aquilo que pode ser imediatamente experimentado, o passado é o que pode ser rememorado, e o futuro é a incógnita que talvez ocorra, algum dia. (...) É somente na experiência humana que se encontram essas grandes linhas demarcatórias entre ‘hoje’, ‘ontem’ e ‘amanhã’” (Elias, 1998: 66).

b) O tempo da experiência do ator ao agir no mundo é prioritariamente presente.

A construção social de um sentido de tempo presente ocorre na tensão e na articulação entre diferentes formas de agir do ator no ambiente social. E, de um modo geral, consideramos que a experiência do ator ao agir num espaço social está enraizada na ‘vivência presente’, e é dentro desta ‘vivência presente’ que sua vida se desdobra e se revela (Cronk, 2000).

Consideramos oportuno buscar as contribuições de George Herbert Mead para uma percepção do tempo presente, particularmente em seu livro *The Philosophy of the Present* (1959). Mead é um autor importante para entender esta interpretação, e particularmente para percebermos sua influência sobre os estudos jornalísticos que trataram da questão do tempo presente.

A obra filosófica de Mead é, para Murphy, uma “filosofia da natureza no tempo presente”, que busca entender o mundo como centrado em um presente, e localizar passado e futuro, significados e possibilidades, em sua função com relação ao presente: “*The present is to be taken as the locus of reality. This means, I take it, that to consider anything as real is to consider it as existing in, or in relation to, a present*” (Murphy, 1959: xi-xvii). Ou, nas palavras de Mead, “*The present is a passage constituted by processes whose earlier phases determine in certain respects their later phases. Reality then is always in a present*” (1959: 28).

Conforme Joas, Mead define o presente como “*the time-span of the actually occurring social action*” (1985: 191), sendo que a “*estruturação do tempo*” (1985: 189) é construída, em Mead, em relações práticas do organismo social com o seu meio ambiente ou, mais especificamente, do ator social em situações particulares: “*The stretch of the present within which this self-consciousness finds itself is delimited by the particular social act in which we are engaged. (...) The functional boundaries of the present are those of its undertaking – of what we are doing*” (Mead, 1959: 87-88).

Joas reforça a percepção de que Mead vincula todos os horizontes temporais ao presente, “*in a praxis taking place in a present, more precisely, in an intersubjective praxis occurring in a present* (1985: 192). A expressão “*intersubjective praxis*” que Joas usa remete a questão ao tema da intersubjetividade, na forma como esta é inerente à ação social e na forma como está presente no pensamento de Mead. Nos estudos de Mead e Schutz, a intersubjetividade é uma questão relacionada ao compartilhamento de noções básicas sobre o mundo: “*any knowledge of an other always presupposes a knowledge of the fundamental categories of the world constituted through the social organization of the body and nature such that the other is always experienced as situated in the context of a group offering an ‘inner-subjective meaning’ while defining its boundaries through its symbolic organization*” (Vaitkus, 1991: 3).

c) As rotinas da vida cotidiana estão repletas de marcadores do tempo presente.

O termo cotidiano pode ser considerado como se referindo a um ambiente espaço-temporal no qual as experiências que vivenciamos são próximas a nós tanto no espaço das nossas relações comuns (nossa casa, nosso trabalho, a rua pela qual costumeiramente nos deslocamos etc) quanto no tempo em que fazemos as ações. No aspecto temporal, temos uma marcação dada pela proximidade com que a ação acontece (quanto mais próximo no tempo, mais parece compor a nossa vida diária). Por exemplo: horários de execução de atividades domésticas, profissionais e de lazer; o tempo de duração destas atividades; e o tempo gasto para nos movimentarmos nos espaços sociais onde executamos uma coisa ou outra. Como a própria vivência no mundo da vida cotidiana implica um referencial de lugar e tempo marcado pelo “aqui e agora” (Berger e Luckmann, 1978: 39), a experiência social do cotidiano conduz o indivíduo a ter, inevitavelmente, um sentido de presente das coisas.

Podemos então aplicar 'cotidiano', por um lado, para um conjunto de relações sociais formadas por aspectos mais básicos e elementares da vida, característicos principalmente da vida familiar, independentes de uma concepção de especialização técnica para execução de funções que são próprias das grandes organizações da sociedade: o mundo cotidiano seria o mundo do indivíduo não especialista.

Por outro lado, o termo cotidiano pode não estar diretamente ligado a um espaço de relações vivenciais ordinárias, mas a um sentido de presença continuada, de frequência e de repetição, gerando uma familiaridade do indivíduo com agentes, temas, situações e

objetos que se repetem ou se sucedem continuamente num período temporal. As repetições de atos e situações (ou as pequenas alterações enquadradas numa situação rotineira, cotidiana) são elementos que possuem um componente temporal, gerando um sentimento de continuidade (proximidade, familiaridade): aquilo que se repete todos os dias torna-se familiar. A experiência da vida cotidiana se constitui para além dos movimentos fragmentados que o ser humano produz em cada instante. O sentido de continuidade surge das relações que um indivíduo estabelece entre estes movimentos e os estoques de experiências e conhecimentos anteriores, em uma espécie de ligação tanto a um contexto sócio-cultural quanto processual, de sucessão histórica dos eventos.

Ao falarmos de cotidiano, podemos estar nos referindo a um ambiente espaço-temporal caracterizado pela frequência e repetição de ações e conteúdos específicos, que demarcam um tipo de situação ou posição social ou, conforme Giddens, a situações em que há *“preponderância de estilos e formas de conduta familiares, sustentando e sendo sustentada por um senso de segurança ontológica”* (1989: 304). Podemos inclusive dizer que, em boa parte destas tarefas, o indivíduo exercita o que Giddens e outros autores denominam de consciência ou razão “prática”: a ação será realizada sem a aplicação de um esforço analítico e reflexivo que exija um trabalho intelectual de avaliação para tomada de decisões. A consciência prática seria um recurso intelectual suficiente para a execução de ações rotinizadas e padronizadas.

Este segundo sentido pode ser aplicado ao nos referirmos tanto a situações da vida íntima quanto da vida pública. Como atualmente o perfil médio do indivíduo é o de se envolver com uma multiplicidade de questões e ter uma diversidade de relações sociais, a vida cotidiana não se resume aos atos e sentidos construídos na esfera das relações pessoais – ou interações face-a-face, conforme Goffman (1986). Cada vez mais, a vida social se realiza em uma dimensão institucional, em que boa parte dos espaços sociais são delimitados por práticas institucionais que apresentam um certo leque específico de regras de conduta, atores sociais e conteúdos.

Ao considerarmos que o tempo presente é composto por uma multiplicidade de elementos, situações, práticas e relações sociais que 'co-habitam' um ambiente num mesmo momento, consideramos a categoria do 'cotidiano' oportuna por se referir a um tipo de experiência humana que nos é próxima tanto no espaço das nossas relações comuns quanto no tempo em que fazemos as ações. A idéia de cotidiano traz sentidos de proximidade,

familiaridade, imediaticidade e continuidade com objetos, situações e práticas. Tais aspectos serão necessários na composição de uma noção inicial de atualidade jornalística.

Uma faceta da atualidade jornalística está em acenar que o fato noticioso, por mais inesperado ou inédito que seja, refere-se a uma dimensão de algo que nos é próximo ou familiar, seja pela proximidade geográfica e identitária (laços sociais diversos), seja pelo interesse ou curiosidade que temos sobre ele. Embora o alargamento desta dimensão pública na contemporaneidade tenha feito com que o conteúdo e as funções do jornalismo se complexificassem, é difícil defender que esta prática social tenha perdido este vínculo com o cotidiano.

Pretendemos considerar a premissa de que, para entender o alcance da noção de atualidade no jornalismo, é inevitável admitir que a instituição jornalística procura organizar os fatos dentro de uma relação temporal similar à da vivência cotidiana, usando, para isso, recursos diversos de estilo e formatação. Segundo Sodré, o discurso jornalístico “*opera uma apropriação industrial do tempo e sua redução à experiência da cotidianidade*”, atendendo a uma “*retórica organizadora da singularidade factual do cotidiano*” (1996: 134-135).

Além desses três aspectos da noção de tempo presente, devemos considerar que a vivência do presente está também enraizada numa tradição histórica, num passado, e numa perspectiva de construção de um futuro. Podemos considerar que o futuro é, metaforicamente falando, uma “abertura” para algo “novo”, algo que não é completamente conhecido, preciso ou controlado pelas regras e recursos que o ator opera no presente.

A construção do futuro se faz no presente. A vivência do tempo presente é uma vivência social também na forma de uma preparação para o novo que se abre como desdobramento e como sucessão do presente. Este novo é incerto porque depende, entre outras coisas, das situações concretas da vida cotidiana, bem como das opções que os atores tomarem, isto é, dos tipos de ações que os atores executarem e dos movimentos sociais reativos que surgirem no ambiente social.

1.3) A perspectiva histórica no estudo da atualidade jornalística

Investigar a formação da atualidade jornalística sob a perspectiva histórica, com base na bibliografia produzida num âmbito de estudos que poderíamos definir como 'história do jornalismo', pressupõe cuidados prévios. Precisamos situar, mesmo que superficialmente, alguns diferentes quadros de referência e possibilidades de resultados nos estudos já feitos, para que possamos entender o trabalho do historiador dentro de seu processo interpretativo de análise do objeto.

A discussão a se desenvolver neste item possui, predominantemente, o objetivo de demarcar certas diferenças nos estudos sobre o jornalismo, ressaltando que as reuniões dos dados históricos sobre a institucionalização do jornalismo estão sedimentadas em concepções gerais sobre a sociedade e sobre questões metodológicas que envolvem o tipo de recorte que o historiador se propõe a fazer, o tipo de dado que procura isolar e o tipo de fonte que usa como documento de pesquisa. Tais questões serão apenas demarcadas aqui, principalmente com o objetivo de mostrar tensões e dissensões nas narrativas históricas sobre o jornalismo, em vez de eleger uma abordagem teórico-metodológica mais adequada ou propor novos modos de investigação.

1.3.1) Pressupostos teórico-metodológicos da abordagem histórica

Consideramos ser possível avançar na formulação de uma noção de atualidade jornalística ao realizarmos um percurso histórico, observando algumas manifestações concretas do jornalismo principalmente em sociedades mais desenvolvidas do Ocidente nos séculos XVII a XIX. Entendemos que, dessa forma, as situações originadas por transformações sociais nestes principais centros urbanos e econômicos oferecem modelos

de formação social que criaram condições típicas e referenciais para o desenvolvimento do jornalismo.

Ao pretendermos identificar alguns fatores fundamentais que levaram a atividade jornalística a desenvolver certos sentidos de temporalidade, o objetivo não é construir descritivamente em detalhes os modos como o jornalismo era produzido (suas características, o processo de produção, as tensões, o ambiente, os valores e princípios normativos e culturais etc). Tal percurso exigiria uma descrição histórica minuciosa, fora dos objetivos e possibilidades deste trabalho.

Queremos apenas traçar características gerais nas quais o jornalismo era produzido, limitado a um tempo e a um espaço social de circulação. Nossa intenção é identificar situações de produção e circulação do jornalismo que contenham, de forma direta ou indireta, elementos relevantes para uma compreensão de sua temporalidade.

Estudos que têm adotado a perspectiva histórica para compreender melhor o fenômeno jornalístico enfrentam alguns obstáculos, resultantes das opções teóricas e metodológicas aplicadas nas análises. Pesquisas históricas sobre o jornalismo não são novas: exemplos mais sistemáticos podem ser encontrados em publicações já na primeira metade do século XX⁷, particularmente nos Estados Unidos, onde há uma forte inclinação para a construção de uma história do jornalismo. Neste país, podem ser encontradas centenas de histórias individuais de jornais, revistas e editoras, bem como memórias e biografias individuais de repórteres, editores e empresários da área de comunicação. Embora elas sejam alicerces necessários para construir uma história da comunicação, a avaliação de Schudson é que elas não necessariamente avançam para uma compreensão mais geral do lugar da comunicação na experiência humana ou na mudança social (1991: 178-9).

Schudson denomina esta perspectiva de "história institucional", por considerar que ela predominantemente se dedica a perceber as transformações do jornalismo partindo de um ponto-de-vista interno à organização jornalística, apresentando uma frágil compreensão da relação de mão dupla entre a instituição jornalística e as estruturas, processos e transformações sociais ocorridos nos períodos em estudo: "... *any impact of the institution or industry on society is generally taken for granted, not investigated*" (Schudson, 1991:

⁷ Podemos perceber exemplos desta abordagem no trabalho de James Lee (1923), que recupera a história das fases iniciais da imprensa escrita e dos primeiros jornais diários norte-americanos, e no estudo de Alfred McClung Lee (1947), que oferece elementos para entendermos a constituição da imprensa diária nos Estados Unidos. Outro interessante exemplo é a detalhada história que Meyer Berger (1951) produziu sobre o jornal norte-americano *The New York Times* entre 1851 a 1951.

178). Além disso, segundo o autor, registros organizacionais podem revelar pouco a respeito de impactos mais amplos dos meios de comunicação sobre a consciência individual ou estruturas políticas e sociais (1991: 179).

Na verdade, Schudson opera com o pressuposto de que importantes mudanças internas ao jornalismo somente podem ser explicáveis se forem referidas a mudanças sociais mais amplas que circundam esta atividade. Por isso, sua crítica à história institucional tem como objetivo defender uma abordagem um pouco diferenciada ao estudo da história da comunicação. O autor propõe uma abordagem que denomina de "história própria da comunicação", que consideraria a relação das mídias com a história social, cultural, política e econômica. A questão central seria: "*how do changes in communication influence and how are they influenced by other aspects of social change?*" Ou, em outros termos, o que a comunicação nos informa a respeito da sociedade e o que a sociedade nos conta a respeito da comunicação (Schudson, 1991: 178).

A forma como Schudson discute os estudos históricos no jornalismo avança na consideração de alguns de seus problemas, como na consideração de que "*news is a historically situated category rather than a universal and timeless feature of human societies*" (1995: 38). Mas nos parece que as questões apresentadas pelo autor marcam perspectivas de estudos que ainda dependem de um avanço teórico em direção a uma maior especificidade e operacionalização.

Parece-nos que James Carey acrescenta um aspecto que atinge um ponto mais central aos dilemas da elaboração de pesquisas históricas em jornalismo. Em um artigo publicado em 1974, *The Problems of Journalism History*, o autor faz uma crítica direta à abordagem que denominará de "*Whig history of journalism*". Esta abordagem partiria de uma inspiração liberal e progressista para investigar o jornalismo como uma evolução linear.

Um exemplo desta abordagem liberal do jornalismo seria a obra clássica de Emery and Emery (1992) sobre a história do jornalismo nos Estados Unidos. Há uma ênfase em 'heróis' e 'estrelas' do jornalismo, principalmente diretores de jornais, editores e colunistas políticos, bem como das inovações tecnológicas nas empresas jornalísticas. Nesta e em outras obras semelhantes, há uma preocupação em afirmar uma evolução da imprensa a partir de um modelo de controle partidário para um modelo de imprensa livre e independente, bem como uma transição entre a precariedade artesanal na produção e na viabilidade econômica dos jornais para um modelo de produção industrial com eficiência

tecnológica e administrativa executada por empresas orientadas para atuar em um mercado rentável.

Conforme Carey,

"The whig interpretation of journalism history (...) views journalism history as the slow, steady expansion of freedom and knowledge from the political press to the commercial press, the setbacks into sensationalism and yellow journalism, the forward thrust into muckraking and social responsibility. Sometimes written in classical terms as expansion of individual rights, sometimes in modern terms as growth of the public's right to know, the entire history is framed by those large impersonal faces buffering the press: industrialization, urbanization and mass democracy" (1974: 4).

Para Carey, a *"whig history of journalism"* já teria exaurido seu potencial descritivo e explicativo, sendo necessário aos historiadores desenvolverem novos tratamentos do objeto. Interessante que, em uma entrevista publicada em 1985, em que Carey faz um balanço deste primeiro artigo, o autor lança uma nova crítica a um segundo tipo de abordagem histórica do jornalismo, que ele denomina de *"anti-whig interpretation of the press"*. No seu raciocínio, esta segunda perspectiva se distancia da primeira, sendo dominada por uma nova geração de historiadores do jornalismo, oriundos principalmente das Ciências Humanas e sem a mesma identificação com a profissão jornalística que tinham os pesquisadores da perspectiva anterior: *"we now produce an often contemptuous and condescending view from the academy toward journalism"* (Carey, 1985: 47).

Esta nova geração tenderia a diluir a especificidade do jornalismo ao investigar transformações gerais da sociedade às quais o jornalismo estaria imerso e seria uma consequência delas. Carey exemplifica que a maior parte dos estudos de *'newsmaking'*, de orientação sociológica, percebem apenas os mais simples e mecânicos aspectos do jornalismo: *"journalism is more than breaking news and beat reporting. If you identify journalism with its more mechanical reporting you have the basis for writing and anti-whig interpretation of the press: a story of not much more than a capitalist degradation"* (1985: 47).

Podemos considerar que Carey apresenta duas propostas para superar estas opostas perspectivas. No artigo de 1974, ele foi um defensor aberto de uma *"história cultural"* para o jornalismo, uma história cultural⁸ não interessada somente em eventos, ações, instituições e organizações do passado, mas que busque desenvolver um *"estudo da*

⁸ Carey considera cultura como *"...the organization of social experience in the consciousness of men manifested in symbolic action"* (1974, p. 5).

consciência do passado". A tarefa desta história cultural seria recuperar formas antigas de imaginação e de consciência histórica (1974: 4).

Para isso, o jornalismo seria uma "forma cultural", resultado de um trabalho criativo e imaginativo, paralelo às obras literárias, novelas, ensaios e artigos científicos: "*Journalism is then a particular cultural form, a highly particular type of consciousness, a particular organization of social experience*" (Carey, 1974: 5). Ser uma obra cultural é uma qualidade do jornalismo anterior - lógica e cronologicamente, segundo o autor - a ter se constituído como instituição, negócio, conjunto de direitos ou tecnologias. "*Journalism is essentially a state of consciousness, a way of apprehending, of experiencing the world*" (Carey, 1974: 5). Neste sentido, o autor sugere que vejamos o jornalismo como um "texto" (1974: 27).

Este artigo motivou debates sobre a capacidade de operacionalizar algumas destas linhas de trabalho. Carey cita que livros como o de Michael Schudson, *Discovering the News* (1978) estabelecem vínculos entre novas formas do jornalismo - como o surgimento da '*penny press*' - e uma mentalidade social de 'objetivação da sociedade'. Mas, de um modo geral, Carey propõe a necessidade de formular um 'novo vocabulário' com o qual se possa tratar o jornalismo, um vocabulário no qual o conceito de cultura seja mais central: "*There were parts of the story of journalism that hadn't been told and couldn't be told unless a new vocabulary were available*" (1985: 47).

A segunda proposta que Carey apresenta é menos definida metodologicamente. Em vez de sugerir uma abordagem específica, como no caso da história cultural do jornalismo, o autor considera que a formulação de uma história do jornalismo terá de superar a dicotomia "*whig and anti-whig history of journalism*". Isto porque, segundo o autor, tanto a abordagem liberal do progresso do jornalismo quanto a crítica que parte de ciências que decompõem o objeto formam, juntas, uma "ambigüidade" característica do jornalismo e seu papel atual na sociedade norte-americana:

"Both the whig and anti-whig interpretations prevent us from adequately characterizing the ambiguous role the press actually plays in American life. The whig and anti-whig interpretations of the press (...) are true to limited degrees but you have to bring the skills of a poet to those interpretations or they wall you into a lopsided view. The truth of poetry is in its ambiguity; the truth of journalism is also in its ambiguity" (Carey, 1985: 47).

Além de usar a metáfora da 'ambigüidade presente na verdade da poesia' a fim de direcionar uma perspectiva peculiar de compreensão do fenômeno jornalístico, Carey lembra que o processo de constituição de uma abordagem histórica é gradual, resultado do acúmulo de conhecimentos, metodologias e pesquisas na área, sendo compreensível que, no seu início, haja uma certa falta de integração nos estudos (Carey, 1985: 48).

Podemos, agora, discutir em que medida este panorama inicial oferece direções para um estudo da atualidade no jornalismo. Um primeiro aspecto a ser salientado é que, ao considerarmos o jornalismo uma instituição social formada historicamente, estamos procurando operar com uma categoria que nos ofereça recursos para perceber a articulação entre relações, estruturas, práticas e processos sociais que possibilitaram ao jornalismo alcançar sua especificidade histórica. O processo de institucionalização do jornalismo está vinculado, entre outros:

- a) a fatores decorrentes de suportes tecnológicos que tornaram a sua produção e circulação possível;
- b) a processos industriais de produção e inserção no mercado;
- c) à formação de práticas sociais e técnicas específicas da atividade por parte de um corpo coletivo de jornalistas;
- d) à constituição de um corpo de normas que estabelecem princípios e que regulam formas de agir da atividade jornalística;
- e) à criação de hábitos, expectativas e valores sociais sobre o papel que o jornalismo desempenha na sociedade;
- f) ao estabelecimento e consolidação de relações simbólicas e de poder.

Entendemos que a categoria da 'instituição' auxilia-nos a compreender o jornalismo na sua complexidade, como um agregado de fatores articulados interna e externamente à organização jornalística. Como, então, considerá-la em uma perspectiva histórica, se visualizamos há pouco críticas à história institucional do jornalismo? Ofereceremos duas ordens de considerações:

Inicialmente, vejamos um argumento em defesa da abordagem institucional. David Nord afirma que "*...the stone that the critics of journalism history have rejected - institutional history - must be the cornerstone of a useful history of mass media*" (1988: 8). Sua tese é de que o tipo particular de 'consciência' que está embutido na linguagem do jornalismo (conforme a compreensão de Carey) é produto de amplas instituições, sendo o

jornalismo (e os meios de comunicação em geral) melhor compreendido se for desenvolvida uma análise da estrutura histórica das instituições.

Sua ênfase na perspectiva institucional decorre de um acentuado interesse do autor em estudar o jornalismo como meio de exercício do poder pelas instituições e pelos indivíduos: "*The consciousness in the press is the consciousness of the press - of powerful and peculiar historical actors and institutions*" (Nord, 1988: 14). Se, por um lado, David Nord acertadamente visualiza a instituição jornalística como um ator complexo, que articula aspectos como a cultura e o poder, e, metodologicamente, como uma categoria explicativa, parece-nos que sua investida é frágil ao não investigar como esta articulação opera e nem detalhar sua concepção de poder na sociedade, cujo exercício dependeria fundamentalmente das instituições jornalísticas.

Partamos, então, para buscar em Peter Burke algumas observações úteis para recolocar, em termos mais precisos, esta fragilidade na argumentação de Nord. Primeiro, entendemos que uma investigação do jornalismo enquanto uma instituição social constituída historicamente pressupõe um tratamento do objeto com base em uma dupla perspectiva de estudo: há que se considerar as contribuições que tanto as Ciências Sociais quanto a História nos oferecem em seus pressupostos e metodologias.

Burke (2002) faz este percurso, questionando os pontos de contato e de conflito entre as duas disciplinas. Em linhas gerais, vê uma situação de complementaridade entre elas, como consequência de suas próprias limitações em darem conta sozinhas de determinados objetos sócio-históricos. O diálogo entre as duas tradições poderia contribuir para que ambas se 'libertassem' de diferentes tipos de 'paroquialismo', conforme Burke:

"Os historiadores correm risco de paroquialismo no sentido quase literal do termo. Ao se especializarem, como em geral o fazem, em uma região específica podem acabar considerando sua 'paróquia' completamente única, e não uma combinação única de elementos, que individualmente têm paralelos em outros lugares. Os teóricos sociais demonstram paroquialismo em um sentido mais metafórico, um paroquialismo mais vinculado a tempo do que a lugar, sempre que generalizam sobre a 'sociedade' com base apenas na experiência contemporânea ou discutem a mudança social sem levar em consideração os processos de longo prazo" (Burke, 2002: 13).

Ao discutir como as duas disciplinas tratam de um objeto comum, a mudança social, Burke percebe o que considera 'falsas dicotomias', as quais poderiam ser superadas por uma articulação entre História e Ciência Social (ou Teoria Social, como prefere denominar). Uma delas estaria em opor a idéia de mudança à situação de continuidade,

como se uma mudança social rompesse totalmente com laços de continuidade: "*Concepções de mudança implicam concepções de continuidade*" (2002: 221).

Outra 'falsa dicotomia' seria a "clássica oposição binária entre fatores internos e externos" em uma sociedade em processo de mudança social. Ao rever estudos do historiador Nathan Wachtel e do antropólogo Marshall Sahlins, Burke percebe que ambos "*...atribuem destaque à relação ou 'encaixe' entre fatores endógenos e exógenos*" nas sociedades analisadas, sugerindo que futuros estudos consigam perceber e compreender como diferentes sociedades reagem diferentemente a modos particulares de influência interna e externa na mudança social (2002: 223).

Burke está conduzindo a discussão acima tendo como recorte metodológico o objeto 'sociedade' e suas transformações na história. Nesta presente Tese, estamos nos dispondo a investigar um objeto mais específico, a instituição jornalística e os modos como ela opera um fenômeno específico, que é o sentido de tempo presente, uma temporalidade essencial à prática e ao produto jornalístico. Para isso, consideramos que Burke acertadamente nos orienta a identificar que o fenômeno em investigação só poderá ser adequadamente percebido se olharmos tanto para os fatores internos e externos à instituição jornalística, isto é, tanto o jornalismo constituído como um campo social organizado e internamente normatizado quanto as relações entre esta atividade e a sociedade - relações estas em via de mão dupla, consideradas as especificidades de cada situação no espaço e no tempo. Tendo esse cuidado, imaginamos poder evitar a polarização entre abordagens históricas que acentuam a ênfase nos fatores internos, como a história institucional tradicional, ou em fatores externos ao jornalismo, como algumas abordagens baseadas nas transformações tecnológicas ou econômicas da sociedade.

Uma segunda contribuição que Burke traz é sua análise do modelo evolucionista de mudança social. Este modelo é mais importante para a discussão que propomos do que o modelo de conflito (também apresentado pelo autor), pois as transformações que o jornalismo introduz na sociedade estão ligadas, conforme citamos, a múltiplos fatores, parte deles decorrentes de mudanças sociais que nos trazem uma impressão inicial de linearidade histórica: a tecnologia aplicada ao jornalismo; a complexificação das relações sociais, particularmente com a urbanização; a industrialização e suas repercussões para as organizações jornalísticas; o aprimoramento dos processos e técnicas de produção jornalística etc.

Conforme Burke, o modelo de evolução social busca descrever

"...uma mudança social que ocorre de maneira gradual e cumulativa (...) e é determinada essencialmente a partir de dentro (...) Muitas vezes, esse processo endógeno é descrito em termos de 'diferenciação estrutural', isto é, um deslocamento do simples, não especializado e informal para o complexo, especializado e formal (...) Grosso modo, é esse o modelo de mudança empregado tanto por Durkheim como por Weber" (Burke, 2002: 184).

Burke cita que, entre os partidários desta perspectiva, encontram-se vários teóricos sobre a modernização social, e são propostas categorias como 'impessoalidade' (seja a impessoalidade nas relações sociais, na esfera econômica ou política) ou 'racionalização', na direção em que Weber identifica a ascensão de formas mais racionais de organização, como a burocracia, além da própria formação do capitalismo (2002: 184-6). Ao identificar e perfilar um conjunto de mudanças que apareceram em sucessões históricas, o modelo de evolução tem seus méritos.

Por outro lado, parece-nos pertinentes pelo menos duas críticas de Burke às limitações deste modelo (2002: 189-191):

- a) a ampliação de uma investigação para além de um ou dois séculos passados deixa claro que as mudanças não são unilineares, em uma só direção: nem sempre a sociedade caminha para uma maior centralização, complexidade, especialização etc;
- b) O termo 'modernização' causa a impressão de um processo linear, mas historiadores intelectuais têm afirmado que a palavra 'moderno' adquiriu significados bastante diferentes no decorrer dos séculos.

Talvez seja útil, então, o comentário de Burke: "*Caso pretendamos compreender por que ocorre a mudança social, talvez seja boa estratégia começarmos a analisar de que maneira ela acontece*" (2002: 194). E um dos caminhos sugeridos pelo autor é perceber a mudança social não por uma visão histórica unilinear, mas multilinear.

Consideramos que o processo de estabelecimento do tempo presente como principal referência de temporalidade e sociabilidade está vinculado à emergência de fatores sociais historicamente determinados, como conseqüência de profundas mudanças nas relações sociais. O surgimento do jornalismo se insere nesse processo, um processo não unilinear, que precisa, portanto, ser percebido nas suas múltiplas faces. Um desdobramento desta investigação é entender como esta temporalidade social do presente ganha, com as práticas e processos jornalísticos, uma especificidade própria, decorrente de modos específicos como a atividade se desenvolveu e de que modos esta temporalidade construída pelo jornalismo atua socialmente no estabelecimento de vínculos e relações sociais.

1.3.2) Tempo e evento na história e no jornalismo

O tempo é um fenômeno central tanto para a história quanto para o jornalismo. Entretanto, desempenha funções diferenciadas para estes dois campos do saber, na medida em que história e jornalismo não comungam do mesmo objeto, objetivos nem metodologia de trabalho, o que lhes faz ter status disciplinar diferenciado. Por exemplo, mesmo que ambas operem com a idéia de 'evento' enquanto uma ação ou acontecimento recortados num tempo e num espaço, o modo de recortar e a própria substância deste recorte são diversos, em consequência das intenções diferenciadas de cada trabalho e da localização deste evento em tempos diferenciados para a história (predominantemente o passado) e para o jornalismo (predominantemente o presente). Vale lembrar, no entanto, que não é nosso objetivo discutir o status científico da História nem propor um status científico para o jornalismo, mas perceber algumas contribuições que a História, na relação com o jornalismo, pode trazer à investigação proposta.

Inicialmente, podemos adotar como referência a consideração de Braudel sobre a centralidade da questão do tempo para a História: "*Para o historiador, tudo começa, tudo acaba pelo tempo*" (1978: 72); "*..o historiador não sai jamais do tempo da história: o tempo cola em seu pensamento como a terra à pá do jardineiro*" (1978: 71). O autor se dispõe a investigar diferentes durações dos fenômenos históricos e desdobrar contribuições desta investigação para a historiografia. O autor vê três temporalidades nos estudos históricos:

- 1) o tempo curto dos eventos, em que uma denominada "história tradicional" teria se habituado "*há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto*" (Braudel, 1978: 44).
- 2) o tempo longo das conjunturas, em que uma nova história econômica e social estuda os ciclos de desenvolvimento histórico, que "*põe em questão o passado por largas fatias: dez, vinte ou cinquenta anos*" (Braudel, 1978: 44).
- 3) o tempo de longuíssima duração das estruturas, que atravessa os séculos e cuja perspectiva permite a compreensão de fenômenos como o capitalismo e a formação de mentalidades e sistemas culturais.

Seu argumento principal consiste numa afirmação da importância do 'tempo das estruturas' para o estudo histórico, fazendo para isso críticas ao 'tempo dos eventos': "*o*

tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações" (Braudel, 1978: 46), embora tenha sido esta a principal abordagem da historiografia recente: *"...a história dos últimos cem anos, quase sempre política, centrada no drama dos 'grandes eventos', trabalhou no e sobre o tempo curto"* (1978: 46).

Esta identificação de três diferentes durações históricas busca afirmar que, segundo Burke (2002: 211-213), mudanças históricas ocorrem em compassos ou ritmos diferentes. Braudel propõe que a historiografia deva operar com "durações solidárias", em que *"longa duração, conjuntura, evento se encaixam sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala"*, e o trabalho do historiador é reunir as "fragmentações" dessas durações (1978: 72). Em contrapartida, Burke critica Braudel por ter ido *"longe demais em seu desprezo a eventos, à capacidade desses eventos de subverter estruturas. Seu determinismo foi levado a horizontes consideravelmente amplos"* (Burke, 2002: 213).

Um interessante paralelo das relações entre tempo e evento na história e os seus usos no jornalismo foi desenvolvido na primeira metade do século passado pelo cientista social norte-americano Robert Park. Pela sua originalidade e iniciativa, Park tem sido uma referência para pesquisadores que investigam as possibilidades de formulação de uma teoria consistente e coerente sobre o fenômeno do jornalismo. Os artigos que produziu sobre jornalismo nas primeiras décadas do século XX contribuíram para dar uma direção mais rigorosa e científica nas investigações sobre a notícia e buscar uma delimitação do jornalismo como uma atividade que gera um tipo específico de conhecimento, embora Park tenha produzido poucos trabalhos sobre jornalismo e nem todos estejam baseados em uma metodologia rigorosa nas suas formulações.

Park utilizou a noção de tempo presente para dar um contorno a uma comparação entre o tempo dos eventos históricos e o tempo dos eventos jornalísticos, discussão que poderia ser localizada dentro do contexto de uma sociologia do conhecimento. No artigo *"News as a form of Knowledge"* (1955), o autor parte de uma tentativa de categorização do conhecimento humano para tentar localizar a especificidade do conhecimento produzido pelo jornalismo. Em linhas gerais, Park vai defender que o jornalismo produz um conteúdo que gera um conhecimento particular da realidade, diferente do conhecimento científico, reflexivo e sistemático (que Park denomina de *"knowledge about"*, citando Willian James) e o conhecimento obtido em nossa vida diária (ou do senso comum), em uma relação de familiaridade com as coisas do mundo, resultando em uma percepção assistemática e a-reflexiva (denominada por Park de *"acquaintance with"*).

Poderíamos discutir a fragilidade desta classificação, analisando as imperfeições e lacunas que ela traz, como por exemplo a idéia de Park de que o conhecimento do senso comum, por ser oriundo da vida prática, sem formulação racional, não seria “comunicável” (Park, 1955a: 74). Entretanto, consideramos mais adequado aos objetivos do trabalho perceber o percurso teórico que Park faz por dentro da sociologia do conhecimento para tentar construir sua noção de tempo presente, devido à sua importância para uma caracterização do evento noticioso em comparação com o evento histórico.

O autor parte da suposição de que existiriam certos “níveis intermediários” dentro de um “continuum” que ligaria as duas formas polarizadas de conhecimento citadas anteriormente, e o conhecimento produzido pelo jornalismo poderia estar inserido num “espaço” intermediário deste “continuum”, diferenciando-se dessas duas formas. Num momento seguinte, entretanto, Park busca caracterizar o jornalismo relacionando-o com o conhecimento científico – talvez porque este seja a única forma “comunicável” (1955a: 75).

Isso ocorre quando Park procura conceituar a notícia por meio de uma relação de comparação com o conhecimento científico produzido pela História. Jornalismo e História tratam de eventos, mas os eventos jornalísticos são tomados isoladamente, sem conexão com causas e conseqüências. Conforme o autor,

“News is not history because, for one thing among others, it deals, on the whole, with isolated events and does not seek to relate them to one another either in the form of causal or in the form of teleological sequences. History not only describes events but seeks to put them in their proper place in the historical succession, and, by doing so, to discover the underlying tendencies and forces which find expression in them. In fact, one would not be far wrong in assuming that history is quite as much concerned with the connections of events – the relation between the incidents that precede and those that follow – as it is with the events themselves” (Park, 1955a: 77).

Esta diferenciação que Park faz possui, da mesma forma, uma simplificação na abordagem do fenômeno jornalismo, ao tentar contrastá-lo com o evento histórico e com o método historiográfico de constituir e descrever eventos. Ao definir que a notícia trata com “eventos isolados” e que não busca relacioná-los com outros por meio de relações causais ou teleológicas, Park parece desconsiderar que o jornalismo depende de um processo de interpretação que o jornalista desenvolve para executar o seu recorte. Esta interpretação se baseia em fatores bastante diferenciados (por exemplo, ter um conhecimento prévio sobre um fato em investigação ou ter recursos para estabelecer as conexões que tornam o fato compreensível e noticiável) e auxilia o jornalista (individualmente ou em equipe) a

estabelecer relações entre fragmentos diferenciados para compor um relato coerente e com sentido de acabamento ao leitor.

Isto é, parece-nos desnecessário demonstrar que uma notícia traz, imersa em seus conteúdos aparentes, uma rede de relações causais e significativas com intenções de conduzir o leitor a perceber determinados aspectos de um evento. A notícia não trata apenas de eventos isolados, pois a própria condução do modo de 'recortar e colar' fragmentos do real já é intencional e consequência de um esforço compreensivo e explicativo pelo produtor e pelo leitor.

Esta rede de relações causais e significativas fornecerá também, os *frames* aplicados tanto por historiadores e jornalistas no modo como farão recortes temporais em seus eventos. Para Park, a vinculação ao tempo presente é uma condição para que um evento seja noticiável, e eventuais laços com o passado e o futuro só teriam sentido se confirmassem essa vinculação ao presente: "*...a reporter, as distinguished from a historian, seeks merely to record each single event as it occurs and is concerned with the past and future only in so far as these throw light on which is actual and present*" (Park, 1955a: 77).

CAPÍTULO II
A ATUALIDADE JORNALÍSTICA
COMO CATEGORIA SÓCIO-HISTÓRICA

2.1) Fatores tecnológicos na constituição da atualidade jornalística

O desenvolvimento de novas técnicas de produção e organização social durante as revoluções científica e industrial nos séculos XVII a XIX sedimentou um conjunto de transformações nas sociedades ocidentais, com repercussão direta sobre o controle e a manipulação do tempo. Um importante invento foi o relógio mecânico no século XVII, que introduziu uma maior precisão na medição mecânica do tempo e acabou por levar ao reconhecimento da importância da mensuração precisa na ciência e na tecnologia em geral: "*O relógio mecânico foi portanto o instrumento prototípico não só da concepção mecânica do universo como da idéia moderna de tempo*" (Whitrow, 1993: 145).

Esta capacidade acentuada de medição e controle do tempo é uma inovação que não pode ser percebida isoladamente, mas articulada a outras tecnologias em desenvolvimento. Por um lado, a revolução nos transportes permitiu a redução do tempo de circulação de mercadorias e pessoas entre dois pontos, seja através do aprimoramento do desempenho de veículos de transporte (introdução de barcos a vapor, por exemplo) ou pela abertura e melhoria das condições das estradas e de veículos como as diligências, assim como pela introdução de novos meios de locomoção, como as linhas férreas (Blondheim, 1994: 17-18).

Por outro lado, a revolução nos sistemas de transmissão de informações ampliou a velocidade e a quantidade de dados em circulação, bem como introduziu novas possibilidades de sua transmissão. Neste grupo encontram-se tanto o aperfeiçoamento do serviço de correios quanto a introdução do telégrafo e, posteriormente, do telefone.

Os efeitos destas inovações tecnológicas sobre a temporalidade jornalística podem ser percebidos ao considerarmos três aspectos: os efeitos da tecnologia sobre a transmissão de conteúdos jornalísticos (em matéria-prima ou já transformados em relatos jornalísticos); os efeitos sobre os modos de produção da notícia enquanto uma organização complexa e multifuncional; e os efeitos diretos sobre as capacidades, habilidades e possibilidades do jornalista em manejar esta tecnologia no seu cotidiano.

A investigação desses aspectos tecnológicos e suas relações com o papel social que as notícias desempenham em cada época procurará ter o cuidado de seguir a observação de Woolf de que um estudo sobre o jornalismo, ou sobre as notícias em particular, deve considerar o contexto e as relações que as notícias estabelecem: "*Our perception of news is different from that of early modern people, because both our technology and our relationship to that technology is radically different*" (2001: p. 81).

Deve-se lembrar preliminarmente que um dos principais fatores tecnológicos que reorientaram a constituição da cultura a partir do século XV foi o desenvolvimento do sistema mecânico de impressão. Autores como a historiadora norte-americana Elizabeth Eisenstein vêm na chamada "revolução no sistema de impressão" no início da Idade Moderna na Europa um processo de longo prazo, de formação de uma nova 'cultura' capaz de modificar modos de produzir e pensar - uma inovação tecnológica vinculada a transformações sociais. Por exemplo, a introdução de modos de padronização, preservação e meios mais sofisticados de recuperação de informações (índices remissivos em ordem alfabética, por exemplo) (Eisenstein, 1983: 43-159; Burke, 2002: 140-141).

Este novo modo de produzir textos se torna parte do contexto que irá viabilizar o surgimento dos jornais e, posteriormente, do jornalismo como instituição social, embora existam teses que reduzam a força deste argumento. Sommerville, por exemplo, critica teóricos que analisam o desenvolvimento dos jornais a partir do processo de produção de livros engendrado com a revolução da imprensa: "*newspapers did not evolve from books. Newspapers descended from newsletters or from letters in general, and early editors maintained essential features of this more continuous medium*" (1996: 6).

A dimensão temporal desta revolução da imprensa e seus efeitos sobre as notícias nos séculos seguintes parece-nos ter sido adequadamente captada por Woolf (2001). O autor usa quatro categorias para analisar esse efeito: velocidade ('*speed*'); fluxo ('*flow*'); vivência comum ('*commonality*'); e densidade ('*density*'). Inicialmente, o autor reduz a importância do fator 'velocidade' introduzido pela nova tecnologia de impressão, se esta velocidade for observada do ponto-de-vista da transmissão de informações: a impressão mecânica não aumentou a velocidade de circulação da notícia, mas regularizou o fluxo das transmissões e o intervalo entre elas, expandiu o número de pessoas simultaneamente lendo ou discutindo versões variadas da mesma notícia e, também, possibilitou a apresentação de versões múltiplas (e às vezes conflitantes) do mesmo evento. (Woolf, 2001: 83).

As categorias de fluxo, densidade e 'vivência comum' teriam sido as responsáveis pela constituição de uma modernização do sentido de tempo, com a ascendência do sentido de tempo presente para a experiência social:

"The principal difference, then, between the period before 1640 and that after was not the greater speed of printed news, nor a noticeable change in overall reception times (...). Rather, the sense of an enveloping present owed its development to changes in the other limits on news reception that I sketched out above: flow, density, and commonality. All of these substantially altered during the seventeenth century, and particularly in period of continuous activity, publicized through multiple media (printed, oral and written) such as 1640s. It is this, not print's superiority over oral or manuscript transmission, that accounts for the changing relationship between past and present, and the establishment of the latter as a free-standing locus of social experience. These changes had profound implications for the modernization of the sense of time" (Woolf, 2001: 84).

Embora a revolução da imprensa tenha trazido uma maior velocidade de reprodução de produtos impressos e um maior potencial de disseminação de conteúdos para amplos públicos, isso não implicou em um inevitável aumento na velocidade de transmissão. Cartas manuscritas e modos orais de transmissão continuaram a ser recursos convencionais de comunicação e superação de distâncias até o final do século XVII (Woolf, 2001: 88).

2.1.1) Tecnologias de transporte e transmissão de informações

A velocidade de circulação das notícias está diretamente ligada à capacidade técnica de superação de distâncias, seja na captação e envio de informações que serão transformadas em notícias na fase da produção jornalística, seja na efetiva transmissão da notícia até o seu público. Isto significa que a expansão da imprensa dependeu do crescimento econômico dos países e de sua capacidade em desenvolver novas rotas e sistemas de transportes. Portanto, a história de países como Inglaterra, França e Estados Unidos fornece úteis exemplos para compreendermos a imprensa (Brown, 1985: 7).

É importante perceber que quando falamos em 'notícias' estamos nos referindo a conteúdos baseados em eventos ocorridos em diferentes localidades geográficas: notícias locais, nacionais e estrangeiras, por exemplo. Estas três modalidades têm modos bastante diferentes de produção conforme sua especificidade: a primeira depende necessariamente de repórteres e contatos interpessoais; a segunda e a terceira dependem de sistemas de transporte e comunicação de informações.

Obter informações originadas em localidades distantes durante os séculos XVII a XIX era uma tarefa bastante difícil. Havia uma precariedade nos transportes nos Estados Unidos: até o século XVIII, os rios eram os principais meios de navegação, e o surgimento dos barcos a vapor no início do século XIX introduziu uma maior velocidade no transporte de mercadorias e, em consequência, de informações, fatores de entusiasmo nas sociedades em industrialização (Nerone, 1989: 33-34).

Os transportes terrestres tiveram um incremento de velocidade em consequência de inovações naquele país: a abertura de novas estradas e a melhoria nos veículos (como as diligências) permitiram que o tempo de deslocamento fosse reduzido pela metade em alguns trechos (uma viagem entre New York e Boston por diligência demorava 74 horas em 1800; em 1831, o tempo foi reduzido para 33 horas) (Blondheim, 1994: 18), embora fatores climáticos em alguns períodos do ano tornassem a jornada significativamente mais árdua (Popkin, 1989: 5).

Interessante citar o exemplo das dificuldades inerentes à distribuição dos '*newsbooks*' pelas províncias inglesas do século XVII. Dois modos de distribuição de materiais impressos eram utilizados: viajantes transportando mercadorias de Londres para as províncias; e o serviço postal. Ambos tinham saídas semanais da capital, embora os viajantes apresentavam horários e roteiros mais flexíveis que os correios. A velocidade do deslocamento era reduzida: viajantes percorriam cerca de 20 milhas por dia, e os correios 7 milhas por hora, dependendo de condições climáticas. Em Londres, a distribuição era mais fácil e regular, tanto em livrarias quanto em vendedores pelas ruas (Raymond, 1996: 238-241).

Um novo incremento de velocidade dos transportes ocorreu com o surgimento das estradas de ferro e as locomotivas, na metade do século XIX, que tornou possível, para os jornais das metrópoles, alcançarem mercados mais amplos nas cidades do interior e entrar em competição com jornais provinciais (Brown, 1985: 7). A revolução nos transportes ofereceu novas mensurações de tempo não somente para grandes distâncias, mas também para distâncias curtas. Nas metrópoles em crescimento, a melhoria nos transportes agilizou a distribuição dos jornais, possibilitando que os grandes jornais chegassem cedo nas casas dos leitores, um fator que se ampliava em todos os países industrializados (Brown, 1985: 7).

Os novos sistemas de transportes introduziram uma cronometragem rigorosa. Na Inglaterra, já no final do século XVIII uma rede unificada de transporte público obrigou os prestadores do serviço e o público a se habituarem à pontualidade e à cronometragem.

Embora houvesse resistências à obrigação de pontualidade para os trens a partir de 1839, essa obrigação teve de ser aceita quando os trens passaram a transportar correspondências, pela necessidade de encadeamento de tarefas, funções e horários nos serviços postais (Whitrow, 1993: 179-181).

Os sistemas postais foram fundamentais na construção de uma temporalidade jornalística. Se o sistema de impressão tornou os jornais possíveis, sistemas postais seguros tornaram a transmissão de notícias algo prático e, também, lucrativo: "...improved systems of mail and transport made it possible to market such printed products widely enough to make them profitable" (Popkin, 1989: 6). Mas esta melhoria foi gradativa, pois, mesmo com os sistemas postais em funcionamento regular no início do século XVII em países como os da Europa Central e Ocidental, havia ainda irregularidades na entrega de notícias, o que tornava o serviço de mensageiros, viajando por barcos ou cavalos, um trabalho necessário (Woolf, 2001: 89).

Os correios eram considerados serviços caros e lentos, e somente poucos indivíduos podiam despende o tempo e o dinheiro necessários para manter uma rede de correspondências de informações regulares sobre os principais eventos de todo o continente. Da mesma forma, viagens eram caras e demoradas, e deslocamentos para a cena de algum interessante evento era um empreendimento extraordinário (Popkin, 1989: 5).

Por um lado, os sistemas postais dependiam da eficiência dos transportes para atuarem e, com a melhoria das estradas, navegação e linhas férreas, os correios reduziram o tempo despendido na entrega das correspondências e se tornaram serviços mais seguros, regulares e confiáveis. Por outro lado, novos métodos de entrega de correspondências nas grandes cidades e mesmo o surgimento de novas empresas (como o *Penny Post* em Londres em 1680 competindo com os serviços oficiais, considerados insatisfatórios) possibilitaram que entregas fossem feitas num mesmo dia, aumentando a velocidade da entrega mesmo dentro de uma programação já diária (Sommerville, 1996: 83).

Os serviços postais foram o principal sistema de comunicações até a invenção do telégrafo em 1844 nos Estados Unidos. Os serviços postais condicionavam o tempo de produção de uma notícia, pois o tempo de entrega de uma correspondência enviada por um repórter de uma cidade próxima ou distante (até mesmo em outro país) relatando um evento para a sede do jornal em que trabalhava indicaria já um tempo considerável de 'atraso' entre a ocorrência e sua transformação em relato jornalístico impresso. Somar-se-ia a este intervalo um tempo adicional da venda ou entrega do jornal ao público final.

Schröder cita experiências de atuação de correspondentes na imprensa alemã do século XVII para informar ao público alemão os principais eventos na Europa. Os jornais recebiam informações de seus correspondentes pelo correio, usualmente uma ou duas vezes por semana. Cada edição dos jornais continha em média seis a oito cartas de correspondentes. Ao final deste século, quase todas as principais cidades alemãs tinham seu jornal, muitos dos quais já aparecendo mais de uma vez por semana (Schröder, 2001: 123-124).

E, como havia um estímulo ao uso de jornais estrangeiros como fontes de informação para jornais nacionais, e jornais nacionais como fontes de informação para jornais locais, este intervalo causado pela demora na entrega de correspondências valia também para o recebimento de jornais estrangeiros pelas empresas jornalísticas nacionais, e de jornais nacionais pelos jornais locais. Assim, acrescido às dificuldades de transportes internos dos países, o recebimento de notícias estrangeiras dependia também da chegada de embarcações de outros países trazendo novos jornais (Sutherland, 1986: 226).

Em países como a França no século XVII, eram admitidas re-impressões dos principais jornais nas províncias do Reino. Por exemplo, um dos jornais da época, *Gazette*, estabeleceu treze contratos de reimpressão entre 1687 a 1699. Estes contratos criaram o primeiro sistema de distribuição de um jornal em uma ampla escala nacional, fazendo com que não houvesse uma diferença superior a 24 horas entre a edição impressa em Paris e as regiões ao norte e leste da Capital (Vittu, 2001: 172).

O surgimento da tecnologia do telégrafo na primeira metade do século XIX e das transmissões experimentais do telefone no final do mesmo século introduziram mudanças profundas nos modos de transmitir e receber informações. Esta chamada 'revolução nas comunicações' no século XIX criou novos hábitos e práticas sociais nas relações comerciais, no cotidiano das relações sociais e na modificação de condutas de governos no exterior (Whitrow, 1993: 183).

Samuel Morse realizou a primeira transmissão por telégrafo em 1º de maio de 1844 e, no final do mesmo mês, inaugurou a primeira linha telegráfica, ligando Washington a Baltimore. Inventar o telégrafo era talvez uma tarefa menos difícil do que popularizá-lo, segundo Blondheim (1994: 31). Havia a necessidade de desenvolver uma prática e uma cultura do uso do telégrafo, e vencer alguns desafios: 1) convencer as pessoas de que o telégrafo elétrico realmente funcionava; 2) provar que era um instrumento útil, não

meramente um entretenimento; 3) encontrar usuários suficientes para torná-lo uma empresa viável para os investidores.

Os potenciais usuários desta nova tecnologia eram o governo, as grandes organizações empresariais, o setor comercial e a imprensa. Os dois primeiros buscavam no telégrafo uma maior eficiência de controle e gerenciamento, enquanto as empresas comerciais viam no novo dispositivo um meio de acelerar contatos e vendas. Entretanto, eram as notícias que utilizavam mensagens mais longas e, portanto, tinham um uso maior do serviço, pago por palavra transmitida (Blondheim, 1994: 35).

Para a produção jornalística, este recurso técnico de transmissão de informações à distância facilitava a cobertura de eventos que ocorriam longe da sede do jornal e, ao mesmo tempo, seu modo de transmissão condicionava o conteúdo jornalístico, estimulando uma fragmentação das notícias: "*The telegraph, by increasing the speed of news and making its continuous transmission possible, broke down the reporting of developing news stories into smaller and more frequent segments*" (Blondheim, 1994: 35). Assim, as cartas pessoais e o sistema dos correios, de um modo geral, perderam gradativamente sua importância como meio para a transmissão de notícias, sendo suplantados pelo breve, porém muito mais freqüente, telegrama (Brown, 1985: 1).

Os custos para envio de telegramas eram inicialmente altos, particularmente se usavam cabos intercontinentais (o primeiro foi inaugurado em 1858, ligando Inglaterra e Estados Unidos, embora tenha apresentado defeito dias após, sendo reestabelecido somente em 1866). O custo alto estimulava a redução no tamanho das notícias enviadas. Houve, no entanto, uma gradativa queda de taxas: uma redução para seis centavos de dólar na taxa padrão de 12 palavras em 1885 produziu um salto nas vendas do serviço (Brown, 1985: 13). Da mesma forma, a formação de agências de notícias como a *Associated Press* e a *Reuters* na segunda metade do século XIX trouxe uma queda nos custos e uma oferta de notícias provenientes de locais distantes. Na Inglaterra, isso permitiu que jornais das províncias estivessem aptos a oferecer notícias de forma independente dos jornais londrinos (Brown, 1985: 4).

O telégrafo se tornou componente de um processo de mudança no modo de vivenciar o tempo e o espaço no século XIX. A possibilidade de obter notícias originárias de locais distantes de um país com vasto território, como os Estados Unidos, criou, nos leitores, a expectativa de poder acompanhar o desenvolvimento e a resolução de eventos. Para os editores, esta era uma maneira de aumentar a gratificação dos seus leitores e, portanto, a receptividade das notícias.

Esta seria também uma nova forma de compartilhar uma experiência de tempo: *"Following the development of distant events as they occurred, readers throughout the country shared the experience in time. They became, in a sense, participants in even the most remote news events"* (Blondheim, 1994: 38). Por isso, um dos principais editores norte-americanos da época, James Gordon Bennett, fundador do *New York Herald*, avaliou que as notícias transmitidas por telégrafo poderiam colocar 'toda a nação com a mesma idéia no mesmo momento' (Blondheim, 1994: 38). Ou, como o próprio Blondheim avalia, *"The potential of the telegraph to provide speedy news simultaneously throughout the land surpassed all previous means of achieving timeliness in news"* (1994: 29).

Poucas décadas após o surgimento do telégrafo e dos cabos intercontinentais, uma nova onda de aceleração da comunicação se estabeleceu com duas inovações, o telefone e o rádio. A invenção de um aparelho de telefonia elétrica data de 1876, patenteada pelo escocês Alexander Graham Bell, embora Elisha Gray, em Chicago, também tenha desenvolvido aparelho semelhante, e as primeiras transmissões telefônicas entre usuários realizadas nos Estados Unidos e Inglaterra nos anos seguintes. Quase imediatamente, começou-se a criar uma imensurável rede de fios e conexões (as centrais telefônicas), criando novas especializações técnicas.

O telefone foi sendo gradativamente introduzido com ferramenta jornalística (como a transmissão de informações de resultados de eleições presidenciais nos Estados Unidos em 1896), mas alguns usos experimentais desta nova tecnologia como um meio de comunicação jornalística também foram tentadas, conforme descreve Stephen Kern com o *'telephonic journalism'*:

"Julio Verne envisioned 'telephonic journalism' in a science fiction story of 1888. Five years later it became a reality when a Hungarian started such a news service in Budapest and expanded it into a comprehensive entertainment service with outlets in the homes of 6000 subscribers, each of whom had a timetable of programs including concerts, lectures, dramatic readings, newspaper reviews, stock market reports, and direct transmissions of speeches by members of Parliament. It focused the attention of the inhabitants of an entire city on a single experience, regulated their lives according to the program schedules" (Kern, 1995: 231).

As experiências de Guglielmo Marconi para enviar ondas de rádio a grandes distâncias sem a utilização de fios e cabos realizaram-se quase na mesma época. Em 1894, Marconi construiu um aparelho experimental e, em 1901, enviou uma mensagem através do Oceano Atlântico por um transmissor instalado na Inglaterra. Em 1904, The Marconi Company estabeleceu a primeiro serviço noticioso por rádio em transmissões noturnas nos

EUA. Por volta de 1912, o rádio já era uma parte essencial da comunicação internacional, ligando navios no mar e bases terrestres em uma rede instantânea e mundial (Kern, 1995: 230).

2.1.2) Tecnologias como suporte da produção jornalística

Consideramos que um modo necessário de perceber os efeitos da tecnologia sobre o jornalismo é identificar como fatores de ordem técnica estabeleceram possibilidades e limitações no tempo da produção jornalística. Aspectos tecnológicos condicionaram o ritmo e a velocidade da produção em diferentes épocas do desenvolvimento do jornalismo. Este condicionamento não se resume a uma idéia contemporânea de produtividade e eficiência, mas se refere principalmente às possibilidades que os incipientes recursos técnicos estabeleciam para que a produção pudesse mesmo cumprir suas etapas, sua regularidade de circulação e sua busca de garantir o caráter recente das notícias.

A produção jornalística nos séculos XVII e XVIII, principalmente, dependia em larga medida da habilidade de profissionais gráficos no manuseio de equipamentos rudimentares. Esta foi uma fase de transição gradativa e inevitável entre um modelo anterior bastante simples de redação de notícias escritas à mão ("*handwritten news-letters*") e um modelo de produção de jornais impressos ("*printed newspapers*"). Em termos econômicos, a produção de notícias por sistemas impressos era também mais barata do que a reprodução por meio de manuscritos à mão (Schröder, 2001: 133).

Auxilia-nos a compreender a complexidade deste processo de transição citando um exemplo de Sutherland (1986) na Inglaterra do século XVII: segundo o autor, as cartas escritas à mão transmitindo notícias tinham mais flexibilidade para resolver situações em que notícias de última hora chegavam às mãos do escritor: "*If it was important enough, it could be added at the end of a letter already copied later*" (Sutherland, 1986: 226). Tal flexibilidade das notícias manuscritas, que revela uma incipiente dimensão temporal referente às preocupações de atualização de conteúdos no tempo, não era ainda disponível aos primeiros jornais impressos, devido às dificuldades operacionais do sistema de impressão manual. Esta situação se estendeu durante todo o século XVII:

"...no printer of a seventeenth-century newspaper would willingly put up with time-wasting cancellations because a piece of news he had already set was superseded by later information and still less because it would be more appropriately placed beside news of the same general kind (for example, home news or foreign news)" (Sutherland, 1986: 226).

Estas impressoras manuais tinham um limite rígido de folhas de papel que pudessem ser impressas num dado período. Esta característica fazia com que jornais que começassem a consolidar um mercado nos séculos XVIII e XIX tivessem de usar uma segunda rotativa para possibilitar atender à demanda:

"In practice the low speeds that could be attained and sustained in manual type-setting meant that no sooner was a paper selling on the streets than the printer had begun to set the next issue. He could not wait until all the news was assembled and arranged in an orderly and systematic manner by himself or by someone else; he had to start with what he had, or he would never keep ahead of the clock. What was already set would normally have to be left standing" (Sutherland, 1986: 226).

A tecnologia da produção jornalística alcançou intenso desenvolvimento no século XIX, com a introdução de novos modelos de impressoras nos 1860s e 1870s, menores, mais rápidas e mais baratas: as '*web rotary*', rotativas que operavam de forma interligada. Os jornais diários, principalmente, foram os mais beneficiados com este avanço no desempenho dessas rotativas: *"A daily paper needed a fuller printing equipment than a weekly or twice-weekly one, as the whole circulation had to be produced in one night's work. Even more, an evening paper needed to run off its main edition a very short time"* (Brown, 1985: 8).

Lucy Brown cita que as melhorias de produtividade não se resumem apenas ao desempenho das rotativas: surge uma concepção de eficiência técnica e organizativa nas empresas, mesmo que esta melhoria represente um aumento de custos: *"There is therefore in all industrial countries an emphasis on technical efficiency at the expense of the price of the paper if necessary. A big competent newspaper is above all a feat of organization: it involves a large number of people with a common understanding of what should contain, or normally does contain, pooling a large number of individual items"* (Brown, 1985: 7). Paralelo a isso, o rápido crescimento na circulação dos jornais em 1850s e 1860s seria consequência do aumento do suprimento de papel e da queda nos preços do produto, o que teria possibilitado uma queda no preço dos jornais.

A autora descreve como a rapidez da produção torna-se uma meta em um processo de atividade ininterrupta dentro de uma empresa, incluindo a rede de distribuição de jornais. Esta rapidez tinha de ocorrer de forma ritmada, dentro de uma regularidade: *"This cycle has to be performed regularly, and the distributive system requires it to be done to a timetable in order to maintain the relationship with its clientele of regular costumers"*

(Brown, 1985: 8). Tal habilidade organizacional parece ter fascinado os leitores do século XIX.

2.1.3) A temporalidade na ação do jornalista para manejar a tecnologia

Operar esta tecnologia rudimentar de produção e transmissão de informações era uma tarefa que colocava os trabalhadores na imprensa sob constante desafio. Por um lado, os repórteres (*'newswriters'*) conviviam com dificuldades de circulação entre os locais para a cobertura dos eventos noticiáveis e a sua transmissão. Portanto, o telégrafo e, décadas após, o telefone constituíram-se em duas importantes transformações na capacidade de enviar o conteúdo apurado para a sede do jornal. Por outro lado, os trabalhadores dos setores gráficos do jornal (*'printers'*) eram responsáveis por toda a operação do maquinário. Um controle que não se restringia a pôr em ação máquinas pesadas, mas um trabalho de controle dos tempos limites da produção: desde a composição das chapas que seriam impressas até o ritmo de circulação do papel nas rotativas.

A descrição de Raymond (1996) sobre a produção de *'newsbooks'* no século XVII traz informações que nos permitem compreender a rotina de trabalho dos gráficos e seus efeitos sobre a temporalidade que a publicação irá operar. O autor relata a diversidade de velocidades de composição gráfica, bem como a complexidade destas práticas rotineiras e suas repercussões sobre o produto final. A rapidez com que os gráficos operavam engrenagens rústicas os levava a produzir inúmeros erros: "*Most newsbooks, moreover, seem to have been set very quickly, judging by the high incidence of severe typographical errors, even in titles set in vary large type. It is possible that they were not read in proof*" (Raymond, 1996: 235).

Ao mesmo tempo, esta celeridade do trabalho permitia que alguns *'newsbooks'*, de periodicidade semanal, por exemplo, conseguissem reservar uma página específica para publicar eventos que tivessem ocorrido no dia anterior. Para isso ocorrer, a impressão (que podia durar 10 horas) começava pela manhã e ia até metade da tarde, e a publicação iniciando a circular no período vespertino. Notícias inesperadas, muitas vezes, eram comprimidas com letras de tamanho pequeno para poderem ser publicadas (Raymond, 1996: 234-235). Mas estes exemplos não devem ser tomados como regra geral, pois,

conforme Raymond, *"practices varied from week to week. Some newsbooks presented completely contradictory news on consecutive pages"* (1996: 236).

Sutherland faz um relato curioso das dificuldades operacionais e sua consequência ao manejo do tempo de trabalho enfrentadas pelos gráficos com impressoras manuais no final do século XVII e início do século XVIII, lembrando que essas dificuldades levavam a publicação a apresentar, algumas vezes, uma justaposição desconectada ou mesmo caótica de materiais variados num mesmo dia:

"The printer had to pick each letter for each word out of its appropriate 'box' in the 'case' or receptacle in which the type was kept, place it on his composing stick, and then go through the same movements with the next letter, and the next. While the process was the same for a newspaper as for a book, the newspaper had to appear on time at regular weekly, twice-weekly, thrice-weekly or daily intervals and the copy for the current issue was coming in all the time the printer was at work. In reckoning the period available, we have to allow not only for the manual type-setting, but for the inking, the pulling of each sheet, and the time required for the wet sheets to dry. In addition, some time might be lost in correcting printer's mistakes" (Sutherland, 1986: 225).

A produção de jornais no século XVIII representava também constantes embates entre *'newswriters'* e *'printers'*. Sutherland descreve a elevada autonomia que os gráficos tinham no controle de seu ofício e, em decorrência, na organização do conteúdo jornalístico nas páginas a serem impressas: *"the actual content of a newspaper was often left in the last resort to the printer's own judgement"* (1986, p. 228).

As relações entre repórteres e gráficos variavam conforme cada jornal. A influência dos gráficos era tamanha que a própria atualização das notícias dependia de uma aceitação desses trabalhadores em executar uma série de operações manuais complicadas: uma vez que a notícia estava montada para impressão, ela tinha que permanecer lá, *"unless the printer was to go through the disturbing and even exasperating process of removing the type from where it stood and re-setting it somewhere else when later news on the same subject was brought to him and had to be incorporated with the original statement"* (Sutherland, 1986: 227).

Em outras palavras, a inclusão de notícias mais recentes nos jornais ou que conduzissem a uma mudança no texto produzido era uma tarefa que dependia não só dos repórteres, mas principalmente dos gráficos, devido à sua influência predominante na operação do maquinário. Esta realidade perdurou também durante o século XIX, conforme dois relatos de Brown: *"The speed of production depended on the skill of the operative (...)* Output was regulated by the speed of the machine" (1985: 9); *"Late news, or late foreign*

telegrams, appeared in no very regular position. Presumably the organization of the printing program would determine their position" (1985: 100).

O avanço da tecnologia de transmissão de informações e sua aplicabilidade ao jornalismo criou, para repórteres e editores, novas possibilidades e desafios para a atualização dos jornais. As últimas décadas do século XIX e início do XX foram fundamentais para a constituição de alguns padrões e concepções sobre o jornalismo e para institucionalizar algumas práticas da atividade jornalística, seja por meio do desenvolvimento de técnicas como a entrevista jornalística e da emergência do repórter (Schudson, 1995; Salcetti, 1995), seja na assimilação e aplicação de inovações técnicas para a profissão. Em Fedler (2000) e em Brown (1985: 11) podemos identificar quatro inovações que trouxeram mudanças intensas sobre o trabalho jornalístico: o telégrafo, o telefone, o linotipo e a máquina de escrever.

Além do telégrafo, já descrito, é interessante mencionar as reações diferenciadas dos repórteres com relação ao telefone: inicialmente, uma desconfiança com a nova ferramenta, pois poucas fontes tinham aparelhos, e os repórteres acreditavam obter melhores entrevistas em contato face a face com as fontes. Por outro lado, usar telefones era entendido como uma forma de frouxidão e preguiça dos repórteres ao não quererem se deslocar aos locais de entrevista e apuração. Esta cultura da desconfiança e da preguiça foi se modificando particularmente com a contribuição que o telefone trouxe para o controle do tempo: repórteres em horários de fechamento de edições começaram a usar o novo recurso para enviar relatos, para as redações, dos locais em que se encontravam (Fedler, 2000: 143).

A adoção do telefone no cotidiano das empresas e da atividade jornalística ocorreu poucos anos após sua descoberta, levando a uma mudança gradativa de práticas e rotinas de trabalho. O principal jornal norte-americano no final do século XIX, *The New York Times*, tinha, em 1896, apenas dois telefones em toda a empresa: um conectando a editoria de cidades com a sede da central de polícia e outro para o departamento comercial. Relatos nos anos posteriores já mostraram o uso do telefone como ferramenta em coberturas de eventos à distância, como o acompanhamento de governantes (Berger, 1951: 185-6). Outros efeitos sobre a prática jornalística são relatados por Salcetti (1995: 52), ao assinalar que o uso do telefone, como um recurso utilizado para acelerar a produção das notícias, estimulou a divisão do trabalho nas redações: a possibilidade de enviar informações fragmentadas por telefone tornou repórteres e correspondentes especialistas na apuração de

dados ('*news gatherers*'), enquanto a função de escrever as notícias tornou-se tarefa de outro profissional ('*news writers*').

A introdução do linotipo nas duas últimas décadas do século XIX auxiliou editores e gráficos a compor graficamente os tipos de letras das matérias de forma automatizada para impressão. O linotipo trouxe uma evidente vantagem econômica e ganho de tempo na produção, e particularmente para editores e empresários: possibilitar publicar mais páginas nos jornais; aceitar maior número de anúncios; atingir uma maior circulação; e imprimir novas edições do jornal no período da tarde: "*because Linotypes set type so quickly, it became easier to produce a newspaper in a few hours: to gather the news each morning, set it type during the early afternoon, then publish and deliver the final product to subscribers' homes by mid afternoon*" (Fedler, 2000: 145-146).

Assim como o telefone, as máquinas de escrever (a primeira entrou no mercado em 1874) não foram facilmente introduzidas na rotina jornalística, pois os repórteres preferiam escrever as matérias a mão, em um processo lento, monótono e 'sujo'. Entretanto, como a rapidez dos linotipos dependia de textos jornalísticos legíveis, tal rejeição às máquinas de escrever foi gradativamente superada (Fedler, 2000: 147-148).

O surgimento da transmissão por rádio ampliou a mobilidade das comunicações e, em consequência, a capacidade de transmissão de conteúdos jornalísticos de pontos diferenciados até as centrais receptoras. No início do século XX, as grandes empresas já podiam dispor de uma rede de recursos para captar informações à distância: agências de notícias, telégrafo, telefone e comunicação por rádio.

As transformações tecnológicas do final do século XIX e início do XX modificaram, então, as relações internas nas redações. A introdução de máquinas mais rápidas para reunir e produzir as notícias resultou na constituição de um ambiente de trabalho onde "a nova ordem da velocidade está acima de tudo". Ao mesmo tempo, a aceleração da velocidade na produção jornalística resultou tanto em uma maior divisão do trabalho quanto em uma especialização do trabalho nos jornais (Salcetti, 1995: 52; 59).

2.2) A atualidade jornalística, a industrialização e as relações de mercado

As inovações nos transportes e na transmissão de informações constituíram-se modificações profundas que estiveram articuladas às revoluções comercial, científica e industrial nas sociedades ocidentais entre os séculos XVII a XIX. Sabemos que novas rotas terrestres, por rio e mar foram estimuladas por fatores econômicos, como a busca de matéria-prima e mercados. Além destes, já conhecidos, pretendemos salientar o aspecto do tempo como um fator econômico e na forma como desenvolvimentos científicos contribuíram para uma mais precisa e acelerada manipulação e controle do tempo tanto nas relações comerciais quanto industriais. Este panorama amplo será recuperado neste trabalho à medida que seu percurso servir para situarmos o contexto de emergência dos jornais como um segmento econômico e nos auxiliar a ver a constituição de um tipo de temporalidade social operada de forma específica pelo jornalismo.

O papel que o jornalismo desempenhou nas sociedades destas épocas pode ser analisado por meio de diversos fatores e relações estabelecidas: os aspectos tecnológicos da produção; a reorganização do mercado e da circulação de jornais; a consolidação da instituição como empresa e indústria e do jornal como um produto mesclando informação, publicidade e cultura; e as modificações nas relações de trabalho para o jornalista. Optaremos por investigar que fatores específicos destes processos possam ser compreendidos à luz de uma perspectiva temporal de análise do jornalismo, evitando, para isso, aplicar uma história cronológica e linear dessas transformações.

Em vez desta cronologia de fatos, seguiremos uma dinâmica de trabalho influenciada por metodologias de historiadores da cultura, como Stephen Kern (1983), que investigou a formação de uma 'cultura do tempo e do espaço' na Europa Ocidental e América do Norte entre 1880 e 1918 sem fragmentar sua análise em disciplinas isoladas (como a arquitetura, economia, política etc), mas utilizando categorias e analogias que pudessem atravessar fronteiras disciplinares, possibilitando perceber formas de interação entre fatores diferentes como a cultura e a tecnologia (1983: 6).

Optaremos por perceber, neste item, como a categoria da 'concorrência' (ou 'competição'), para além do seu amplo poder explicativo na economia, oferece-nos formas de visualizar inter-relações entre fatores econômicos, sociais e culturais que contribuam para a constituição da temporalidade jornalística. Não estamos pretendendo, portanto, afirmar que, já nos primeiros períodos de produção jornalística, tenham se instalado nas sociedades modelos de concorrência conforme parâmetros e metas propostas pelo livre mercado (variedade de vendedores e compradores que impediriam o controle e a imposição individual de preços)⁹. Em vez disso, queremos salientar relações específicas de concorrência, mesmo que incipientes, entre empresas jornalísticas emergentes.

Devemos lembrar ainda que as relações de produção e concorrência nos mercados em constituição dependem de atuação do Estado no controle e regulação destas práticas, mesmo se fizermos um recuo histórico de séculos. Apenas como ilustração, podemos citar algo que autores (Brown, 1985; Whitrow, 1993) identificam como um ponto decisivo na história dos jornais ingleses: a abolição da cobrança de selo sobre jornais em 1855, um pesado imposto que incidia sobre a circulação da informação. Por exemplo, na década de 1860 havia apenas 15 jornais diários em Londres (nove matutinos e seis vespertinos). Três décadas depois, este número saltou para 150; um crescimento não restrito apenas à quantidade de títulos, mas no incremento de sua circulação: "*The repeal of the stamp duty immediately made the penny daily paper an economic possibility*" (Brown, 1985: 4; 31).

2.2.1) A concorrência na produção e circulação de jornais e suas relações temporais

Já na metade do século XVII, com o surgimento de publicações denominadas de '*newsbooks*' oferecendo conteúdos noticiosos, oficiais e entretenimento, práticas econômicas voltadas para o lucro e a concorrência começavam a ser percebidas em países como a Inglaterra. A competição não se dava exatamente entre empresas jornalísticas, mas entre gráficas. Da mesma forma, a mensuração da possibilidade de lucro não podia ser feita apenas considerando a situação econômica de uma publicação particular, mas sim

⁹ É comum perceber na literatura econômica que a competitividade em mercados é uma questão de grau, recorte, tipo de produto e alcance geográfico dos mercados em que as mercadorias são produzidas e circulam, bem como das relações entre o mercado e a capacidade produtiva e financeira das empresas. Uma análise das relações de competitividade depende então dos fatores a serem escolhidos e observados pelo pesquisador.

considerando a concorrência entre impressores. Um fator que facilitava a publicação de 'newsbooks' era que sua produção realizava-se com maior flexibilidade e improvisação em comparação com publicações de maior prestígio, como os livros clássicos, tornando-se assim mais barata e, provavelmente, lucrativa (Raymond, 1996: 236-237).

Interessante perceber que uma variedade de situações incipientes e diversas na produção de jornais entre os séculos XVII a XIX constituíram os condicionantes que orientariam a produção industrial posteriormente e a constituição de relações econômicas estabilizadas, como as demandas do público, os custos com mão-de-obra e matéria-prima e seus efeitos sobre o produto e a circulação.

Um exemplo disso foi a queda no valor do papel de impressão de jornais e suas conseqüências para o rápido aumento da circulação de jornais ingleses nas décadas de 1850 a 1860. Lucy Brown considera que foi esta queda de custos que sustentou o desenvolvimento de um jornal com preços baixos. Em locais onde não havia redução dos preços dos jornais, o barateamento dos custos abria variadas oportunidades: crescimento do tamanho sem aumentar o preço; expansão da cobertura de notícias; redução de dependência de anunciantes; adoção de um layout mais leve, menos abarrotado de textos (Brown, 1985: 13).

Brown diagnostica que o crescimento da circulação se deve principalmente à queda no preço: "*In the last thirty years of the century the fall in the price of newsprint was greater than the fall, say, in the prices of wheat or coal (...) ...a daily paper (...) could now be got for a halfpenny*" (1985: 31). Um jornal custando meio centavo podia almejar conquistar um mercado realmente amplo.

Um fator temporal diretamente ligado à aceleração da produção e acirramento da concorrência era a definição da frequência de impressão e circulação do jornal. A periodicidade era determinada tanto por limitações e possibilidades tecnológicas (já discutidas), quanto por fatores econômicos de distribuição e mercado. Historicamente, a primeira periodicidade a se configurar como tipicamente jornalística no mercado foi a semanal: a maioria dos jornais do início do século XVII era impressa uma vez por semana na Europa.

Esses jornais semanais dependiam deste intervalo de tempo para montar cada página, um processo lento e normalmente afetado por erros diversos. Alguns jornais circulavam aos sábados, por exemplo, enquanto outros às segundas-feiras, já buscando atualizar o conteúdo jornalístico com eventos ocorridos no final de semana. Mesmo com o início da produção de jornais com três edições semanais, os jornais com edição única na

semana perduraram durante o século, pois utilizavam, como estratégia de concorrência, a impressão de um maior número de páginas (seis páginas, contra duas dos jornais trisemanais) (Sutherland, 1986: 227).

Tal intervalo semanal entre edições foi se reduzindo gradativamente durante o período: no final do mesmo século, 64% dos jornais alemães já circulavam duas vezes por semana, e outros 7% tinham três ou mais edições por semana (Popkin, 1989: 6). Mesmo assim, a periodicidade diária (o principal marcador da temporalidade jornalística de circulação) somente foi alcançada no século seguinte, começando com o *Daily Courant* in 1703 (Raymond, 1996: 15)¹⁰. No caso norte-americano, os dois primeiros jornais diários surgiram em 1784 (*The Pennsylvania Packet and Daily Advertiser* e *The South Carolina Gazette and General Advertiser*), e o terceiro no ano seguinte, em New York (*The New York Daily Advertiser*) (Lee, 1923: 118-120). As amplas e complexas relações que a periodicidade diária dos jornais introduz nas sociedades serão tratadas posteriormente.

A circulação dos jornais produziu também uma relação temporal específica conforme a período do dia em que iam para as ruas. O surgimento regular de jornais matutinos e vespertinos foi uma adequação tanto a hábitos dos leitores quanto ao acirramento da concorrência pela possibilidade de levar ao público notícias mais recentes. Por outro lado, os jornais vespertinos tinham uma vantagem comparativa sobre os matutinos em relação à rotina de produção: tinham mais tempo para dispor racional e organizadamente as notícias nas páginas, já que parte do conteúdo era retirado dos matutinos.

O crescimento dos jornais vespertinos foi uma das inovações do mercado de jornais diários no final do século XIX. Na Inglaterra, enquanto o crescimento dos jornais matutinos foi moderado entre 1872 a 1892 nas províncias (de 69 para 74), os jornais vespertinos saltaram de 22 para 85. Mesmo assim, isso não levou a uma posterior derrocada dos jornais matutinos, pois estes pareciam estar suficientemente bem estabelecidos para inibir a expansão dos vespertinos (Brown, 1985: 33-36).

A dinâmica do ritmo diário de vida nas grandes cidades, por sua vez, contaminou os jornais de tal forma que mesmo a existência de duas circulações diárias não inibia o recurso à edição 'extra' durante o dia quando fosse necessário e conveniente. Blondheim considera que a emergência do 'extra' por volta de 1840 em New York foi facilitada por inovações nos serviços de distribuição: os jornais de maior circulação já possuíam uma

¹⁰ Paul Hunter (1988: 499) aponta o ano de 1702 como o de surgimento do primeiro jornal diário londrino.

rede de meninos vendedores ('newsboys') pelas ruas durante todo o dia, e sua estrutura de impressão estava estruturada para imprimir um grande volume de jornais em um tempo mínimo (1994: 23).

Conforme o autor, uma edição extra podia tanto desatualizar o jornal concorrente quanto dar prestígio ao próprio jornal. No conjunto, tal movimento contribuiu para incentivar a 'velocidade' como um ritmo de produção de notícias:

"Coming out with an extra was prestigious, because it implied a news beat; and it was remunerative, because it sold additional newspapers - many thousands in the case of important news. Besides, if exclusive, an extra could frustrate and damage competitors, since it made the regular morning editions still on sale on street corners as obsolete as 'yesterday's news'. The possibility of publishing an extra provided editors with and added incentive to speed the news; now every hour could produce a news coup, rather than the full twenty-four hours between editions, as had previously been the case" (Blondheim, 1994: 23).

O autor constata que as edições extras se tornaram tão comuns no período que praticamente se institucionalizaram como edições tardias semi-regulares. A corrida por notícias era, por si mesma, uma 'boa estória'. Os leitores eram "...bombardeados mais e mais frequentemente com notícias em edições extras, com o resultado de que o público recebeu cada vez mais informações oportunas". Em consequência, ficavam fascinados e provocados pela velocidade e novos recursos introduzidos na disputa por notícias mais recentes (1994: 23-24).

2.2.2) O jornalismo orientado para o mercado: a 'penny press'

A inter-relação entre fatores econômicos, tecnológicos e sociais pode ser exemplificada com o desenvolvimento da energia a vapor no século XIX. Na verdade, a energia a vapor foi um dos grandes fatores que aceleraram o modo de vida e o sentido de tempo neste período. Além dos barcos e as locomotivas movidas pela queima de carvão, outras máquinas a vapor proliferaram-se em diferentes setores econômicos da sociedade, impulsionando a revolução industrial. Isto trouxe uma consequência direta para a organização do trabalho: as novas fábricas impuseram horários rígidos de trabalho (as horas em que as máquinas estivessem funcionando), obrigando os operários a ser pontuais até por questão de minutos como forma de evitar o 'desperdício de tempo'. Esta pontualidade já era possível desde a adoção do relógio mecânico como mecanismo de controle da produção inicialmente nas indústrias têxteis, fazendo com que a hora uniforme

de 60 minutos substituísse o dia como unidade básica de trabalho (Whitrow, 1993: 180; 126).

Concordamos com Hardt e Brennen que a constituição do jornalismo como instituição é uma resultante da revolução industrial (1995: 2), embora devêssemos olhar esse processo não como uma relação causal, mas situar o jornalismo no contexto sócio-econômico de transformações do século XIX. Abordaremos principalmente o crescimento do modelo comercial de jornalismo nos Estados Unidos, por entendermos que este exemplo apresenta uma complexidade e um conjunto de situações ilustrativas e representativas de transformações por que o jornalismo passou no século XIX.

Inicialmente, devemos considerar pertinentes as percepções de Nerone (*apud* Solomon, 1995: 111) de que a consolidação da visão da notícia como 'fato' e não como 'opinião' e o crescimento dos ganhos com anúncios publicitários marcou a formação de uma premissa do jornalismo moderno: a unidade de comercialismo e independência política. A organização jornalística passou por sensíveis mudanças durante o século XIX, particularmente nas últimas décadas, e início do XX: crescimento da lucratividade, aumento no número de jornais e conseqüentemente da concorrência¹¹; e transformação das empresas em corporações.

Uma das situações mais intensamente estudadas neste período é o surgimento da '*penny press*' na década de 1830, jornais vendidos por um centavo de dólar. Em Nova York, a circulação dos jornais diários entre 1832 e 1836 cresceu mais de três vezes (de 18.200 exemplares para 60 mil exemplares), com o aparecimento de jornais como *New York Morning Sun*, *Transcript*, *Man* e *Herald*. Em 1835, a circulação dos *penny papers* em Nova York alcançava 28.500 exemplares, mais do que o dobro da circulação dos jornais tradicionais, vendidos a seis centavos de dólar ('*six-penny papers*') (Blondheim, 1994: 25).

A *penny press* caracterizou, para Schudson, uma 'revolução comercial' no jornalismo norte-americano:

"The 'commercial revolution' refers not to all newspapers in the period but to those which most radically broke with tradition and established the model which the mainstream of American journalism has since followed. These were the 'penny press'. As the name suggests, what was most obviously original about them is that they sold for a penny, not six cents" (Schudson, 1978: 17)

A análise do papel da *penny press* no jornalismo norte-americano não é consensual. As divergências não se dão exatamente na identificação da importância deste modelo de

¹¹ Uma demonstração do crescimento da concorrência entre jornais é que, entre 1870 a 1900, o número de jornais diários nos Estados Unidos aumentou de 574 para 2.226 (Alfred M. Lee, *apud* Solomon, 1995: 116).

jornalismo, mas nos fatores e processos a ele articulados. Se, em Schudson, o surgimento da *penny press* está predominantemente ligado à formação de uma economia de mercado e uma democracia política, Schiller (1981) questionará a visão de que a formação de um público leitor destes jornais em uma classe média uniforme seria a razão de seu sucesso, percebendo, em vez disso, a *penny press* como consequência da atuação de segmentos sociais mais específicos, como homens de negócios, na defesa de seus interesses e visões de mundo. Em outro debate, Nerone (1987) qualificou as interpretações de pesquisadores sobre a *penny press* como sendo 'mitológicas', por suas imprecisões e generalizações, termo que gerou respostas e contestações (Schudson, 1987; Shaw, 1987).

Não pretendemos construir um sumário das características deste modelo de jornalismo e dos debates que ele já ofereceu, mas perceber, neste momento, que a *penny press* provocou algumas mudanças na rede de relações temporais que o jornalismo até então estabelecia. Blondheim identifica entre os editores dos jornais da época uma percepção de que a *penny press* abriu um horizonte de intensa concorrência entre os jornais e seus efeitos tanto sobre o conteúdo publicado quanto sobre as formas de distribuição e venda de jornais nas ruas das grandes cidades norte-americanas.

Este novo jornalismo levou à descoberta dos méritos da temporalidade das notícias como fator de concorrência: "*The early penny press promoted the speed of news at any cost*" (Blondheim, 1994: 19-20). Um exemplo de que o 'tempo tornou-se dinheiro na imprensa' pode ser visto na oferta que James Gordon Bennett, fundador do *New York Herald*, fez ao oferecer bônus para notícias que fossem recebidas por seu jornal antes dos concorrentes.

Havia um esforço para manter os leitores informados com rapidez, pois um crescente hábito de consumo de notícias motivava leitores a "*to spend one more cent and buy, on the street corner, an additional newspaper containing the latest news*" (Blondheim, 1994: 23). Mesmo as notícias não ligadas a ocorrências recentes, como as histórias de interesse humano, eram inovações importantes da '*penny press*' também porque tinham o mérito de, não sendo datadas, poderem aparecer como se fossem eventos recentes: "*the penny press led the way to discovering the merits of timely news and agreed that in the process they revolutionized journalism*" (Blondheim, 1994: 19).

2.3) A atualidade jornalística e a complexificação da vida social: urbanização e constituição de espaços de debate público

O breve panorama de transformações tecnológicas e econômicas no jornalismo, esboçado nos dois primeiros itens, necessita ser complementado com uma percepção sócio-cultural do fator temporal na vida das sociedades ocidentais nos séculos XVII a XIX. Se os dois primeiros processos criaram bases e recursos para que a vida social alcançasse determinados ritmos e procedimentos, serão os aspectos sociais e culturais que irão sedimentar, por meio de componentes simbólicos, práticas, interações e hábitos sociais, os sentidos de temporalidade predominantes na época.

Um dos marcos nesta redefinição da experiência social do tempo é a criação de uma 'cultura do tempo presente', em que fatores como novidade, originalidade e simultaneidade dão sentidos temporais particulares às práticas sociais. Viver o presente se torna como que uma obsessão social, tanto pelos fatores culturais quanto pela organização de sociedades urbanizadas que dependiam da regulação do tempo para obter um sincronismo de ações.

O jornalismo se consolida nesta cultura e, de certa forma, contribui para alimentá-la, potencializando este desejo pelo novo e pelas coisas do tempo presente da vida cotidiana. Além de oferecer relatos periódicos sobre os pequenos movimentos da vida urbana local e das nações, o jornalismo cria hábitos culturais e sociais que têm, em si, um componente temporal: a notícia estimula a interação entre as pessoas, seja na simultaneidade dos procedimentos de leitura quanto no debate direto dos conteúdos noticiosos, conduzindo para uma tomada de decisões visando a produzir uma ação pública.

2.3.1) A constituição de uma cultura do tempo presente

A experiência cultural de países da Europa Ocidental nos séculos XVIII a XIX oferece-nos elementos para percebermos o crescimento de um sentido de temporalidade

social vinculada ao presente. Não pretendemos traçar uma evolução linear e detalhada na constituição de um sentido de tempo presente utilizando como referências processos sociais amplos (por exemplo, a ciência e a tecnologia aplicada ao controle e a mensuração do tempo), pois tal esforço já foi desenvolvido por autores como Whitrow (1993) ou Kern (1983). Em vez disso, iremos nos basear nestes trabalhos de largo escopo e, particularmente em historiadores da cultura, para salientar alguns momentos que consideramos fundamentais para a formação de conteúdos e práticas culturais em que a vivência do tempo presente ganhou predominância e serviu como modo de orientação e organização temporal para relações sociais particularmente nos centros urbanos mais desenvolvidos.

Entendemos que a constituição dos jornais neste período operou com uma noção de temporalidade articulada a referências culturais de um sentido de tempo presente que estava emergindo e se tornando predominante na sociedade. Estamos então partindo da perspectiva de que uma 'cultura do presente' não foi criada por um produto ou gênero cultural específico (como os jornais), mas foi um conjunto de produções culturais que geraram, manifestaram e consolidaram uma vivência da cultura permeada por conteúdos e expectativas ligadas a práticas sociais no tempo presente.

Podemos encontrar uma manifestação desta relação entre a temporalidade que os jornais começam a operar e aspectos da cultura de uma época no trabalho de Paul Hunter, em seu livro *Before Novels - The Cultural Contexts of Eighteenth-Century English Fiction* (1990). O autor dedica-se a estudar o surgimento das novelas enquanto gênero específico na literatura inglesa no século XVIII, vinculando a novela a uma cultura metropolitana moderna no período, fascinada pela contemporaneidade (Fowler, 1993: 351).

Segundo Hunter, a experiência cultural inglesa no final do século XVII e início do XVIII desenvolveu uma fixação pela vida contemporânea e pela novidade, parte de um interesse mais amplo por descobertas científicas e correntes iluministas. A época alcançou uma consciência aguda dos eventos mais recentes e um desejo por inovação e originalidade, características cruciais para a emergência de uma forma de narrativa peculiar e centrada no tempo presente que passou a se chamar de novela ('*novel*', palavra cuja forma adjetiva apropriadamente significa 'novo') (Hunter, 1988: 493).

Este ambiente cultural operava com um sentido de urgência, de 'agora', oferecendo uma percepção de que o 'momento' era, em si mesmo, um tipo de 'objeto de arte'. O momento presente se tornou um tema legítimo não somente para conversações passageiras, mas para discursos mais sérios, como o literário. Apesar disso, o autor evita indicar

exatamente quando o 'tempo presente' se tornou uma questão tão urgente na consciência cultural inglesa, mas lembra que os produtos impressos auxiliaram na proliferação de relatos e histórias da vida cotidiana (Hunter, 1988: 494-495). Para ele, jornalismo e novela são duas formas de escrita sobre o momento presente, sobre um instante isolado, parte de uma preocupação visível também na política, teologia, psicologia e educação - aspectos que fizeram Hunter denominar este período de "*age of moment-centered consciousness*" (Hunter, 1990: 108-109).

A novela inglesa teve diversas fontes culturais, tais como os livros, os jornais, diários íntimos e panfletos, os quais representaram a consciência cultural da época e, particularmente, o surgimento de um crescente compromisso com alguns aspectos da modernidade: o culto à novidade, à inovação e ao futuro. Entre essas fontes, Hunter acentuou o papel do jornalismo, com suas "*ephemeral short narratives of 'strange but true' occurrences*" (Lovell, 1992: 209). Os jornais (como parte de um conjunto de produtos impressos, como panfletos e cartazes) auxiliaram a criar, ampliar e estender a 'cultura do agora', e a moderna novela pareceria inimaginável sem a peculiar combinação de "*News, and new Things*" que se tornou uma obsessão da cultura inglesa no período (Hunter, 1988: 515).

Sommerville (1996) investigou a consciência cultural e filosófica desta época e percebeu como o jornalismo, em consequência de sua circulação periódica, estimulou uma concentração de atenções sobre o transitório e o mundano. Isto o colocou em oposição ao modo religioso de pensamento, voltado para o eterno, e o fez conquistar espaços dentro da cultura inglesa: "*Religion had once provided the frame within which the events of life found their place. After the news revolution, religion became simply a part of the world of news. Daily news replaced religion as the master text of a modernizing society, even for illiterate persons*" (Sommerville, 1996: 135).

Um segundo momento na história em que o tempo presente ganhou predominância na vida cultural e social ocorreu na passagem dos séculos XIX e XX na Europa Ocidental. Este período é relatado por Stephen Kern, no livro *The Culture of Time and Space - 1880-1918* (1983). O aspecto que Kern procura ressaltar não é tanto o entusiasmo e o culto à novidade como fator cultural de construção de um sentido de presente, mas sim como esta expectativa recebe um incremento devido ao surgimento de novas relações sociais de simultaneidade, num contexto de transformações filosóficas, científicas, tecnológicas e econômicas.

Os debates da época sobre o que caracterizava o tempo presente levantavam duas questões básicas: se a experiência social do presente significava vivenciar uma seqüência de eventos locais simples ou uma simultaneidade de eventos distantes e múltiplos; e se o presente seria uma unidade infinitesimal de tempo entre passado ou futuro ou teria uma duração mais ampliada. A discussão sobre qual unidade de tempo seria adequada para mensurar o presente era conduzida por físicos e filósofos, enquanto a questão sobre 'seqüência versus simultaneidade' era expressa esteticamente por artistas, poetas e romancistas, considerando-se o contexto de transformações tecnológicas sociais e de produção cultural, como impressoras rotativas de alta velocidade, o cinema e o telefone (Kern, 1983: 67-68). Outro fator social de largo impacto no final do século XIX foi a introdução de um padrão de tempo uniforme em nível mundial, afetando atividades tão díspares quanto comunicação, indústria e mesmo guerras, pelo controle da pontualidade e padronização de instrumentos de medição do tempo (Whitrow, 1993: 185).

A discussão sobre a natureza do tempo neste período desenvolveu-se em torno de três pares de visões em oposição: a) entre um tempo homogêneo ou heterogêneo (um conflito entre um 'tempo público', marcado por padrões de uniformidade, e 'tempos privados', caracterizado por localismos regionais e experiências individuais do tempo); b) entre um tempo atomizado ou em fluxo (a busca de unidades infinitesimais do tempo para registrar o instante ou a compreensão do tempo como um fluxo contínuo, à semelhança do 'fluxo da consciência'); c) entre um tempo irreversível ou reversível (a possibilidade de reverter a linha do tempo tornou-se mais concreta com o cinema, em que técnicas como a montagem e dupla exposição permitiam alternar a seqüência dos eventos ou mesmo introduzir simultaneidade na narrativa) (Kern, 1983: 11-30).

A simultaneidade, nesta nova 'cultura do presente', significava uma capacidade de experimentar muitos eventos distantes ao mesmo tempo, graças ao desenvolvimento de tecnologias de transmissão. Mas ela teve também um impacto cultural mais amplo do que apenas essa inovação tecnológica (Kern, 1983: 67-68). O autor vai citar pelo menos três impactos: a elaboração de experiências estéticas de desenvolvimento de um sentido ou efeito de simultaneidade em poesias, pinturas, músicas e literatura (1983: 72-76); o crescimento de um sentido de unidade entre pessoas anteriormente isoladas pela distância ou ausência de comunicação; e um sentimento de ansiedade gerada pela nova experiência de proximidade - uma apreensão de uma proximidade excessiva entre pessoas conhecidas ou estranhas (1983: 88).

Experiências de simultaneidade e outras de expansão temporal do presente para incluir nele também um passado ou um futuro imediatos estimularam Kern a compreender um fenômeno temporal correlato: um 'adensamento' do presente (ou 'presente densificado' - "*thickened present*") em decorrência desta ampliação de elementos diversos na experiência cotidiana do 'aqui e agora'. Alain Corbin segue a argumentação de Kern para afirmar que as transformações na cultura e vivência do tempo na época conduziram a uma maior uniformidade, facilitando a integração de cada dia individual em uma cadeia temporal construída pelos eventos diários de uma sociedade que se tornaria, cada vez mais, mundializada (1995: 4).

David Harvey analisa que as mudanças estéticas do modernismo estariam relacionadas a transformações econômicas e políticas ocorridas a partir da metade do século XIX, que ele denomina de uma 'rápida fase de compressão do tempo-espaço'. A crise de superacumulação capitalista, com excedentes de capital e trabalho, estaria diretamente ligada ao fato de que a Europa tinha alcançado um nível de integração espacial em sua vida econômica e financeira que tornaria todo o continente vulnerável à formação simultânea de crises: "*O espaço europeu tornava-se mais unificado precisamente por causa do internacionalismo do poder do dinheiro*" (Harvey, 1993: 227-238).

Aliado a isso e a novas tecnologias nos transportes e transmissão de informações, o movimento modernista na literatura e nas artes surgiria para questionar profundamente o "*sentido do espaço e do lugar, do presente, do passado e do futuro, num mundo de insegurança e de horizontes espaciais em rápida expansão*" (Harvey, 1993: 239). A questão que Harvey coloca é saber em que medida o modernismo poderia ser interpretado como uma resposta da crise na experiência do espaço e do tempo, já que o movimento, como um todo, explorou, numa variedade de maneiras, a dialética de lugar versus espaço, presente versus passado.

2.3.2) A temporalidade jornalística e a crescente urbanização

A urbanização intensa foi um fenômeno geral no desenvolvimento de países europeus e dos Estados Unidos nos séculos XVIII, XIX e XX, principalmente se considerarmos que seu crescimento esteve interligado a mudanças sociais complexas, como a industrialização, o crescimento comercial, a expansão da rede de transportes e comunicações e a imigração. Cidades que concentravam estas transformações de forma

mais intensa tornaram-se metrópoles, como Londres, que alcançou mais de quatro milhões de habitantes já no final do século XIX (Brown, 1985: 36). Neste período, a população cresceu mais rápido em grandes cidades do que em cidades e regiões do interior, conforme o exemplo inglês (Hunter, 1990: 80).

Diversos modos de habitar a cidade construía ou dependiam de relações temporais, as quais foram descritas e interpretadas por escritores e pensadores da época. Robert Rotenberg, ao estudar a vida em Viena no início do século XX, percebe, a partir da observações de Simmel sobre a vida nas metrópoles, a formação de uma 'consciência do tempo', aprendida e compartilhada entre a população e conduzida pela presença massiva de relógios de parede e de bolso, ordenando a rotina de movimentos dos seus habitantes nos espaços públicos e privados. Os relógios de bolso já tinham alcançado grande proliferação durante o século XIX (Whitrow, 1993: 183). Por isso, Rotenberg vê na ordem urbana o desenvolvimento de uma capacidade humana para definir padrões temporais (1992: 1).

O ritmo diário da vida, uma das principais unidades naturais e culturais de organização e medição do tempo¹², ganhou uma série de marcações temporais com o incremento das rotinas e do dinamismo da cena urbana, conforme descreveu Alain Corbin, ao investigar o caso francês do século XIX. Inicialmente, a diversidade de ritmos diários era uma marca da vida na França no século XIX. Havia uma grande variedade de hábitos sociais, como os horários das refeições, que variavam conforme o local, a tradição, a posição social e estações climáticas. Em Paris, o crescimento populacional levava a uma maior diversificação de hábitos sociais e temporais conflitantes. A produção de diários pessoais criava um hábito de manter um '*personal journal*' para anotar e pontuar os usos do tempo individual. Ao mesmo tempo, uma progressiva secularização dos ritmos diários retirava da Igreja a autoridade para impor horários de atividades públicas com o toque dos sinos e procissões (Corbin, 1995: 9-10).

A institucionalização do tempo como ordenador social não foi um processo rápido nem pacífico. Alain Corbin investigou o caso francês do século XIX para descrever o conflito entre referências temporais ligadas a hábitos da natureza ou específicos de grupos sociais particulares e referências temporais com tendência à uniformização e

¹² A fusão do dia com a noite para a constituição de uma única unidade de tempo com 24 horas de duração teve diferentes e curiosas experiências históricas, particularmente quanto ao seu início e término, conforme conta Whitrow: "*Uma grande variedade de convenções foi usada para estabelecer quando começa a unidade dia. Os egípcios antigos escolheram a aurora, ao passo que babilônios, judeus e muçulmanos escolheram o pôr-do-sol. Os romanos de início escolheram o nascer do Sol, mas depois a meia-noite (...) mais tarde, porém, a meia-noite foi escolhida como início do dia civil. Astrônomos, como Ptolomeu, julgavam mais conveniente o meio-dia*" (Whitrow, 1993: 29).

constrangimento social, em que os horários eram governados pelos rituais sociais. A regulação social do tempo tornou-se mais rigorosa à medida que o século avançava: "*The denser network of interdependence which constrained individuals, the imperatives of economic growth and social life, and the establishment of telecommunications systems ultimately gave rise to a standardization of references*" (Corbin, 1995: 4).

Instituições sociais como escolas e empresas, concentradas principalmente nas metrópoles, exerceram um papel acentuado nesta regulação social do tempo. As escolas desenvolveram modelos pedagógicos baseados em um controle estrito do tempo que se tornou um quadro de referência para o desenvolvimento de rígidas disciplinas, impostas com o consenso da família. Rígidos gerenciamentos do tempo começaram a se tornar obsessões para administradores de prisões, hospitais, escolas industriais e mesmo asilos, em que a supervisão do tempo constituiu-se em um elemento essencial nas terapias (Corbin, 1995: 5).

As fábricas tornaram-se, também, um modelo de controle do tempo para as demais empresas, por meio de uma racionalização temporal de práticas e normas a serem gradativamente internalizadas por indivíduos que, anteriormente, usufruíam de referências temporais particulares, como os novos operários oriundos do campo. O Estado criou legislações que definiam a duração e a distribuição do tempo de trabalho para crianças, mulheres e a força de trabalho como um todo. Corbin considera que a atuação das instituições na imposição de tempos sociais pode ser interpretada como um estágio do processo de padronizar e regular usos individuais e familiares do tempo. A internalização de normas provavelmente era mais visível na base da pirâmide social, uma ação para controlar o tempo de lazer e impor a norma burguesa de que 'tempo é dinheiro' (Corbin, 1995: 4-8).

A aceleração do ritmo da vida urbana ocorreu, então, na convergência de fatores como a industrialização, mercado, comunicações e imigração. As melhorias nos transportes deram um movimento que introduziu um ritmo de dinamismo à paisagem das grandes cidades. Transportes coletivos alteraram gradualmente o perfil da classe trabalhadora, que anteriormente deslocava-se predominantemente a pé para o trabalho e agora podia usar trens urbanos, conforme descreveu Schudson, ao relatar a mudança drástica na mobilidade geográfica das cidades norte-americanas do final do século XIX e início do XX: "...it was a daily round of movement from home to work and back again (...) *The walking city of 1850 had become a riding city by 1900*" (1978: 102-3).

Este fato, para o autor, trouxe profundas conseqüências para os jornais. Isto porque as pessoas de classes médias, ao tomarem ônibus ou trens para irem trabalhar, estavam desobrigadas de se preocupar com o percurso. “*Their eyes and their hands were free; they could read on the bus*” (1978: 103). Para Lucy Brown, a ociosidade imposta aos passageiros de trens era também um estímulo à leitura (1985: 29). Esta situação teria sido favorável, segundo Schudson, para a adoção da técnica jornalística do ‘*lead*’ (inicialmente utilizado para transmissões telegráficas noticiosas), agora adaptado aos breves momentos de percurso ao trabalho em que os jornais estavam sendo lidos.

O fenômeno urbano dos séculos XIX e XX ganhou força também em decorrência de novas políticas de uso do espaço urbano, interesses de mercado e tecnologias de edificação (estruturas de cimento e elevadores). O adensamento populacional com a verticalização das cidades, bem como a sua subdivisão em bairros, guetos e pequenos conglomerados urbanos, geraram novas formas de interação social, algumas delas dependentes da eficiência dos transportes e dos meios de comunicação para superar o isolamento e garantir que os indivíduos pudessem conviver mesmo sem uma experiência presencial continuada ou episódica. São estudos desta experiência urbana que levam o sociólogo Robert Park, em um estudo de 1916, a considerar o jornal como o “*grande meio de comunicação dentro da cidade*” (Park, 1979: 26-67).

Dois outros aspectos em que as transformações da vida urbana afetaram diretamente os jornais, segundo Schudson. Em primeiro lugar, o crescimento econômico transformava as relações de mercado em relações sociais, aproximando pessoas estranhas, com ocupações e profissões diferenciadas. Havia uma mudança nas experiências, aspirações e percepções dos moradores das cidades. Assim, o jornal diário passou a ser um “*compendium of tips for urban survival*” (1978: 102).

Em segundo lugar, os jornais se beneficiaram da experiência das cidades como um espetáculo, e contribuíram para isso, provendo seus leitores com relatos de maravilhas e mistérios da vida urbana. Em suma, era uma vida diária de pessoas “*new to policial participation, to reading, to cities, to America, to the kaleidoscope of social and geographic mobility*” (1978: 105-6).

2.3.3) A formação do leitor de jornais

A pergunta sobre "o que é a notícia?", apresentada anteriormente, poderia ser precedida por outra, talvez mais inicial na história das civilizações. "O que há de novo?" parece resumir uma disposição ancestral do ser humano, sem um ponto cronológico de origem. O desejo por notícias tem estado presente na maioria das sociedades através da história, já que "*News is a constituent of communication, and communication binds together societies and cultures*" (Raymond, 1996: 2). Conforme citamos anteriormente, Michel Stephens (1988) procurou percorrer a história e identificar o crescimento do interesse das notícias nas sociedades, adotando uma tipologia comum em estudos desse gênero: 'notícias faladas' (*spoken news*), 'notícias escritas' (*written news*) e 'notícias impressas' (*printed news*).

Tais visões panorâmicas são ilustrativas, mas sua amplitude dificulta a aplicabilidade como referência de estudo a um objeto específico, no caso, a temporalidade que o jornalismo opera. Portanto, optaremos por trabalhar apenas com as 'notícias impressas' situadas cronologicamente a partir dos séculos XVI e XVII, por este formato ser decorrente não só de uma nova técnica de impressão, mas porque esta técnica surge em uma abertura da civilização ocidental para uma série de transformações já citadas no campo da economia, política, sociedade, ciência e tecnologia.

Raymond identifica que a pergunta "*What news?*" era provavelmente uma das questões mais freqüentes nos contatos pessoais na Inglaterra no início da Idade Moderna, atuando como uma "*common currency of social exchange*" (1996: 1). Alguns críticos do século XVI condenavam o desejo por notícias, comparando-o como uma tendência a uma espécie de 'vício'. Outros, no entanto, assumiam posição mais moderada ou mesmo favorável ao crescimento dos jornais. Para estes, o suposto vício por notícias era, na verdade, uma sede por conhecimento, e os jornais não refletiam uma decadência da sociedade, mas sua edificação (Schröder, 2001: 137). Independente da interpretação feita sobre este novo hábito, os estudos convergem para afirmar uma tendência crescente de consumo de notícias no passar dos anos, até consolidar, no século XIX, ao que Blondheim (1994: 23) descreveu como "*insatiable appetite which exists in all classes of people in this country for news*", ao analisar a realidade norte-americana.

Parece-nos adequado lembrar que a 'notícia' não tinha a forma e o conteúdo com os quais contemporaneamente caracterizamos este fenômeno. Raymond compara este desejo

por notícias como um consumo por vulgaridades, comuns em sátiras do século XVII, mas procura acentuar a especificidade deste novo objeto frente aos demais objetos culturais de consumo: o consumo de notícias não era apenas um apetite por um objeto qualquer, mas refletia um desejo de estar informado, um tipo de informação que circulava já pela conversação ou correspondências privadas (Raymond, 1996: 2).

Uma questão pertinente é discutir quais elementos alimentavam este desejo de consumir notícias: se era o conteúdo atrativo e diversional, a importância dos fatos sociais da época, os laços sociais que o conteúdo jornalístico produzia ou a própria eficiência técnica do novo meio de comunicação. Com base nas fontes bibliográficas consultadas, podemos dizer que este apetite por notícias tinha diversas origens. As guerras e conflitos internos e externos foram eventos cujas características se encaixaram eficazmente ao tipo de objeto adequado aos relatos jornalísticos. As notícias de guerra demandavam urgência, tanto por parte do leitor ávido por informações quanto pelo processo de produção, mesmo que este fosse ainda rudimentar, como o exemplo citado por Raymond em relação ao jornalismo inglês do século XVII. Os conflitos da Inglaterra com a Irlanda ofereciam um contexto no qual a periodicidade era tanto valiosa quanto necessária. Assim, se completava uma cadeia, em que as notícias, os meios de sua disseminação e seu papel em processos sociais e políticos se tornaram mais acentuados: "*we have an audience; we have the material waiting for us; we have a publisher*" (Raymond, 1996: 120).

Woolf exemplifica a importância das notícias sobre guerras no cotidiano de uma província inglesa: um funcionário da Diocese de Chester, Inglaterra, classificou os fatos que ele havia lido ou ouvido durante 1704-11, seja por meio de informações transmitidas por pessoas, cartas, discussões nas casas de café ou notícias impressas. O maior número de notícias recebidas foi sobre guerras e conflitos estrangeiros. Apesar de ser uma província isolada e a classificação bastante informal, Woolf (2001: 93-94) concluiu que foram estas notícias as que regularmente tiveram o maior impacto sobre o funcionário.

Devemos lembrar também que os jornais herdaram dos hábitos sociais a curiosidade por rumores, boatos e historietas a respeito do cotidiano e da intimidade da nobreza, particularmente de famílias reais. Sutherland descreve que os jornais ingleses do século XVII eram escritos para um leitor das classes médias, que gostava tanto de ouvir as últimas 'fofocas' sobre a vida na Corte quanto de conhecer notícias estrangeiras que poderiam afetar relações comerciais, além de ter um interesse mediano sobre questões e controvérsias políticas (Sutherland, 1986: 232).

É necessário considerar ainda o tema da alfabetização crescente entre os séculos XVII a XIX na Europa e Estados Unidos e discutir em que medida este fator modificou a relação leitor-jornal. Na verdade, não há dados precisos sobre isso, e as estimativas conflitam. Paul Hunter cita que provavelmente entre 60% e 70% de homens adultos na Inglaterra e País de Gales eram, em uma avaliação conservadora, hábeis para ler em torno de 1800. Em 1600, este percentual estaria em torno de 25%. A alfabetização gerou conseqüências em âmbito social e econômico, propiciando que hábitos diários ligados a uma cultura moderna centrada sobre produtos impressos poderia se estabelecer (Hunter, 1990: 65-66). Já Popkin considera que mesmo no final do século XVIII o analfabetismo entre adultos era intenso o suficiente para impedir que os jornais se transformassem em 'genuínos meios de comunicação de massa'. Mesmo assim, os jornais seriam os únicos gêneros de materiais impressos que alcançavam um público variado, estendendo-se desde uma elite rica até porções consideráveis de classes baixas urbanas e algum número de camponeses (Popkin, 1989: 3), além de membros das classes médias, como trabalhadores em administração pública ou pequenos comerciantes, que podiam compartilhar assinaturas dos periódicos e os ler em grupos ou participar de leituras públicas em locais de passeio, como o caso de Paris no final do século XVII (Vittu, 2001: 174).

Diferentes abordagens em períodos históricos distintos revelam faces igualmente diferenciadas da relação entre o leitor e o jornal. Raymond considera que o hábito de consumir notícia na Inglaterra do século XVII era resultado de uma certa cobiça ou gula desmedida e sem maior finalidade informativa - "*News was supposed to be consumed not only because it enabled social exchange, or facilitated rational behavior, but as an end in itself*" -, embora perceba ser movido também pelo desejo de estar bem informado (Raymond, 1996: 2).

Esta busca por informação podia ser vislumbrada na existência de leitores de jornais semanais entre homens de negócios que estavam interessados nas atividades políticas do Parlamento inglês da semana anterior (Sommerville, 1996: 48). Hunter considera que, a partir deste período, o público leitor estava 'faminto' por acompanhar as coisas que ocorriam no seu próprio tempo e receptivo para quase tudo que direcionasse atenção para o momento presente, e os jornais já possuíam algumas técnicas e habilidades para captar a atenção de um vasto espectro de público e manter os leitores interessados em assuntos cobertos pelo noticiário durante um substancial período de tempo (Hunter, 1990: 191).

Para Pokpin, os jornais tinham importância para o leitor do século XVIII porque eles eram a melhor fonte de informação sobre eventos cotidianos (1989: 4). Popkin reforça a importância do jornal nos hábitos do leitor ao perceber seu efeito sobre a organização do tempo na vida cotidiana, comparando-o com os relógios de bolso: os relógios pessoais permitiam aos seus usuários controlar o tempo de suas próprias atividades, enquanto os jornais davam a eles um sentido de movimento em um mundo mais amplo. Dessa forma, novos hábitos dos leitores estimularam o crescimento dos jornais:

"Like the pocket watch, the newspaper was perfected and improved throughout the seventeenth and eighteenth centuries, but without any revolutionary technological transformation. There was a steady movement toward more frequent publication and toward the delivery of a larger amount of content in a given period. Newspapers publishers achieved these gains by increasing the size of the paper used, employing smaller type, and printing more pages" (Popkin, 1989: 6).

Uma questão que se apresenta a este raciocínio é discutir em que medida esta 'sede' por notícias teria estimulado a aceleração da produção e circulação de jornais e, em consequência, contribuído para compor uma temporalidade mais específica operada pelo jornalismo. Esboçar uma relação causal direta não seria pertinente, tanto pela falta de indicações precisas desta relação nos relatos históricos consultados quanto pela complexidade destes fatores, que se articulam a outros para compor processos imbricados.

Alguns estudos revelam uma mútua influência entre o desejo de consumo e o aumento da produção de notícias. A própria eficiência técnica e organizativa das novas empresas jornalísticas parecia fascinar os leitores desta época, mesmo que implicassem maiores custos de produção e um valor final do jornal mais elevado. Não somente os recursos técnicos eram fatores desta fascinação, mas todo o ciclo de produção e distribuição atraía os leitores, com suas rotinas de trabalho e quadro de horários rígidos, a fim de manter a relação entre a empresa e seus consumidores regulares (Brown, 1985: 7-8).

Blondheim atinge raciocínio semelhante ao analisar o jornalismo nos Estados Unidos, afirmando que os editores de jornais, ao acelerarem a velocidade da produção e circulação de notícias, revolucionaram a 'utilidade operacional' dos jornais para seus leitores e os tornaram, então, mais atrativos (1994: 27). Para ele, o grande crescimento em circulação deve ter refletido em algum grau a atratividade de notícias temporais para um público leitor (1994: 26). Autores como Lucy Brown percebem também que o século XIX ofereceu uma seqüência de eventos interessantes do ponto de vista jornalístico, que podiam desenvolver um gosto público pelas notícias. Por um lado, o fato de guerras terem se sucedido na segunda metade do século XIX, como a Guerra Civil Americana, fez surgir

efêmeros jornais custando meio centavo de dólar. Outra opção para captar a atenção pública foram longos julgamentos, bem como questões diplomáticas internacionais, como na Inglaterra do século XIX (Brown, 1985: 97-98).

Entretanto, Lucy Brown baseia parte do sucesso da imprensa popular inglesa no século XIX no fato de publicar conteúdos e reportagens que combinavam dramas, crimes e catástrofes, lidos mais como ficção ou entretenimento do que como notícia. Entretanto, além deste variado cardápio, publicar notícias introduziu uma regularidade na apresentação e reapresentação de eventos e os personagens envolvidos em situações típicas. A autora considera que esta prática cria uma relação de continuidade entre o relato e o leitor, uma função que os jornais conseguiram suprir bem: "*The newspaper reading habit is stimulated by the regular reporting of new instalments of a long running story*" (Brown, 1985: 96).

Interessante investigar como este hábito de leitura consolidou os laços entre os mecanismos econômicos de venda e circulação e a formação de um leitor de jornais. Lucy Brown oferece alguns elementos para esta compreensão dentro do caso inglês do século XIX, que nos auxiliam a compreender também que o tempo de permanência do jornal em circulação era superior à sua periodicidade regular de publicação e circulação. A autora encontrou relatos de que os jornais continuavam circulando muito depois de terem sido vendidos ao consumidor, como casos em que uma publicação passava de um fazendeiro para outro, com sua circulação dificilmente cessando até três ou quatro semanas após a publicação. Em suma, Brown interpreta que a formação de hábitos de leitura de jornal tornou-se uma pré-condição para que a circulação pudesse ser expandida (Brown, 1985: 27-29).

2.3.4) Os jornais e a constituição de espaços de debate público

Os novos laços sociais surgidos com a prática da leitura de jornais nos séculos XVII a XIX institucionalizaram hábitos que modificaram tanto as relações nos espaços privados de convívio familiar quanto em espaços públicos como as casas de café. Os primeiros foram percebidos por Benedict Anderson ao utilizar a categoria da simultaneidade para descrever rituais de leituras que começaram a se realizar em momentos semelhantes do dia e com base em atos semelhantes. Mais do que apenas atos coordenados em ambientes privados, a simultaneidade que se instalou nestas épocas teve um sentido público de comunidade que habita um tempo e um espaço delimitados (a 'nação', segundo Anderson). Esta simultaneidade era também pública porque havia uma confiança de que tal ato de leitura seria realizado por membros desta 'comunidade imaginária' em resposta a diversas motivações, entre elas a de ser um imperativo que faz indivíduos - inicialmente os diferentes segmentos das elites - se sentirem participantes (de forma real ou imaginária) das ações e decisões que envolvam toda a comunidade (Anderson, 1991: 33-35).

Pretendemos desenvolver neste item o segundo aspecto da institucionalização dos hábitos de leitura e de como eles contribuíram para criar laços de pertencimento a uma comunidade e de participação em questões públicas. O objetivo aqui é perceber o papel que as notícias desempenharam na constituição destes vínculos de comunidade em ambientes de acesso e reunião pública nestes séculos, como as casas de café. Neles, as práticas de leitura de jornais modificavam-se parcialmente em relação à leitura na intimidade do lar: havia uma valorização da leitura pública das notícias e, principalmente, de uma transmissão e discussão oral dos conteúdos. Assim, imaginamos ser possível considerar que este vínculo reforçado pelos jornais possibilitou, a vastas frações das classes médias e elites, a participação em ações e decisões coletivas.

Em nossa abordagem, tais procedimentos criaram relações temporais diversas: por um lado, havia uma dimensão temporal do cotidiano, no âmbito das relações micro-sociais, marcada pelas casas de café como pontos de encontro e convivência social. Por outro lado, relações sociais temporais eram construídas simbolicamente em decorrência deste vínculo de pertencimento e atuação em uma comunidade. Sugerimos então que o jornalismo, ao oferecer conteúdos e modos de interação social com forte acento temporal para o presente,

contribuía para a constituição de referências que permitiriam compor uma concepção do que é presente na vivência pública.

A valorização de instâncias argumentativas e de interação discursiva como fenômeno de investigação histórica tem sido feitas por historiadores do jornalismo inglês que vêm se dedicando a estudar as "*short-term history*", ou seja, práticas e situações da vida cotidiana afetadas pelo jornalismo. Neste caso, há um deslocamento metodológico claro em relação às perspectivas amplas de estudo da tecnologia e da economia e suas conseqüências para a transformação da sociedade e do jornalismo. Ao mesmo tempo, é interessante perceber que o jornalismo, por ser um objeto que circula concomitantemente em âmbitos privados e públicos, desencadeia práticas que podem ocorrer tanto em esferas micro (como a interação discursiva na vida cotidiana) quanto macro da vida social (processos de decisão e gestão da vida e das instituições públicas).

Exemplo disso é citado por Raymond (1996: 16) ao lembrar que, já no surgimento dos "*newsbooks*" em 1641, essas publicações tornaram disponíveis informações a respeito dos debates e decisões parlamentares sobre ações de governo e as guerras, ampliando a interação do parlamento com estratos crescentes de leitores. Por meio desta abordagem histórica de contextos particulares, o autor percebeu como os jornais se comprometiam para a formação de uma tendência de vivência diária dos eventos, que papéis eles representavam na vida diária e como eram lidos e discutidos.

Se crescia o interesse por notícias, aumentava também o debate sobre a natureza e a qualidade das notícias publicadas, suas diferenças em relação ao 'boato': "*The very immaterial nature of information became fundamental to debate between politicians*". Como as notícias eram ainda um produto escasso, isto as fez se tornarem uma mercadoria valiosa: "*Scarcity also charmed news, giving it social and political moment*" (Raymond, 1996: 116-117).

A transmissão de notícias pela conversação era um importante elemento de interação social na Europa do século XVII. Conversar sobre notícias, na verdade, não era somente um processo de transmissão de conteúdos, mas um diálogo. A conversação permitia que cada interlocutor avaliasse a veracidade tanto da mensagem recebida quanto daquele que a estava transmitindo, por meio de seus gestos, expressões faciais e entonação de voz, ou pelo menos possibilitava avaliar a sinceridade do informante. Portanto, as notícias transmitidas oralmente ("*spoken news*") eram preferenciais em relação às manuscritas ou impressas (Woolf, 2001: 91-92).

Daniel Woolf investigou a formação do sentido de presente neste período, e considerou o papel que as notícias tiveram para criar uma 'zona' entre o passado e o futuro, zona esta que, na definição de Woolf, ofereceu um espaço para discussão de eventos atuais, "*analogous to Habermas' emergent public sphere*". Mesmo que não consideremos literalmente esta comparação com o conceito habermasiano de esfera pública, podemos discutir a fecundidade de entendermos o presente como uma 'zona' temporal que garanta, no fluxo da experiência humana do tempo, um intervalo temporal para eventos correntes que, embora dependentes da tradição como passado de referência, estabelecessem relações próprias de significação. Woolf (2001: 108) considerou que o início da Idade Moderna ofereceu um ambiente para a emergência e a consideração pública de questões atuais, e a discussão pública destas questões se tornou um modo de consolidar esta experiência do presente e mesmo estender sua duração.

a) A periodicidade das publicações e seu papel na produção do debate público

Os jornais, assim como os '*newsbooks*' e outras publicações periódicas, tinham três atributos essenciais que motivavam o debate crítico entre seus leitores, segundo Raymond (1999: 131-132). Um deles era a publicidade que propiciava aos conteúdos e pessoas; outro era a heterogeneidade dos conteúdos que ofereciam, cuja justaposição desordenada requeria do leitor uma capacidade de perceber e sintetizar essa diversidade, embora devêssemos perceber também uma tendência de exacerbação do poder do Estado em controlar o conteúdo e a impressão dos jornais em suas primeiras experiências.

O terceiro era a periodicidade na oferta e na expectativa por notícias. A regularidade da oferta de notícias pelos jornais garantia a disponibilidade contínua de conteúdos e, com isso, a continuidade dos debates. A periodicidade das notícias significava, também, que elas eram sazonais: mais intensas durante o verão, quando as viagens eram mais fáceis, e mais escassas durante o inverno. Elas também dependiam das sessões das cortes e tribunais ou quando membros da classe alta viajavam até Londres para resolver questões legais de importância (Raymond, 1996: 5). Mesmo quando não havia realmente notícias, o espaço dos jornais tinha de ser preenchido com conteúdos similares, e o suprimento de notícias em regularidades semanais, bi-semanais ou diárias estimulava um trabalho ativo de memória e referência por parte do leitor ao acompanhar a seqüência de fatos em desdobramento. Raymond ilustra o caso do conflito com a Irlanda ainda na década de 1640, em que a rebelião no país vizinho fez com que uma atualização periódica

de notícias se tornasse tanto necessária quanto lucrativa. Casos como esse, bem como o avanço dos debates políticos em espaços públicos, garantiram a instauração de um mercado emergente para reportagens jornalísticas (1996: 120).

Ao estudar os jornais ingleses e franceses do século XVIII, Bob Harris (1996: 4) avalia que a imprensa se tornou, na Inglaterra do século XVIII, o mais importante veículo para disseminação da opinião política impressa, pois oferecia uma comunicação contínua sobre questões políticas, o que levou o autor a concluir que foi através e em torno da imprensa que a discussão pública da política nacional se organizou. Constatação semelhante foi feita por Habermas ao analisar as transformações na esfera pública burguesa (países europeus nos séculos XVIII e XIX) e considerar a imprensa a "instituição por excelência" (1984: 213) da esfera pública, aspecto que será perdido com a posterior consolidação editorial e comercial das empresas jornalísticas no século XIX representando um canal de ingresso de interesses privados na esfera pública (1984: 213-218).

Instituições como o parlamento, por sua vez, possuíam um ritmo de trabalho que constituía uma regularidade na oferta de conteúdos noticiosos. A própria institucionalização das rotinas e atividades destas instituições políticas compunha um elemento da estrutura que sustentaria a periodicidade jornalística, já que tornava comercialmente viável relatar em publicações a seqüência de trabalhos no parlamento para um público interessado em debates e ações políticas (Raymond, 1996: 120). Outra instituição que fornecia uma regularidade de notícias era a Justiça inglesa, criando-se a prática de produzir reportagens sobre julgamentos (Brown, 1985: 2).

O crescimento de publicações com mais curta periodicidade de circulação e particularmente a evolução das publicações que traziam opiniões políticas na Inglaterra do século XIX foram retratados por Lucy Brown (1985). Nos anos de 1860, os periódicos mensais eram os mais influentes; já no final do século, os veículos mais significativos para opinião política eram os semanários *Spectator* ou *Speaker*. Isto significava que os tradicionais periódicos trimestrais, como *Edinburgh* e *Quarterly*, que tinham sido importantes veículos para a discussão de grandes questões estruturais (política econômica, reforma parlamentar, Igreja e Estado) estavam perdendo influência: "*Their publishing cycle was too slow to cope with the rapidly changing political situations which preoccupied politicians of the 1880s*" (Brown, 1985: 109).

Com um processo de aceleração da periodicidade das publicações e aumento no ritmo da demanda por notícias, mesmo os periódicos mensais começaram a parecer lentos, o que fez serem procurados jornais semanais, bi-semanais, tri-semanais e diários,

particularmente aqueles que circulavam à tarde em clubes (*'evening Clubland papers'*). Essas publicações ofereciam opiniões, entrevistas com pessoas públicas e iniciavam de tempos em tempos discussões públicas de questões gerais: "*Copies were to be put in the billiard room, the smoking room, the reading room, the grill room, and the card room - it is impossible to resist the conclusion that it was a necessary priming of the evening's conversations*" (Brown, 1985: 110).

b) A temporalidade social na atuação da opinião pública e a constituição da constituição da ação pública

Parece-nos pertinente relacionar os três atributos dos jornais - mesmo dos incipientes *'newsbooks'* - apontados por Raymond (publicidade, periodicidade e heterogeneidade) com as possibilidades de constituição de debates públicos ou, mesmo, de uma opinião pública. Neste caso, o modelo habermasiano de esfera pública¹³ fornece indicações fecundas sobre o papel do debate público na constituição da opinião pública: esta se constitui em discussões públicas, depois que o público, por formação e informação, torna-se apto a formular uma opinião fundamentada. No século XIX, o público assumiu o papel permanente de comentarista crítico, a ponto de ter "*quebrado definitivamente a*

¹³ O conceito de esfera pública como um público pensante constituído de pessoas privadas tornou-se um ponto de intersecção entre os estudos sobre política, democracia e comunicação nas sociedades contemporâneas, embora Habermas tenha, desde o início de sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), acentuado o aspecto histórico de suas investigações, limitado à estrutura e função do modelo liberal da esfera pública burguesa. O caráter datado deste conceito - elaborado com base na realidade social, política e econômica de países europeus nos séculos XVIII e XIX - e também sua fixação na burguesia como uma classe em ascensão social (Habermas cita, sem analisar, a esfera pública plebléia) não impediram que, desde a publicação do livro em 1962, os debates sobre a sua aplicabilidade em análises de problemas políticos se prolongassem pelas últimas décadas.

Na perspectiva habermasiana, a esfera pública se dissocia de uma esfera do poder público e passa a ser o "*fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública*" (1984: 40). A esfera pública burguesa torna-se um espaço social de discussão entre indivíduos (e destes com a autoridade pública) sobre as leis gerais de troca de mercadoria e de trabalho social na esfera privada (formada pela sociedade civil e pela esfera íntima da família). Sua primeira manifestação é a esfera pública literária, que se forma nos debates culturais em salas de leitura, teatros, cafés, museus e concertos e se torna o modelo para constituição da esfera pública política. Tendo a opinião pública como seu fundamento, a esfera pública política intermediará as necessidades da sociedade e as instituições do Estado.

Este espaço público de discussões entre pessoas privadas se organiza com base em três critérios fundamentais: 1) a discursividade, na qual uma situação de igualdade garante a afirmação do melhor argumento contra a hierarquia social; 2) a possibilidade de problematização racional de objetos, temas e obras que, antes de se tornarem mercadorias, tinham uma aura de sacralização não atingível pela razão; 3) a acessibilidade aos debates para todos que tivessem condições de participação (1984: 53). Este último item revela uma contradição latente na esfera pública: se por um lado ela garante um princípio de acesso a todos (homem privado individual), por outro as instituições se organizam sob critérios burgueses de admissão, como a formação cultural e a propriedade.

exclusividade do Parlamento e ter se tornado um parceiro de discussão e oficialmente qualificado” (1984: 85).

Sabemos das várias limitações e conflitos desta concepção, como a sua restrição ao círculo público burguês, as tensões surgidas com a sua ampliação a camadas não-burguesas com interesses diferenciados daqueles e a permanência de interesses concretos (econômicos, políticos etc) fundamentando os argumentos, a participação pública nos debates e a própria condução dos debates. Apesar disso, categorias como esfera pública e opinião pública auxiliam-nos a descrever a formação de uma dimensão de interação comunicativa (particularmente racional-argumentativa) dentro do espaço público (este também uma categoria cujas fronteiras são fluidas e elásticas, seus componentes imprecisos e suas práticas diversificadas), bem como de tentarmos uma aproximação do aspecto em discussão nesse item, que é a constituição de uma temporalidade social nesta interação comunicativa, tendo os jornais um papel específico e acentuado neste processo.

Algumas percepções deste movimento histórico podem ser acrescidas ao trabalho de Habermas e contribuir ao nosso percurso. Raymond (1999: 133) e Barker (2000: 1) perceberam na Inglaterra dos séculos XVII a XIX um alto grau de dependência da população aos jornais no processo de debate público. Harris (1996: 97-98) constatou como a imprensa tornou-se um fórum para a exposição de argumentos racionais, contribuindo para construir uma política de respeitabilidade, caracterizada por ordem e persuasão pacífica.

Mais do que um 'espaço' ou um 'recurso' discursivo para instrumentalizar a discussão pública, a imprensa colocou os leitores expostos a uma proliferação de eventos que se constituíam num intervalo de tempo que podemos considerar como presente. Em outras palavras, a imprensa, diferentemente do livro, não municiaava interlocutores preferencialmente com passagens e análises de uma profundidade típicas da literatura densa, mas trazia ao público a miríade de eventos que ocorriam concomitantemente à vida cotidiana de cada um. Os debates podiam tratar de questões em andamento e apontar ações que mereciam ou deveriam ser executadas, assim como podiam ser descrições de tragédias ou comédias da vida real, que captavam a atenção e o entusiasmo dos leitores e interlocutores. Esta temporalidade do presente que o jornal trouxe tornou-se uma novidade histórica na construção dos debates públicos.

A opinião pública pode ser também compreendida como uma ou várias respostas ou reações (concordantes ou discordantes) de leitores e ouvintes de notícias contadas oralmente sobre o que as notícias significariam para suas vidas, se os fatos seriam bons ou

ruins e, principalmente, o que deveria ser feito em relação a eles. É desta forma que Woolf vai considerar o papel das notícias no século XVII não só no debate público, mas na ação pública resultante dele:

"News thus does much more than recount events that are part of a longer story, still in play; it solicits possible resolutions to that story. (...) The literate public of 1640s were aware that the events through which they were living were incomplete and that, subject to providence, they would be called upon to shape their final disposition" (Woolf, 2001: 95-96).

Esta vinculação do conteúdo das notícias ao tempo presente que vai marcar uma ação imediata foi constatada também por Raymond no mesmo período. *"The news led to the expectation of unity and to a desire for action (...) The news demanded political action"* (1996: 117-118). As notícias muitas vezes colocavam em primeiro plano as responsabilidades devidas pelo parlamento inglês em certas ações. Em outras palavras, Jean-Pierre Vittu (2001: 168) considerou que os jornais franceses desta época tornaram-se os principais instrumentos para a 'batalha da opinião pública'.

c) O debate sobre conteúdos jornalísticos em espaços públicos: as casas de café

Além da influência na ação parlamentar, as notícias desencadeavam debates e ações entre os públicos. Os espaços privilegiados para isso eram os cafés públicos ("*coffee-houses*") que proliferaram pelas cidades européias com intensidade entre os séculos XVII e XVIII. Em Londres, por exemplo, havia mais de 550 casas de café em 1739 (Barker, 2000: 58). Estas casas não eram somente pontos de encontro e entretenimento, mas mais do que isso: na avaliação de alguns autores, elas funcionavam como instituições sociais, como espaços de interação social, com suas regras de comportamento e expectativas não apenas de divertimento, mas como locais para trocas diversas de informações, opiniões e sugestões de atuação particularmente na vida pública (embora não só nesta dimensão).

Uma leitura das casas de café dos séculos XVII e XVIII sob o ponto de vista da história da cultura, como feita por Paul Hunter (1988: 501), ofereceu-lhe elementos para classificar estes espaços como 'instituições culturais', por sua tendência estrutural de entrecruzar uma variedade de níveis sociais dos discursos produzidos por diferentes classes, bem como enfraquecer a distinção entre discurso oral e escrito. O surgimento dos jornais e sua penetração social crescente deram novos conteúdos e possibilidades para os debates em espaços públicos. As notícias ocuparam um papel central na cultura dessas

casas de café (Raymond, 1999: 116). Pelo valor de um drinque, os frequentadores (predominantemente homens) tinham acesso a jornais que, às vezes, não podiam comprar (Barker, 2000: 57).

Um dos hábitos sociais comuns nesses espaços públicos era a leitura de jornais em voz alta, uma atividade que reunia pequenos grupos nas regiões rurais e urbanas. Se nas zonas rurais esta leitura era mais passiva por quem escutava, em cidades como Londres a leitura nas casas de café era interrompida frequentemente por pessoas que preferiam ler a ouvir notícias e por aqueles que gostariam de discuti-las prontamente. Barker (2000: 54-55) citou que um café público chegou a criar salas diferentes, uma para leitura e outra para conversação.

Vejamos um exemplo dado por Barker: *"In 1838, a group of working men had procured their own reading room where they assemble to read the Northern Star and other newspapers and where 'we read the news of the week, and discuss it paragraph by paragraph, as it is read'"* (2000: 56). A leitura pública de jornais era, diz o autor, uma experiência participativa, que podia conduzir também para uma politização dos leitores/ouvintes, já que os jornais traziam relatos de experiências de outras pessoas e grupos separados no espaço, mas que poderiam ter interesses comuns. Trabalhadores habitualmente começavam seu dia indo a salas dos cafés a fim de ler as últimas notícias, discutir política e tópicos de interesse, como os referentes à nobreza (Hunter, 1988: 502; Woolf, 2001: 92). Os cafés eram até mesmo locais de conspiração política (Raymond, 1999: 124).

Não encontramos elementos históricos suficientes para dizer que muitas decisões sobre o governo ou sobre negócios resultassem desses debates nesses cafés públicos com base nos materiais jornalísticos, mas Hunter enfatiza que estes espaços, ao cultuarem o jornal como um dos principais objetos de discussão, trouxeram um componente temporal para a interação: a 'ilusão' de estar envolvido em questões do momento e de conhecer a realidade presente de Londres e do mundo. Tais conteúdos auxiliaram a formar uma cultura voltada para a vida do dia-a-dia e para a construção de uma consciência do 'agora': *"...the sense of urgency about present time and current concerns was deeply built into the public consciousness"* (Hunter, 1988: 502-503).

A categoria habermasiana de esfera pública pode ter eficácia para descrever o ambiente de debates destas casas de café, mas as características que ela traça dos debates (discursividade, racionalidade e acessibilidade) devem ser compreendidas como uma tipologia de procedimentos idealizados, nem sempre presentes no cotidiano das discussões.

Podemos mais cuidadosamente supor que o ambiente destes cafés misturava conversação e leitura, jornalismo e ficção, opiniões embasadas e especulações, cultura escrita e oral. O fato de haver uma combinação de práticas e conteúdos de interação, conduzidos tanto pelo interesse pelo debate e ação política quanto pelo prazer do divertimento e do consumo de bebidas denota que as relações sociais que se estabeleciam eram diversificadas e complexas.

Interessa-nos então perceber que, apesar de a interação nestes ambientes nem sempre seguir os procedimentos típicos de uma esfera pública de debate e deliberação, eram nas casas de café que se podia ver esta vinculação entre conteúdos culturais ligados ao tempo presente (o jornal em particular, mas não só ele), grupos de frequentadores cada vez mais entusiasmados por envolver-se pelas coisas do cotidiano, de um 'agora' impreciso, e os procedimentos de leitura e debate que acentuavam o interesse por esses conteúdos e estimulavam uma ação imediata. Não devemos esquecer que a 'idade do ouro' das casas de café analisadas por Habermas (algo entre 1680 a 1730) foi relativamente curto, e uma maior liberdade de circulação de jornais facilitou a produção e o consumo dos jornais em ambientes privados e o declínio dos cafés como instituição social - nos termos postos acima - ainda no início do século XVIII (Sommerville, 1996: 76; 83-84).

Por último, vale lembrar que autores citam outros espaços públicos de leitura e discussão de conteúdos jornalísticos além das casas de café. Locais como mercearias ou barbearias ofereciam jornais para seus consumidores no período. Além disso, o século XVIII testemunhou o crescimento das livrarias e salas de leituras, onde membros pagavam uma taxa para ter acesso a muitos jornais. Por volta de 1800, havia 112 livrarias em Londres e 268 nas províncias (Barker, 2000: 59).

A privatização da leitura foi estimulada também pelo crescimento de clubes de jornais, que facilitavam o acesso dessas publicações a seus membros, podendo ser lidos em suas residências. Barker cita haver cerca de 5.000 '*newspaper societies*' reunindo entre seis a doze famílias por toda a Inglaterra, dividindo os gastos com a compra de jornais (2000: 56). Esta forma de vínculo em clubes ou sociedades possibilitava que o hábito de leitura ganhasse continuidade, regularidade e periodicidade, aspectos que beneficiaram também os jornais. Se a ausência do contato face-a-face dos cafés poderia sugerir que a leitura privada conduziu a uma maior divisão e dispersão social, a própria proliferação e circulação regular de jornais estabelecia novos vínculos de união dos leitores em torno de uma sociedade comum, com questões e problemas compartilhados por todos (os leitores) e que demandaria ações concomitantes (Sommerville, 1996: 152).

2.4) O jornalismo como instituição e a formação da atualidade jornalística

A identificação de fatores tecnológicos, econômicos e sociais que criaram condições para uma experiência concreta e sistemática do jornalismo auxilia-nos, agora, a discutir analiticamente o fenômeno que denominamos 'instituição jornalística'. As referências históricas dos séculos XVII a XIX, principalmente, fornecem-nos informações para que iniciemos a construção de um percurso interpretativo sobre o processo de institucionalização do jornalismo, considerando relações internas e externas que essas organizações e seus membros estabelecem com outras instituições sociais. Vamos evitar uma leitura evolucionista das mudanças sociais em desenvolvimento no período, embora alguns fatores tenham decorrido de um surgimento gradativo e encadeado na história ocidental. Mas é um processo cuja linearidade é afetada por conflitos e contradições internas à instituição, ao mesmo tempo que orientada por movimentos paralelos ou articulados a transformações sociais amplas.

2.4.1) A instituição jornalística num ambiente de transformações tecnológicas, econômicas e sociais

Compreender mais profundamente como o jornalismo se constituiu em uma instituição social requer uma discussão mais articulada sobre alguns aspectos históricos do desenvolvimento da imprensa, seja em seu processo interno de institucionalização de princípios, normas, recursos e técnicas, seja no ambiente social que ofereceu possibilidades para seu desenvolvimento. Estamos trabalhando com a perspectiva de que a instituição jornalística está entranhada no ambiente em que atua, o qual estabelece os recursos e limites para a atividade e a organização jornalística se desenvolverem. Estar imerso em um contexto espaço-temporal concreto significa considerar o jornalismo sendo atravessado e

estando envolvido por dispositivos, tensões e movimentos oriundos tanto do ambiente interno quanto externo de relações.

Ao buscarmos visualizar especificidades na formação da instituição jornalística neste contexto de fatores históricos de amplo espectro, devemos ter o cuidado para evitar perspectivas como a "*whig history of journalism*" e sua inspiração liberal e progressista para investigar o jornalismo como uma evolução linear, conforme criticada por James Carey (1974). Conforme salientamos, identificamos esta visão em autores como Emery and Emery (1992) e também, em um menor grau, em autores descomprometidos com uma historiografia institucional liberal, como Robert Park.

Em seu artigo denominado "*Natural History of Newspaper*" (1955), Park desenvolve não exatamente uma história institucional na linha liberal, mas utiliza um simplificado modelo de comparação entre 'comunidades simples' e 'sociedades complexas' para justificar o surgimento e as transformações da instituição jornalística contemporânea. Por exemplo, em passagens nas quais o autor considera que "*The motive, conscious or unconscious, of the writers and of the press in all this is to reproduce, as far as possible, in the city the conditions of life in the village*" (1955b: 93) ou adota como referência o modelo de democracia comunal, em que os contatos diretos possibilitavam a interação necessária para a preservação de laços democráticos: "*What the popular teachers did for Athens in the period of Socrates and Plato the press has done in modern times for the common man*" (1955b: 91). Schudson questiona esta comparação e, de um modo geral, visões de que "*...the development of the press is governed by a self-explanatory evolutionary dynamic*" (1978: 40).

Mesmo que questionemos simplificações em aplicações deste modelo, não consideramos oportuno rejeitar a percepção de que a imprensa se institucionaliza em consequência de processos sociais amplos e históricos que atravessam formas específicas de instituições e que constituem os princípios organizativos de uma sociedade, tais como a construção e transmissão da cultura, as relações econômicas (o mercado como regulador da circulação), as formas de ação política e as transformações tecnológicas.

Há aqui um visível processo de acumulação de inovações tecnológicas que estruturam e dão as bases para a instituição jornalística. Assim, podemos aplicar Burke (2002: 184) para falarmos de que há uma mudança social dentro da perspectiva de 'evolução' como um processo gradual e cumulativo que parte do simples, não especializado e informal para o complexo, especializado e formal. Só que este modo de investigação das transformações sociais deve ser compreendido e realizado dentro de um nível mais alto de

abstração na análise, como esquemas abstratos de processos de mudança social, não nos parecendo adequado aplicações simplificadas como a ensaiada por Park. Mesmo porque inovações tecnológicas cumulativas não ficam restritas a apenas ao uso destas técnicas, mas são parte de processos mais amplos, de mudanças que abrangem alterações de hábitos e comportamentos, diferenciação de papéis e construção de novos laços sociais. E, desta forma, perceber que estas transformações são articuladas, envolvem fatores internos e externos aos próprios processos e organizações e ocorrem de forma desigual e instável.

As inovações tecnológicas dos séculos XVI a XIX discutidas anteriormente e seu poder de reorganizar diversas tarefas e processos sociais, como a introdução do relógio mecânico, a melhoria no sistema de transportes (veículos, estradas ou linhas férreas), serviços de correios, telégrafo e telefone, entre outros, afetaram pelo menos três ordens de fatores na imprensa: a) os modos e a velocidade de transmissão de conteúdos jornalísticos; b) a produção noticiosa enquanto um procedimento organizacional complexo; c) a produção noticiosa enquanto conjunto de princípios, técnicas, formatos e habilidades operadas no cotidiano. Entendemos que a temporalidade jornalística se forma como um aspecto desta dimensão institucional do jornalismo, mas com potencialidades que transcendem fatores organizacionais ou apenas práticos internos à atividade, afetando, em vez disso, o conjunto da sociedade. Assim, estamos trabalhando com um duplo nível de processos e relações sociais para construir uma noção de atualidade jornalística: aquelas internas à instituição jornalística e aquelas que se articulam e se realizam no conjunto da sociedade.

Uma forma de avançar nesta análise é retomar as variáveis apresentadas por Woolf (2001) para investigar as transformações da imprensa europeia no século XVII (a velocidade, o fluxo, a vivencialidade comum e a densidade das informações) e colocá-las como referência para perceber a contribuição que as tecnologias do século XIX (período não estudado por Woolf) tiveram sobre a consolidação do jornalismo como prática e como instituição social. Se Woolf relativizava a importância, no século XVI, da introdução da impressão mecânica para a velocidade de circulação dos jornais, os fatores tecnológicos do século XIX ultrapassam, a respeito do seu efeito temporal, as realizações da primeira grande inovação tecnológica.

Mesmo que não tenha havido uma evolução linear do efeito dessas contribuições sobre o jornalismo, na medida em que são percebidas variações e oscilações no grau de interferência destas, é aceitável constatar uma visível relação entre estas inovações e a aquisição de novas potencialidades pela instituição jornalística, como a regularização do

fluxo de informações na sociedade e do intervalo entre cada fluxo. Semelhante a isto, estas tecnologias aumentaram a velocidade de transmissão e a intensidade de informações transmitidas.

Tais características de um processo tecnológico correspondiam, em um outro grau, a um movimento paralelo de criação de um novo laço social em que a instituição jornalística desempenhava papel central. O desenvolvimento de uma prática habitual de leitura de jornais, seja em locais públicos ou na intimidade do lar, abriu expectativas e usos para um novo tipo de conteúdo social, seja pela sede ou curiosidade de conhecer situações da vida alheia quanto estar ciente e intervir em questões e decisões da comunidade.

Ao afirmarmos que a instituição jornalística está entranhada no ambiente histórico e social em que atua, queremos inicialmente afirmar que este contexto espaço-temporal limita certas possibilidades de produção jornalística e configura relações e práticas sociais tanto externas à instituição (desempenho de papéis sociais instituídos e relações de poder na construção de sentidos e ações sociais) quanto internas a ela (princípios organizativos da instituição, tais como regras, metas, conflitos, pressões, imposições, disputas). Mas não queremos afirmar que este conjunto de forças em interação e choque atua de modo unilinear ou unívoco, pois seguimos a observação de Burke de que "*...as mudanças não são unilineares, que a história não é uma 'rua de mão única' (...)* Em outras palavras, nem sempre a sociedade caminha para uma maior centralização, complexidade, especialização etc" (2002: 189).

Se há sinais de uma gradativa evolução na formação do jornalismo, há também indicadores de contradições tanto nos processos sociais quanto em relação a fatores internos à instituição jornalística. Exemplo disso é a sociedade de mercado que se forma neste período. Fatores como a crescente modernização do maquinário gráfico, seu progressivo aumento na eficiência e produtividade, maior abundância de papel com a conseqüente queda no preço da matéria-prima, bem como a consolidação do jornal com um produto com regularidade de circulação e veiculação de conteúdos e anúncios contribuem para a constituição de uma organização empresarial com função específica em uma estrutura de mercado.

Se, por este lado, o jornal caminhou para se tornar uma organização sólida para participar de um mercado em que há crescente racionalização e impessoalidade na oferta e na troca de produtos, serviços e trabalho, por outro lado o modo de organização da produção jornalística gerou conflitos tanto entre capital e trabalho quanto nas formas de

especialização do trabalho jornalístico, convergindo para a produção de uma mercadoria cujos valores são em parte decorrentes destes conflitos. O conflito não pode ser localizado apenas nas tensões que surgiram pela transformação dos jornais em empresas lucrativas com conseqüentes oposições de interesse entre proprietários e jornalistas assalariados. Modelos diferenciados de jornalismo constituíram-se em decorrência de tensões internas no campo jornalístico a respeito de concepções e modos de atuação do jornalista, assim como foram criados novos princípios normativos da atividade, técnicas e gêneros jornalísticos como etapas de um percurso de consolidação de uma atividade social, tanto em nível interno quanto externo à instituição.

Tais processos não são alheios aos modos de constituição do repórter como atividade e como profissão. Conforme descreve Salcetti sobre a realidade nos Estados Unidos,

"Reporters emerged as a distinct work group during the late nineteenth and early twentieth centuries. Technological changes in the production of newspapers resulted in the division of labor within the newsroom, a division in which reporters became the singular workforce in the gathering and writing of news. Commercial expansion of newspapers provided more job opportunities for reporters, with increased numbers and types of positions" (1995: 72)

Processos tecnológicos, comerciais e a crescente profissionalização facilitaram o aparecimento de duas 'noções' sobre o repórter: uma, ligada às condições e formas específicas do trabalho jornalístico, o que dava ao repórter um perfil e uma performance peculiar de atuação na sociedade; outra, caracterizada pela formação de um 'ethos' que envolvia a vida e a atuação do repórter (Salcetti, 1995: 56). A primeira era composta por longas jornadas de trabalho, baixos salários, falta de segurança no emprego, bem como o uso de técnicas de produção jornalística (Schudson, 1995); a segunda caracterizava principalmente um conjunto de valores que o jornalista assumia e defendia como princípios do exercício da profissão, como, por exemplo, a idéia de 'sacrifício' inevitável na busca da notícia como 'interesse público'.

Portanto, considerar que modelos históricos de desenvolvimento direcionam certas possibilidades de formatos discursivos em gêneros jornalísticos (como também em gêneros midiáticos) não significa excluir tanto os conflitos e a dinamicidade próprias destes processos de constituição quanto os movimentos internos que ocorrem dentro da instituição jornalística e que guardam, mesmo assim, uma autonomia relativa no seu desenrolar e nas concepções e valores que os participantes vão incorporar à atividade.

Além disso, não estamos apontando para determinismos de processos mais amplos sobre realidades micro-sociais, mas sim assinalando a existência de influências recíprocas (mesmo que desiguais) na constituição da sociedade. O telégrafo pode ser tomado como um caso ilustrativo, principalmente nas primeiras décadas do seu surgimento em meados do século XIX. Blondheim analisa a articulação entre telégrafo e notícias nos Estados Unidos não somente em uma relação causal em que a tecnologia tivesse trazido benefícios e melhorias para a produção de notícias, mas percebendo também uma segunda perspectiva, sobre os modos como as notícias propiciaram o desenvolvimento do telégrafo. O autor identifica que a transmissão de notícias desempenhou um importante papel na consolidação do telégrafo: a produção de notícias demonstrou que o telégrafo oferecia novas capacidades e poderia ter uma utilidade real; e as empresas jornalísticas, ao adotarem gradativamente esta tecnologia, tornaram-se patrocinadoras de sua difusão para horizontes amplos (Blondheim, 1994: 31).

Historiadores (Blondheim, 1994; Schudson, 1978; Brown, 1985) apontam a influência que o modo telegráfico de envio de informações trouxe para o estabelecimento de novos padrões de texto jornalístico: criação de um parágrafo inicial (*'lead'*) resumindo o relato; redução do tamanho do texto para diminuir custos de transmissão; e fragmentação do texto noticioso em pequenos segmentos, para tornar possível o envio da notícia em um modo ainda precário de transmissão.

Ao mesmo tempo, um intenso desenvolvimento de gêneros jornalísticos ocorreu por força de movimentos internos à atividade. Exemplo disso é o surgimento, nos Estados Unidos, da entrevista jornalística em meados do século XIX. Sua institucionalização como prática social e forma literária (Schudson, 1995: 73) ocorreu também como uma maneira de o repórter exercitar sua autonomia profissional e sua autoridade perante o público. Ou seja, sua constituição foi parte de um processo mais geral de profissionalização no jornalismo:

"The rise of the interview coincides with the rise of newspaper reporters as relatively autonomous workers who self-consciously achieve an occupational identity (...) Other professionalizing changes in news writing occurred in the same era. (...) Chronologically presented news gave way to a summary lead and inverted pyramid structure that required the reporter to make a judgment about what aspect of the event covered mattered most. (...) In these ways, journalists proved themselves not relayers of documents and messages but legitimate interpreters of news, able to write not just about what they, like any observer, can see and hear but also about what is unheard, unseen, or intentionally omitted. The summary lead and the interview enlarged the reporter's field of action and sphere of discretion.

They helped make of the reporter a visible public type, even occasionally a celebrity, throughout this century" (Schudson, 1995: 91-92).

Assim, consideramos que os exemplos citados são úteis para acentuar que as instituições jornalísticas são formadas por um corpo coletivo de profissionais responsáveis por fazerem com que o corpo de saberes que caracteriza o jornalismo tenha uma dinamicidade e um potencial de criação no processo de constituição de suas práticas e do seu objeto de trabalho. Esta (re)criação não desconsidera que os saberes jornalísticos são predominantemente estandardizados, condicionados por estruturas e recursos de produção e por normas e valores internalizados, mas reforça haver um movimento inevitável e às vezes pouco perceptível de mudança nas estruturas, recursos, práticas e valores que fundamentam as instituições. O olhar histórico tem nos auxiliado a perceber que uma mudança social varia conforme circunstâncias externas e internas à instituição, em que estão presentes situações de desequilíbrio, desigualdade, instabilidade, diversidade e mesmo imprevisibilidade.

Portanto, compartilhamos com Elizabeth Lester (1995) a crítica que a autora faz a obras baseadas num historiografia liberal clássica, como a de Emery and Emery (1992), apresentando histórias de grandes empresas ou de personalidades jornalísticas eminentes. Ao desenvolver uma leitura desta obra sob a perspectiva de analisar as 'estratégias discursivas de exclusão', Lester considera que Emery and Emery supervalorizaram os 'proprietários', as 'estrelas', os 'heróis' e as grandes empresas jornalísticas e desconsideraram o trabalho do 'jornalista anônimo' na construção da história da imprensa norte-americana.

A análise do papel desempenhado pelo jornalista na construção cotidiana de sua prática, embora haja poucos estudos históricos sistemáticos com essa abordagem, permite-nos perceber a emergência do jornalismo enquanto atividade profissional legitimada socialmente. Além dos conflitos internos e externos à emergência do jornalismo como instituição social, esta perspectiva nos auxilia a reconhecer que modos de produção jornalística não são desdobramentos inevitáveis de contextos e fatores tecnológicos, econômicos ou políticos, mas atos de criação e aprimoramento de técnicas que possibilitaram tanto uma maior competência técnica da produção quanto a construção de uma identidade profissional e, em conseqüência, de princípios e normas de ação. Portanto, este corpo de saberes jornalísticos tem também um componente normativo interno ao

jornalismo como instituição social, normatividade esta que se refere ao conjunto de compromissos que o jornalista assume com a sociedade para executar sua atividade.

2.4.2) A fragmentação do tempo na construção dos eventos jornalísticos

O aumento na velocidade e eficiência dos transportes, bem como o uso da eletricidade como meio de transmissão de informações no telégrafo e no telefone deram, às sociedades das últimas décadas do século XIX e início do XX, a possibilidade de vivenciarem novas experiências culturais e sociais decorrentes de transformações sutis ou intensas no fator temporal. A expressão cunhada por Stephen Kern para caracterizar um fenômeno que o autor caracteriza como um presente 'densificado' ("*thickened present*") busca descrever esta multiplicidade na experiência de eventos ocorrendo em um tempo quase simultâneo, conduzindo para uma maior uniformidade e integração dos eventos locais e mundiais em uma cadeia temporal (1995: 4).

Aceitamos o argumento de Kern de que esta nova 'cultura do presente' formou-se com base nesta capacidade de experimentar eventos distantes ao mesmo tempo, e que tal possibilidade trouxe impactos estéticos, na literatura e artes, e sociais, por motivar novas formas de relações sociais, tanto de unidade quanto de ansiedade entre pessoas conhecidas ou estranhas (1983: 88). O passo seguinte é, então, avaliar como o jornalismo operou esta ambivalência de relações e expectativas, particularmente no aspecto temporal. Kern exemplifica o efeito tecnológico do telégrafo sobre a escrita jornalística:

"...the telegraph came into ever greater use as the need for fast reporting increased. Because economy of expression produced monetary savings, reporters were inclined to write their stories with the fewest possible words. The telegraph also encouraged the use of unambiguous words to avoid any confusion, and the language of journalism came to be more uniform as certain words came into more frequent use. (...) Information tended to be written with a minimum of punctuation (...) the need for speed, clarity, and simplicity shaped a new 'telegraphic' style" (Kern, 1983: 115).

Sabemos que Stephen Kern não segue uma análise que prioriza a determinação tecnológica sobre processos culturais, embora o autor não negue estes efeitos; em vez disso, busca influências mútuas entre tecnologia, sociedade e cultura. Preocupação semelhante possui Brown, ao questionar a tese de que o aumento na velocidade e redução do intervalo de periodicidade das publicações, bem como a diminuição no tamanho dos textos dos artigos publicados, tenha sido uma consequência da aceleração da velocidade de transmissão e transporte decorrentes do telégrafo e da linha férrea. Mesmo que estes

fatores tenham influenciado, Brown prefere perceber que uma conjunção de eventos peculiares de interesse de grandes públicos gerou condições favoráveis para a produção e circulação de notícias: "*A more likely explanation for the demand for instant political commentary might be found in the nature of the problems being faced (...) the strategies needed to defend British interests in a hostile world (...) These situations demanded swift discussion and response*" (Brown, 1985: 111).

Buscar caracterizar a notícia a partir da determinação de fatores como as transformações tecnológicas, econômicas, políticas e sócio-culturais tem sido um caminho usualmente adotado por pesquisadores e historiadores do jornalismo. Sabemos que a notícia é um objeto com, pelo menos, um duplo aspecto: é resultante de um ato de produção jornalística e de um evento como 'matéria-prima' de trabalho do jornalista. As formas de detalhamento das múltiplas facetas de cada aspecto e o grau de imbricamento entre eles já forneceram inúmeras explicações para delimitar e definir o objeto noticioso, mas a concentração em alguns aspectos e a secundarização de outros faz as definições terem um grau de generalização bastante limitado, além da limitação já inevitável ao quadro de referência teórico que sustenta a formulação.

Entendemos que a noção de atualidade e seu uso no jornalismo ocorrem neste mesmo contexto de compreensão da notícia jornalística. O jornalismo se realiza em um processo de tensão entre a velocidade do movimento do mundo e a velocidade da produção do discurso jornalístico sobre este movimento, pois, conforme nos referimos anteriormente, o jornalismo vive um permanente risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descole do tempo do mundo. A atualidade é uma das razões de ser do jornalismo, pois ela se constrói e se consolida numa prática e num discurso com sentido temporal e destinado a mostrar não haver um desencaixe real entre o tempo do mundo e o tempo da produção jornalística. A 'atualidade' é uma categoria construída prática e reflexivamente no jornalismo para afirmar a existência, nas estruturas mais internas e elementares de cada notícia, de uma relação de identidade temporal entre o evento e o relato produzido sobre ele - mesmo que esta promessa não seja exatamente cumprida.

A tensão descrita por Kern (1983: 11-30) na sociedade do século XIX e XX em relação a dois tipos diferentes de concepções sobre experiências sociais do tempo - entre um tempo atomizado que buscaria registrar o instante ou um tempo compreendido em um fluxo contínuo - tem, na história do jornalismo, experiências concretas e dilemas anteriores a este período avaliado. A atividade jornalística gera uma tensão ao produzir uma fragmentação discursiva dos eventos. Mas, ao mesmo tempo, a instituição jornalística

apresenta-se como capaz de resolver cotidianamente esta tensão com seus recursos e ferramentas a fim de produzir uma 'unidade', a notícia, com um sentido de completude temporal (embora parcial). Isto ocorre porque a atividade executa um trabalho de fragmentação do evento (em termos temporais, mas não somente neste aspecto) para construir uma notícia enquanto um recorte com uma marcação temporal precisa, um sentido de início-fim do evento e sua localização num contexto temporal que é referência para seu público-leitor.

É um exercício de fragmentação que permite a compreensão do tempo desta forma, embora não queiramos atribuir exclusivamente à instituição jornalística a origem e a execução de cortes temporais. Estes cortes são, em grande medida, originados socialmente. Por exemplo, as rotinas temporais que a vida social e urbana (num contexto de industrialização e inovações tecnológicas) trouxeram para a sociedade nos diferentes séculos são modos específicos de estabelecer marcações temporais, como a fragmentação do tempo na unidade do 'dia'. Ao se consolidar socialmente, o que a instituição jornalística faz é operar, de um modo particular e inovador, estas 'pré-condições temporais' de vivência social, trabalhando em busca de uma convergência própria de recursos, princípios e valores para produzir um objeto (a notícia) apresentado publicamente como a superação deste desencaixe temporal.

Se, a partir da segunda metade do século XIX, fatores tecnológicos e econômicos, por exemplo, ganharam relevo na criação de condições para a produção da notícia em um ambiente institucional mais próximo ao experimentado contemporaneamente, dilemas muito particulares e caros ao jornalismo, como a questão da temporalidade e o modo como esta se realiza no evento jornalístico, já existiam desde sua fase embrionária pelo menos dois séculos antes. O que queremos salientar agora é que o jornalismo apresenta um modo singular de trabalhar com a temporalidade do mundo. Singular não porque não existiam notícias no mundo (como dissemos, formas rudimentares de notícias são tão antigas quanto a humanidade), mas porque o jornalismo constitui modos padronizados de produzi-las em larga escala, sob determinados princípios e critérios, apoiados em suportes e organizações que se consolidam e operam coletivamente.

A investigação que Paul Hunter fez sobre a origem da novela na literatura inglesa do século XVIII e seus vínculos com a cultura do presente que se instalava na sociedade colocou o jornal como uma das fontes culturais de emergência das novelas. Isto porque, conforme citamos, os jornais possibilitaram, por um lado, a difusão e a ampliação de uma cultura sobre o 'agora' que se intensificava em impressos diversos, diários pessoais e de

viagem ou na proliferação de relatos e estórias da vida cotidiana (Hunter, 1988: 494-495). Por outro lado, o jornalismo era uma forma de escrita sobre o momento presente, sobre um instante isolado, pois produzia um tipo de narrativa efêmera e curta sobre ocorrências 'estranhas mas verdadeiras' (Lovell, 1992: 209).

Esta definição da escrita jornalística como uma narrativa efêmera e curta sobre fatos verdadeiros tem uma clara marcação temporal e pode ser encontrada com características semelhantes em diferentes experiências históricas. Inicialmente, lembramos os estudos do historiador inglês John Sommerville sobre o surgimento das notícias diárias na Inglaterra do século XVII e os motivos pelos quais ele denominou este processo de "*news revolution*". Sua ênfase principal está no surgimento da notícia periódica e as formas como ela modificou (negativamente, segundo o autor) os modos da vida inglesa. Discutiremos posteriormente o seu viés pessimista sobre a periodicidade jornalística, mas nos parece necessário ressaltar agora como o autor vê no fator temporal um elemento constituinte da notícia e, de modo geral, como ele constata que "*news is not natural. Events are natural but periodical news is a manufactured product*" (Sommerville, 1996: 3-4).

Esta visão de que a notícia é um produto singular, diferenciado da ocorrência mas vinculado a ela, fez com que alguns pesquisadores descrevessem características que a notícia possuía em diferentes experiências sócio-históricas e suas relações com os eventos que constituíam seus conteúdos. A experiência alemã de jornalismo no século XVII é rica e pouco considerada em estudos fora da língua germânica. Schröder faz esta reconstituição: no final do século XVII, quase todas as grandes cidades alemãs tinham seu próprio jornal, muitos deles circulando mais do que uma vez por semana.

Neste período, mais da metade das notícias publicadas em cinco jornais alemães referiam-se a eventos em desenvolvimento, com predomínio de questões militares e políticas (Schröder, 2001: 125). A maioria destas notícias tinha um texto breve, e pelo menos um terço delas era puramente descritiva, orientada para relatar os eventos e, mesmo em textos com opiniões, o elemento factual era predominante: "*The reader was only told that a certain event took place; the information was limited to the basics: who, what, when, where. (...) The news coverage of the early press was predominantly fact-oriented event coverage*" (Schröder, 2001: 126).

Este modo próprio que o jornalismo desenvolveu de produzir um relato noticioso sobre um evento tinha, também, um meio particular de tratar a questão do tempo, ou melhor, de fazer recortes temporais que permitissem dar ao evento uma factualidade. Conforme descreve Schröder, como os jornais podiam operar com uma periodicidade na

oferta do seu relato ao público, estes intervalos regulares eram propícios para dar um tratamento específico aos eventos, fragmentando-os em pequenos episódios:

"Another effect of newspapers' main characteristics of currency and periodicity was the reporting of particularly important current events episodically. Because the events took place over longer periods of time, they were broken up into many smaller individual events in the weekly news coverage. (...) Making connections between the often completely isolated single news reports, and recognizing their meaning, was largely left up to the reader. The total news coverage was not so much an artistically arranged painting, as it was a mosaic, which the reader had put together himself" (Schröder, 2001: 139).

A ênfase que o autor dá ao mecanismo jornalístico de transformar complexos processos sociais (como as guerras ou a construção de ações políticas) em pequenos fragmentos textuais auxilia-nos a perceber a aproximação que o conteúdo jornalístico tem das rotinas da vida cotidiana, mesmo quando o jornal ainda era um produto tão precário e pouco acessível como no século XVII. A dimensão do cotidiano a que nos referimos não é exatamente sua presença no âmbito das relações da vida familiar, das coisas que envolvem o mundo privado ou particular de cada indivíduo. Embora este aspecto ocorresse, queremos ressaltar, a partir da análise de Schröder, que o jornal operava uma dimensão do cotidiano ligada a uma alimentação continuada de conteúdos para o seu público, por meio de uma frequência e repetição de temas, questões e eventos reportados, o que dava aos leitores um sentimento de proximidade, envolvimento e familiaridade. Para o autor, a cobertura noticiosa periódica baseava-se no cotidiano (*'everyday life'*) não no sentido de que eram reportados aspectos da vida familiar ou privada das pessoas, mas no sentido de que *"...abstract and complex political processes were broken down into small, and therefore understandable everyday occurrences"* (Schröder, 2001: 140).

Esta fragmentação dos eventos para sua reconstrução na forma de um relato noticioso começava agora a ser produzida de forma organizada, periódica e com alcance progressivamente maior na sociedade. Não se tratava mais de relatos esparsos ou particulares por cartas ou diários pessoais, nem de mensageiros ou viajantes transportando as últimas notícias de localidades distantes. O ato de construir notícias começava a assumir um papel próprio na sociedade e, para isso, o jornalismo, que iniciava um caminho em direção à sua institucionalização, foi desenvolvendo suas próprias técnicas e modos de ver e tratar das situações passíveis de se tornarem notícias. Mesmo que, para isso, os repórteres e editores tivessem que definir e aplicar cortes temporais, fragmentando eventos que

tinham uma tendência à continuidade num intervalo temporal mais ampliado do que a 'semana' ou o 'dia' aplicados na periodicidade jornalística.

Fragmentar eventos é parte do ato de construir o fato jornalístico. Entender este processo na história passa por analisar a relação entre o fato jornalístico e o surgimento do fato na ciência, conforme feito pelo historiador John Sommerville. O fato tornou-se um objeto próprio com as revoluções na historiografia e nas ciências do século XVII. Nos anos de 1620, Francis Bacon apresentou a idéia de fato na ciência, usando o conceito aplicado em sua profissão, o Direito: em tribunais, fatos não eram objetos prontos, acabados, mas tinham de ser construídos pelo processos jurídicos e ser reconhecidos e identificados por pessoas comuns, os jurados (Sommerville, 1996: 11; 64).

Paul Hunter estabelece relações semelhantes em sua análise sobre o jornalismo e as novelas literárias inglesas do século XVIII, ao citar duas importantes mudanças no pensamento intelectual do período: uma foi o empirismo científico, que atribuía somente à observação de dados empíricos a autoridade para formular proposições verdadeiras; a outra foi a validação de indivíduos comuns, não necessariamente treinados, como observadores e intérpretes (1990: 197). Assim, o discurso factual iria substituir (parcialmente pelo menos) a cultura fundamentalmente religiosa, baseada em escrituras sagradas atemporais (Sommerville, 1996: 13).

Sommerville parte destas referências para considerar que foi o jornalismo o propagador do discurso sobre o fato através da cultura das sociedades. Ainda nos híbridos '*corantos*' na Inglaterra do início do século XVII podiam ser identificados relatos periódicos sobre eventos com uma localização precisa no tempo e no espaço, uma tendência a 'ir direto ao ponto' de forma breve, a identificação de fontes e um sentido de conclusão em cada texto, mesmo para uma realidade em desenvolvimento. Dados numéricos, listas e outros recursos de objetivação eram usados pelos repórteres para dar um sentido mais factual à sua notícia (Sommerville, 1996: 11; 66).

O fator temporal merece ser detalhado: ao mesmo tempo em que a notícia jornalística trazia um encerramento abrupto e construído pelo olhar do repórter (o 'final do episódio do dia ou semana'), ela também poderia trazer uma referência ou convite para o leitor acompanhar a 'seqüência no dia ou semana seguinte', buscando a próxima edição a ser publicada. Para o autor, estas características já marcavam aspectos básicos do fato jornalístico, num desenvolvimento paralelo ao do sentido de fato na ciência, o que o leva a concluir que "*The contribution of periodical news toward the popular reception (...) of*

facts was unquestionably more important than anything the scientists did" (Sommerville, 1996: 65).

Um terceiro olhar sobre a constituição do fato jornalístico foi desenvolvido por Daniel Woolf (2001) ao analisar as transformações das notícias na Europa dos séculos XVII e XVIII e perceber seu papel na construção de um sentido de tempo presente. Ao estimular esta vivência de um ambiente social voltado para as coisas do presente, os eventos noticiosos diferenciavam-se dos fatos históricos e afirmavam duas formas diferenciadas de narrativas: a história narrando eventos passados e o jornalismo eventos presentes.

Porém, esta separação só poderia ser compreendida com precisão se abstrairmos algumas semelhanças que nublavam fronteiras rígidas. Woolf, por exemplo, via também a permanência, no período, de muitos pontos de contato entre jornalismo e história, particularmente porque o evento jornalístico podia variar desde pequenos escândalos, crimes ou fatos bizarros (desinteressantes para as análises e descrições históricas) até os principais eventos políticos e militares (objetos privilegiados da história) (Woolf, 2001: 100). Em outras palavras, *"News had not, of course, displaced history as a subject of discussion. But it had definitely established the present as the zone of activity, as narratable as the past, but distinguishable from it"* (Woolf, 2001: 98).

Interessante a constatação de Woolf de que este conjunto de informações sobre o presente trazidas pelas notícias não era universalmente bem-vindo. A aceleração da circulação de informações causava ansiedade e desconfiança, pois os eventos relatados eram novos para os leitores e difíceis de verificar, em comparação com outros conteúdos, como os históricos: *"News lacked the air of authority than surrounded old texts. Vocalized, it could scarcely be distinguished from rumour, a fortiori when it emanated at second hand, or from a less than credible source"* (Woolf, 2001: 100).

2.4.3) A temporalidade no texto jornalístico: o surgimento das 'daily news'

O surgimento do jornal diário é um dos marcos mais significativos do jornalismo contemporâneo. A veiculação de notícias numa periodicidade diária fez com que diversas relações e procedimentos internos e externos ao jornalismo se modificassem e começassem a se institucionalizar em práticas que guardam semelhanças com o jornalismo praticado até as últimas décadas do século XX. "*News may be one of humanity's oldest pleasures, but daily news is a comparatively recent invention*" (Sommerville, 1996: 17). Conforme citamos anteriormente, há diferentes referências históricas sobre o aparecimento do jornal diário, embora experiências concretas no ano de 1702 ou 1703 na Inglaterra sejam indicações confiáveis (Raymond, 1996; Hunter, 1988), enquanto, nos Estados Unidos, os primeiros jornais diários começaram a circular em 1784 (Lee, 1923: 118-120).

O jornal diário não surgiu apenas de um movimento endógeno ao corpo de técnicos e profissionais envolvidos em organizações ou empresas incipientes, mas a produção e circulação de notícias esteve ligada a uma mudança social mais ampla. No aspecto tecnológico da produção, o processo gráfico de impressão de jornais enfrentou dificuldades iniciais para adequar-se a um ritmo diário de produção, já que as rotativas do século XVIII eram rudimentares, exigindo uma operação manual lenta e difícil, principalmente quando envolvia a atualização do jornal por meio da composição manual de linhas de texto com tipos móveis. A modernização tecnológica na operação do jornal diário somente ganhou um salto considerável na segunda metade do século XIX, com a introdução de rotativas que operavam interligadas, aumentando a velocidade e reduzindo o tempo de impressão para poucas horas (principalmente no período da madrugada, para os jornais matutinos). A descrição feita por Fedler (2000) sobre a contribuição que o linotipo trouxe aos jornais diários é significativa, pois esta nova técnica permitia compor automaticamente os tipos das matérias, inovação adequada ao modo de operação diário.

Na história do jornalismo, a consideração de fatores tecnológicos na produção jornalística diária não pode descolar-se do processo de industrialização da sociedade e do fortalecimento das relações de mercado. Se, por um lado, autores como Brown (1985) apontam a redução do controle estatal como um fator estimulador do mercado (por exemplo, a abolição, em 1855, da cobrança, pelo Estado inglês, de selo em jornais),

tornando viável o *'penny daily paper'*, fatores como a queda do preço do papel e do valor do jornal foram importantes para a ampliação do público-leitor. Como consequência, houve um acirramento da concorrência entre empresas, particularmente na conquista do tempo para oferecer primeiro notícias aos leitores, o que levou ao lançamento de jornais matutinos, vespertinos e edições extras.

Tanto a tecnologia quanto a economia foram fatores estruturantes de um modo de vida urbano em que a rotina diária de atividades tinha, também, contornos próprios, resultantes de novas formas de interação e relações sociais: os deslocamentos pela cidade, os horários do trabalho, das refeições e do lazer demarcavam um cotidiano diário no qual o jornal se encaixava tanto para informar, orientar quanto para distrair, preenchendo horários ociosos como nos percursos de trens. Entendemos que as diferentes manifestações sociais do aspecto temporal foram condicionantes significativos para os movimentos internos que a instituição jornalística viria a desenvolver no século XIX em busca de uma maior organização da atividade, convergindo para um modo diário de produção e circulação, bem como uma melhor definição de normas, técnicas e campo de atuação social.

A convergência destes fatores sobre o jornal fez com que a notícia diária atingisse formas próprias¹⁴, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Por um lado, fatores tecnológicos como o telégrafo direcionaram possibilidades de texto noticioso, com o estímulo à introdução do *lead* no parágrafo inicial das matérias e a redução do tamanho dos textos. Por outro lado, a *'penny press'* surgiu nos Estados Unidos na conjunção entre fatores mercadológicos e a formação de grupos sociais de leitores, seja na visão de Schudson (1978) de constituição de uma classe média norte-americana ou na análise de Schiller (1981) à ligação da *'penny press'* aos valores dos grandes comerciantes e homens de negócios. Schudson lembra um aspecto fundamental do estilo jornalístico da *'penny press'*: a vida cotidiana de pessoas simples ganha importância no noticiário. Tal postura se diferencia da cobertura tradicional que a imprensa fazia da vida aristocrática, suas gafes e escândalos, conforme descreve o autor:

"The penny press (...) focused on the nearby and the everyday, and for the first time hired reporters on a regular basis to cover local news. Reporters were

¹⁴ A notícia tem sido o formato predominante que o texto jornalístico tem assumido e de mais fácil identificação como um produto específico do jornalismo, mas este não é seu único formato. A notícia jornalística é uma construção textual originária de influências de gêneros literários, entre outros, transformados em um novo gênero em decorrência de relações e tensões inerentes à própria consolidação do jornalismo como instituição social. Por isso, quando falarmos da notícia diária enquanto um 'texto' em uma perspectiva histórica, estamos nos referindo a este tipo de texto breve e predominantemente factual descrito há pouco, mas sabendo existirem outros estilos de texto jornalístico que podem produzir relações temporais complementares e particulares.

assigned to the police, the courts, the commercial district, the churches, high society, and sports. The penny papers made the 'human interest story' not only an important part of daily journalism but its most characteristic feature" (Schudson, 1978: 27)

Assim, o formato e o conteúdo da notícia diária, particularmente dos '*penny daily papers*', entrou em sintonia com o ritmo urbano e industrial em aceleração no século XIX. Mas, ao fazer esta conexão, a atividade jornalística construiu novos sentidos para marcar a temporalidade do presente.

Isto porque a notícia diária opera com uma temporalidade (que podemos denominar de 'atualidade') que dá valor ao conteúdo jornalístico ao afirmá-lo estar conectado temporalmente ao evento, sem haver um desencaixe entre ambos: o início de cada novo dia de atividades na rotina urbana das cidades tem, no jornal que surge nas bancas, um elo de ligação com o dia anterior que se encerrou. Esta característica do jornalismo cria no leitor a sensação de possuir em suas mãos, em cada manhã, o jornal trazendo um quadro satisfatório de relatos sobre como os eventos se encerraram no dia anterior, o que lhe possibilitaria projetar um cenário das coisas que irão ocorrer no novo dia. Além disso, a notícia diária, ao circular publicamente, afirma que cada dia possui eventos importantes: "*Perhaps all days are not equal in historical stature, but periodicals must suggest that they have an equal call on our attention" (Sommerville, 1996: 48).*

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE CATEGORIAS

DESCRITIVAS DA ATUALIDADE JORNALÍSTICA

3.1) A categorização de fenômenos temporais no jornalismo

A formação histórica do jornalismo conduziu ao surgimento de certos sentidos fundamentais para demarcar sua atividade em relação a outras práticas sociais. Conforme argumentamos, o fator temporal tem sido um dos elementos determinantes para esta conformação do jornalismo a um conjunto de práticas, princípios e valores integrados em uma instituição social. A pluralidade de aspectos da temporalidade no jornalismo, no entanto, tem nos imposto uma necessidade de analisar diferentes fenômenos de acordo com sua especificidade e, ao mesmo tempo, tem nos levado a considerar que estes fenômenos são parte de uma mesma dimensão articulada e complementar, que estamos denominando de atualidade jornalística.

Durante o percurso histórico que realizamos neste capítulo, conseguimos visualizar pelo menos cinco tipos de fenômenos temporais imbricados na atividade jornalística. Para torná-los perceptíveis e operativos em sua especificidade, estamos propondo a definição de cinco categorias descritivas destes fenômenos que, para nós, alcançam objetividade social ao se concretizarem em relações sociais e de sentido, por meio das quais os diferentes atores envolvidos interagem rotineira ou acidentalmente.

Sabemos que estes fenômenos são interligados e não estamos pretendendo, com esta metodologia, decompô-los em partes independentes. Mas entendemos que o esforço analítico que empreenderemos a seguir poderá nos ajudar a perceber os mecanismos e as relações diferenciadas que os atores (jornalistas, as organizações que os aglutinam e as instituições sociais) estabelecem, com seus produtos e processos sociais, em cada tipo de fenômeno temporal abordado.

Entendemos que estes fenômenos se constituíram historicamente como parte de um processo de formação do próprio jornalismo como uma instituição social. Por isso, utilizaremos algumas experiências históricas e sociais citadas anteriormente como situações exemplares para descrever manifestações do fator temporal no jornalismo.

Aceitamos as ponderações de Schudson (1991: 178) de que uma história da comunicação (e do jornalismo em particular) deve investigar relações complexas entre as mídias e transformações históricas amplas, o que significa considerar essas dimensões macro e micro-sociais observando as influências mútuas de uma em relação à outra.

3.2) Instantaneidade

Os termos instante, instantâneo e instantaneidade possuem alguns sentidos comuns que são facilmente perceptíveis na linguagem cotidiana. O 'instante' é aplicado para qualificar um período de tempo muito curto, que parece não ter uma duração significativa que nos possibilitaria perceber a passagem do tempo. Isto poderia nos induzir a afirmar que o sentido predominante do termo nos conduz para uma apreensão da temporalidade do presente, não só porque o sentido de tempo presente surge de experiências como a vivência do 'agora', do momento, como também nos aponta para um segundo uso do termo, menos comum, que é o de qualificar uma situação de urgência, de algo que é inadiável ou indispensável, que está na iminência de acontecer.

Assim, falar de 'instante' pode conduzir-nos a pensar sobre um tempo ínfimo que uma ação iria consumir para se realizar. Este é seu uso, por exemplo, em frases como "chegarei aí num instante", para qualificar temporalmente ações iminentes. Apesar de apontar para o futuro de algo que ainda não aconteceu, frases como essas têm um sentido de presente, pois a duração do tempo da ação não se descola das ações e situações que estão sendo vivenciadas no presente. É sobre esta perspectiva que afirmamos anteriormente que 'o tempo da experiência do ator ao agir no mundo é prioritariamente presente', referindo-nos a um conjunto de experiências que, mesmo que durem ou perdurem por um certo tempo, o intervalo gerado não é extenso o suficiente para descolar esta ação do presente e remetê-la para um futuro consolidado. Os termos 'instantâneo' e 'instantaneidade' surgem para reforçar e qualificar tanto o sentido de imediatez ou rapidez de uma ação quanto de vinculação de um intervalo ínfimo de tempo (ou de sua virtual inexistência) ao momento presente.

Interessa-nos falar sobre a possibilidade de instantaneidade em ações que envolvam um processo comunicativo, particularmente o jornalístico. Inicialmente, temos de estabelecer um foco principal para o seu uso neste trabalho: entendemos que a instantaneidade marca um ato comunicativo que não possui um dispêndio de tempo relevante na sua realização para descolá-lo do tempo da experiência presente em que a

comunicação estiver ocorrendo. Mais especificamente, no jornalismo o caráter de instantâneo pode não ser real (pode haver um intervalo mínimo de tempo decorrido), mas esta duração ínfima pode não ser significativa para interferir negativamente na construção que o jornalismo faz de conteúdos baseados e voltados para experiências no presente. Este tratamento que o jornalismo faz do instante o separaria, por exemplo, de preocupações de disciplinas como a Física, em que frações de segundo são fundamentais para caracterizar e diferir um movimento.

O sentido predominante de instantaneidade que as experiências do jornalismo têm desenvolvido refere-se a uma desejada ausência de intervalo de tempo entre a ocorrência de um evento e a sua transmissão e recepção por um público. Em uma perspectiva histórica, é mais adequado falar não de uma conquista imediata deste sentido do instantâneo, mas de uma evolução gradativa na velocidade tanto da transmissão e distribuição da notícia quanto nos modos de sua produção. Velocidade e aceleração são, então, duas variáveis temporais que se desdobram dos modos de introduzir e operar inovações técnicas na sociedade e, mais estreitamente, no jornalismo.

Por exemplo, é impensável, à nossa concepção contemporânea de tempo, que o termo instantaneidade pudesse ser utilizado na Europa dos séculos XVII e XVIII para se referir ao envio, aos jornais, de cartas manuscritas por correspondentes localizados à distância da sede com o objetivo de municiar estas publicações com novidades das províncias, utilizando para isso o sistema de correios da época, com sua periodicidade ampliada. Também não nos parece razoável falar de instantaneidade quando consideramos as notícias estrangeiras desta época, em que uma rede precária de transmissão fazia com que uma informação sobre um evento em um país estrangeiro demorasse dias para chegar à sede do jornal, pois dependia da irregularidade dos meios de transporte (no caso da Inglaterra, o transporte marítimo levando notícias do continente). Alguns jornais obtinham as notícias somente após serem impressas por outras publicações estrangeiras, o que produzia um intervalo considerável de tempo entre o evento e sua leitura efetiva (Barker, 2000).

Os meios de transporte realmente têm fornecido condições estruturais para a apreensão do movimento e da velocidade em diferentes sociedades. O período anterior às estradas de ferro, por exemplo, impunha aos viajantes enfrentar a precariedade das estradas e correntezas dos rios em veículos e embarcações frágeis, o que lhes deixava mais expostos à adversidade do clima. O surgimento das estradas de ferro e das locomotivas no século XIX trouxe três benefícios diretos para os jornais: alcançar públicos mais distantes nas

províncias, beneficiando-se também de uma maior facilidade em obter informações pelo território nacional; reduzir o tempo de transporte dos jornais; e dar uma maior regularidade neste transporte, com o surgimento de um controle e cronometragem precisas do tempo nas partidas e chegadas dos trens (Brown, 1985: 7; Whitrow, 1993: 181). Mesmo assim, nenhum destes fatores nos conduz a um sentido de instantaneidade nas comunicações.

Parece-nos então justificável o fato de não termos encontrado, na bibliografia histórica pesquisada, referências à velocidade da transmissão e do transporte da informação com vistas a uma forma embrionária de instantaneidade. Conforme Woolf, "*It was literally impossible before the advent of the telegraph for an event to be noted at great distance almost immediately*" (2001: 83).

O desenvolvimento do telégrafo mudou profundamente o modo de transmitir informações. Primeiro, porque a eletricidade surgia como um novo suporte para a transmissão, cujo envio era muito mais veloz do que o papel escrito¹⁵. Segundo, porque estas modificações atingiam tanto a velocidade da transmissão quanto a possibilidade de inaugurar uma comunicação em duas vias: pessoas a grandes distâncias poderiam interagir virtualmente em tempo real, em um formato que se assemelhava a uma conversa. Tal recurso, no entanto, não foi amplamente usado nas primeiras transmissões por várias razões, como o fato de que cada mensagem às vezes demorava até quatro horas para ser transmitida, o que impossibilitava a conversa. Sua utilização tornou-se predominante, então, para usuários que buscavam uma comunicação rápida, em uma via, como as empresas jornalísticas (Blondheim, 1994: 34-36).

Assim, a primeira grande promessa de uma instantaneidade no jornalismo surgiu com o telégrafo. Mas seu potencial de transmissão era visivelmente limitado: apenas o envio do sinal era simultâneo, e dependia da existência de uma rede de fios conectando duas estações de transmissão. Todo o processo jornalístico (do qual o telégrafo constituía apenas um recurso, embora fundamental, de conectar o repórter à sede do jornal) possuía um dispêndio de tempo, pois implicava na codificação/decodificação do texto noticioso em

¹⁵ Para Marshall McLuhan, a eletricidade seria um 'meio de comunicação' por possibilitar a transmissão de conteúdos diversos, sem ter um conteúdo ligado de forma inerente a ela, e também porque eliminaria "*os fatores tempo e espaço da associação humana, exatamente como o fazem o rádio, o telégrafo, o telefone e a televisão, criando a participação em profundidade*" (McLuhan, 1969: 23). Lembremos que, nesta linha de abordagem, encontram-se também autores como Harold Innis, os quais atribuíam uma certa fascinação à tecnologia como um determinante social e econômico da sociedade. Em uma diferente perspectiva de estudo, Stephen Kern também constatou o impacto social da eletricidade na passagem do século XIX e XX: "*Nothing moved faster than the electricity, that raced through conduits, powering motors and accelerating a variety of activities*" (1983: 114).

sinal telegráfico, um trabalho que era também dispendioso se o texto fosse longo, pois consumia um tempo elevado (Blondheim, 1994: 12).

Em outras palavras, o surgimento do telégrafo acelerou o processo de produção da notícia, pois estabelecia um recurso para transmissão instantânea de um ponto a outro, mas esta instantaneidade não se expandia para as outras etapas do processo de produção e distribuição dos jornais. Mesmo assim, o efeito social e cultural desta aceleração da transmissão foi fantástico para a criação de um novo sentido de recenticidade e brevidade na produção e no conteúdo noticioso, assim como para reforçar, no público, seu vínculo com o tempo presente dos eventos em desdobramento. Sentidos estes que a organização jornalística procurou reforçar, ao incorporar, como um compromisso fundamental seu, a 'superação' do desencaixe de tempo entre o evento e sua circulação pública na forma de notícia, embora esta superação fosse apenas parcial e consistisse em uma crença simbólica de uma impressão de imediaticidade da comunicação jornalística.

Dados pesquisados por Donald Shaw (1981) nos auxiliam a perceber uma articulação entre as tecnologias de transmissão de informações, a constituição da instituição jornalística e a temporalidade que ela opera. O autor pesquisou a temporalidade existente no conteúdo jornalístico entre 1820-1860 nos Estados Unidos, relacionando o tempo do evento (a data em que ele ocorreu) e o tempo de jornal (a data de sua publicação), considerando que o período tinha duas grandes influências: uma melhoria nos sistemas de transporte de informações e publicações, e a incipiente introdução do telégrafo, descoberto em 1844, na rotina de produção jornalística.

Estudando este efeito temporal, Shaw constatou que, no período entre 1820-1832, 73% das informações nacionais publicadas por jornais diários tinham um atraso de, no mínimo, quatro dias em relação à data do evento, e 93% das notícias internacionais publicadas por jornais norte-americanos tinham mais de um mês de atraso. Este atraso reduziu-se sensivelmente no período de 1847-1860: caiu para 31% o número de notícias nacionais publicadas mais de quatro dias após o evento, reduzindo-se também para 12% a quantidade de notícias internacionais com mais de um mês de atraso (1981: 45).

Os dados apresentados por Shaw são bastante precisos para registrar efeitos das melhorias dos serviços de transportes e comunicações sobre a circulação de notícias num período de quarenta anos. Podemos notar ainda que o último período estudado pelo autor já contemplava a existência do telégrafo em comunicações nacionais nos EUA, mas devemos lembrar que esta nova tecnologia era incipiente e de efeitos limitados nos seus primeiros anos de instalação (Blondheim, 1994).

As aplicações do telefone como ferramenta jornalística no final do século XIX aceleraram também os modos de produção jornalística, embora em moldes semelhantes ao do telégrafo. Seu efeito inicial principal aconteceu no trabalho do repórter em apurar e transmitir informações para a sede do jornal: agora, informações poderiam ser obtidas por telefone em locais que já dispunham do aparelho, como as repartições policiais das grandes cidades (Berger, 1951: 185). Vejamos alguns exemplos descritos por Stephen Kern:

"On February 12, 1887, a reporter for the Boston Globe used a telephone for the first time to report a speech made by Graham Bell in Salem, Massachusetts; and in 1880 the London Times installed a direct telephone line to the House of Commons to gain 45 minutes in the reporting of late night debates for their morning papers" (1983: 115).

Entretanto, o telefone não foi utilizado de forma massificada na transmissão de notícias diretamente para o público, à exceção de algumas experiências em cidades européias de programas jornalísticos transmitidos por telefone. Assim, seu papel predominante foi o de reforçar o sentido de aceleração de vivência do tempo presente conforme uma série de outras inovações e transformações sociais do final do século XIX e início do XX e criar uma impressão de que os transportes e as comunicações estavam se tornando instantâneos.

3.2.1) Velocidade e aceleração social

A velocidade e a aceleração eram duas fascinações sociais na transição dos séculos XIX e XX, e seu mais adequado local de manifestação eram as grandes cidades européias e norte-americanas. Se a bicicleta já fascinava por ser quatro vezes mais veloz do que as tradicionais caminhadas pela cidade, a chegada do automóvel 'capturou a imaginação coletiva na década de 1890' e se tornou o principal meio de transporte nos primeiros anos do século XX. Na França, havia cerca de 3 mil automóveis em 1900 e 100 mil em 1913, com os novos modelos quebrando recordes de velocidade: em 1906, já havia sido excedida a barreira dos 200 quilômetros por hora (Kern, 1983: 113).

Manifestações deste culto à velocidade eram identificados também em setores sociais bem diversos como as fábricas, como o 'gerenciamento científico' do tempo na produção industrial concebido por Taylor, no cinema e em outras expressões artísticas e culturais. Havia uma defesa da velocidade como um "*symbol of vitality, a magnification of the possibilities of experience, or and antidote to provincialism*" (Kern, 1983: 128). Mas

esta 'era da velocidade' não se acelerou uniformemente tanto por serem mudanças gradativas quanto por produzirem reações culturais de aversão ao culto à velocidade: "*The pace was unpredictable, and the world, like the early audiences, was alternately overwhelmed and inspired, horrified and enchanted*" (Kern, 1983: 130).

As organizações jornalísticas, já transformadas em empresas com seus ritmos industriais e de administração do tempo, experimentavam de forma específica esta ênfase à velocidade e à aceleração dos processos produtivos. Se olharmos para o exemplo norte-americano desta passagem dos séculos XIX e XX, veremos como esta preocupação em dar o fato mais recente, procurando contemplar o desejo por instantaneidade, relacionava-se com a periodicidade da publicação. Uma cidade como Nova York já possuía jornais diários circulando seja pela manhã (matutinos) ou início da noite (vespertinos). Havia situações em que estas duas edições diárias podiam ser produzidas pela mesma empresa jornalística – como no caso do *The Morning Journal* (300 mil exemplares diários) e do *The Evening Journal* (130 mil exemplares diários), conforme Berger (1951: 112) – ou por empresas diferentes, atuando exclusivamente em um ou outro período do dia.

A periodicidade diária impunha aos jornalistas horários de conclusão das notícias e impressão dos jornais. Particularmente para os jornais matutinos, os primeiros horários de conclusão dos jornais estendiam-se em torno da meia-noite, o que não impedia que os jornalistas modificassem os conteúdos dos jornais durante a noite, para dar-lhes um caráter de maior atualidade de conteúdos. Berger descreve que as atividades noturnas ocorriam em duas situações: 1) por meio de uma programação da empresa de imprimir sucessivas edições durante a madrugada, sendo a última edição (*'city edition'*) destinada à própria cidade-sede do jornal, normalmente em horário bastante avançado na madrugada. Isso podia ser feito porque a distribuição ocorria rapidamente para os pontos-de-venda, e a vendagem começava imediatamente, no final da noite ou início da manhã; 2) quando ocorriam eventos extraordinários que exigiam a clássica afirmação 'parem as máquinas' para substituir matérias nas páginas por outras, com fatos mais recentes e inesperados.

Talvez o naufrágio do navio Titanic na noite de 14 de abril de 1912 tenha sido uma inauguração simbólica e dramática do potencial desta nova tecnologia e sua capacidade de produzir um sentido de instantaneidade tanto para as comunicações em geral quanto para o jornalismo. Graças ao uso de transmissões de rádio que a tripulação do Titanic conseguiu clamar por socorro no mar do Atlântico Norte; e foi esta tecnologia que possibilitou, também, que os repórteres e editores atuassem com uma agilidade capaz de registrar o evento ao final da mesma noite nas páginas do *The New York Times*. Esta cobertura

começou com boletins da *Associated Press* na primeira hora da madrugada da segunda-feira, dia 15 de abril, e se sucedeu com imediatos trabalhos de apuração por meio de correspondentes por telefone e de substituição da manchete do jornal, já composta. As primeiras páginas com informações iniciais sobre o naufrágio começariam a ser impressas às 3:30 horas da madrugada (Berger, 1951: 193-195; Kern, 1995: 229)¹⁶.

Assim, o sentido de instantaneidade que os jornais construía com base nesta tecnologia disponível até as décadas iniciais do século XX limitava-se à capacidade de apresentar ao leitor, em sua periodicidade diária ou por meio de edições 'extras', relatos sobre eventos ocorridos algumas horas antes da circulação do jornal. Este modo de produção e circulação dos jornais continuaria a criar e a estimular uma concepção de instantaneidade até que a tecnologia do rádio e, posteriormente, da televisão viessem a desenvolver formas de transmissão e comunicação 'ao vivo' ligando diretamente tanto o jornalista quanto eventos em desenvolvimento com seu público, superando intervalos de tempos na transmissão e distribuição das notícias. Serão estes veículos que irão redefinir o sentido contemporâneo da instantaneidade no jornalismo e introduzir novos modos de o jornalista atuar como mediador social.

3.2.2) Instantaneidade e atualidade jornalística

O percurso histórico realizado auxilia-nos, então, a afirmar que a categoria da instantaneidade possui um efetivo potencial descritivo para dar visibilidade a um conjunto de aspectos que irão compor uma dimensão temporal complexa. Esta dimensão é composta tanto por fatores materiais estruturais com base nos quais o jornalismo opera quanto de elementos culturais simbólicos que fundamentam e dão sentido à atividade, bem como são re-elaborados por ela a fim de que a instituição jornalística ofereça, ao social, um conteúdo simbólico que é também uma forma de interação social por meio de vínculos temporais.

Buscamos desenvolver, neste item, a compreensão de que a categoria da instantaneidade tem duas principais referências: a primeira alcança uma dimensão de materialidade física da atividade jornalística, relacionada aos processos de transmissão e distribuição da notícia. Neste aspecto, o percurso histórico realizado possibilitou a

¹⁶ Interessante perceber que, no Brasil, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou o naufrágio apenas no dia 20 de abril de 1912, um sábado. A cobertura já foi complementada com carta dos sobreviventes, atestando que era insuficiente o número de botes salva-vidas e de marinheiros para manobrá-los. Fonte: arquivo de O Estado de S. Paulo (<http://www.estadao.com.br/ext/jornal/pagina.htm>).

ilustração de situações em que as inovações tecnológicas contribuíram para a aceleração dos processos de transmissão da notícia. Em consequência, podemos afirmar que a 'instantaneidade' é uma categoria descritiva eficaz para mostrar como as práticas jornalísticas se modificaram em função de uma meta de 'comunicação instantânea'.

A segunda referência localiza-se numa dimensão sócio-cultural, na forma como ela se transforma em modelo e valor cultural de orientação tanto do jornalismo para o cumprimento de sua tarefa de produzir discursivamente um relato sobre o tempo presente quanto da sociedade para reconhecer no conteúdo jornalístico este papel e estas características. Consideramos que este segundo aspecto nos remete a produzir um olhar mais complexo sobre as relações temporais às quais o sentido de instantaneidade faz parte. Percebida a instantaneidade na transmissão, voltamo-nos agora para olhá-la como prática social e cultural: mas, para esta mudança de olhar, precisamos considerar um conjunto mais complexo de relações e práticas em que o aspecto temporal está presente, mas imbricado com outros fatores.

Entendemos que um modo melhor de fazer esta articulação é inserirmos a instantaneidade em um sentido temporal mais amplo que fundamenta o jornalismo, o qual, para nós, pode ser construído e expresso na noção de atualidade jornalística. Conforme salientamos, o sentido de instantaneidade surge social e culturalmente quando os jornais, mesmo sem terem a tecnologia capaz de oferecer um relato instantâneo dos eventos para seus leitores, criaram um conjunto de relações sociais e de sentido em torno da possibilidade de que as interações sociais (particularmente entre o leitor e os eventos noticiosos, mas também entre leitores com base nos eventos relatados) ocorressem sem intervalos significativos de tempo.

Em outras palavras, como as transformações tecnológicas e produtivas estavam conduzindo o jornalismo para uma aceleração de sua produção e conseqüente redução no intervalo de tempo entre a ocorrência do evento e sua recepção pelo público, este movimento era captado pelo público com uma sensação de que o 'instante presente' dos eventos não vivenciados diretamente estava cada vez mais próximo do tempo da experiência cotidiana do leitor - e esta capacidade surpreendente de colocar o leitor no 'tempo dos eventos' só se tornou possível pela constituição histórica de uma instituição denominada de jornalismo. Como, no aspecto temporal, o jornalismo se desdobra também em outros fenômenos (que iremos desenvolver a seguir), estamos optando, então, por buscar na categoria de atualidade jornalística uma noção que possa dar conta de forma articulada e complexa desta dimensão.

3.3) Simultaneidade

Ao propormos o termo 'simultaneidade' como categoria analítica para constituir uma concepção de atualidade jornalística, partiremos inicialmente do sentido de senso comum atribuído ao termo em seu uso na linguagem cotidiana. Simultâneo pode ser preliminarmente entendido como o que ocorre ou é feito ao mesmo tempo ou quase ao mesmo tempo que outra coisa. Assim, duas ou mais ações ou eventos que se realizem de forma independente são simultâneos se se iniciam ou ocorrem num mesmo momento, mesmo que, eventualmente, haja diferenças de velocidade de realização, duração, conseqüências ou desdobramentos.

O termo simultaneidade teria a função de designar esta relação de sincronismo envolvendo ações ou eventos. Com o advento e a profusão de modos padronizados e consensuais de marcar e controlar o tempo, tornou-se mais preciso falar em fatos que ocorram simultaneamente. Parece-nos, entanto, que falar em simultaneidade é nos referir a um tipo de relação que extrapola a simples concomitância no tempo.

Experiências sociais de simultaneidade apontam-nos para uma complexificação desta relação: podemos visualizar que vários modos de agir simultaneamente apresentam graus de articulação ou identidade entre estas ações e eventos concomitantes, os quais fazem com que tenham um sentido diferenciado, mais específico e complexo, por estarem ocorrendo em tempos semelhantes. "*Eventos são simultâneos não porque ocupam o mesmo momento no tempo, mas porque ocorrem juntos*" (Whitrow, 1993: 148). Vamos, então, buscar algumas formas de relações complexas de simultaneidade, estudar que mecanismos e motivações fazem com que ocorram em concomitância e, em seguida, identificar como estas características contribuem na formação da atualidade jornalística.

3.3.1) A simultaneidade na formação de laços de integração e identidade sócio-cultural

Um modo de perceber a simultaneidade nos movimentos e expectativas sociais encontra-se em Benedict Anderson, para quem o sentido de simultaneidade nas relações sociais foi um dos fatores culturais fundamentais para possibilitar a formação de nações no Ocidente. O objetivo de Anderson foi buscar uma interpretação sobre que fatores têm feito o nacionalismo ser o que o autor qualifica de "*the most universally legitimate value in the political life of our time*" (Anderson, 1991: 3). Sua tese é de que nacionalismo e nacionalidade têm bases em raízes culturais e são, eles mesmos, 'artefatos culturais' que, ao serem criados a partir do final do século XVIII, tornaram-se 'modelos' explicativos que podem ser aplicados em uma grande variedade de países¹⁷.

O que nos parece fundamental salientar na discussão de Benedict Anderson é sua ênfase na questão da nacionalidade vista sob o prisma da integração e simultaneidade de ações. Para além da análise da constituição de uma identidade nacional por fatores predominantemente geográficos ou políticos na Europa Ocidental do século XVIII, a autor vai buscar a formação da nacionalidade observando sistemas e processos culturais.

Um dos fatores culturais é a transformação na concepção de simultaneidade. O autor lembra que a idéia de simultaneidade na mentalidade da Idade Medieval significava uma 'ausência' de uma vivência do tempo presente a partir de uma visão religiosa de eternidade (conexão com Deus) e de algo que está em todos os tempos (passado e futuro) - "*mediaeval conception of simultaneity-along-time*". A Idade Moderna trouxe uma noção de simultaneidade ligada a uma coincidência temporal medida por relógios e calendário, transversal ao tempo (em oposição ao uma idéia de tempo eterno) (Anderson, 1991: 24).

Os jornais e as novelas literárias são duas formas culturais particulares que o autor usa para visualizar o surgimento da nação como uma comunidade imaginária. As novelas

¹⁷ Utilizando uma abordagem antropológica, Anderson define nação como uma "comunidade política imaginária" ("*imagined political community*"): imaginária porque a maioria dos seus membros, mesmo da menor nação, jamais conhecerão, encontrarão ou mesmo ouvirão falar dos demais membros; mesmo assim, estará na mente de cada um a imagem de sua comunhão; uma comunidade porque, apesar de estados de desigualdade e exploração que podem ocorrer, a nação é sempre concebida como um profundo e horizontal vínculo de 'companheirismo' (Anderson, 1991: 5-7).

introduziram uma idéia de movimento de um ator (um personagem) em uma estória homogênea, linear e progressiva, que traria semelhanças ao movimento estável de constituição das nações (Anderson, 1991: 24-25).

Os jornais, por sua vez, trouxeram uma idéia de simultaneidade que gerou um vínculo entre os conteúdos neles presentes. O primordial vínculo seria a coincidência cronológica, que conduzia à justaposição de conteúdos em um jornal sem haver uma ligação efetiva entre eles (Anderson, 1991: 33). Além disso, a forma como a leitura de jornais possibilitou um sentido de simultaneidade de práticas de leitura, reflexão e discussão sobre conteúdos comuns seria outro fator cultural de consolidação deste sentimento de nacionalidade.

O conceito de 'comunidade imaginária' foi usado também por Raymond para analisar como os primeiros jornais e mesmo '*newsbooks*' na Inglaterra do século XVII executaram um importante papel na construção, em seus leitores, de um senso de sociabilidade e identidade nacional ao contribuir para a consolidação de uma língua e entidades geográficas próprias. Além disso, construíram as bases para processos de interlocução e de debates políticos em diferentes comunidades ou leitores (Raymond, 1999: 130).

Para Raymond, o percurso proposto leva a estudar em detalhe as complexas relações entre informação, geografia e nacionalidade. Este processo envolve questões como a distribuição nacional de jornais e as formas como estes jornais refletiam interesses e preocupações dos centros urbanos de origem. Por exemplo, a evolução dos jornais nacionais na Escócia, Irlanda e País de Gales surgiu em substituição aos jornais originários da Inglaterra e facilitou a construção de um sentido de comunidade nacional e, após, de identidade nacional nestes países. Mesmo assim, Raymond considera que esse processo era menos linear que a interpretação proposta por Anderson no conceito de 'comunidade imaginária' (Raymond, 1999: 130).

O papel dos jornais nos processos de integração nacional pode ser visto ainda por outros aspectos, sejam eles aspectos culturais, políticos ou sociais, como a abordagem de Harris (1996) sobre a força exercida pela imprensa inglesa e francesa. Harris exemplifica o papel de integração cultural da imprensa entre as elites desses países ao contribuir para uma crescente uniformização de valores e padrões de comportamento, bem como a integração política nacional ao prover a sociedade de um vocabulário político comum e um quadro de referência dentro dos quais as discussões sobre eventos e ações políticas podiam se desenvolver (Harris, 1996: 86). Entretanto, o autor evita sugerir que o crescimento dos

jornais tenha provocado uma mudança no relacionamento entre a cultura popular e das elites (Harris, 1996: 91).

O aumento na produção de jornais, conseqüência de uma aplicação crescentemente industrial de inovações técnicas na impressão, foi um fator fundamental para que os jornais operassem um sentido de simultaneidade no âmbito da sociedade. Sem uma impressão em larga escala, as demandas ou o 'apetite' por informações, que se intensificavam socialmente, continuariam constrangidos a poucos e esparsos meios de disseminação de informações, como as cartas manuscritas, relatos orais e publicações precárias (Woolf, 2001: 91). O sentido de simultaneidade que Woolf aplica aqui não é tão decorrente de um aumento material da velocidade na transmissão da informação dentro de uma perspectiva de instantaneidade da comunicação, mas de como a simultaneidade se manifestou por meio de uma 'vivência comum' e concomitante da informação entre grupos cada vez mais amplos: "*it did expand the number of people simultaneously reading or discussing variant versions of the same news (commonality)*" (Woolf, 2001: 83).

A categoria da simultaneidade é utilizada também por Stephen Kern para descrever um período de passagem do século XIX para o XX (1880-1918) quando, segundo o autor, o tempo presente tornou-se um elemento de convergência de expectativas e formação de novas relações e referências sociais e culturais. Conforme salientamos anteriormente, este foi um momento em que a 'cultura do presente' se manifestava, entre outros modos, por meio da capacidade de experimentar muitos eventos distantes ao mesmo tempo, graças ao desenvolvimento de tecnologias de transmissão e transporte inovadores para a época, como a consolidação do telégrafo, o surgimento do telefone, veículos e estradas mais modernos. O telefone, por exemplo, tornou possível a sensação de 'estar em dois lugares ao mesmo tempo': "*It allowed people to talk to one another across great distances, to think about what others were feeling and to respond at once without the time to reflect afforded by written communication*" (Kern, 1983: 69).

A leitura que Kern faz da época impede uma análise determinista do impacto tecnológico sobre a sociedade. Seu percurso investigativo busca, a partir da força dos fatores tecnológicos, perceber os movimentos e processos culturais que surgem também com intensidade e contribuem para reordenar a compreensão e o uso social do tempo, acrescentando-lhe sentidos temporais novos. Na verdade, o período marca novas formas de vivenciar o tempo, e a categoria da simultaneidade auxilia-nos a entender a experiência temporal do período. O estudo de Stephen Kern é especialmente rico em referências a

novas experiências estéticas da simultaneidade, seja na poesia, música, literatura, pintura e no cinema.

Na poesia e na música, por exemplo, surgiram experiências de combinação de vozes simultâneas na obra artística, seja na forma de linhas paralelas que se combinam para serem lidas simultaneamente, seja em uma polifonia de vozes cantando melodias e letras diferentes ao mesmo tempo. Havia uma intenção de romper com a seqüencialidade linear, como as existentes nas páginas seqüenciadas de um livro. Neste caso, a proposta se concretizou no lançamento do *"First Simultaneous Book"* em 1913, impresso em apenas uma folha de papel de dois metros de comprimento para que o conteúdo pudesse ser visualmente percebido todo de uma vez. A literatura também experimentou formas de escrita em que diversas ações e ambientes eram narrados e descritos intercalados na mesma passagem do livro, sendo a obra *Ulysses*, de James Joyce, considerada uma referência desta experiência. No cinema, o filme expandiu o sentido de presente tanto por justapor eventos não contínuos ou mesmo por combinar uma variedade de perspectivas de um evento, por meio de técnicas como a montagem ou a dupla exposição (Kern, 1983: 70-76).

Além de estar presente em experiências culturais, o fenômeno da simultaneidade tornou-se pronunciado também em alguns tipos de relações sociais, seja numa dimensão macro quanto micro-social. Exemplo ilustrativo desta dimensão macro foram os encontros internacionais ocorridos na década de 1880, com o objetivo de criar medidas que visavam a padronizar a medição do tempo em todo o mundo. A aplicação desta regulação enfrentou resistências culturais e operacionais, como o desconforto que gerava para os viajantes a passagem entre horas padrões. Países extensos como os Estados Unidos enfrentaram dificuldades também em tornar atividades simultâneas em seu território, como a coordenação no horário e no funcionamento das viagens de trem tanto para as companhias férreas quanto para os seus usuários.

Em nível micro-social, ocorreram mudanças de hábitos sociais como *"a grande proliferação de relógios de bolso"*. A produção em massa de relógios de bolso baratos possibilitava que cada indivíduo pudesse planejar e executar suas rotinas cotidianas de trabalho e lazer (horários de levantar, trabalhar, ter refeições ou ir dormir) com base em uma cronometragem mais precisa do tempo (Whitrow, 1993: 183-189). Kern percebeu duas outras conseqüências do fenômeno da simultaneidade nas relações micro-sociais: *One response was a growing sense of unity among people formerly isolated by distance and lack of communication (...) proximity also generated anxiety - apprehension that the neighbors were seen as getting a bit too close"* (Kern, 1983: 88).

Parece-nos fecundo perceber como a categoria de simultaneidade está presente na concepção de tempo presente em Stephen Kern. O autor trabalha com duas noções de tempo presente, sendo que a primeira é essencialmente temporal: o presente é o intervalo de tempo entre o futuro e o passado. As experiências culturais do final do século XIX e início do XX ofereceram a possibilidade de a sociedade ampliar a percepção deste intervalo de tempo presente ou mesmo de questionar se o presente era uma fração diminuta de tempo (o 'instante') entre as dimensões do passado e do futuro. Kern recorre a autores de diferentes tradições (literatura, filosofia e psicologia experimental) para 'expandir' ou 'densificar' a dimensão do presente ("*thickened present*") e afirmar sua 'prioridade' em relação às outras dimensões temporais.

Uma segunda noção de tempo presente surge no autor a partir da observação do fenômeno da simultaneidade e de como ela possibilita perceber relações entre aspectos temporais e espaciais. O autor usa a categoria de 'simultaneidade' para demonstrar como novas tecnologias ou técnicas artísticas podem expandir espacialmente o presente vivido por um indivíduo ou uma coletividade. Se há uma capacidade de superpor, sincronizar ou acessar mais de um ambiente ou relação de experiência física num mesmo momento, o tempo presente acaba multiplicando-se espacialmente, possibilitando que várias experiências pudessem ser empreendidas num mesmo instante, simultaneamente (Kern, 1983: 81-82).

Ou seja, o fenômeno da simultaneidade possibilitou que o sentido de tempo presente (o 'presente densificado') pudesse ser vivenciado por diferentes grupos de pessoas localizadas em diferentes locais - por isso que o autor afirma que "*simultaneity extended the present spatially*" (Kern, 1983: 81). Ao interpretar a obra de Kern, Daniel Woolf entende que sua análise acentua a simultaneidade da experiência como uma marca decisiva para a formação de uma cultura do presente em que um amplo leque de experiências pudesse ser compartilhado por diversas pessoas localizadas em pontos cada vez mais distantes. Para Woolf, essas transformações do tempo presente no século XIX tiveram seus antecedentes ainda no século XVII (2001: 81).

3.3.2) A simultaneidade como componente da atualidade jornalística

A constituição de um ato de leitura periódica de jornais, seja em uma regularidade mensal, semanal ou diária, por um público amplo, disperso e fragmentado em nações

ocidentais dos séculos XVII a XIX criou um novo laço ou vínculo social. Com os jornais, pessoas puderam desenvolver uma prática habitual de leitura, que se torna institucionalizada tanto no ambiente privado da casa quanto nos espaços públicos de convivência, como as casas de café. À exceção das casas de café, os demais atos de leitura são predominantemente individuais ou familiares. Este ato ganha sentido não somente pela busca individual de conhecimento sobre assuntos diversos, mas porque ele leva as pessoas a se sentirem integradas em uma comunidade cujas ações e o próprio destino lhes competem estar cientes e, mesmo, intervir.

Podemos inicialmente recorrer novamente a Benedict Anderson para perceber como os jornais, já no século XVII, criaram novos laços de simultaneidade entre as pessoas. Isto se manifestou em vários níveis: em um extremo, na tensão interna existente nas páginas do jornal entre conteúdos que, de um modo geral, não possuem maior coincidência temática, mas estão reunidos numa mesma página devido à coincidência temporal; em outro extremo, nas diferentes e particulares formas de leitura do jornal, tanto no ato de ler quanto nas repercussões que este conteúdo traz para ações.

Nos jornais, este ato de leitura se torna mais efetivamente simultâneo com o advento da periodicidade diária, em que a obsolescência do jornal ocorre poucas horas após sua impressão, criando uma cerimônia de leitura executada diária e simultaneamente por milhares de pessoas:

"The significance of this mass ceremony (...) is paradoxical. It is performed in silent privacy, in the lair of the skull. Yet each communicant is well aware that the ceremony he performs is being replicated simultaneously by thousands (or millions) of others of whose existence he is confident, yet of whose identity he has not the slightest notion. Furthermore, this ceremony is incessantly repeated at daily or half-daily intervals throughout the calendar. What more vivid figure for the secular, historically clocked, imagined community can be envisioned?" (Anderson, 1991: 35).

Ao mesmo tempo, o leitor de jornais, vendo réplicas exatas de seu jornal sendo consumidas em diferentes locais públicos e privados por pessoas que ele não conhece, teria uma confirmação de que pertenceria a uma comunidade imaginária que está visivelmente enraizada na vida cotidiana de uma nação "...creating that remarkable confidence of community in anonymity which is the hallmark of modern nations" (Anderson, 1991: 35-36). Sommerville denomina este laço entre leitores de um 'sentido de comunhão': "*Readers could be sure that hundreds of other people were reading exactly the same thing at exactly the same time*" (Sommerville, 1996: 20).

Fatores históricos como os citados acima mostram-nos alguns indicativos para a formação de uma noção de atualidade jornalística. A categoria da simultaneidade traz um componente explicativo eficaz, particularmente quando a consideramos não somente como um modo de nos referirmos a ações e eventos que ocorram a um mesmo tempo, mas quando percebemos relações complementares nas quais o fenômeno da simultaneidade opera de maneira mais complexa: além de acontecerem num mesmo tempo, determinadas ações e eventos simultâneos carregam, criam ou recriam formas culturais ou sociais, materiais ou simbólicas, que ocorrem de maneira coordenada, articulada ou mesmo idêntica num tempo comum.

Esta experiência é visível no jornalismo, e é a partir desta complexidade que podemos vislumbrar um aspecto da noção de atualidade jornalística. Estamos propondo que a categoria da simultaneidade é um componente da noção de atualidade porque o jornalismo estabelece uma relação simultânea complexa entre ações e situações, não apenas dependentes de estarem ocorrendo no mesmo momento, mas de desenvolverem relações entre si que extrapolam o fator único temporal.

Um primeiro tipo de relações complexas de simultaneidade que o jornalismo desenvolve foi exemplificado acima por Benedict Anderson ao descrever, já no século XVII, o surgimento de uma consciência do leitor de jornais, que opera e se reconstrói cotidianamente em cada momento que o jornal vai a público. Anderson usa o termo antropológico de uma 'cerimônia de massa' para descrever este ato paradoxal: por um lado, um movimento quase repetitivo, rotineiro e habitual de receber o jornal em cada manhã, sentar e o ler com avidez; por outro lado, a consciência de que esta leitura é realizada por um público amplo, espalhado pelo espaço de circulação do jornal, e de que será a partir desta leitura que inúmeras ações serão interpretadas, definidas, modificadas ou questionadas, seja em discussões no ambiente do lar ou em espaços de reunião pública.

A simultaneidade que o jornalismo produz é, então, um dos modos a fazer com que um corpo social (uma parte dele, pelo menos) supere estados de atomização social e seja estimulado a agir de forma minimamente coordenada, não somente nas ações, mas nas concepções e valores sobre os eventos descritos nos jornais e outros, ausentes das páginas jornalísticas, mas correlatos em características básicas com aqueles noticiados. Esta simultaneidade é fundamentada pela construção gradativa de valores e concepções sobre as coisas e eventos sociais, seja a partir das formas narrativas e os valores imbricados no texto

e no trabalho do repórter, seja nos modos como as pessoas irão reagir publicamente a esta leitura.

Isto é, a simultaneidade no jornalismo está articulada tanto a uma noção de identidade que o jornalismo constrói cotidianamente e que é parte do seu papel de construção de um sentido sócio-cultural de atualidade quanto ao seu papel de contribuir para o estabelecimento de práticas sócio-culturais com certo grau de unidade que ocorram simultaneamente em diferentes locais dentro de um mesmo espaço territorial. As instituições sociais, de um modo geral, têm este papel de dar uniformidade às práticas sociais. Com a institucionalização do jornalismo, esta simultaneidade de práticas foi possível em um grau de especificidade próprio à instituição jornalística.

Um segundo tipo de relações complexas de simultaneidade está nos modos particulares com que o jornal vincula temporalmente o leitor ao evento relatado. Sabemos que fatores tecnológicos, como o telefone, tornaram esta sensação de 'estar em dois lugares ao mesmo tempo' uma experiência mais concreta, e os últimos cem anos da história da humanidade tornaram a simultaneidade tecnológica tanto uma experiência para amplas dimensões globais da sociedade quanto para o indivíduo isolado.

Parece-nos que o jornalismo se apropria destes recursos para, a partir deles, introduzir novas relações e sentidos sociais. Não estamos falando propriamente de como o jornalismo constrói um discurso e uma prática que tem, por exemplo, a instantaneidade como estratégia de legitimação, valor e fim último. Estamos nos referindo ao sentido que o jornalismo embute, no seu conteúdo e em seus estilos discursivos, de não haver um desencaixe real entre o tempo do mundo e o tempo da produção jornalística, ou seja, de que está conseguindo 'transportar' o leitor para o 'tempo do evento'.

Assim, os eventos que o jornal afirma estarem ocorrendo em um espaço fora de alcance da experiência direta e completa do leitor aparecem, para ele, como desdobramentos de sua experiência cotidiana do 'agora': o jornal dá, ao leitor, o sentido de que sua vivência cotidiana está incluída num mesmo tempo em que acontecem as coisas do mundo, de que as ações que ele irá realizar nos momentos seguintes ocorrerão em simultaneidade com outros eventos e - quem sabe - podem até interagir, influenciar ou ser influenciado por eles. Por princípio, o jornalismo leva o leitor a ver o evento jornalístico não como um fragmento de algo que pertence ao passado, mas como um fragmento do presente, mesmo que tenha ocorrido há poucos momentos. A atualidade jornalística significa a manutenção deste vínculo intermitente entre o tempo do leitor e o tempo de evento, entre simultaneidade e instantaneidade, mesmo que às vezes o jornalismo tenha

que recorrer a recursos simbólicos de construção discursiva deste sentido de tempo presente, como o uso, em jornais diários, de verbos no tempo presente em títulos de matérias sobre eventos ocorridos 'no dia anterior'.

Um outro tipo de relações de simultaneidade no jornalismo tem tanto componentes estéticos quanto sociais. As experiências culturais de simultaneidade na passagem do século XIX e XX mostraram novas possibilidades de combinações de 'discursos', com as formas de construção de imagens, polifonias de vozes, intercalações de narrativas e ações e de rompimento da linearidade no relato sobre o evento que se desdobra, conforme descreveu Kern. O jornalismo não executa um mergulho tão profundo nestas linguagens de desconstrução e reconstrução de impressões, imagens e eventos quanto a poesia, a música, pintura, literatura ou cinema. Mesmo assim, a página de jornal carrega características que possuem semelhança a essas experiências estéticas e, ao mesmo tempo, o jornal é, em certa medida, uma experiência estética particular.

O jornal trabalha com um fator temporal que orienta para um ponto inicial de coesão de uma página de jornal: no conjunto, os textos jornalísticos falam de eventos que ocorreram simultaneamente¹⁸. Mas esta 'coexistência' no espaço da página não é sem tensão. Para torná-la inteligível e harmônica, o jornalista busca estabelecer relações diversas entre eventos que, de início, não têm relação direta. Podem ser relações temáticas (diversas notícias sobre violência em uma mesma página, mesmo que se referindo a eventos independentes), relações de complementação ou oposição de conteúdo, relações de estilo textual (construção de um conjunto por meio da combinação de textos diferentes, como o texto informativo e o opinativo) etc.

A simultaneidade desta 'polifonia de vozes' é, no jornalismo, um fator de construção de uma especificidade de conteúdo e estrutura textual. Ambos estão ligados temporalmente ao 'tempo do evento', mas será o jornalismo, operando num esforço de construir um sentido de atualidade, que fará uma reformulação destes elementos. De um certo modo, a atualidade jornalística surge de uma 'polifonia de vozes' - surge para tentar superar as dissonâncias temporais e construir um discurso que articulará e minimizará diferenças, fragmentará e re-arranjará conteúdos para conseguir, a partir de uma referência temporal do presente, uma harmonia mínima no seu produto.

¹⁸ Esta simultaneidade no tempo ajuda-nos a construir uma impressão de unidade entre eventos isolados: para os jornais diários matutinos, é um relato sobre o 'ontem'; para os telejornais noturnos, é um relato sobre o 'hoje'.

3.4) Periodicidade

Uma das formas mais recorrentes e visíveis de identificar o aspecto temporal do jornalismo está na característica da periodicidade de produção e circulação de material jornalístico. Produzir e disponibilizar notícias com regularidade tornou-se um dos marcos sociais e culturais dos dois últimos séculos, afetando diversas relações, conteúdos e procedimentos sociais. A própria caracterização do jornalismo, mesmo em seus primórdios, já dependia deste aspecto temporal da regularidade na produção e oferta de informações, por exemplo em conceitos como: "*Newspapers are defined as periodical publications that included regular comment and information on domestic and foreign political events, in which this comprised a substantial proportion of their content, and which appeared at least weekly*" (Harris, 1996: 4).

Autores como John Sommerville consideram que a periodicidade jornalística produziu uma revolução na consciência das sociedades (1996: 161). O historiador atribui às publicações periódicas a capacidade ter criado (ou contribuído para criar) uma 'mente comum' e ter definido uma 'dimensão moderna de tempo': "*while it might be possible to refute a particular news report, there is no real way of refuting the periodical itself*" (Sommerville, 1996: 21). Também sob um ponto de vista histórico, Popkin afirma a importância da periodicidade jornalística: "*the unique characteristics of the newspaper text which made it so important in its own time: its timeliness and its regular, predictable publication*" (1989: 7)

Delimitar o momento inicial em que publicações com conteúdo jornalístico começam a circular com intervalos regulares não é uma tarefa fácil, pois teríamos de considerar desde os '*corantos*' e os '*newsbooks*' na Inglaterra do início do século XVII, alguns com regularidade mensal ou bi-mensal, e outros com intervalo semanal. Entretanto, esta periodicidade era irregular, pois oscilava conforme o volume de notícias disponível (Raymond, 1996: 8). Schröder analisou o caso alemão para considerar que a ausência de periodicidade antes do século XVI impedia que publicações com informações diversificadas fossem consideradas 'jornais'.

Antes do surgimento dos jornais no século XVII, algumas publicações ocasionais cobriam e publicavam relatos sobre um evento de acordo com o seu desenrolar, e o número de edições se limitava à duração do evento, sem haver uma regularidade planejada à semelhança de uma publicação periódica com datas fixas. Curiosamente, Schröder relata que a ausência de periodicidade podia também ser uma vantagem, à medida que tornava mais difícil a censura e o controle governamental, diferentemente dos jornais semanais que se seguiram posteriormente (2001: 126-128).

Vittu estudou o surgimento dos jornais na França para considerar que o século XVII foi o período da "imprensa periódica" (2001: 160). Da mesma forma, Daniel Woolf interpreta que a regularidade temporal dos 'newsbooks' surgiu na metade do século XVII, a partir da necessidade de que estas publicações acompanhassem os desdobramentos dos fatos políticos na Inglaterra:

"The proximity of events and the need to keep informed about them in turn affected the speed at which newsbooks were produced, since publishers wished their product to keep pace with events, rather than simply responding to them on an ad hoc basis. Regularity was thus added to newsness and truth as a quality for the successful newsbook" (Woolf, 2001: 94).

Assim, regularidade e novidade formariam a dupla face de um sentido inicial de periodicidade, conduzindo a uma complexidade de tratamento e compreensão do fenômeno. A regularidade, a novidade e a 'veracidade' do relato convergiam para o estabelecimento de uma prática social de produção, circulação e consumo de conteúdos jornalísticos. O fator temporal inerente à oferta regular de conteúdos, nomeado como periodicidade, era apenas parte de um conjunto de relações temporais que o jornalismo começava a despertar e a criar na sociedade em torno do objeto jornal, as quais se alastravam por vários ambientes e relações sociais, alterando práticas e rotinas. Entendemos que a periodicidade foi um dos componentes de um processo mais amplo de mudança de hábitos sociais que estava se iniciando e pode ser melhor denominado de atualidade jornalística.

Investigar em maior profundidade a noção de periodicidade jornalística implica em percebermos um aspecto específico que será fundamental ao jornalismo: o surgimento de uma necessidade social de que a sociedade fosse abastecida por notícias em períodos regulares e com intervalos de tempo cada vez mais curtos. Tal demanda social foi na verdade uma combinação de fatores díspares. Em um extremo, a 'sede' por notícias com motivações diversas: o imperativo do acompanhamento do desenrolar dos eventos, a

necessidade de se sentir pertencendo a uma 'comunidade imaginária' (uma comunidade de leitores ou uma nação), o desejo pelo diversional expresso na leitura de dramas, crimes e catástrofes, a fascinação pelos recursos técnicos e pelo ciclo de produção do jornal etc. Em outro extremo, a organização crescente de um processo produtivo que aliou capacidade tecnológica e industrial de produção com potencialidades econômicas de uma comercialização crescente e tendente à massificação.

Isto significa que, para caracterizarmos a periodicidade jornalística, devemos considerar fatores internos e externos à instituição jornalística. Internos porque o desenvolvimento de técnicas e tecnologias de produção vem compondo um conjunto de recursos materiais, de habilidades e de competências que garantiram aos jornais, inicialmente, o estabelecimento de uma regularidade semanal e, após, diária de circulação. Fatores externos, se considerarmos o crescimento do interesse e do envolvimento da sociedade pelo conteúdo trazido a ela pelos jornais e se observarmos como este interesse orientou a estruturação produtiva e comercial das novas organizações sociais emergentes. Externos também quando percebermos a influência das novas tecnologias de transmissão de informações e os modos como os sistemas de transportes intensificaram e aceleraram os contatos físicos entre localidades, reduzindo o tempo despendido em deslocamentos físicos.

Entendemos que esta convergência entre processos e condicionantes internos e externos à instituição jornalística se deu gradativa e progressivamente, a ponto de visualizarmos que a institucionalização do jornalismo foi parte de um processo de mudança em relação a modos tradicionais de interação social em que não estavam presentes mediadores sociais como os jornais. Um exemplo ilustrativo desta progressividade na oferta de jornais foi citado por Wilke analisando a periodicidade dos jornais alemães: "*The intervals between the regular publication of separate issues has become shorter: from a weekly publication in 1622 to a twice daily publication (also on Sundays) in 1906*" (1984: 178).

Talvez um dos estudos históricos mais sistemáticos já desenvolvidos sobre a periodicidade jornalística seja o de John Sommerville, *The News Revolution in England - Cultural Dynamics of Daily Information* (1996), em que o autor pesquisa o aspecto temporal na formação do jornalismo inglês nos séculos XVII e XVIII. Abordaremos este trabalho em dois momentos: inicialmente, o valor descritivo que a obra oferece sobre

modos de recíproca influência temporal entre a sociedade e a atividade jornalística; após, o percurso interpretativo desenvolvido pelo autor sobre os dados levantados.

O início do século XVII foi uma fase em que as publicações inglesas com conteúdo jornalístico apresentavam uma periodicidade irregular e com elevado intervalo de tempo entre cada edição: uma média de uma publicação a cada duas ou três semanas entre as décadas de 1620 a 1640, havendo oscilações para mais ou para menos. Sommerville identifica, no ano de 1641, o surgimento de um novo tipo de publicação, chamada '*diurnal*' (cuja pronúncia produzia a sonoridade de '*journal*' e tinha a raiz '*giorno*', significando diário)¹⁹. Apesar disso, eram impressos semanalmente, mas estas edições semanais eram divididas em notícias dos eventos de cada dia (Sommerville, 1996: 34).

Nas duas décadas seguintes, a periodicidade semanal tornou-se dominante e a 'chave' para que essas publicações pudessem alcançar uma fidelidade do leitor e um sucesso comercial. Os editores preferencialmente optavam por colocar as novas edições em circulação nas segundas-feiras, pois assim poderiam enviá-las para o interior do país utilizando os despachos semanais dos serviços postais às terças-feiras. As segundas-feiras tornaram-se, então, dias de competição entre esses produtos: "*In this atmosphere of intense competition, the hour that a paper appeared on the streets assumed an enormous importance. So they appeared as early on Monday as possible, even though they had to contain the news from Saturday's parliamentary session*" (Sommerville, 1996: 37). Em 1665, o '*Oxford* (depois denominado de *London*) *Gazette*', considerado o primeiro jornal inglês, começou a publicar duas edições semanais (Sommerville, 1996: 63).

Interessante perceber que a periodicidade foi um fator fundamental também para outras publicações, como as científicas. Por meio de sua periodicidade, pesquisadores e inventores diversos conseguiam datar suas descobertas. Diferentemente dos jornais, estas publicações científicas não pereciam com o lançamento de uma nova edição, pois cada uma tinha função documental de fixar um fato na história; os jornais, por sua vez, ao se nutrirem do conteúdo ocorrido no tempo presente, tinham um processo inverso: cada nova edição fazia a anterior ficar obsoleta (Sommerville, 1996: 81).

Esse panorama do surgimento da periodicidade não é, para Sommerville, uma mudança social positiva na sociedade. Pelo contrário, o autor a interpreta em uma perspectiva pessimista. Inicialmente, porque a vê como uma consequência de um

¹⁹ A data de 1641 é citada por Raymond (1996: 80) como a do surgimento dos '*newsbooks*' ingleses, o primeiro deles '*Heads of Severall Proceedings*' aparecendo em 29 de novembro daquele ano. Para este autor, os '*newsbooks*' foram os predecessores imediatos dos jornais e já apresentavam a periodicidade como uma característica fundamental e distinta em relação a outras publicações (1996: 84).

preponderante interesse comercial que afetaria o conjunto das demais relações sociais. Suas avaliações são de que a periodicidade seria uma das causas para 'disfunções' culturais e sociais. Seu objetivo é investigar os modos pelos quais "*...periodicity in publishing (or broadcasting) constitutes a bias all by itself, and asking whether its decontextualizing and deconstructing effects are part of its essential nature*" (Sommerville, 1996: 3).

Seu principal ponto-de-vista é de que a periodicidade é uma questão econômica: "*There can be news without its being daily, but if it were not daily, a news industry could never develop (...) Periodicity is a marketing strategy*" (Sommerville, 1996: 4). Sua avaliação é de que a periodicidade desenvolvida pelos jornais possibilitou que a informação se tornasse um produto e um negócio, substituindo seu papel anterior como meio de estabelecer relações pessoais e interação social (Sommerville, 1996: 161-162). O aumento no número de anúncios publicados tanto daria viabilidade econômica à publicação periódica quanto reforçaria a associação do conteúdo publicado com a imagem de novidade: "*By the 1652 readers were complaining about the number of ads that crowded their news (...) It was news products, especially, that were advertised, reinforcing the association of periodicity with novelty*" (Sommerville, 1996: 54).

Joad Raymond, pesquisador do jornalismo inglês no século XVII, contesta a abordagem de Sommerville por entender que autores desta linha de argumentação atribuem, ao fluxo de circulação periódica de conteúdos como os jornalísticos, um fator causador de uma 'cultura da passividade' e do 'esquecimento'. Em vez disso, Raymond interpreta que a periodicidade tornou-se um atributo essencial dos '*newsbooks*' e '*newspapers*' ao garantir uma continuidade da circulação de informação e, portanto, do debate. "*Readers supplied with a weekly, bi-weekly, or daily dose of news were required to relate items back to previous issues, to follow stories as they unfolded (such as ongoing election polls)*". Para o autor, a periodicidade desenvolveu padrões de lembrança e envolvimento ativo dos leitores nos eventos e nos debates (Raymond, 1999: 131-2).

No século XIX, o surgimento dos *penny papers* introduzindo maior dinamicidade na produção e circulação diária de notícias ofereceu elementos para afirmar que a periodicidade diária era um fator também ligado à viabilidade econômica das empresas, à medida que uma maior produção regular a intervalos de tempo menores possibilitava uma redução nos custos de produção se comparados com os custos investidos em publicações com intervalos temporais maiores ou aperiódicas. Este aspecto indicava que o aumento na velocidade da produção, decorrente da redução dos intervalos temporais, tinha estreita relação com fatores econômicos (Blondheim, 1994: 27-28).

Não negamos o aspecto central da economia organizando as relações sociais, mas discordamos da ênfase determinista e simplificada dada por Sommerville. Ao traçarmos um leque de fatores combinados tanto em um nível interno e externo à instituição jornalística quanto acentuarmos as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas envolvidas, estamos optando por uma visão mais complexa sobre os modos como este aspecto específico da atualidade jornalística se estabeleceu historicamente.

Olhar para a primazia das relações econômicas de mercado a fim de justificar o estabelecimento da periodicidade jornalística é uma perspectiva que tende a usar, como mecanismo de interpretação das sociedades, uma visão da economia como sistema estruturante das demais relações sociais. Entendemos que o sistema econômico não possui, em suas relações internas, elementos e recursos suficientes para explicar o surgimento e a consolidação do jornalismo nas sociedades contemporâneas. Mesmo aspectos mais salientes, como a industrialização e o mercado de consumo, são capazes de, no máximo, determinarem modos e modelos de institucionalização do jornalismo, mas não seu surgimento, seus valores e sua relevância para as relações sociais.

Sabemos, também, que a tecnologia encontra na economia e em seus modos de aplicação produtiva e lucrativa um amplo lastro para sua propagação e sedimentação social. Mas mesmo este potencial explicativo é limitado por fatores não econômicos de organizar e produzir as relações sociais. A tecnologia tem alcançado penetração profunda na sociedade porque ela se vincula a práticas e processos sociais para contribuir na construção de novas formas de interações sociais, mas ela, por si, não estabelece nem estrutura estas práticas por si.

Entendemos ser possível propor uma noção de atualidade jornalística tendo a periodicidade como um de seus componentes porque a incipiente organização jornalística dos séculos XVII e XVIII, ao conduzir sua produção para intervalos temporais regulares e fixos (primeiro dia da semana ou início da manhã, por exemplo), redefiniu e reordenou formas de experimentar socialmente o tempo. Consideramos a periodicidade jornalística uma categoria com potencial descritivo para além da mera marcação de regularidades e intervalos temporais: a periodicidade tornou-se um modo de ordenar o tempo social com capacidade não apenas de controle e normatização, mas de criação de formas, práticas e processos sociais materiais ou simbólicos - parte de um processo mais amplo de experiência social do tempo (a atualidade jornalística) constituído na lógica interna que estrutura o jornalismo e nas suas relações, vínculos e articulações externas.

Estas relações complexas de periodicidade manifestam-se em três principais aspectos: a primeira ordem de relações pode ser visualizada nas formas como a periodicidade conduz e estimula a criação de rotinas e relações de produção internas à organização jornalística. O fator implícito aqui se encontra nas rotinas de execução e conclusão de cada atividade jornalística conforme o intervalo de tempo disponível. Por um lado, tais procedimentos sempre se constituíram como fatores de conflito interno na gestão do tempo dentro da produção. Conforme exemplos de produção jornalística citados anteriormente, já no século XVIII eram percebidas tensões entre '*newswriters*' e '*printers*' pelas possibilidades de atualização do material jornalístico. Assim, a periodicidade semanal, ao definir dias e horários de fechamento mais rígidos, opunha muitas vezes estas duas categorias profissionais, pois dependia de uma aceitação dos gráficos a atualização ou inclusão de notícias mais recentes em páginas cuja montagem gráfica era artesanal, demorada e meticulosa.

Com a introdução de um padrão industrial e uma administração racionalizada característica das empresas jornalísticas modernas nos séculos XIX e principalmente XX, a periodicidade tornou-se um fator orientador para a aplicação de um controle preciso do tempo e das etapas de produção. A periodicidade ganha, neste novo ambiente, um status preciso de planejamento de produção e circulação do jornal, o que significou um 'encaixe' das principais ações e tarefas dentro de um cronograma rígido e rotinizado. Entender a periodicidade neste movimento interno à instituição jornalística é perceber de que forma ela conduziu a uma normatização do tempo nas organizações e penetrou nas percepções e formas individuais de uso do tempo pelo repórter, articulando indivíduo e organização num movimento ao mesmo tempo harmônico e conflituoso: harmônico devido à precisão no encadeamento de tarefas num tempo determinado, e conflituoso porque muitas vezes o interesse pelo aprofundamento e qualificação do material jornalístico por parte dos jornalistas chocava-se com interesses empresariais de cumprimento de prazos de circulação no mercado.

Um segundo tipo de relações complexas presentes na periodicidade jornalística pode ser localizada nos modos de definir e dar forma à notícia. Com a periodização regular dos jornais, os jornalistas tiveram de restringir seu horizonte temporal: a periodicidade se tornou um intervalo de tempo para indicar a validade dos eventos como potencialmente noticiáveis - este intervalo contemplava o período de tempo entre cada edição. Fragmentar eventos em cortes temporais conforme a periodicidade da publicação tornou-se parte do ato de construir o fato jornalístico.

Ao estudar o crescimento da penetração e presença dos jornais na Europa do século XVIII, Jeremy Popkin percebeu que a periodicidade jornalística era também um mecanismo para estruturar o fluxo do tempo, dividindo-o em segmentos previsíveis: "*Within those segments, events, no matter how unsettling, would be promptly and dependably named, recorded, and put into the comforting framework of journalistic stereotypes. What was new and threatening in the world would thus be made more manageable*" (Popkin, 1989: 7).

Sommerville detalha os efeitos que a periodização trazia para os textos jornalísticos: as notícias precisavam ter uma aparência superficial de completude e fechamento de uma estória, mesmo que estivessem reportando temas e situações em desenvolvimento e sem previsão de encerramento; as notícias diárias ofereciam um sentido de que cada dia devia ser considerado como 'igual' para repórteres e leitores, já que produzir jornais significava afirmar a existência de 'fatos' jornalísticos todos os dias e com um 'tamanho' relativamente igual, expresso no comprimento padronizado do texto jornalístico (Sommerville, 1996: 8-9). Com a periodicidade diária, estes efeitos se acentuam: "*...daily publication cuts things out of a larger reality in order to dispose of them and clear the decks for tomorrow's edition*" (Sommerville, 1996: 4).

A nossa abordagem dos modos como a periodização direciona o trabalho jornalístico para uma fragmentação dos eventos em unidades temporais cada vez menores não tem apenas a visão crítica de apontar as limitações e constrangimentos da regulação e controle social do tempo sobre a atividade jornalística, atribuindo à periodicidade um fator predominantemente negativo. Ao enfatizarmos que a periodicidade é parte de um sentido temporal maior que o jornalismo opera, estamos buscando construir um percurso que nos permita formular uma noção complexa e sólida de atualidade jornalística. Para isso, é preciso entender a notícia como este objeto complexo, trespassado por tensões e influências oriundas de uma imensa variedade de fontes e interagindo em uma diversidade de esferas sociais (econômicas, sociais, políticas, econômicas etc).

Ao mesmo tempo, esta ordem de influências e interações não impede que a instituição jornalística ganhe uma certa autonomia no seu percurso particular de manufatura da notícia: a própria notícia aparece socialmente como um objeto singular, resultado de uma complexa engrenagem de recursos e fundamentos que somente a organização jornalística é capaz de equacionar satisfatoriamente. A atualidade jornalística, portanto, torna-se uma noção densa decorrente tanto da própria complexidade inerente à

instituição jornalística quanto dos múltiplos aspectos temporais presentes e operados por esta atividade.

A periodicidade compõe esta noção de atualidade jornalística em uma terceira ordem de relações, referentes às mútuas influências entre a atividade jornalística e a sociedade. Mais especificamente, estamos considerando que o jornalismo, ao construir relatos com base num sentido de corte no fluxo do tempo social, contribui para a redefinição deste mesmo tempo social. Se este recorte jornalístico se realiza em cortes regulares e fixos, a própria reestruturação pública dos eventos na forma de notícias faz com que este ritmo oferecido pelo jornalismo esteja tanto identificado com ritmos sociais (por exemplo, os ritmos cotidianos da vida urbana) quanto estabeleça modos de envolvimento do público com os eventos relatados jornalisticamente.

Neste aspecto, podemos retomar a noção de simultaneidade e perceber que, se por um lado o jornalismo contribui para que a sociedade defina modos de periodizar a vida social, por outro atua como mediador social de padrões de regularidade temporal: os ritmos de apresentação pública de eventos ou conteúdos pela instituição jornalística tornam-se referências que serão re-elaboradas de formas particulares por grupos ou instituições sociais para a definição de suas próprias ações. O ganho que o jornalismo oferece, nesse caso, é que a periodicidade embutida em sua produção pode tornar-se, de modo geral, referência temporal para que diferentes atores sociais movimentem-se em simultaneidade dentro do corpo social a fim de construir suas ações públicas (debates, contestações, reforços ou produção de novos eventos) dentro de marcadores e intervalos comuns aos oferecidos pela instituição jornalística.

Este raciocínio nos auxilia a afirmar a complexidade da noção de atualidade jornalística. Periodicidade e simultaneidade são duas relações temporais complementares produzidas ou operadas pelo jornalismo, e não podem ser consideradas completamente autônomas entre si nem completamente dependentes de determinações de alguma ordem exclusiva (seja externa ou interna à organização jornalística). Por isso que buscamos na noção de atualidade jornalística uma construção teórica capaz de afirmar e interligar satisfatoriamente diferentes relações temporais do jornalismo.

3.5) Novidade

3.5.1) Fundamentos da noção de 'novidade' no jornalismo

O termo 'novidade' está entranhado nas definições mais comuns sobre jornalismo. Em um uso corrente, parece impensável formular uma definição primária de jornalismo sem nos referirmos ao universo das coisas 'novas' que surgem intermitentemente em decorrência do inevitável fluxo de ocorrências do mundo. Afirmar a novidade como termo fundamental no jornalismo significa dizer que a notícia surge historicamente para dar conta da tarefa de prover a sociedade com um relato padronizado sobre novas ações, situações, debates e opiniões, entre outros, que tenham relevância para uma coletividade. Associar novidade e relevância é um primeiro percurso para percebermos a complexidade da questão e de como ela irá nos conduzir para uma noção de atualidade jornalística.

Iremos, no entanto, por etapas. Primeiro, temos de considerar que a raiz etimológica do termo 'novidade' remete à palavra 'novo'. Podemos citar pelo menos dois usos da palavra 'novo' na Língua Portuguesa que nos parecem interessantes para a discussão proposta: 1º) o que tem pouco tempo de existência, seja porque surgiu recentemente num determinado local, porque ainda está nascente ou porque foi posto em uso recentemente; 2º) o que é visto ou conhecido publicamente pela primeira vez (original, inédito). O termo novidade será uma forma de qualificar um objeto qualquer, seja uma ação ou situação, com esta idéia de inovação, originalidade ou singularidade. Estas considerações nos fornecem indícios para entender porque, na linguagem ordinária, interlocutores usam, em conversação, o termo novidade quando querem se referir a um conteúdo ou relato novo sobre alguma coisa - neste caso, o uso se aproximaria ao sentido de senso comum sobre a notícia.

Por estar ligado embrionariamente à noção de novidade, o jornalismo desenvolveu modos de incorporar e operacionalizar este reconhecimento e nomeação do 'novo' em um processo rotineiro e padronizado, o que permitiu a formação de um conjunto de referências estáveis sobre as características de um evento noticiável - este conjunto é mais comumente

denominado por estudiosos do jornalismo de 'critérios de noticiabilidade'. A novidade é um dos principais componentes da noticiabilidade. Um aspecto fundamental a se perceber na noção de novidade no jornalismo é que ela não é um componente que 'naturalmente' orienta toda a produção, mas sim uma referência a que o jornalismo recorre para, num processo de fabricação, compor um objeto complexo como a notícia. Esta construção não é facilmente perceptível pelo leitor, que capta apenas alguns de seus elementos mais aparentes, sendo a 'novidade' um dos principais.

O jornalismo, ao se institucionalizar, assume determinados compromissos ou tarefas sociais que se tornam parte de sua imagem como instituição pública. Um deles é o de corresponder a uma expectativa social por novidade, mesmo que, para isso, ele precise operar certas ênfases ou privilegiar certos aspectos de um evento que possam ser afirmados como o fator 'novo' no evento e, assim, ganhar importância em relação a outros. Um exemplo disto é a forma como a qualificação de 'ineditismo' para alguma ação, situação ou objeto se torna referência que qualifica um evento como noticiável, mesmo que as demais características não contribuam para a sua noticiabilidade.

A institucionalização do jornalismo ocorreu também pela incorporação de recursos e estratégias econômicas que possibilitavam tanto a sua capacidade de produção quanto a sua reprodução para públicos amplos. Estamos afirmando que a 'novidade' é uma das qualidades dos eventos noticiosos que os tornam viáveis para comercialização em um mercado. Mas a forma como o sistema econômico impõe um movimento cíclico de produção e renovação num mercado torna determinados produtos, como o jornal, mais afetados por um imperativo de renovar-se continuamente. Nesta linha de argumentação, a preocupação de Sommerville sobre os efeitos danosos que a periodicidade, orientada por fins comerciais, traz ao jornalismo tem certo sentido, embora o erro do autor tenha sido o de sobre-valorizar este aspecto específico em detrimento de outros, levando-o a uma visão determinista e pessimista na qual o sistema de auto-reprodução econômica e os valores econômicos produzidos são constituintes da qualidade e da substância dos fenômenos sociais.

Historiadores do jornalismo são recorrentes ao descrever o interesse crescente por notícias sobre a vida cotidiana, questões de interesse e envolvimento social, ações do Estado ou detalhes da vida da aristocracia, que se tornou mais intenso a partir do século XVII. Relatos como o de Raymond (1996), Schröder (2001), Blondheim (1994) e Woolf (2001) auxiliam-nos a perceber comportamentos diferenciados dos leitores, estivessem eles motivados por uma curiosidade excessiva pela 'vida alheia', preocupados com questões

relevantes para os rumos da nação ou interessados em conhecer fatos e situações em desenvolvimento na sociedade e no Estado para se sentirem mais envolvidos e integrados à vida social e política da época. O que os autores identificavam como 'novidade' nas notícias da época eram características de 'frescor' (*freshness*) ou 'recenticidade' (*recentness*), o que podia significar desde um deslumbramento pela nova capacidade de ter acesso a fatos do tempo presente que estavam acontecendo simultaneamente e à distância do contato direto até um estado de ansiedade ou desconfiança por esta intensa exposição de aspectos do presente.

Como, neste período, o relato histórico tinha uma maior densidade, vigor e autoridade que o relato jornalístico, este, por trazer a público fatos novos e, portanto, carentes de demonstração e comprovação, era visto com uma profunda desconfiança, tanto porque o conteúdo era novo (portanto, distinto dos consagrados *old texts*) quanto difícil de verificar. Quando eram transmitidos oralmente nos séculos XVII e XVIII, em praças públicas ou casas de café, estes conteúdos mal podiam ser distintos dos boatos. Mesmo o texto impresso não tinha a credibilidade do texto manuscrito (Woolf, 2001: 100).

Apesar disto, esta desconfiança não foi suficiente para eliminar o 'apetite' da população pelas 'novidades' trazidas nos textos noticiosos. Editores de *newsbooks* do século XVII já incorporavam este desejo por notícias como um novo atrativo de suas publicações e exercitavam uma visível *determination to be first*, procedimento este que estimulou a busca pelas notícias mais recentes, mesmo que à custa da precisão e confiabilidade sobre o conteúdo jornalístico. Esta realidade transformou o boato e o erro jornalístico em duas 'instituições públicas', conforme interpreta Daniel Woolf (2001: 106). Por isso, o autor usa a expressão 'amor-e-ódio' para descrever as relações entre os jornais e seus leitores no final do século XVII: *"the news was indispensable because it was now a critical channel by which individuals situated themselves within the social present. But neither could it be altogether trusted, whatever the medium"* (2001: 107).

Portanto, em uma história social do jornalismo, a novidade não é um mero resultante de uma dinâmica econômica da sociedade, embora sua operacionalização tenha dependido também de fatores econômicos que não podem ser nem sobre-valorizados nem subestimados. O período da *penny press* nos Estados Unidos no século XIX marca uma fase rica de indícios que nos permitem visualizar a articulação entre esses fatores. Sabemos que a temporalidade das notícias se tornou um instrumento de acirramento da concorrência entre esses jornais, manifesta particularmente na forma de um aumento de velocidade de

produção e distribuição dos jornais quanto no oferecimento das notícias mais recentes (Blondheim, 1994: 19).

A busca por notícias mais recentes fez editores e repórteres redobram seus esforços para tornarem os leitores informados com rapidez, acelerando todo o processo de produção. Podemos considerar ter sido a *'penny press'* uma experiência exitosa na capacidade de incorporar a 'sede insaciável' dos leitores por notícias em um processo de produção e distribuição eficaz. A novidade como qualidade da notícia manifestava-se neste culto (do produtor e do leitor) em ter e apresentar primeiro as notícias mais recentes. O fato de a *penny press* ter possibilitado a conversão de capitais, leitores e anunciantes para este modelo de jornal criou condições para que estas organizações investissem em inovações operacionais, tornando possível produzir notícias mais 'frescas'.

Neste contexto, é compreensível o surgimento de um novo produto, a 'edição extra', capaz de romper com a periodicidade diária do jornal para garantir, ao leitor, que a organização jornalística seria capaz de levar a ele, a qualquer hora e de forma quase imediata, os acontecimentos mais recentes (Blondheim, 1994: 23). É também interessante perceber que este 'frescor' das notícias contaminava todo o jornal, espalhando-se também pela publicidade. Com uma circulação de massa, as *'penny press'* tornaram-se atrativas para anunciantes, e a periodicidade diária de massa possibilitava a realização de campanhas promocionais de curta duração, mais variadas e dinâmicas, contribuindo para o sentido de novidade da publicação: "*Thus, the advertising pages were assimilated into the dynamic tempo of the penny paper's news columns and contributed to the overall timeliness of its copy*" (Blondheim, 1994: 25).

3.5.2) A novidade na tensão entre mudança e continuidade

Falar de notícia, mesmo na linguagem cotidiana, pressupõe considerarmos um segundo aspecto. Como não é possível apostar que a inovação, originalidade ou singularidade ocorram todos os dias, é perceptível que a notícia fale de um cotidiano que nos é familiar, não tão diverso da nossa realidade e compreensão. Assim, o trabalho jornalístico de identificar e apresentar o 'novo' se institucionaliza em uma rotina e em um ambiente em que novidade e continuidade estão imbricados.

Já havíamos mencionado anteriormente que o termo cotidiano pode estar ligado a um sentido de presença continuada, de freqüência e de repetição: agentes, temas, situações

e objetos que se repetem ou se sucedem num período temporal, gerando um sentimento de continuidade, proximidade e familiaridade, pois aquilo que se repete todos os dias se torna familiar. O uso que fazemos do termo cotidiano no jornalismo tem a intenção de demarcar um espaço de relações de proximidade, familiaridade e continuidade com objetos, situações e práticas. O cotidiano e o jornalismo são dois modos particulares (e muitas vezes complementares) de vivenciar um tipo de experiência humana que nos é próxima tanto no espaço das nossas relações comuns quanto no tempo em que fazemos as ações. Ambos são modos de experimentar relações no tempo presente.

Assim, o percurso realizado para observar alguns aspectos do jornalismo norte-americano no século XIX pode ser também feito no jornalismo praticado na Inglaterra no mesmo período. Percursos paralelos como estes certamente nos mostrariam tanto semelhanças e diferenças na forma como a notícia vai incorporando e processando o fator da novidade em uma escala rotinizada industrial e comercialmente. Não nos deteremos a uma comparação exaustiva, mas apenas para salientar como o aspecto da 'continuidade' pode ser também ressaltado em relatos historiográficos sobre o jornalismo inglês.

Ao investigar as transformações da imprensa inglesa no século XIX, a historiadora Lucy Brown considera ter sido neste período que a notícia ganhou suas feições modernas, como um 'pacote' reunindo informações de aspectos e temas diversos, alguns aparecendo pela primeira vez, outros apresentando os desenvolvimentos mais recentes de histórias longas e já em andamento (1985: 1). A cobertura jornalística de histórias longas ressaltou um aspecto particular das notícias: se, por um lado, a novidade parece ser uma qualidade quase universal, por outro lado a periodicidade na publicação possibilitou um sentido de continuidade na presença pública de 'atores', fontes de informação, instituições sociais e situações recorrentes. Este sentido de continuidade foi construído por variados aspectos, com uma tendência à habitualidade de repórteres com certos assuntos e com determinadas fontes de informação, mais conhecidas e facilmente acessíveis, o que levava a uma certa repetição no conteúdo das notícias.

Se o século XIX foi um momento importante para consolidação de certos padrões, valores e rotinas, tanto a novidade enquanto um atributo quase fundamental à notícia quanto a continuidade como regularidade e repetitividade já vinham aparecendo em séculos anteriores. A análise de Wilke sobre o desenvolvimento dos jornais alemães durante três séculos a partir do século XVII deu-lhe condições de perceber dois principais

sentidos da continuidade de conteúdos no jornalismo²⁰: 1º) a continuidade significando uma 'injustificável preferência' por notícias que já tivessem sido escolhidas ou selecionadas uma vez para publicação; 2º) a continuidade sendo um atributo de inegável vantagem para o leitor, ao possibilitar-lhe poder formar um quadro relativamente coerente de encadeamento de eventos e ocorrências em uma situação ou ambiente. Durante o período estudado, o autor percebeu uma redução na continuidade das notícias em consequência de uma maior diversificação de conteúdos. Se a diversificação foi uma característica positiva, ela também levou a uma redução na conexão entre as notícias (Wilke, 1984: 187-188).

A tendência à continuidade era frequentemente rompida com a irrupção de novos eventos e mudanças sociais abruptas. Brown coloca a 'aceleração dos fatos' no século XIX, entre eles o envolvimento da Inglaterra em conflitos bélicos e diplomáticos, como um dos fatores de direcionamento para uma intensificação do culto à notícia enquanto novidade e enquanto subsídio para o acompanhamento de questões nacionalmente relevantes e o estímulo ao debate sobre as ações necessárias. "*A more likely explanation for the demand for instant political commentary might be found in the nature of the problems being faced (...) the strategies needed to defend British interests in a hostile world (...) These situations demanded swift discussion and response*" (Brown, 1985: 111).

Ao mesmo tempo, os jornais da época tinham um modo rudimentar de atualização de conteúdos jornalísticos, devido ao processo lento e complicado de substituição de linhas gráficas na página já montada e pronta para impressão. Isto fazia com que as notícias mais recentes, fossem nacionais ou internacionais vindas por telegramas, aparecessem desordenadas na estrutura de edição da página ou do jornal, em consequência principalmente das dificuldades em realizar alterações pelo setor gráfico do jornal (Brown, 1985: 100).

Além dos sentidos de continuidade tratados por estes autores, podemos também falar de continuidade no jornalismo em um sentido mais amplo: a existência ou permanência de quadros de significação que dão sentido específico tanto para as novidades expressas na irrupção de fatos novos, inéditos e originais quanto nas pequenas novidades que se desdobram do movimento continuado de eventos em andamento. Neste caso, a continuidade teria um sentido de permanência, de estabilidade e identidade para jornalista

²⁰ "*In our survey we defined continuity in terms of reported events or facts which had been printed in full or just mentioned in at least one of three preceding issues*" (Wilke, 1984: 187).

e leitor por meio de um enquadramento interpretativo que lhes possibilita ter uma compreensão inicial e mínima de aspectos elementares que fazem o fato adquirir um sentido comum.

Esta perspectiva de abordagem pode fundamentar-se em estudos de James Carey (1974, 1985, 1989) sobre os vínculos culturais que o jornalismo possui e a necessidade de que um olhar histórico perceba estes vínculos. Já acentuamos que Carey vê o jornalismo como uma 'forma cultural' que pode ser compreendida historicamente se for desenvolvida uma história das mentalidades ou da 'consciência'. Para o autor, jornalismo não é somente um objeto que, ao ser estudado, revelaria a estrutura da consciência e dos sentimentos de sociedades passadas, mas ele é a própria forma de criação destas mentalidades ou de uma porção significativa delas, em um processo que envolve um certo '*ethos*', sentimentos e imaginação criativa (Carey, 1974: 5; 27).

Estudar os princípios, noções e valores que o jornalismo desenvolve, como a noção de continuidade, torna-se importante percurso para entender a própria sociedade porque proporciona a ela modelos para ação e percepção (Carey, 1974: 5). Nas palavras do autor,

"The press should be viewed as the embodiment of consciousness. Our histories in turn must unpack how a general cultural consciousness becomes institutionalized in procedures for news gathering and reporting, forms of press organization, and definitions of rights and freedom" (Carey, 1974: 27).

Ao considerar as notícias como uma realidade histórica, não universal, Carey (1989) vincula a sua origem tanto a estruturas sociais (a participação das classes médias do século XVIII na sua invenção) quanto aos valores culturais que estas classes cultuavam e desejavam disseminar. Ao superar esta limitação a grupos ou classes sociais, a notícia ganhou formas culturais mais estáveis, para informar ao leitor não somente conteúdos, mas um modo de vivenciar relações sociais (segundo Carey, a notícia utiliza a narrativa dramática como referência para a ação).

A novidade, enquanto um atributo quase fundamental à notícia, opera, então, nesta tensão entre a emergência do 'novo' e a continuidade que dá o sentido tanto para o 'novo' como uma face específica do objeto quanto nos orienta para entendermos e constituirmos modos de definir o que seria algo aceito coletivamente como 'novo' e para podermos expressar socialmente esta novidade utilizando formas discursivas como as notícias. Fazer este percurso de delimitação das características da categoria novidade conduz-nos a um passo seguinte, que é percebermos como ela é parte componente de um conjunto conceitual

mais complexo sobre a temporalidade no jornalismo, o qual pretendemos construir para darmos uma solidez à própria noção de atualidade jornalística.

Inicialmente, lembremos que a categoria da novidade conduz-nos a esta vinculação do 'novo' ao tempo presente, seja porque ele é a afirmação de que algo está brotando ou irrompendo em um ambiente ou se tornando publicamente conhecido recentemente, seja porque ele orienta (o jornalista e o leitor) a reconhecerem este grau de originalidade e singularidade num movimento social específico. O novo está inevitavelmente ligado ao 'agora', que é um incisivo marcador temporal do presente.

Além disso, estamos tratando de um tipo específico de novidade, aquela operada pela instituição jornalística. Considerar a novidade como parte de uma dimensão temporal do presente implica em ver o tempo presente como uma construção social realizada com ferramentas mais concretas, como aquelas aplicadas cotidianamente nas rotinas de produção jornalística. O jornalismo fornece conteúdos e referências temporais para seu público sobre as fronteiras temporais do presente para eventos, situações, ações etc. Mais do que isso: as ferramentas jornalísticas constroem midiaticamente este presente. Só que esta construção é precária e incompleta, pois é presa a rotinas, estruturas, práticas e conteúdos dentro dos limites possíveis de atuação do jornalismo.

Apesar desta precariedade, fornecer indicadores que possibilitem à sociedade a apreensão de um sentido de tempo presente é um papel fundamental do jornalismo. Mas o tempo presente não se revela muito amplamente por meio da operação de recursos de definição e reconhecimento da novidade jornalística nos eventos. Há um conjunto de relações complexas imbricadas neste processo de construção social de uma temporalidade, que extrapolam a dimensão primeira da novidade. Por isso que estamos propondo que a noção de atualidade jornalística alcança maior poder conceitual e explicativo porque ela se refere a uma dimensão complexa da experiência social, o que significa tanto uma referência a conteúdos e formas de sua apreensão quanto a modos coletivos, organizacionais e culturais de vivência cotidiana.

Um primeiro nível de relações sociais de sentido cuja complexidade extrapola a categoria da novidade está no imbricamento que consideramos existir entre a novidade como ruptura ou mudança e a continuidade como fluxo das coisas e como modo de interpretação do mundo. O sentido de tempo presente construído pelo jornalismo depende deste imbricamento, tanto no aspecto operacional quanto interpretativo. No primeiro caso, porque o jornalismo, ao se tornar organizacional e industrial, dependeu cada vez mais de uma rotina de produção regular e periódica, o que levou a atividade jornalística a executar

uma 'visitação' recorrente a certos assuntos, fontes e instituições em detrimento de outros. Isso limitou o universo da novidade a um campo mais restrito, reduzindo as possibilidades de busca do novo para um ambiente de certa continuidade de rotinas e procedimentos estáveis. No aspecto interpretativo, a atividade jornalística constituiu modos padronizados de 'ver' os eventos, seja para executar cortes abruptos que fragmentam processos em andamento para acentuar a emergência de novos eventos, seja para conduzir o olhar do jornalista a valorar aspectos no evento que contenham indícios de 'novidade'.

A novidade é uma característica mais sutil que as demais citadas (instantaneidade, simultaneidade e periodicidade) porque ela é menos vinculada a uma manifestação concreta. Claro que o fator novo a que nos referimos está no evento em sua concreticidade. Mas a notícia jornalística é uma construção sobre esta matéria-prima inicial: se por um lado cada evento possui, quase inevitavelmente, um ou alguns aspectos novos no seu próprio movimento de transformação contínua, será a atividade jornalística que conformará um novo objeto, uma construção resultante das manifestações primeiras de um evento e dos modos como o olhar perspectivado do jornalista dá tanto forma quanto substância ao evento, ao selecionar, organizar e dar sentido a alguns dos aspectos que irão constituir a materialidade do evento. E a novidade se torna um desses aspectos, mesmo que ela não pareça ter, para outros atores (por exemplo, àqueles que estejam diretamente envolvidos com o evento), densidade nem relevância.

Ao reforçarmos que a novidade é construída num campo de intersubjetividade, estamos afirmando que a noção de atualidade opera em uma dimensão simbólica. Se, por um lado, está presa a modos concretos de vivência de ações e situações do tempo presente, por outro está ligada a modos de fabricação simbólica destas referências temporais do presente. Diferentes aspectos de um evento podem ser tomados como 'novo' por diferentes públicos, mas compete à atividade jornalística tanto identificar aqueles que serão reconhecidos como novos por públicos mais amplos quanto torná-los mais facilmente reconhecidos, seja pela tipificação de seus traços básicos ou pela aplicação de formas e estilos 'textuais'.

Este conjunto de procedimentos e interpretações citados acima é útil para nos mostrar que o campo de aspectos que compõem a dimensão do presente no jornalismo não se limita ao fator da novidade, embora esta seja uma categoria operacional fundamental, por permitir, em certos casos, a visualização mais precisa de um tipo de indicadores temporais. Propomos que a noção de atualidade jornalística incorpora esta dimensão de novidade como parte de um conjunto de relações complexas que delimitam o sentido

temporal executado pelo jornalismo. Conforme descrevemos anteriormente, o fator temporal do jornalismo só pode ser mais profundamente entendido se, por exemplo, relacionarmos novidade e periodicidade de forma complementar ou se percebermos como o fator da instantaneidade condiciona a margem de nomeação dos eventos como 'novos'. Assim, a proposta de uma noção de atualidade jornalística está na capacidade de compreender, com um grau mínimo de unidade, esta pluralidade de aspectos temporais do jornalismo.

3.6) Revelação pública

Ao considerarmos que o jornalismo é um ato discursivo, pois é um ato de enunciar discursivamente seu conteúdo para um público, estamos afirmando que existe uma temporalidade nesse próprio ato de enunciar publicamente. O momento da veiculação pública dos conteúdos noticiosos está vinculado ao tempo presente, ao tempo da enunciação. Aqui, estamos valorizando um tipo de interação, a interação discursiva, e as formas como o jornalismo participa nela.

O jornalismo opera com uma dimensão mais específica desta interação discursiva, e por isso a sua temporalidade depende do conteúdo que está sendo veiculado discursivamente e da relação destes conteúdos e desta enunciação para com os interlocutores. Consideramos que toda esta operação discursiva produz um sentido de presente porque, em primeiro lugar, o tempo da experiência do ator ao agir no mundo é primariamente presente. Conforme salientamos anteriormente, adotamos a perspectiva de que as diferentes formas de agir do ator em um ambiente social estabelecem relações temporais estáveis com um sentido predominante de tempo presente. Isto é, a veiculação pública de conteúdos jornalísticos, sejam eles referidos a fatos recentes ou revelados publicamente, desencadeia ações também num tempo presente.

Em segundo lugar, o ato discursivo que o jornalismo produz é um exercício de trazer a público um conteúdo novo, desconhecido do seu leitor. Este conteúdo pode ser desconhecido porque ocorreu há poucos instantes. Entretanto, situações, assuntos ou questões de interesse público ocorridos num intervalo mais ampliado de tempo, mas fora do conhecimento público (ou seja, mantidas em um âmbito do 'segredo'), tornam-se atuais no momento em que o exercício jornalístico de investigação desfaz barreiras de 'segredo' e veicula esses conteúdos para informação e debate público. Este ato jornalístico pode ser denominado de 'revelação'.

Estas referências preliminares servem como guia para investigarmos as possibilidades de formulação de uma categoria de 'revelação pública'. Nosso esforço de construção teórica desta categoria operará em uma dupla dimensão analítica entre História

e Ciências Sociais, considerando a constituição e as transformações nas relações sociais entre fatores sociais internos e externos à instituição jornalística, relações estas estabelecidas em alguns momentos da história ocidental nos séculos XVII a XIX.

Vejamos então elementos históricos que nos auxiliem a construir esta categoria de 'revelação pública', partindo de uma compreensão de que o momento da enunciação marca o tempo presente por meio de estratégias discursivas que afirmam e tensionam a existência e a qualidade particular de seu objeto, isto é, os eventos ocorrendo num intervalo de tempo presente. Esta marcação discursiva não é uma construção textual isolada de outras características do jornalismo; pelo contrário, é uma forma de manifestar as características da notícia, como a novidade e a veracidade do seu conteúdo, conforme o exemplo de Daniel Woolf sobre os 'newsbooks' ingleses do século XVII:

“To counteract such well-established distrust, the newsbooks (...) very early commonly emphasized two qualities in their titles. First, they stressed their newness, the excitement to be gained from reading them (...) Title page set-ups quickly developed the marketing technique of stressing the newness of their contents in a graphic anticipation of the modern headline, thereby predetermining the reader’s sense of what had become an important event. Second, they assured readers of their truth, each book claiming that was the most up-to-date and reliable account of the events being related (...) Both truth and newness were necessary claims (...) ...it was essential to persuade them that the account was genuinely ‘new’, in the sense of most recent and that it was truthful, both in the sense of having not committed deliberate falsification, and in the different but no less important sense of having not been overtaken by further events” (Woolf, 2001: 102-103).

Assim, a construção de títulos para os textos enfatizando o fator 'novo' dos conteúdos era, por si, um recurso discursivo para afirmar também a importância do evento. Os 'newsbooks' buscavam convencer seus leitores tanto do 'frescor' das notícias que publicavam quanto da veracidade de seus conteúdos, por meio de rudimentares estruturas textuais que iriam apontar para formas mais modernas de padrões noticiosos.

Se, por um lado, a instituição jornalística consolidava uma estratégia que afirmava o tempo presente na relação discursiva que construía com seu público (seja o leitor freqüente de jornais no espaço privado de sua casa, seja aquele que recebia o conteúdo noticioso em audições públicas nas casas de café), por outro lado os próprios modos como estes conteúdos se propagavam em uma interação discursiva dinâmica particularmente em ambientes públicos são, em si, um segundo fator de marcação da temporalidade do presente. Utilizar o jornal como objeto de leitura e discussão pública significava que os eventos correntes, que predominavam nos conteúdos jornalísticos, eram objetos e

motivações para discussões e mesmo ações coletivas. A temporalidade do presente que o jornal trazia por seu conteúdo atual tornava-se a referência temporal dos frequentadores, conforme descreve Hunter:

"Timeliness was the crucial element in the conversation; talking to the moment was as crucial to the coffeehouse consciousness (and ultimately to daily life in London) as writing to the moment ever became to the novel. Reports, rumors, and stories from the street vied with printed 'news' and speculations from the regular periodicals and the daily variety of occasional publications as the subject of conversation" (Hunter, 1988: 501-502).

A atividade jornalística desempenhou um papel importante na constituição de vínculos de comunidade em ambientes como as casas de café, formados com base em interações discursivas (a leitura em voz alta, a audição atenta e os diferentes tipos de debates), mas que contribuíram para formar uma identidade de interesses, grupos ou classes e a definir ou orientar ações decorrentes. Interessante perceber que as casas de café penetraram no cotidiano de grupos sociais e, particularmente, nas rotinas particulares da vida diária, tornando-se 'locais para envolvimento' dos indivíduos com as rotinas da sociedade e suas questões de interesse público. Os jornais eram objetos valorizados nestes ambientes porque ofereciam tanto uma relação de temas quanto a idéia de que as questões públicas são de alcance e interesse comum e passíveis de problematização racional e intervenção efetiva das pessoas.

Se o debate racional, realizado com base em conteúdos jornalísticos e mesmo conduzidos por debates publicados nos jornais, é um momento significativo da interação nas casas de café, outro fator que marca essa nova esfera de debate público é a possibilidade de tornar públicas as ações do Estado. Habermas (1984) coloca o aspecto da 'publicidade' como um dos fatores constituintes da esfera pública: publicidade tem, no autor, um sentido dominante daquilo *"que é submetido ao julgamento do público"* (1984: 41). O termo 'publicidade', mesmo no contexto habermasiano da esfera pública, comporta dois aspectos, conforme Gomes (1998): um é o da 'visibilidade pública', *"aquela dimensão da vida social (...) que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos"*; o outro é o da 'esfera de discussão pública'. Embora esta segunda forma mantenha a idéia de exposição e visibilidade, *"não se expõe para provocar um mero conhecimento comum que se esgote no ato de saber e gerar sociabilidade"*, mas para criar as condições a uma problematização discursiva, uma disputa argumentativa entre participantes interessados em participar de uma discussão pública.

Na visão de Habermas, os jornais tornaram-se a "instituição por excelência" (1984: 213) da esfera pública porque executavam uma função híbrida de municiar o público com conteúdos sobre questões de Estado e da sociedade, bem como de ser um espaço para debate de idéias e ações. É visível que a imprensa começou a executar um crucial papel de publicização dos atos do Estado: dar transparência pública aos seus atos, rompendo o domínio do segredo e possibilitando "...a problematização de setores que até então não eram considerados questionáveis" (Habermas, 1984: 41).

O exemplo de Raymond (1996) sobre os 'newsbooks' reforça este papel: já em meados do século XVII estas publicações trouxeram a público debates e decisões que ocorriam no Parlamento inglês e eram inacessíveis a um público amplo. Raymond ainda identificou nos leitores uma capacidade racional de formular argumentos com base nos textos impressos, e este estímulo teria sido, para o autor, a maior contribuição dos jornais ao espírito de debate crítico na Inglaterra do século XVII:

"Readers were not simply the passive products of the ideologies of print-capitalism. For example, changes in the forms of journalism were always deflected by continuities in reception (...) Readers were capable of using texts for their own ends, of improvising arguments on the basis of printed texts. It was perhaps by encouraging this that the newspaper made the strongest contribution to the informed and reasoned debate in seventeenth-century Britain" (Raymond, 1999: 131).

Há, aqui, o funcionamento de uma interação discursiva em duas dimensões sociais articuladas: de um lado, foram estabelecidas relações micro-sociais de convivência em locais públicos como as casas de café, baseadas na audição e no debate de conteúdos jornalísticos, entre outros. Estes encontros criaram condições para o desenvolvimento de um espírito de debate sobre fatos e aspectos corriqueiros da sociedade - novidades diversas que eram introduzidas nesses locais, tornavam-se conhecidas e reconhecidas por meio de relatos e comentários impressos nos jornais. Assim, o espírito de crítica contagiava freqüentadores de diferentes perfis, sejam urbanos ou rurais, operários ou burgueses.

Por outro lado, o jornal, circulando de mão em mão ou mesmo sendo lido em salas de audição, auxiliou a moldar o perfil de um público amplo, disperso e fragmentado pela sociedade, disposto a conhecer e a discutir temas e questões da sociedade e do Estado. Este público de leitores de jornais começou a se formar por meio de um vínculo diverso a outros anteriores (como a identidade de posição social, região em que vive e grau de cultura e educação etc).

Este vínculo não foi somente o da vocação para o debate (como na categoria de 'esfera pública'), mas também de pertencimento a uma comunidade de leitores curiosos a respeito dos fatos cotidianos e interessados em participar da gestão da sociedade, conforme expresso no conceito 'comunidade imaginária' de Anderson (1991) ou na expressão 'sentido de comunhão' entre leitores, segundo Sommerville (1996). É um sentimento de comunhão que está também voltado para a ação, sejam ações já em andamento ou as que poderão vir a ser executadas, pois o contato com acontecimentos do tempo presente dá, a esses públicos, possibilidades de intervenção (mesmo que fossem apenas enquanto crítica) nos processos de deliberação.

O jornal se tornou um meio de informação, fiscalização e manifestação de questionamentos a respeito de um diversificado leque de ações e situações públicas, particularmente ações da autoridade governamental, alimentando uma quase obsessão por buscar romper a esfera do segredo em que eram envoltos os atos das administrações públicas. O jornal concentrou boa parte deste novo estado de espírito porque desenvolveu mecanismos para revelar conteúdos protegidos do conhecimento público que ocorriam no tempo presente e para expô-los a um público cada vez mais ávido por saber de assuntos ligados à mesma temporalidade de sua vida cotidiana. Assim como eram passíveis de rompimento do segredo as ações do Estado, também eram objetos de revelação pública assuntos ligados a situações trágicas, bizarras ou mesmo cotidianas de personalidades públicas, como membros da nobreza.

A categoria da revelação pública nos auxilia, então, a descrever um aspecto específico da noção de atualidade jornalística. Há um duplo movimento inserido no trabalho jornalístico: o de revelar algo que estava no âmbito do segredo e o de publicizar esta revelação visando exatamente sua propagação pública. Ambos momentos ocorrem no tempo presente e para o tempo presente, no sentido de ser constituído por elementos que emergem da vivência presente e, por meio de um instrumento particular (a atividade jornalística e seu produto, o jornal), oferecem recursos para que este ambiente das coisas que habitam o presente seja constituído e conformado, tanto pelos relatos jornalísticos quanto pelas práticas e relações sociais que ele desencadeia.

**CAPÍTULO IV – A ATUALIDADE JORNALÍSTICA
E AS TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO
CONTEMPORÂNEO**

4.1) Aspectos preliminares para uma consideração das transformações da instituição jornalística

As mudanças na sociedade descritas nos capítulos II e III constituíram um ambiente propício para a consolidação das instituições jornalísticas, mas um novo conjunto de transformações vem afetando as organizações midiáticas desde o início do século XX. Este novo movimento tem ampliado as formas de experimentar a temporalidade nas práticas sociais, principalmente aquelas que usam tecnologias de transmissão de informações com dispositivos em rede e se tornam bases para a estruturação de uma dimensão da sociedade cada vez mais vinculada a processos comunicacionais.

Para compreender a instituição jornalística contemporânea e sua produção temporal, optamos por um duplo movimento analítico: por um lado, considerar que a tecnologia voltada para a organização da mídia em uma produção industrial possibilitou a constituição de um sistema midiático complexo e diversificado, diferenciado segundo as potencialidades de produtos e suportes simbólicos específicos (impresso, som, som/imagem e hipertexto) e sua propagação social. Assim, o surgimento gradativo de novas tecnologias e organizações produtivas da mídia trouxe não uma evolução linear de padrões com tendência substitutiva, mas um processo de diversificação de produtos no ambiente midiático, atuando seja em caráter complementar ou concorrencial. Em sentido mais estrito, falar em instituições jornalísticas vai significar tanto a proliferação de pequenas organizações atuando em múltiplas áreas quanto a reunião de empresas jornalísticas dentro de conglomerados empresariais com características de convergência e multimídiaalidade.

Por outro lado, a instituição jornalística é um fenômeno cuja complexificação em sua estrutura, concepções, práticas e produtos tem sido acompanhada por um movimento paralelo de formulação de modelos mais sistemáticos e particulares para sua compreensão e descrição, resultantes de um amadurecimento da percepção do próprio papel do jornalismo na sociedade. Os relatos e interpretações científicas, particularmente os de base sociológica, vão dissecar os modos de produção jornalística, extraindo deles indicadores

sobre os mecanismos institucionais e sociais de construção da temporalidade. Os estudos sobre jornalismo auxiliam-nos a construir um discurso teórico mais apurado sobre o jornalismo e sua dimensão temporal.

Assim, pensar a noção de atualidade jornalística nas sociedades contemporâneas coloca-nos o desafio de observar e entender um conjunto de transformações sociais, articuladas ou não, que afetam tanto o funcionamento de uma série de instituições sociais quanto a experiência social do tempo. Em consequência, consideramos oportuno fazer uma releitura das categorias constitutivas da atualidade jornalística à luz de alguns novos fenômenos temporais.

4.2) A contribuição dos estudos sociológicos para uma compreensão da atualidade jornalística

4.2.1) Robert Park e o tempo presente como a temporalidade da notícia

O cientista social norte-americano Robert Park tem sido um importante autor citado por pesquisadores que investigam as possibilidades de formulação de uma teoria consistente e coerente sobre o fenômeno do jornalismo. Os artigos que produziu sobre jornalismo nas primeiras décadas do século XX contribuíram para dar uma direção mais rigorosa e científica nas investigações sobre a notícia e buscar uma delimitação do jornalismo como uma produção que gera um tipo específico de conhecimento.

Curiosamente, seus trabalhos tendo o jornalismo como objeto principal foram poucos e esparsos. Podemos inclusive citar quatro artigos, que consideramos reunir a sua principal abordagem sobre o tema: "*News as a Form of Knowledge*", "*News and the Human Interest Story*", "*Morale and the News*" e "*Natural History of the Newspaper*", todos textos relativamente curtos (entre 10 a 17 páginas cada) e publicados em coletâneas que reúnem sua obra, como *Society – Collective Behavior, News and Opinion, Sociology and Modern Society* (1955). Na verdade, o conjunto de sua obra pode ser mais adequadamente localizado como estudos sobre sociedade e comunicação, e não como uma teorização sobre o jornalismo.

Consideramos que Park continua a ser uma referência recorrente em parte da literatura sobre o jornalismo por ter sido um pesquisador singular dentro da área, ao se envolver com o objeto 'jornalismo' de três formas diferenciadas: primeiro, por ter tido uma participação direta na atividade ao trabalhar como jornalista; segundo, por ter estudado empiricamente formas de produção jornalística; por último, por ter desenvolvido formulações no campo teórico pertinentes para pensar o jornalismo, no âmbito do que

poderíamos provisoriamente chamar - utilizando a terminologia de sua época - de 'filosofia social'.

Inicialmente, salientamos que seus artigos sobre jornalismo apresentam pouca sistematicidade teórica na formulação conceitual, o que os faz eventualmente precários, com um sentido de incompletude (Kurtz, 1984). Arriscaríamos dizer que o melhor de Park está em seus "*insights*" sobre o jornalismo do que no trabalho meticuloso de esculpir conceitos. Por exemplo, o fenômeno da noticiabilidade aparece em Park fragmentado em percepções que, por um lado, são ricas e antecipam algumas abordagens posteriores, mas, por outro, apresentam desarticulações e mesmo incoerências. Para caracterizá-la, o autor relaciona algumas qualidades que um evento deveria ter para se tornar notícia, como por exemplo "*to be unusual to excite, amuse or shock its readers*" (1955a: 80). O fator 'inesperado' ('*unexpected*') também comporia a notícia: a vida cotidiana gira em torno de uma rotina previsível, mas uma quebra dessa rotina por meio do fator 'imprevisível' ou 'incidental' gera noticiabilidade. Outras características que Park relaciona, como 'interesse noticioso' ou 'interesse público', são insuficientemente tratadas pelo autor.

O sentido de temporalidade como um vínculo primordial oferecido pelo jornalismo é uma das abordagens fundamentais na concepção de notícia para Park. O tempo da notícia é o tempo presente. As notícias não estão primariamente relacionadas nem com o passado, nem com o futuro, mas apenas no presente: "*News may be said to exist only in such a present*" (Park, 1955a: 78). E o que significa, para Park, "tempo presente"? Podemos interpretar que o presente é o tempo da ação, não só a ação embutida no acontecimento noticiado, mas da ação que possa ser gerada a partir do relato jornalístico. A presentificação da notícia estaria também na sua potencialidade de ser lembrada e repetida por leitores: citando Charles Dana, Park afirma que "*news is always (...) 'something that will make people talk', even it does not make them act*" (1955a: 80).

Park percebe que a escrita do tempo presente não é suficiente para caracterizar a notícia. Para que possa motivar uma ação em um público, a notícia necessita ter um grau de importância a este público, o que leva o autor a relacionar a temporalidade com a importância da notícia: "*For news is not something new merely, it is something important. And it comes to us with an urgency that requires action, even if no more than a chance of attitude or the reaffirmation of an opinion*" (Park, 1955c: 137). Em outra passagem, ele considera que "*It is this notion of importance which seems, finally, to be the distinctive and the determining specification in the conception of news*" (1955b: 110).

Os eventos, para o autor, são invariavelmente fixos no tempo e no espaço, são únicos (1955a: 77). Mas Park não está trabalhando aqui com categorias a-históricas, deslocadas de situações sociais concretas, para definir o conceito de notícia. Em vez disso, a noção de importância da notícia é “relativa ao tempo e espaço”, dependendo do tipo de vínculo que os fatos tem com sua realidade concreta. As notícias só podem ser adequadamente compreendidas se forem localizadas em seu contexto sócio-histórico: “*Time and place are the essence of news*” (1955b: 109). Para o autor, em um mundo empírico “*there is nothing like absolute or timeless importance. What is news at one time is not news at another, because the events recorded have ceased to be interesting*” (1955b: 110).

Park atribui ao jornalista a capacidade de reconhecer a noticiabilidade de um evento ao perceber – “*by a kind of instinct*” – o que é importante, em um certo tempo e espaço, tanto para o mundo do jornalismo quanto para o seu público. Os jornalistas adquirem “*an extraordinary knowledge of what is or will be – once it is published – regarded as news for the general or special public for which they write*” (1955b: 110). Pretendemos considerar que Park busca definir a notícia a partir de uma perspectiva que prioriza as relações que as notícias estabelecem com um público leitor. Parece ser a partir desta relação notícia-público que Park formula suas principais considerações a respeito do jornalismo, como, por exemplo, na forma como ele valoriza o papel da circulação do jornal: “*The struggle for existence, in the case of a newspaper, has been a struggle for circulation*” (1955b: 90).

O 'tempo da ação' como delimitador do jornalismo

É importante situar os trabalhos de Park dentro de uma escola teórica (a “Escola de Chicago”²¹) que lhe deu fundamentos e problemáticas ligadas à sociedade de sua época. De certa forma, isto facilita a compreensão de suas pesquisas dentro de uma perspectiva mais ampla e coletiva de estudos.

Preliminarmente, podemos perceber algumas influências concretas da filosofia social de John Dewey e George Herbert Mead nos trabalhos dos sociólogos da Universidade de Chicago. Por exemplo, a insistência pragmática para o estabelecimento de

²¹ Tomaremos aqui o mesmo cuidado de Kurtz ao analisar a complementaridade e a evolução dos estudos desenvolvidos na Universidade de Chicago a partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX: “*I use the term ‘Chicago school’ (...) with some hesitation. Although it is a convenient, frequently employed term, the reader should not assume that it indicates a monolithic, homogeneous tradition. Like all ‘schools’ of thought, the Chicago school evaporates under close inspection*” (1984: 99).

uma relação dialética entre teoria e prática, teoria e ação, 'self' e sociedade; a “fé” naturalista no método científico de investigação e resolução de problemas; e a utilização e adaptação dos estudos de Mead pelos interacionistas simbólicos, particularmente Blumer (Kurtz, 1984: 8-10). Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer a influência da teoria social europeia sobre os estudos sociológicos de Chicago, particularmente autores como Simmel e Durkheim, ou as teorias evolucionistas de Darwin sobre os estudos de História da Ciência (Kurtz, 1984: 18).

Em segundo lugar, devemos considerar que o período histórico da produção teórica de Chicago foi marcado, por um lado, por um otimismo, na virada de século, sobre a “*eventual perfection of human life, with its roots in Enlightenment philosophy, pervaded efforts of the Chicago pragmatists*” (Kurtz, 1984: 9), o que pudemos demonstrar nas inovações tecnológicas do final do século XIX e início do XX e a cultura de aceleração da experiência do tempo conforme descrita por autores como Stephen Kern. Por outro lado, o rápido crescimento industrial e urbano das cidades fez com que os estudiosos se dedicassem aos problemas gerados pela urbanização, como a imigração acelerada.

O impacto do pragmatismo sobre a construção da teoria sociológica em Chicago pode ser visto também nos esforços para integrar esta teoria sociológica com a pesquisa empírica. Os métodos de pesquisa utilizados pelos sociólogos de Chicago estavam fundados no princípio pragmático de aplicação da ciência para resolver problemas: mapeamento das vizinhanças de Chicago, estudos etnográficos de campo e o desenvolvimento de pesquisa quantitativa, como também métodos de histórias de vida, documentos pessoais, estudos de caso e observação participante (Kurtz, 1984: 84-88).

Outro importante objeto de pesquisa foram as instituições sociais. Os sociólogos investigaram uma variedade de instituições, como a família, o sistema educacional, as cooperativas e associações voluntárias, além da imprensa, buscando identificar propriedades formais de cada instituição (Kurtz, 1984: 48). Aqui, podemos perceber a influência destas concepções para a forma como Robert Park vai tratar o jornalismo, particularmente como uma instituição social.

Além destes aspectos mais gerais da Escola de Chicago, devemos nos referir especificamente à contribuição teórica de Mead²² e discutir suas influências sobre a obra

²² Em linhas gerais, autores como Kurtz reconhecem os esforços desenvolvidos por Dewey and Mead para “...rid modern thought of metaphysics and replace it with scientific research (...), and their emphasis on the importance of the social” (1984: 4), que podem ser constatados nos trabalhos sociológicos posteriores em

de Park. Ao citarmos esta influência, não estamos afirmando que Park tenha seguido a mesma linha de abordagem desenvolvida por Mead. É claro que, pelo fato de, em perspectiva cronológica, Mead ter sido membro da primeira geração da Escola de Chicago (final do século XIX e início do XX), e Park da segunda geração, a partir de 1914 (Raushenbush, 1979), isto poderia já tornar compreensível uma contribuição do filósofo aos estudos posteriores.

O aspecto da ação social é um componente fundamental na compreensão de sociedade para Park, e nos parece possível perceber que tanto ação social quanto sociedade assemelham-se, em alguns dos escritos de Park, aos trabalhos de Mead. A concepção de ação em Mead é bem mais complexa do que a de Park, referindo-se não só à ação social, mas à ação em geral como uma ‘atividade orgânica’ que determina a relação entre o indivíduo e o ambiente (Mead, 1938). Em relação ao ato social, este deve ser percebido, em Mead, no contexto de uma formulação organicista da natureza, em que o ser humano é membro de um organismo social e seus atos são, em realidade, trans-individuais, são atos coletivos envolvendo a participação de dois ou mais indivíduos (Cronk, 2000). A sociedade, em Mead, é uma totalidade processual dentro da qual indivíduos definem a si mesmos por meio da participação em atos sociais. Assim, conforme interpreta Cronk, “*The social act is a ‘dynamic whole’, a ‘complex organic process’, within which the individual is situated, and it is within this situation that individual acts are possible and have meaning*” (2000).

Em Park, ação social é importante primeiramente porque o autor enfatiza o papel da interação social como base para a constituição da sociedade (Hughes, 1955: 5). Segundo, porque Park considera que as ações sociais caracterizam-se, entre outras coisas, por uma meta coletiva a ser alcançada através de uma ação consistente e combinada (1955c: 128). Para Park, existir socialmente significa agir: “*The so-called ‘we’ group is typically the group that acts*” (Park, 1955c: 128). Em outra passagem, o autor considera serem as ‘ações’ e suas ‘perspectivas’ que dão as dimensões do mundo no qual a vida realmente acontece. “*Action has perspective, has a beginning and an end*”, argumenta Park (1955c: 137), sem especificar se sua concepção de perspectiva estaria mais ligada à realidade fenomênica que dá sentido às ações ou se, conforme parece mais provável, a intenção do

Chicago, como os desenvolvidos por Park. Ao mesmo tempo, conforme Kurtz, outros autores questionam particularmente a influência de Mead, colocando em dúvida se esta não teria tido uma interpretação “exagerada”, e usam como argumento o baixo número de citações que os trabalhos de Mead receberam em alguns autores sociológicos e mesmo no mais importante trabalho de Dewey, *Experience and Nature* (Kurtz, 1984: 34-36). Mas essa questão pode ser relativizada, na medida em que Dewey escreveu um texto introdutório a uma importante obra de Mead, *The Philosophy of the Present* (1959).

autor (individual ou coletivo) é que caracterizará a ação: “*Action, in short, is activity that is controlled and directed*” (1955c: 137). Nesse contexto, parece-nos possível perceber que, no aspecto da vivência do presente, os trabalhos de Park, em alguns momentos, percorrem uma linha argumentativa próxima a de Mead.

Seguindo a linha de pensamento de Park, podemos deduzir dos argumentos do autor que a temporalidade da notícia é o tempo presente da ação social, seja no seu ato de produção pelo repórter, seja nos temas ou situações que estejam sendo reportados ou seja na interação que este conteúdo terá com o leitor, as conseqüências possíveis para a produção de sua vida cotidiana em desdobramento. Este percurso específico realizado por Park influenciou autores como John Sommerville (1996) em sua investigação sobre o surgimento da notícia periódica e seu papel na sociedade inglesa do século XVII. Sommerville adotou, como sentido de 'fato noticioso' na época, não uma pretensão de verdade científica, mas uma intenção de oferecer conteúdos que pudessem orientar o leitor e estimular discussões - formar opinião pública: “*Not the news, but the discussion of the news, creates public opinion*” (Sommerville, 1996: 20; 75).

Assim, a noção de tempo presente é fundamental para a compreensão do que é notícia em Park porque a temporalidade do evento noticioso está, de alguma forma, ligada ao tempo social do presente, a uma temporalidade da experiência do presente por atores em um ambiente em construção - processo de construção que se desenvolve em decorrência da ação concreta desses atores no ambiente e sobre o qual a notícia em circulação poderá exercer algum tipo de influência ou contribuição. Esta influência ou contribuição pode ser diversa, dependendo do tipo de evento noticioso, da forma do seu relato e de sua recepção, bem como do contexto social em que estas ações se darão e que fornecerá os elementos para a avaliação da importância do conteúdo noticioso.

4.2.2) O tempo na atividade jornalística: fatores organizacionais e procedimentos de reconhecimento, apuração e seleção da notícia

4.2.2.1) Aspectos gerais sobre os estudos de *newsmaking*

Estudos sociológicos sobre o jornalismo começaram, a partir da década de 50 nos Estados Unidos, a descrever o processo de produção da notícia, particularmente sobre as rotinas do trabalho jornalístico e os constrangimentos e condicionantes da estrutura organizacional das empresas. Os estudos de *newsmaking* (como esta perspectiva começou a ser denominada) alcançaram uma variedade de aspectos sobre a atividade jornalística, centralizados sobre a relação da prática jornalística que envolve o jornalista, a organização e o ambiente, o que, de certa forma, permite um espectro amplo de questões e torna compreensível que estudos com diferentes quadros de referência (desde estudos organizacionais até culturalistas) possam ser considerados como contribuições para o entendimento dos modos de produzir notícia.

A produção jornalística torna-se, então, um ponto de partida para estas abordagens: são valorizados aspectos procedimentais da atividade, seja na atuação do jornalista ao apurar e selecionar informações no espaço externo à Redação, seja nos procedimentos impostos pelas modernas administrações normatizadas, voltadas para o planejamento de ações e para a produção mediante um critério de economia de tempo e de recursos. A organização é percebida como uma entidade com objetivos, interesses e ação específicos dentro da sociedade institucionalizada, convergindo ritmos industriais, rotinas administrativas, interesses comerciais e relações hierárquicas de poder para dotar o produto jornalístico com uma maior penetração social.

As pesquisas de *newsmaking* têm predominantemente utilizado três métodos: estudos de caso, a observação intensiva dos locais de trabalho (seja uma observação participante ou não) e estudos etnográficos que conduziram a uma abordagem cultural do ambiente, da rotina de produção e da profissionalização dos jornalistas. Embora diferenciados, estes métodos desenvolveram pontos em comum, como uma ênfase em descrever em detalhe os procedimentos de trabalho do jornalista: suas ações, seus recursos, sua estrutura operacional, seus mecanismos de decisão e ação coletiva, seus valores, concepções, regras (muitas vezes não escritas, mas conhecidas e cumpridas com dedicação

pelos profissionais) e cultura profissional. De um modo geral, estes estudos aplicaram também metodologias complementares, como a análise de conteúdo, entrevistas e análise de documentos internos da organização (Schlesinger, 1980: 363).

As pesquisas sobre os modos de produção da notícia são vastas na literatura sociológica sobre o jornalismo, principalmente na década de 70. Portanto, não nos parece pertinente proceder a uma revisão detalhada dos alcances obtidos por estes trabalhos. Roshco (1975), por exemplo, entende *newsmaking* num sentido amplo, em que o conteúdo noticioso é o resultado final de um 'processo social', competindo aos pesquisadores buscarem na Sociologia o quadro de referência para investigar as rotinas produtivas que dão suporte ao desempenho das organizações jornalísticas.

Ao propor uma 'Sociologia das Notícias', Roshco afirma que sua premissa básica é que a estrutura social é a maior influência sobre o conteúdo jornalístico (1975: 5). Um caminho de pesquisa nesta área, segundo o autor, é analisar as práticas institucionais, que pressionariam para a adoção de comportamentos individuais semelhantes: "*...when individuals act within the constraints imposed by a particular institution, differing motives are likely to be expressed by similar behavior. Better explanations of why the press performs as it does can therefore be derived by analyzing institutional practices*" (Roshco, 1975: 4). Sua percepção é de que as notícias são tanto produtos sociais quanto organizacionais:

"Published news has a dual origin. As a social product, the press's content reflects the society from which emerges; as an organizational product, press content is a result of the working of specialized organizations whose function it is to gather and dispense news. Together, these intermingled conditions constitute the sociology of news" (Roshco, 1975: 5).

Considerando a variedade de possíveis aspectos trabalhados pelo *newsmaking*, vamos, então, salientar duas contribuições que nos parecem fundamentais para esta Tese. A primeira contribuição se refere ao 'ato de selecionar', um conjunto de técnicas, regras e valores que o jornalista aplica rotineiramente em vários momentos do processo de produção da notícia, desde a escolha de temas, passando pela seleção de fontes e informações que ele considera adequadas para construir sua notícia até a escolha entre notícias já produzidas no ato da edição. Isto significa dizer que o ato de seleção ocorre tanto em nível interno quanto externo à instituição e, às vezes, na passagem entre ambos, como no caso do editor atuando como *gatekeeper* ao selecionar e excluir notícias nacionais e internacionais que chegavam à Redação por telégrafo, conforme o estudo de David White

(1950). A segunda contribuição do *newsmaking* está na capacidade de entender a noticiabilidade articulada ao processo de produção jornalística.

O 'ato de selecionar' na produção jornalística

Podemos citar três importantes estudos sobre o ato de seleção. Leo Rosten, ao investigar a atuação de 127 jornalistas correspondentes dos principais jornais norte-americanos em Washington, D.C., em 1935-36, já considerava que toda a produção jornalística, seja o trabalho de coleta de informações nas ruas ou a edição do material nas redações repousava sobre a idéia da “seleção”. *“This selective process is exercised according to ‘news judgment’. The first test to which any constellation of events is subjected is the test of its news-value”* (Rosten, 1937: 255). O autor descreveu um conjunto de características que, naquela época, possibilitavam que certos eventos políticos se tornassem noticiáveis, e que se assemelham a critérios de noticiabilidade atuais. Por exemplo: o “alto grau de importância social ou histórica” do evento; a ênfase em “ações de personalidades e estereótipos”; e a primazia de situações de “conflitos”, particularmente entre pessoas bem conhecidas.

Rosten já percebia que, se por um lado havia uma “imitação” entre jornalistas das formas de identificar as notícias, por outro lado o conceito de notícia variava conforme as diferenças entre as perspectivas dos editores, as preferências e motivações dos diretores das empresas jornalísticas, as linhas editoriais dos jornais e o público das cidades onde circulavam, diferenças que o jornalista aprendia no dia-a-dia da profissão: *“By trial-and-error the reporter learns what values his particular paper places on different times”* (Rosten, 1937: 256).

O estudo de Rosten foi um dos primeiros a descrever sistematicamente os modos de seleção jornalística dos conteúdos que se tornariam notícia. Além deste, Warren Breed, em sua tese de doutoramento *“The Newspaperman, News and Society”*, em 1952, partirá da perspectiva funcionalista de estudo das organizações jornalísticas para formular uma tipologia das notícias que comporia o *“decision-making process”* da atividade jornalística. Inicialmente, o autor buscou investigar os ‘fatores de controle’ inerentes ao processo de produção da notícia. Se por um lado ele deu ênfase a fatores internos à organização (como os cargos hierárquicos de decisão), por outro lado sua investigação constatou que *“not only individual, but cultural, societal and professional factors enter into the decision-making process”* (Breed, 1980: vi).

Isto levou Breed a compor um quadro bastante diversificado de características que ele conseguiu apurar sobre a natureza da notícia. O problema, neste caso, é que a própria diversidade conduz à construção de múltiplos tipos de classificação, os quais o autor vai sobrepondo uns aos outros. O resultado é, ao mesmo tempo, rico e desarticulado, um aspecto relativamente comum nas pesquisas de jornalismo da época.

Breed e Rosten deram importantes contribuições iniciais nos estudos de *newsmaking*, mas foi Herbert Gans quem alcançou o maior grau de rigor e sistematização do ato de selecionar dentro desta perspectiva de pesquisa. Por isso, vamos nos deter um pouco mais em seu trabalho. Seu principal livro sobre jornalismo, *Deciding What's News*, faz uma descrição minuciosa de quais os procedimentos e critérios o jornalista usa para selecionar pautas, fazer apurações, relatar esses conteúdos em formato noticioso e editá-lo. O autor considera que o jornalista 'rotiniza' suas tarefas (1979: 78), usando critérios padronizados de decisão ("*considerations*", conforme o autor²³), havendo uma forte influência exercida por fontes de informação - aspecto também analisado por Sigal (1973, 1986). Interessa-nos discutir uma das preocupações de Gans: descobrir como o jornalista executa seus julgamentos sobre o que (e como) pode ser apurado na reportagem e editado em formatos próprios de cada veículo, usando, para isso, os critérios padronizados para decidir de forma mais rápida e simplificada. Embora padronizados, esses critérios são flexíveis (para se adaptarem a uma diversidade de notícias) e relacionais (podendo ser comparados e combinados) (1979: 82-83).

Podemos perceber que, para Gans, a notícia é caracterizada como um produto final resultante desse processo de julgamentos sucessivos baseados em critérios padronizados de tomada de decisões – ou seja, na perspectiva do autor, os critérios de noticiabilidade estão fundados nas regras, padrões, convenções e condicionantes da produção jornalística que "guiam" as decisões (1979: 82-83). O autor prioriza sua análise sobre os processos de produção, secundarizando eventuais características intrínsecas ao evento noticioso anteriores à intervenção jornalística.

Gans considera que a seleção das notícias é composta essencialmente de dois processos: por um lado, os jornalistas realizam "julgamentos de disponibilidade" ("*availability judgements*") durante o processo de captação de informações que constituirão as notícias, havendo uma ascendência de atuação das fontes nesse processo.

²³ "I suppose the considerations could be called decision-making criteria, but that term is too formal. The same shortcoming applies to 'policy guidelines' and 'rules'. 'Conventions' is more informal, but the term connotes arbitrariness, whereas the unwritten rules of journalism are (...) hardly arbitrary" (Gans, 1979: 83).

Por outro lado, os jornalistas desenvolvem também “julgamentos de adequabilidade” (“*suitability judgements*”) dos conteúdos às expectativas e preferências dos leitores. Os critérios padronizados de decisão facilitam e aceleram esses julgamentos. Gans os formulou baseando-se nos processos decisórios dos jornalistas. Ou seja, são recursos operativos de seleção e classificação dos eventos, que não contemplam uma análise substantiva das notícias.

Os critérios de noticiabilidade na atividade jornalística

A estratégia de pesquisa de investigar o 'ato de selecionar' conduziu muitos estudos a discutirem o que é notícia, ou 'noticiabilidade'. As relações de sentido que levam à constituição da noticiabilidade se tornam, então, um segundo grande objeto de estudo na perspectiva do *newsmaking*. Na verdade, a 'notícia' tem sido investigada em diferentes estudos, e a tentativa de uma definição vem produzindo resultados diferentes, mas com uma predominante impressão de parcialidade. Por um lado, pela carência de substância e amplitude nas definições apresentadas e de uma demonstração de haver produzido uma tipologia satisfatoriamente completa; por outro, porque parece faltar uma análise articulada a um quadro mais amplo de compreensão do jornalismo e do seu papel na sociedade, ausência esta que faz o objeto notícia tornar-se um elemento isolado, descontextualizado.

Uma das tentativas de resposta a esta questão tem sido formular critérios que revelariam a noticiabilidade de um evento. Noticiabilidade é um termo que enfrenta semelhantes problemas conceituais que notícia. Na definição de Wolf que citamos no Capítulo I, o autor assinalou que a noticiabilidade é um conjunto dos requisitos que se exigem dos acontecimentos para adquirirem a existência pública como notícia (1994: 170), uma percepção superficial que, no entanto, auxilia-nos a mostrar uma direção que as preocupações sobre o tema costumadamente possuem. A definição de noticiabilidade em Wolf acaba sendo mostrada insuficiente pelo próprio autor, pois ele recorre a uma complexa combinação de fatores para investigar os critérios de noticiabilidade, sejam eles característicos do evento, do texto noticioso, dos fatores internos da organização noticiosa e de relações sociais mais amplas, como fatores econômicos, mercadológicos ou culturais.

Os estudos que se propõem a entender a noticiabilidade de um evento a partir da formulação de critérios operam com pelo menos duas premissas, não necessariamente presentes nos estudos de *newsmaking*: é possível encontrar no evento noticioso características estáveis e recorrentes que revelariam sua especificidade; esses critérios são,

de alguma forma, produzidos e manipulados por jornalistas no seu cotidiano profissional, servindo concretamente como técnica ou recurso de trabalho.

Os critérios de noticiabilidade ou valores noticiosos²⁴ têm recebido diferentes formulações na literatura sobre jornalismo. Termos como “*news value*” ou “*news judgement*” originaram-se de um ‘jargão’ comum nas redações jornalísticas, sendo captados e utilizados por profissionais e estudiosos como Rosten (1937), Hughes (1940) e Park (1955) na produção de literatura especializada em jornalismo na primeira metade do século XX. De um modo geral, os estudos sobre a noticiabilidade têm focalizado: os aspectos ligados ao evento enquanto um ‘objeto’ da investigação jornalística; os procedimentos de reconhecimento e seleção destes eventos como noticiáveis; e os modos de padronização dos relatos na forma de tipologias de notícias. Todos esses trabalhos fornecem, de uma certa forma, modos de tipificação da notícia, seja por meio do evento relatado, dos procedimentos para o seu relato ou do texto noticioso propriamente dito.

Mesmo com uma formulação mais completa, os critérios de noticiabilidade conservam sua característica básica de ser um recurso redutor de classificação da realidade por meio da acentuação de aspectos isolados de um fato. A notícia é um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos, e os limites deste recorte são, em parte, estabelecidos por perspectivas diferenciadas de jornalismo operacionalizadas na forma de critérios de noticiabilidade.

Grande parte dos estudos que se dedicaram a categorizar valores noticiosos tiveram finalidade principal de sistematizar critérios de reconhecimento e classificação dos eventos. Como carecem da construção de um corpo de princípios integrados e articulados que dariam aos estudos a possibilidade de serem considerados como teorias, os modelos de critérios de noticiabilidade são, portanto, recursos limitados para se atingir uma descrição do fenômeno notícia que pudesse nos conduzir a um conceito abrangente.

A notícia, por sua complexidade e variedade de fatores e influências, tem sido um objeto de análise que requer cautela. Autores como Park já chegaram a considerar que “*the news value is relative*” (1955a: 82). Primeiro, porque o objeto em si oscila em seus

²⁴ As expressões ‘critérios de noticiabilidade’, ‘valores noticiosos’, ‘valor-notícia’ (“*news-value*”), ‘julgamento noticioso’ (“*news judgement*”) ou ‘fatores noticiosos’ (“*news factors*”) têm sido usadas pela literatura quase como sinônimos. A intenção principal é descrever algumas qualidades recorrentes das notícias, na forma como estão expressas nos produtos jornalísticos e são cotidianamente confirmadas na observação dos modos como os jornalistas selecionam as notícias. Quando oportuno, comentaremos algumas diferenças que estas expressões poderiam trazer, embora, de modo geral, iremos usá-las como sinônimos neste trabalho.

próprios contornos: a notícia só existe vinculada a um evento ao qual lhe parece externo, mas que configura e é configurado por ela; segundo, porque os modos de operar esta relação notícia-evento variam tanto em relação aos critérios que os jornalistas usam para reconhecimento e nomeação dos 'eventos noticiosos' quanto em relação aos modelos teórico-metodológicos que as pesquisas em jornalismo aplicam para apreender, nomear e definir a notícia, bem como explicar seus processos de formulação.

Os modelos de estudo dos critérios de noticiabilidade vêm buscando constituir categorias estáveis presentes no processo de produção da notícia enquanto recursos de apreensão, definição e nomeação. Se, por um lado, seu fôlego descritivo tem permitido a visualização de um conjunto amplo de classificações usadas pelos jornalistas e, por isso, têm sido úteis na revelação de vários aspectos do jornalismo, por outro lado, o seu potencial explicativo tem sido limitado.

Esta limitação, particularmente nos estudos de *newsmaking*, talvez seja consequência de seus próprios fundamentos e objetivos de pesquisa, voltados para uma intensa e detalhada descrição sociológica dos modos e ambientes de produção jornalística e uma secundarização na construção teórico-conceitual. Não é de estranhar que muitos trabalhos de *newsmaking* tenham desenvolvido análises concomitantes sobre o 'ato de selecionar' e os 'critérios de noticiabilidade'.

Gans (1979) desenvolveu um esforço de grande fôlego para identificar os valores que fundamentariam as noções que os jornalistas têm sobre o que é notícia. Mas o autor não dá, ao objeto notícia, uma perspectiva definida, já que não estabelece graus de relevância entre categorias que qualificam a noticiabilidade apresentadas por ele. Se, por um lado, estas categorias são ricas porque compõem um quadro descritivo diversificado da atividade jornalística, por outro estão apresentadas de forma assistemática, isto é, não há uma hierarquia nem uma atribuição clara do valor explicativo que possuem as diferentes categorias propostas. Dessa forma, categorias analíticas criticadas inicialmente pelo autor, como a tecnologia e a economia (e as teorias que se baseiam nelas) (1979: 79) são posteriormente utilizadas pelo autor para compor seu quadro descritivo.

Os estudos de *newsmaking* trouxeram também o avanço teórico de possibilitar uma melhor sistematização das relações entre o ato de selecionar, a noticiabilidade e o ambiente da produção jornalística. A organização jornalística, por um lado, e as demais instituições que os jornalistas freqüentam para colher informações, por outro, tornam-se dois ambientes privilegiados de estudo, pois elas oferecem tanto as condições operacionais para a apuração e edição quanto as rotinas produtivas da organização.

Nesta relação entre jornalista e organização comparecem atores externos à organização jornalística, como as fontes de informação. Por se situarem em posições privilegiadas na sociedade (não só em posições de hierarquia superior nas instituições sociais, mas também em espaços sociais de difícil contato e penetração pelo jornalista), as fontes de informação tornam-se canais privilegiados de acesso às instituições a que estão vinculadas. Estudos demonstram que esta situação dá à fonte um status de poder perante o jornalista, fator que é alimentado se o repórter torna esta fonte rotineira, gerando dependência. As relações de poder, tanto no âmbito interinstitucional quanto dentro das instituições jornalísticas (como as posições hierárquicas), são também um objeto de estudo da abordagem do *newsmaking*.

A minuciosa descrição dos fatores componentes do processo de produção da notícia pelo *newsmaking* e a atribuição de maior relevância a processos sócio-histórico-culturais que estruturam as relações sociais e de sentido sustentou uma compreensão de que as notícias são uma construção social (perspectiva vinculada a uma noção sociológica de construcionismo social). Isto significou explicar que as notícias são como são porque resultam das posições sociais predominantes dos indivíduos e grupos sociais envolvidos com a produção jornalística e, principalmente, em consequência das concepções e valores culturais que eles partilham (como a ideologia) por pertencerem a uma comunidade (Tuchman, 1983).

Em outras palavras, as notícias são socialmente construídas, e os critérios de noticiabilidade são resultantes deste partilhamento e consenso de valores em uma comunidade. Se por um lado, tanto a idéia de que a seleção de notícias estaria baseada em qualidades intrínsecas aos eventos quanto a potencial capacidade do jornalista de intervir na condução do seu trabalho perdem força para determinantes sócio-culturais, por outro lado a notícia assume uma posição privilegiada na sociedade, pois seria uma condensação destas determinações em um produto sócio-cultural fundamental na construção dos processos, relações e conteúdos sociais.

4.2.2.2) A atualidade jornalística na abordagem do *newsmaking*

As considerações anteriores sobre a variedade de perspectivas na pesquisa do *newsmaking* permitiram apontar alguns elementos e áreas que estes estudos privilegiaram. Este percurso foi feito com o objetivo de identificar e avaliar mais especificamente

algumas contribuições destes trabalhos para a compreensão da temporalidade com a qual o jornalismo trabalha. Inicialmente, podemos dizer que a temporalidade jornalística foi reconhecida pelo *newsmaking* tanto como um critério operacional de noticiabilidade quanto um fator que se desdobrava de um ritmo produtivo organizacional e industrial e se tornava um condicionamento e um constrangimento para o jornalista no exercício da atividade.

Podemos pensar o tema da temporalidade na relação entre a noticiabilidade, o jornalista e a organização observando mais atentamente algumas contribuições de pesquisadores da área. Sabemos que, no caso da noticiabilidade, o percurso mais aplicado foi a tendência de tipificar e classificar as qualidades mais recorrentes dos fenômenos noticiáveis (ver o clássico trabalho de Galtung and Ruge, 1965). Os critérios de noticiabilidade têm sido predominantemente descritos como recursos operativos de reconhecimento e nomeação dos fenômenos por parte dos jornalistas para possibilitar a construção de seus relatos noticiosos e, num segundo momento, por parte da sociedade, que identifica estes relatos a partir de uma órbita de expectativas prévias que possui a respeito de quais conteúdos seriam possíveis de serem considerados e compreendidos como noticiosos.

A temporalidade jornalística tem aparecido com frequência em estudos sobre a noticiabilidade como um critério que indica certas qualidades temporais de um fenômeno que o tornam potencialmente noticiável. Algumas categorias, como ‘brevidade’, ‘imediatez’, ‘periodicidade’, ‘novidade’, ‘instantaneidade’ e o próprio termo ‘atualidade’ são encontrados em obras de Groth (Belau, 1966), Park (1955), Roshco (1975), Tuchman (1983), Schlesinger (1987), Gans (1979), Schudson (1986), Morató (1988), Gomis (1991) e Van Dijk (1990), entre outros. Conforme salientamos anteriormente, a literatura em jornalismo trata a questão da temporalidade sob diferentes formas, algumas das quais podem ser citadas: a) um conteúdo que revela a temporalidade de uma ocorrência; b) uma prática social que contribui para sedimentar a experiência da vida pública em um tempo e um espaço definidos, seja construindo sentidos de imediatez ou estabelecendo a agenda dos temas considerados relevantes para a sociedade; c) um conjunto de processos institucionais que se realizam em ritmos e velocidades ditadas pela produção organizada industrialmente e pela circulação periodizada; d) um ato de construção de sentidos pelo leitor ao interpretar conteúdos jornalísticos com base em sua realidade cotidiana, seja numa dimensão micro ou macro social.

Apesar desta diversidade, é inegável que alguns trabalhos na perspectiva do *newsmaking* trouxeram contribuições para a compreensão dos fatores que compõem o processo de produção da atualidade jornalística e da percepção dos modos como a atividade jornalística opera esta temporalidade internamente à organização jornalística e junto à sociedade. Portanto, faremos agora um esforço para avaliar algumas produções teóricas na área seguindo, como linha de argumentação, um questionamento sobre que contribuições estes trabalhos, realizados principalmente num contexto de pesquisa na década de 70 nos Estados Unidos, podem trazer para a constituição de uma noção de atualidade jornalística. Mais precisamente, iremos inserir os avanços teóricos na compreensão do jornalismo dentro da moldura conceitual construída nos capítulos II e III, os quais vislumbravam a formação da atualidade jornalística por meio de um movimento histórico que conduziu ao aparecimento de cinco características de uma temporalidade social que foram mais especificamente operadas pelo jornalismo na construção de seus próprios referenciais temporais.

Uma categoria recorrente nos estudos de "*newsmaking*" é a 'novidade'. No percurso histórico feito, acentuamos o sentido inicial que historiadores do jornalismo deram ao termo ao perceber seu uso na atividade imbricado a aspectos e processos sociais, econômicos, culturais e políticos. Se a sociedade desenvolvia um 'apetite por notícias' tão diferenciadas quanto possíveis (variando das guerras até a vida íntima da nobreza), esta 'sede insaciável dos leitores por saber coisas novas' implicava em alimentar um processo emergente de produção noticiosa que, na conjunção com fatores tecnológicos e econômicos, possibilitou, por exemplo, o surgimento da '*penny press*'. Tal movimento ocorreu neste ambiente externo de circulação dos jornais mas também no ambiente interno das organizações, nos modos de produzir jornalismo e nos tipos de conteúdo noticioso produzido.

Descrevemos a tensão entre a novidade no jornalismo como ruptura ou mudança, por um lado, e a continuidade como fluxo incessante do movimento das coisas e como um substrato cultural que funciona como quadro de referência, socialmente partilhado, para interpretar o mundo, por outro lado. Estudos culturalistas como o de Stuart Hall (1993) vão reforçar esta vinculação do sentido de 'novidade' a um quadro de significação familiar ao público e ao próprio jornalista, conforme argumenta Hall:

"Um acontecimento só 'faz sentido' se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem -

mesmo de forma rotineira - de tais 'mapas culturais' do mundo social, não poderiam 'dar sentido' aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é 'noticiado'" (1993: 226)

Isto significa dizer que a perspectiva culturalista que fundamentou historiadores sociais a investigarem hábitos sociais e culturais com relação ao jornalismo em séculos anteriores funciona como uma base fecunda para estudos sobre o jornalismo contemporâneo, possibilitando identificar aspectos semelhantes ou coincidentes com relação ao sentido de 'novidade' que as sociedades (os jornalistas incluídos) partilham sobre seus eventos. Por exemplo, se buscarmos comparar a idéia predominante de acontecimento ou fato jornalístico nos estudos históricos e as contribuições oferecidas pelo *newsmaking*, veremos duas situações diferenciadas, mas que admitem interrelações.

As experiências do jornalismo nos séculos XVII demonstravam que a noção de 'fato jornalístico' foi influenciada pelo surgimento do fato na ciência, tanto pela valorização da observação empírica e sistemática quanto do esforço racional de construção objetiva de um fato, a partir de uma disciplina positiva como o Direito. Esta busca de objetivação de um fato - um dos fundamentos da construção da categoria de 'objetividade' no jornalismo - foi diretamente criticada pelos construcionistas sociais. Isto resultou, nos estudos de *newsmaking*, em formular uma compreensão do acontecimento jornalístico e, em particular, da notícia como "*o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas*" (Hall, 1993: 224).

Detalhar e analisar este 'processo complexo' na construção do acontecimento noticioso tornou-se um dos objetivos do *newsmaking*. Uma de suas tarefas tem sido entender como a atividade jornalística opera com sentidos temporais como 'novidade' enquanto um componente da noticiabilidade e o ambiente de valores sociais e culturais que nos orientam para atribuir a um evento tal sentido. A relação entre novidade e acontecimento é ainda mais presente nos estudos de Molotch e Lester (1993), pois os autores enfatizam o aspecto temporal dos acontecimentos, além de que são socialmente construídos e partilhados. Para eles, os acontecimentos são usados como pontos de referência temporais para o ordenamento do passado e do futuro. Os sentidos temporais surgem na articulação entre um acontecimento com outros, prévios ou concomitantes, e destes com o contexto em que se inserem (1993: 35).

Além de 'novidade', outro termo utilizado com certa frequência pela literatura para indicar um procedimento de reconhecimento de eventos jornalísticos é o 'frescor'

(*freshness*) das notícias. Interessante notar que expressões como *'freshness'* e *'recentness'* já apareciam em indicações de historiadores para descrever os modos pelos quais o público e os repórteres percebiam, a partir do século XVII, a noticiabilidade de eventos. Nesta época, o 'frescor' das notícias trazia um caráter de deslumbramento pela nova capacidade de ter acesso (por meio de relatos) a situações distantes ocorridas num tempo presente com sentido de simultaneidade, um aspecto que podia gerar ansiedade ou desconfiança pela maior exposição.

O sentido de *'freshness'* que Gans capta em suas pesquisas de *newsmaking* tem como referência a mesma idéia de 'novo' e de 'frescor' que fundamentava as fases iniciais do jornalismo, mas os seus componentes são bastante diferentes. Analisar organizações jornalísticas complexas, sua estrutura produtiva, seus condicionantes administrativos e comerciais permitiu aos pesquisadores identificarem práticas e relações sociais que direcionavam formas, possibilidades e limites para reconhecer, operar e indicar a qualidade de 'novidade' de um evento noticioso. Isto é, Gans considera o 'frescor' um tipo de critério padronizado cuja competência de reconhecimento é exigida do jornalista: produzir 'notícias frescas' significa operar uma série de recursos e situações que possibilitam tanto identificar este aspecto do 'novo' em eventos quanto em captar ou introduzir, na cobertura de temas que se prolonguem por vários dias, novas situações, atores ou questões que garantam este caráter de frescor. Este critério entra como recurso para dar, ao jornalista, confiança na correção dos seus julgamentos sobre o que (e como) pode se tornar notícia (Gans, 1979: 169-170).

Como o *newsmaking* aplica uma metodologia que valoriza a observação direta da atividade jornalística, pesquisadores têm conseguido entrar no ambiente da produção e produzir descrições mais rigorosas e precisas destes processos. O esforço descritivo de Gans permitiu-nos visualizar o ambiente interno da organização e a profissão como condicionantes para dar ao jornalista uma visão perspectivada do que é 'novo' no reconhecimento e na seleção de notícias: "*journalists create novelty (...) journalists see external reality as a set of disparate and independent events, each of which is new and can therefore be reported as news*" (1979: 167).

Assim, a novidade é também fruto de uma aplicação de técnicas jornalísticas. Um exemplo é a técnica do 'gancho' jornalístico (*'peg'*) - um recurso de atualização de fatos que permite, a partir de um novo aspecto, 'puxar', para uma dimensão de atualidade jornalística, um fato que era conhecido ou sem importância jornalística para um público. Conforme Gans (1979: 168), as *'breaking news'* já possuem características que lhes dão

noticiabilidade por sua própria irrupção abrupta, mas outros temas e estórias descolados deste movimento (como as *'features'* - estórias interessantes mas desvinculadas do tempo jornalístico indicado pela instantaneidade ou periodicidade) necessitam destes ganchos para que tanto jornalista quanto leitor possam relacioná-las ao tempo presente da vivência diária.

O trabalho exaustivo de observação e descrição da produção jornalística executado pelo *newsmaking* não garante que sua capacidade de interpretação e formulação teórica tenha avançado com mesma fecundidade. O *newsmaking* desenvolveu uma produtiva disciplina para captar os procedimentos, regras, valores e noções dos jornalistas sobre como realizar sua prática, apesar de muitas destas regras não serem escritas e nem mesmo claramente ditas, mas transmitidas por meio de experiências práticas que o jornalista deve captar para participar mais ativamente desta comunidade. Esta disciplina metodológica não conduziu, no entanto, a um igual esforço de clareamento dos conceitos e, em parte, as revelações que essas pesquisas trouxeram se situaram próximas tanto dos modos operacionais imprecisos que os jornalistas usam para descrever sua atividade quanto dos dilemas enfrentados pelos jornalistas para compreender, refletir e definir sua prática.

Por exemplo, encontramos em Gans uma definição de novidade ligada a um aspecto inicial de periodicidade: "*Novelty is part of the definition of news and is circumscribed by the period between the previous and current deadlines*" (Gans, 1979: 167). Sabemos que a atividade jornalística tem, historicamente, utilizado a periodicidade das publicações como um dos principais referenciais operativos para atribuir atualidade jornalística a um fenômeno. Mas temos procurado demonstrar que a periodicidade e a novidade, se por um lado são fenômenos interligados, já que é o ritmo de produção e circulação que a organização jornalística estabelece socialmente o fator que delimita a capacidade operacional desta organização em captar e construir um relato que descreva o 'novo' surgido, por outro lado têm também fundamentos e relações próprias, não visíveis na aparência dos processos.

Em outras palavras, o fato de considerarmos a dimensão organizacional do jornalismo como um marco privilegiado para entendermos esta atividade na contemporaneidade não implica em limitarmos a nossa compreensão do fenômeno apenas às possibilidades e limitações que a experiência organizacional impõe como condições de seu funcionamento. Até porque os avanços tecnológicos (entre outros) mais recentes podem eventualmente alterar e introduzir novos modelos de produção e veiculação pública

de conteúdos jornalísticos mais distantes dos condicionamentos da uma organização jornalística tradicional.

Ao mesmo tempo, a introdução de uma perspectiva culturalista sobre o ambiente de produção jornalística deu um novo fôlego à perspectiva do *newsmaking*. A etnografia possibilitou descrever e interpretar práticas que, se numa leitura sociológica baseavam-se em relações sociais e de poder intra e extra-organizacionais, adquiriram, com a lente do olhar etnográfico, uma mais rica compreensão da relação entre prática social e produção cultural, priorizando a investigação dos fatores simbólicos que compõem o mundo de valores e práticas jornalísticas. Na avaliação de Schlesinger, "*the ethnographic approach permits the observation of how specific problems are dealt with which are otherwise concealed from the analysts of texts of content who are confronted with the products of action but denied access to the processes which lie behind them*" (1987: xxxii).

Esta possibilidade de articular as práticas jornalísticas, o seu ambiente de produção e os conteúdos culturais subjacentes e produzidos na atividade coloca o autor em condição de tratar com mais habilidade teórica a questão da temporalidade jornalística em relação a abordagens eminentemente organizacionais. Inicialmente, seu interesse de estudo é semelhante aos demais trabalhos, ocupando-se de estudar o modo pelo qual concepções que os jornalistas têm sobre sua produção são moldados por constrangimentos temporais e suas conseqüências para a forma e o conteúdo das notícias (Schlesinger, 1987: 83).

Consideremos, além disso, o modo como Schlesinger coloca a categoria de 'imediatividade' (*'immediacy'*). Sua preocupação é a formação de uma cultura profissional em que o sentido do imediato é um conceito temporal chave que demarca o tempo decorrido entre a ocorrência de um evento e sua transformação como relato noticioso, dependendo da velocidade de produção e tendo a transmissão 'ao vivo' como tipo puro (1987: 87). Esta noção equivale ao que denominamos, no Capítulo III, de instantaneidade como componente da noção de atualidade jornalística, tanto na dimensão material da atividade, relacionada aos processos de produção, transmissão e distribuição da notícia quanto em uma dimensão sócio-cultural, referente à sua transformação em modelo e valor cultural de orientação para jornalistas e sociedade.

Schlesinger faz uma interessante discussão, com base em seu estudo de caso da *BBC News* entre 1972 a 1976 e publicado originalmente em 1978, sobre a tensão entre a imediatividade e a precisão do relato jornalístico. Ambos são valores que operam tanto na órbita de uma cultura profissional referenciada e realimentada diariamente pelo jornalista quanto em uma dimensão institucional que fundamenta socialmente a própria atividade.

Organizações como a *BBC* estudada por Schlesinger podem ter, como norma, buscar 100% de precisão em seus relatos e colocar a precisão acima de outros valores, mas a tensão pela busca do imediato, alimentada pelo próprio ritmo de produção e circulação de notícias, impõe dilemas cotidianos a jornalistas e os induz a imprecisões e erros.

Seu esforço descritivo torna visível que os jornalistas derivam ou relacionam, à imediaticidade, outras noções com sentidos diferenciados, como a imprevisibilidade dos fatos, sua ocorrência súbita, sua irrupção em relação a uma situação de normalidade ou regularidade etc. Para o jornalista, romper com a normalidade das expectativas e causar surpresa ao leitor são componentes adicionais (vinculados ao não à noção de imediaticidade) que tornam o acontecimento atual. Interessante na análise de Schlesinger é que estes componentes não são critérios objetivos e frios de seleção, mas eles alimentam um sentido de urgência no trabalho do jornalista que o faz sentir-se em uma atmosfera de ansiedade e desafio ao tempo que corre freneticamente (Schlesinger, 1987: 100).

A cultura do profissionalismo no jornalismo vai além de critérios de competência, pois envolve modos e expectativas de comportamento. Ou, conforme o autor, uma tensão entre papéis de 'vítima' ou 'controlador': vítima por estar o jornalista submetido a potentes condicionantes na sua produção, particularmente o fator temporal; controlador ao ver estes condicionantes como desafios que poderiam ser superados pela sua habilidade prática e lutar para realmente superá-los. Segundo Schlesinger, ser profissional é principalmente:

"...a question of feeling certain things, of 'having the old adrenalin run'. Newsmen have, therefore, a specific cultural interpretation of the real meaning of their work, basic to it being the excitement and danger which arise from meeting tight deadlines. To become a controller, thereby transcending the victim-creating capriciousness of the news, is what makes newsmen's work so exciting" (Schlesinger, 1987: 86).

Por último, podemos perceber em Roshco um autor que consegue bons resultados em suas reflexões sobre a temporalidade jornalística, a qual é *"...inherent in the concept of news"* (1975: 10). Ele constata três aspectos da noção temporal do jornalismo. Analisaremos em primeiro lugar a imediaticidade (*'immediacy'*), que se aproxima da abordagem de Schlesinger e, conseqüentemente, se vincula à concepção de instantaneidade como uma categoria que se desdobra da relação entre tecnologias aplicadas ao jornalismo e práticas institucionais de organizações jornalísticas e tem como unidade de medida o intervalo de tempo entre a ocorrência e a sua circulação pública na forma de um relato noticioso (1975: 11-2).

Uma segunda reflexão que o autor oferece sobre o termo '*recency*' conduz-nos não para o sentido de novidade enquanto a ocorrência recente, mas para o sentido de 'revelação recente' ('*recent disclosure*'). Aqui, Roshco identifica na notícia seu intrínseco caráter discursivo que ganha existência quando se torna público: "*News is based on the announcement (...) Bringing to light information that had been lost or overlooked confers recency upon it. Events that belong to history become news if they have just become known to contemporary scholars*" (Roshco, 1975: 11).

Entendemos que esta contribuição do autor se insere no campo das preocupações que apresentamos ao propor a categoria da 'revelação pública' como um componente da noção de atualidade jornalística. Sabemos que as notícias têm, hoje, um papel bem mais complexo do que possuíam em fóruns públicos como as casas de café dos séculos XVII a XIX. Com a crescente institucionalização das práticas e organizações sociais, a interação discursiva se realiza cada vez mais mediada por fatores tecnológicos (sejam as instituições midiáticas tradicionais ou as próprias redes digitais de comunicação), o que parece enfraquecer noções clássicas como discurso e debate público.

Entretanto, o jornalismo ainda depende deste ato discursivo de 'tornar público' temas e conteúdos como um fator que demarca uma temporalidade. Neste caso, a temporalidade presente está no tempo da enunciação e da circulação pública deste discurso, o tempo presente de uma prática discursiva que está vinculada a um processo de produção cotidiana da sociedade nos seus aspectos e suas ações mais cotidianas (no sentido de ordinárias ou mundanas) ou na esfera das instituições sociais.

4.3) Aspectos tecnológicos, econômicos e institucionais na reestruturação das organizações jornalísticas

4.3.1) Tecnologias do som e da imagem ampliam fronteiras temporais do jornalismo

4.3.1.1) A imagem e a captura do instante no fotojornalismo

A introdução da imagem como ferramenta jornalística na década de 1930 nos Estados Unidos trouxe inovações editoriais significativas ao jornalismo, tanto na sua estrutura institucional de produção e nas relações de trabalho quanto no formato e no conteúdo propriamente dito. Esta mudança resultou também, segundo Hardt e Brennen (1995: xi), na consolidação de alguns compromissos editoriais do jornalismo com o imediato, o factual e a objetividade.

A construção da imagem pela fotografia é, por si, um momento particular para percebermos as potencialidades deste recurso na captação do 'instante', no registro de uma unidade mínima de um movimento contínuo pelas lentes fotográficas. A captação do 'instante' já foi uma inovação técnica na história da fotografia, pois representou a superação de um tempo de espera (o ato de posar como duração) até que as chapas pudessem captar a imagens. Por isso que Lisovsky considera que "*...o instantâneo não diz respeito à segmentação do movimento, mas à desaparecimento do durante no interior do ato fotográfico*" (1999: 103). Na linguagem cotidiana, chegamos a usar o termo 'instantâneo' para denominar a fotografia realizada com um tempo muito curto de preparação e de exposição.

O 'instantâneo' introduzido pelo ato de fotografar possui o mesmo sentido geral superação de intervalos temporais, de eliminação da duração como investimento de tempo na realização de um ato ou processo, que trabalhamos no Capítulo III. Entretanto, são durações temporais diferenciadas: a inovação tecnológica com a fotografia instantânea trouxe a superação do intervalo de tempo entre o evento e seu registro, o que significou que cada ínfimo movimento de um evento podia ser registrado em unidades fotográficas separadas, as quais, postas lado a lado, recompunham a seqüência do movimento. A inovação tecnológica operada pelo telégrafo no sentido de instantaneidade refere-se à

transmissão de informações, à superação de intervalos de tempo entre o registro e a sua transmissão.

Ao mesmo tempo, falar de instantaneidade como componente da atualidade jornalística conduz-nos a perceber a convergência destes dois sentidos de instantâneo para o produto jornalístico, sua participação na concepção de um produto (a notícia) que busca registrar o instante e transmiti-lo imediatamente, pois neste sentido puro seria alcançada a plena instantaneidade. Não é casual que, no ato de fotografar, a libertação da 'duração' fez os profissionais incorporarem novos sentidos à fotografia, um deles surgindo em uma relação com os valores jornalísticos.

A introdução da fotografia no jornalismo foi gradativa e partiu de um reconhecimento crescente do uso da imagem como ferramenta de documentação, seja na fotografia ou no cinema (Zelizer, 1995: 139). Experimentações do governo federal norte-americano ao contratar fotógrafos para documentar as condições sociais durante a Época da Depressão indicaram a viabilidade de utilizar esta técnica com fins sociais, uma noção que a aproximaria de trabalhos jornalísticos sobre o tema (Zelizer, 1995: 139). A fotografia surgiu para o jornalismo como uma característica predominantemente referencial, enfatizando uma função denotativa que reforçaria a autoridade jornalística, seja com a objetividade ou com a transparência e verossimilhança: "*Allowing the camera to function as a medium of denotation supports journalism's status as a major institution for reporting events in this way*" (Zelizer, 1995: 136).

A Segunda Guerra Mundial tornou-se o momento e o evento oportunos para uma convergência da imagem fotográfica e o texto jornalístico. Primeiro, porque avanços tecnológicos no registro e na transmissão da imagem tornaram a fotografia um instrumento crescentemente competente para registrar o cotidiano da guerra. Segundo, porque este evento possibilitou à fotografia captar eventos tipificados como "*hard news*", eventos inesperados, importantes e urgentes que se constituíam a matéria-prima dos jornais diários. Uma primeira experiência isolada do registro fotográfico de grandes tragédias para fins jornalísticos havia ocorrido em 1937, com o incêndio do dirigível Hindenburg.

Os registros fotográficos demonstraram que o 'instante' captado pelas lentes das câmeras formava um conjunto de pequenos recortes que, juntos, conseguiam compor um relato 'explosivo' de fatos recentes, intensificando um sentido de 'presente' no conteúdo jornalístico. Este uso no jornal diário tornou-se um componente novo em relação ao caráter predominantemente ilustrativo que a fotografia já vinha tendo na cobertura de '*soft news*'

(notícias leves, como histórias humanas, eventos sociais e esportivos) tanto nos jornais quanto principalmente em revistas ilustrativas como a *Life* (Zelizer, 1995: 140-141).

Estes dois fatores possibilitaram que o fotojornalismo²⁵ se consolidasse, durante a década de 30, como um novo produto comercializável por agências de notícias. A *Associated Press* criou o *News Photo Service* e conseguiu, em 1935, viabilizar a transmissão de fotos por cabo: "...wirephoto constituted a technology that ensured the delivery of photographs in as rapid a fashion as words. For this first time, pictures could be sent as quickly as their primary competitor for documentation" (Zelizer, 1995: 142). Assim, este aprimoramento nos modos de transmissão de fotos, com sua conseqüente incorporação na rotina de cobertura jornalística, possibilitou transformar esta nova linguagem e conteúdo em um componente valioso para o jornalismo e, particularmente, para ampliar a experiência do leitor de estar 'vivenciando' os acontecimentos numa mesma dimensão temporal do presente.

4.3.1.2) A temporalidade nas redes eletrônicas de comunicação: as transmissões 'ao vivo'

Se a imagem fotográfica já trouxe esta maior vinculação do leitor ao 'tempo dos acontecimentos', a introdução de uma 'comunicação ao vivo' destes acontecimentos pelas transmissões de rádio e, posteriormente, pela televisão radicalizou ainda mais esta sensação de viver um tempo presente em uma dimensão nova, em que meios de comunicação estabeleciam múltiplas relações das pessoas com os eventos e do público entre si. Devemos lembrar que esta nova experiência do tempo não ocorreu somente em decorrência do papel desempenhado pelo conteúdo jornalístico, mas em virtude da multiplicidade de produtos midiáticos (desde a informação até o entretenimento, passando por transmissão de músicas e produção ficcional) que passaram a ser produzidos e veiculados tendo como lastro esta ebulição na capacidade de interligar sociedades por meio do novo aparato comunicativo.

Optamos por não fazer, neste momento, uma recuperação histórica do surgimento do rádio e da televisão no mundo e, particularmente, no Brasil, pois estas são passagens já suficientemente detalhadas pela literatura da área da comunicação. Conforme nossa linha

²⁵ O termo '*photojournalism*' foi usado pela primeira vez em currículos escolares norte-americanos em 1942, na Escola de Jornalismo da Universidade do Missouri. A fotografia jornalística tornou-se um campo legítimo do jornalismo no final da década de 1940 (Zelizer, 1995: 153)

de trabalho, importa-nos salientar alguns aspectos que possam contribuir para um melhor entendimento da noção de atualidade jornalística, e o avanço da estrutura midiática sobre a estrutura social, reordenando relações e sentidos e redefinindo elementos cruciais para a vivência social do tempo presente.

Em caráter ilustrativo, lembramos que as primeiras experiências da produção radiofônica de forma estruturada em termos organizacionais (excluindo-se as experiências individuais e domésticas de transmissão por ondas de rádio no final do século XIX e início do XX) giram em torno do ano de 1920, quando entram em funcionamento as primeiras estações de rádio nos Estados Unidos, como a Estação KDKA, de Pittsburg. Esta emissora já trouxe a inovação de transmitir o resultado da eleição presidencial de 1920, embora o seu conteúdo jornalístico estivesse atrelado à leitura de jornais impressos. Gradativamente, foram introduzidas músicas na programação, e locutores definindo estilos de comunicação radiofônica. No final da década de 20, o rádio já estava em 50 países (Gontijo, 2001: 223).

Fato significativo na evolução do rádio nos Estados Unidos foi a formação de redes de emissoras para viabilizar a transmissão pelo vasto território norte-americano. Com o início mais sistemático de produção e veiculação de notícias, foi possível utilizar o rádio com um tripé de programação: música, notícias e programas de entretenimento, como os ficcionais. Dois exemplos marcam o crescimento no poder social de penetração do rádio na sociedade norte-americana e de sua influência sobre as relações sociais e comportamentos coletivos. Em primeiro lugar, pela cobertura jornalística intensa que as emissoras de rádio fizeram tanto da travessia que o aviador americano Charles Lindberg realizou em 20 de maio de 1927, ao decolar de Nova York em um vôo solitário a bordo do avião "*Spirit of Saint Louis*" e pousar no dia seguinte em Paris, quanto do trágico seqüestro e morte de seu filho em 1932. A cobertura intensiva criou um espírito de envolvimento de enormes parcelas da população. Por volta de 1930, os Estados Unidos já possuíam 618 estações em operação, a maioria em rede, sendo que 46% dos lares já possuíam receptores (Gontijo, 2001: 223).

Em segundo lugar, a repercussão desencadeada pelo programa "Guerra dos Mundos" em 30 de outubro de 1938, produzido como drama ficcional por Orson Welles e transmitido com um formato semelhante a uma cobertura noticiosa pela rede de emissoras CBS. Tal combinação de drama e discurso jornalístico para narrar uma imaginária invasão da Terra por marcianos produziu uma onda de pânico, originada, segundo Meditsch, pelo fato de "*...a realidade dramática ter sido apresentada, de maneira bastante convincente, na forma de uma cobertura jornalística*" (2001: 176). Estudos sociais e psicológicos

multiplicaram-se nos Estados Unidos para tentar entender os motivos deste pânico coletivo, em parte decorrente da crença, produzida pelo estilo noticioso, de que a destruição do planeta era inevitável, e o sentimento de derrota completa pelo impacto emocional da transmissão radiofônica impediu que as pessoas aplicassem critérios de julgamento na análise do conteúdo do programa (Cantril, 1961: 422-3).

A comunicação por rádio alterou uma série de relações temporais na sociedade. Inicialmente, porque o suporte material da comunicação (o som) propaga-se com suas leis próprias, diferente dos suportes da linguagem visual. Por um lado, a linearidade da seqüência sonora criou sucessões e ritmos em sua propagação no tempo. O rádio não possuía o elemento estático espacial (a folha do jornal impresso, o palco de uma peça de teatro) para dar suporte à sua produção: seu sentido era obtido pela sucessão, pela ação de produzir sons no tempo para construir ambientes. Por outro lado, havia a possibilidade de uma combinação ou justaposição de sons, como na harmonia de uma orquestra ou na mixagem tecnologicamente conduzida em mesas de áudio no final da década de 20 (Medistch, 2001: 160-169).

Se no primeiro aspecto valorizava-se a sucessão no tempo, no segundo ressalta-se a simultaneidade - o que nos faz lembrar das inovadoras experiências estéticas de simultaneidade, particularmente na música, citadas por Stephen Kern (1983) como parte de um revigoramento de uma cultura do tempo presente, ainda na passagem dos séculos XIX e XX. Kern descreve como compositores da época combinavam diferentes melodias em uma emissão simultânea, criando uma polifonia de vozes em obras musicais complexas - diferenciado, neste aspecto, do efeito massificador com que o rádio tratava o aspecto da simultaneidade. Embora o período da pesquisa histórica de Kern tenha se encerrado em 1918, poderíamos supor que o surgimento do rádio na década de 20 comporia um capítulo seguinte deste estudo sobre a 'cultura do tempo presente', particularmente no esforço de Kern, como historiador da cultura, em clarificar como a tecnologia e a cultura interagem (1983: 6).

A introdução da cobertura jornalística no rádio vai estabelecer, conforme observa Meditsch (2001: 197), uma relação de simultaneidade entre três ações ou situações: primeiro, um tempo do evento, de uma realidade externa à instituição jornalística que se desdobra em seu ritmo próprio, conforme seu ambiente (institucional ou não); segundo, o tempo do ouvinte, que é, de forma semelhante, marcado por sentidos temporais decorrentes de suas práticas temporais particulares; terceiro, pelo tempo do produtor da informação,

um tempo tanto institucional da sua atividade quanto o tempo da enunciação, da veiculação pública.

Porém, a notícia não é a mera justaposição de temporalidades naturalmente coincidentes, mas uma produção, uma manufatura social, como Meditsch já percebe. A notícia reelabora estas temporalidades, com um objetivo de que tensões e desencaixes temporais sejam superados pela capacidade da atividade jornalística de constituir relações temporais entre atores e situações voltadas para a vivência do presente. A intenção do jornalismo é afirmar a vinculação destes três momentos no tempo presente: o produto jornalístico assume a intenção de que a notícia seja este veículo de afirmação de uma temporalidade social comum, que supere um risco de desencaixe na temporalidade experimentada socialmente. A notícia é um modo singular de estabelecer uma relação única, um resultado manufaturado e novo para criar uma conexão evento / instituição jornalística / público, seja esta uma conexão momentânea ou seja componente de um quadro de referências sociais para dar sentido às coisas (sentido temporal inclusive).

A especificidade do modo eletrônico de comunicação depende da dimensão temporal, só que o rádio trabalha esta dimensão de forma específica em relação ao jornal impresso. A simultaneidade ganha relevo nas relações de temporalidade estabelecidas pelo rádio, "*...possibilitando a superação do período - implícito na idéia de periodismo - pela simultaneidade - a simultaneidade entre a enunciação e o acontecimento externo referenciado, mais a simultaneidade entre a enunciação e a recepção do enunciado*" (Meditsch, 2001: 209).

Portanto, será o rádio o veículo que inaugurará uma nova prática comunicativa institucional, a comunicação 'ao vivo'. Meditsch explora as possibilidades conceituais desta relação e identifica três dimensões: em um primeiro grau, refere-se unicamente à relação entre a enunciação e a recepção, isto é, "*ao paralelismo do tempo do enunciado com o tempo da vida real*", sem envolver a dimensão da produção. Mas, mais do que isso, há uma outra ação concomitante nesta comunicação (um '*ao vivo em segundo grau*'), que vai se dar com a presença do processo interpretativo do locutor, um processo ativo de elaboração do conteúdo. Um '*terceiro grau*' de simultaneidade no 'ao vivo' se daria quando esta elaboração ocorresse simultaneamente ao enunciado do discurso. Uma forma plena de simultaneidade seria, então, alcançada com a "*isocronia entre quatro tempos: o do acontecimento, o da produção do relato, o da enunciação e o da recepção*" (Meditsch, 2001: 213).

A forma como Meditsch descreve a simultaneidade no rádio acrescenta uma dimensão nova deste aspecto temporal - a comunicação 'ao vivo' -, mas não rompe com a formulação histórica da categoria que vimos desenvolvendo no capítulo anterior. Na verdade, a introdução do rádio na comunicação traz um reforço na construção de relações e vínculos temporais na sociedade, já que a "*...condição estritamente temporal da linguagem radiofônica - a ausência de elementos estáticos da imagem - é uma condição facilitadora do controle discursivo pela transposição entre os diversos níveis do vivo*" (Meditsch, 2001: 214).

A história do surgimento da televisão tem muitas semelhanças com a história do rádio, seja tecnológicas, organizacionais, sociais ou culturais. Inicialmente, a televisão é resultado de um acúmulo de experimentos e desenvolvimento de inovações e tecnologias nos modos de produção, transmissão e recepção de imagem feitos em laboratório por cientistas de diferentes países, como Alemanha, Rússia, Inglaterra e Estados Unidos desde o final do século XIX e início do XX. A partir da década de 30, o ingresso de companhias, como a norte-americana *RCA*, permitiu investimentos mais direcionados para colocar em operação as primeiras emissoras regulares de transmissão. Uma experiência considerada pioneira foi a transmissão pública, pela *BBC* de Londres, da coroação do rei George VI em 1936, embora não houvesse ainda uma tecnologia de instalação de receptores domésticos, o que começou a ser desenvolvida na década de 40.

Conforme Herbert Schiller, a televisão praticamente repetiu o padrão de desenvolvimento do rádio nos Estados Unidos, o que, na visão crítica do autor, significou uma aceitação, pela *Federal Communications Commission (FCC)*, da imposição de interesses empresariais sobre o interesse público, como no caso da definição, como espectro de transmissão, do padrão tecnológico VHF em vez do UHF, pois o primeiro já havia sido desenvolvido por algumas grandes corporações empresariais, embora já estivesse com tendência à saturação (1971: 26). Esta época marcou pesados investimentos empresariais em tecnologias de transmissão e aparelhos receptores, com o objetivo de constituir uma massa consumidora que pudesse viabilizar uma orientação comercial deste novo meio eletrônico. Segundo Gontijo (2001: 232), entre 1950 a 1960, o número de televisores nos Estados Unidos passou de 1 milhão para 60 milhões e, em 1962, 90% das residências americanas tinham pelo menos um aparelho.

A primeira emissora brasileira de televisão, a TV Tupi, foi inaugurada em 1950 por Assis Chateaubriand em São Paulo, história que é ricamente detalhada por Fernando

Morais (1994). Embora o padrão comercial brasileiro tenha sido semelhante ao norte-americano, as empresas brasileiras não tiveram o suporte técnico e humano advindo das companhias cinematográficas, como no caso dos Estados Unidos, e buscaram no rádio os profissionais para produzir a programação televisiva, o que influenciou estilos e linguagens dos programas.

O desenvolvimento e a expansão dos meios eletrônicos de comunicação na segunda metade do século XX complexificaram a possibilidade de transmissão de conteúdos, introduziram novos hábitos e relações sociais e assumiram um papel crescente como suporte para as interações no espaço público²⁶. A citação de algumas referências históricas auxilia-nos a discutir, agora, aspectos teóricos sobre possíveis reconfigurações de sentidos sociais de temporalidade a partir da penetração e influência de dispositivos midiáticos. Podemos citar pelo menos dois sentidos de temporalidade na experiência social mediada por processos comunicativos: um primeiro sentido já tem sido tratado e se refere à temporalidade como uma qualidade ou um conteúdo expresso em traços culturais de objetos e situações, que marcam a sua dimensão temporal ao serem reconhecidos em uma relação de identidade com um contexto sócio-cultural. Este reconhecimento possibilita que um conteúdo seja vinculado a um presente, um passado ou a um futuro.

Um segundo sentido de temporalidade pode ser constituído, também, a partir de uma experiência de participação em interações sociais. Neste caso, o tempo presente pode ser referido a um momento ou instante em que as pessoas estão interagindo. É a experiência existente no contato direto entre pessoas ou mediado por uma variedade de recursos sócio-culturais, como as tecnologias eletrônicas de mediação social. Esta interação, em curso, produz um sentido de presente aos seus participantes.

A vivência em uma sociedade midiaticizada resulta de uma combinação destes dois fatores, regidos pelos formatos lingüísticos específicos de cada veículo, e aliados a outros modos não midiáticos de vivência social que, mesmo assim, podem ser influenciados pela mídia nos conteúdos, linguagens e formas de interação social.

A mídia, no seu conjunto, constrói várias representações do tempo, conforme os produtos e gêneros culturais que disponibiliza. Por exemplo, nos gêneros ficcionais, a

²⁶ Sabemos que as fronteiras do que se convencionou chamar de espaço público são fluidas e elásticas, tanto se viermos a tentar definir quais sejam os espaços de realização de atos públicos quanto a identificarmos quais atores e recursos expressivos seriam adequados para esta atuação pública. É indiscutível, no entanto, que o surgimento das instituições midiáticas tenha contribuído significativamente para uma nova conformação de práticas vinculadas ao espaço público, e que características tradicionais como a exposição ou a discursividade públicas sofram alterações substantivas.

temporalidade é um recurso narrativo, no qual a marcação de tempo torna-se predominantemente um cenário que proporciona uma qualidade específica para a trama – ocorrer no passado, no presente ou no futuro é uma opção do produtor midiático. Outros gêneros de entretenimento valorizam a interação que um apresentador mantém com a sua ‘platéia’ (o público de um auditório ou o telespectador). Neste caso, o momento presente em que a conversação se realiza (na maioria das vezes, uma simulação de interlocução) produz uma dimensão temporal que é fundamental para o próprio sentido de integração entre interlocutores. Nos gêneros jornalísticos, como temos ressaltado, o tempo presente não é uma qualidade adicional do conteúdo, mas o próprio demarcador de sua especificidade em relação aos demais conteúdos.

Podemos considerar, então, que, apesar da diversidade de conteúdos, a atuação dos meios de comunicação marca um sentido preferencial de tempo presente se forem percebidos os vínculos de sociabilidade que a mídia possibilita: mesmo que os conteúdos se refiram a temporalidades diferentes do presente, a mídia os presentifica ao introduzi-los num processo de exposição pública, pois o ato de expor delimita uma nova marcação temporal: cria – tecnologicamente – uma nova situação vivencial do presente, caracterizado pela emergência e/ou permanência em exposição pública de atores e conteúdos tecnologicamente mediadores do social (Rubim, 1999: 134-137). O espaço público é, hoje, uma dimensão de sociabilidade cuja configuração depende, cada vez mais, dos recursos sócio-tecnológicos característicos dos meios de comunicação.

Nas últimas décadas, a televisão tem sido o meio de comunicação de maior ascensão entre as demais organizações midiáticas e com maior poder de penetração em diferentes ambientes de interação social, contribuindo para redefinir relações e modos de vivência social e cultural. Um dos aspectos mais definidores deste suporte é a capacidade tecnológica de apresentação de imagens (ou som e imagem integrados), capacidade potencializada pela constituição de modos instantâneos de transmissão por satélite. A imagem torna-se, na televisão, uma forma expressiva de alto poder comunicativo, redefinindo sua importância em relação a outras formas, como o texto escrito e o som.

Esta competência televisiva de transmitir imagens reorienta valores e critérios no jornalismo e afirma as especificidades da linguagem telejornalística. A força da comunicação por imagens recoloca uma tensão, para o jornalismo, entre a emotividade e a racionalidade do seu conteúdo. O fascínio, o espetáculo, o impacto e a emoção tornam-se valores também para a imagem jornalística, o que revela sua força, mas também sua fragilidade como suporte jornalístico. Os críticos à qualidade do jornalismo televisivo

direcionam contra este suporte vários argumentos, conforme podemos exemplificar em Ignácio Ramonet:

"Tomando a dianteira na hierarquia da mídia, a televisão impõe aos outros meios de informação suas próprias perversões, em primeiro lugar com seu fascínio pela imagem. E com esta idéia básica: só o visível merece informação; o que não é visível e não tem imagem não é televisável, portanto não existe midiaticamente" (Ramonet, 1999: 27).

A televisão é apenas um dos pontos de processamento e transformação de imagens que são produzidas e transmitidas em rede em uma dimensão global, já que a visualidade da cultura mass-midiática contemporânea tem, na produção imagética, um de seus pilares principais²⁷, constituindo-se em diferentes formas, materiais e mídias. O jornalismo foi um dos gêneros midiáticos afetados por esta construção e proliferação de imagens, particularmente com a ascensão da transmissão instantânea de imagens por satélite. O 'ao vivo' da televisão tem uma força impositiva pelas imagens que transmite, mesmo que, em alguns momentos, careça de qualidade de conteúdo.

Esta instantaneidade da transmissão de imagens reforçou um sentido temporal de simultaneidade de ações: telespectador e evento co-habitam o mesmo momento, compartilham do mesmo movimento do fluxo temporal, reforçando um vínculo de vivência de uma atualidade comum. A atualidade jornalística construída e operada pela televisão dá ao telespectador, se não o sentimento de participação de eventos em desdobramento, pelo menos o lugar de espectador que se vincula emocionalmente ao evento, interagindo dores, alegrias, raivas e todo um leque de emoções que o faz agir e reagir no sincronismo do fato reportado.

O sentido temporal de simultaneidade que o telejornalismo trouxe, colocando, num mesmo tempo de experiência, o evento e o seu público, redefiniu critérios e valores de operação da atividade. E esta redefinição tem sido, também, um alvo de críticas, direcionadas para a idéia de supervalorização do 'espetáculo de imagens' em detrimento da profundidade e da contextualização da abordagem jornalística:

"Os eventos produtores de imagens fortes - violências, guerras, catástrofes, sofrimentos de todo tipo - tomam portanto a preeminência na atualidade: eles se

²⁷ O crescimento da importância da imagem na sociabilidade contemporânea é tão visível que podemos considerar a possibilidade de construção de 'imagens sociais', uma forma simbólica que assumem os atores sociais, indivíduos ou coletividades, ao necessitarem transitar por esse espaço público eletronicamente mediado. "A produção de imagens sociais opera imputando e agregando qualificações (valores, atitudes, opiniões etc) às imagens visuais, verdadeiros receptáculos que, 'dando corpo' a este procedimento de construção simbólica, permitem a existência das imagens sociais. O requisito para transitar na dimensão pública torna-se duplo: só enquanto imagem composta, visual e social, pode-se habitar esta dimensão pública da sociabilidade contemporânea" (Rubim, 1992: 13).

impõem aos outros assuntos mesmo que, em termos absolutos, sua importância seja secundária. O choque emocional provocado pelas imagens da TV - sobretudo aquelas de aflição, de sofrimento e de morte - não tem comparação com aquele que os outros meios podem provocar" (Ramonet, 1999: 27).

O autor provoca uma discussão sobre os fundamentos que criam a idéia de verdade do real que o relato jornalístico procura apresentar. Se, por um lado, a imagem emocional instantânea é um fragmento, um registro de sua realidade, isso não a coloca como relato suficiente sobre um evento. Em outras palavras, substituir a construção jornalística do relato sobre o evento (o processo interpretativo complexo que Meditsch denominou de '*ao vivo em segundo grau*') por uma imagem emocional pode ter como intenção construir o que Ramonet denomina de 'nova equação informacional' para o jornalismo, qual seja: "*Se a emoção que vocês sentem ao ver o telejornal é verdadeira, a informação é verdadeira*" (1999: 22). Retomando o processo de afirmação da imagem no fotojornalismo, constituiu-se uma relação de complementaridade entre foto e texto, embora ambas pudessem estar competindo pelo espaço da página. Já no telejornalismo, embora o texto possa ser sobreposto à imagem para uma narrativa integrada, o caráter de competição é também evidente, pois, eventualmente, a narrativa das imagens não se adapta à narrativa textual.

As guerras como eventos midiáticos

Talvez um dos exemplos mais ilustrativos dos modos como as transformações da comunicação midiática afetaram a relação 'evento - produtor da informação - público' está na cobertura jornalística das guerras. Este é um evento privilegiado para compreender a atividade jornalística pela capacidade de convergência de pelo menos quatro ordens de fatores: capacidade técnica e tecnológica da cobertura dos conflitos; interesses políticos e militares em situação de polaridade; componentes emocionais e humanitários; e a temporalidade na relação evento-produtor-público. Portanto, cada experiência de acompanhamento de guerras pelos mídias é rico em elementos para entender o papel dos meios na sociedade.

Na cobertura jornalística da 2ª Guerra Mundial, Zelizer (1995) considera não terem sido nem as imagens nem as palavras que constituíram os conteúdos mais efetivos através dos quais as sociedades experimentaram midiaticamente este conflito. Em vez disso, foi a emergente transmissão de rádio que trouxe a guerra para uma relação de proximidade com vários países distantes do local dos combates: "*Sound assumed the role, and the primacy of*

radio in shaping the experience of World War II remained supreme" (Zelizer, 1995: 155). Com o surgimento das imagens televisivas aliadas à tecnologia do satélite, os conflitos bélicos a partir da década de 60 ganharam proporções significativamente maiores quando as reportagens jornalísticas começaram a mostrar as derrotas do exército norte-americano em batalhas na Guerra do Vietnã. Ver a crueldade e as perdas militares dentro dos seus lares, pela tela da televisão, mesmo que não ao vivo, influenciou a opinião pública norte-americana a repudiar o conflito.

A partir dos anos 90, as novas tecnologias de produção e emissão de imagens com o uso de satélites criaram um novo padrão de cobertura televisiva de guerras. A denominada Guerra do Golfo, em 1991, em que os Estados Unidos e Grã-Bretanha lideraram uma 'força multinacional aliada' para invadir o Iraque e derrubar o presidente iraquiano, Sadam Hussein, marcou a capacidade de a televisão transmitir instantaneamente imagens de combates aéreos sobre a capital Bagdá. Correspondentes da *CNN* transmitiam ao vivo seus boletins da capital sendo bombardeada: telespectadores de inúmeros países do mundo podiam ver fogos da bateria antiaérea iraquiana iluminando os céus de Bagdá enquanto retumbava o som de incontáveis explosões do ataque aéreo.

Esta realidade contemporânea se diferenciou radicalmente das coberturas anteriores tanto no final do século XIX, quando os correspondentes de guerra dependiam de cavalos e barcos a vapor para enviar informações aos seus jornais com pelo menos uma semana de atraso, quanto nas guerras da primeira metade do século XX (Vietnã incluído). Nestas, os rolos de filme tinham de ser enviados por aviões para jornais e emissoras de TV nos Estados Unidos.

Em 2003, o uso do videofone (aparelho que funciona como um celular, mas envia imagens e se conecta diretamente com um satélite de comunicação) tornou-se uma nova ferramenta de cobertura jornalística utilizada inclusive pelo correspondente da emissora brasileira de televisão, a *Rede Globo* (Klintowitz, 2003). Foi graças a um equipamento como este que o correspondente da televisão estatal portuguesa, Carlos Fino, conseguiu ser o primeiro enviado especial a entrar no ar ao vivo com imagens das explosões três minutos antes da *CNN*, pois se encontrava na varanda do hotel Palestine, no centro da cidade, transmitindo sua reportagem por videofone quando os ataques começaram (Mattos, 2003b). Além do videofone, outra novidade desta guerra foi a estratégia militar dos EUA de permitir a presença de jornalistas acompanhando o deslocamento das tropas - fator que possibilitou tanto imagens mais próximas dos conflitos quanto uma inevitável fragmentação ou parcialidade da cobertura.

A guerra se tornou um evento midiático porque dois fatores convergiram: orientação governamental e editorial para evitar imagens de crueldade, inclusive as que sofriam os soldados americanos; e o aparato tecnológico de luzes e efeitos que os ataques tecnologicamente controlados possibilitaram. Se na Guerra de 1991 a tecnologia analógica ainda tinha presença significativa na mídia, a Guerra EUA-Iraque em 2003 transformou a digitalização um recurso inevitável da cobertura, facilitando a operacionalidade da produção e da edição. Por exemplo, em 1991, uma "unidade móvel" de um correspondente de guerra representava 16 caixotes de equipamentos e pesava mais de 900 kg. Em 2003, não foram necessários mais do que duas caixas com equipamentos pesando menos de 70 kg (*Folha Online*, 22/03/2003) para que os repórteres montassem suas estações de trabalho.

Esta digitalização chegou aos armamentos e à comunicação militar norte-americana (integração de satélite, mísseis guiados por satélite e internet própria interligando computadores militares), aumentando a precisão na identificação de alvos e a rapidez na coordenação das ações de ataque, o que deu mais substância às expressões 'batalha digital' e 'ataque cirúrgico' (Bonalume Neto, 2003). Conforme compara o repórter do *Time Magazine* James, Poniewozik,

"Em termos puramente visuais, as imagens transmitidas pelas emissoras de televisão (...) - com animações em 3D típicas da era digital, entrevistas ao vivo em plena operação de invasão, e ainda notícias e reportagens enviadas por vídeo-telefone que lembram muito as mensagens de vídeo enviadas de uma nave no espaço - foram tão superiores em relação à guerra precedente (de 1991) quanto é hoje um videogame de Play Station 2 em relação aos primeiros games Pong" (2003).

Isto significa dizer que a força das imagens de guerra pode ser compreendida em pelo menos dois níveis: o primeiro, por apresentar uma realidade referencial de alto valor jornalístico nas coberturas realizadas até a Guerra do Vietnã; o segundo, por apresentar imagens 'ao vivo' em coberturas como a Guerra do Golfo em 1991. Nos dois casos, a noção de temporalidade tem aspectos peculiares, principalmente quando se vincula à linguagem do espetáculo própria da televisão. Em ambos os momentos, a noção de simultaneidade se manifestou, pois a cobertura jornalística gerou no público um vínculo com o evento, e as ações e reações do público puderam interferir na condução do evento pelo governo norte-americano (rejeição à Guerra do Vietnã e aprovação majoritária do ataque ao Iraque). Em contrapartida, a cobertura jornalística ao vivo do conflito a partir de 1991 criou uma instantaneidade na oferta de imagens que gerou, no público, a sensação de estar

participando, como se fosse um espectador no local do conflito, do próprio evento em desdobramento.

Não podemos esquecer que o modo de produção da cobertura jornalística tem se adequado, já a partir de 1991, às necessidades técnicas e comerciais dos grandes grupos da mídia: a cobertura de guerra foi um projeto de milhões de dólares disputado pelas grandes redes norte-americanas de televisão, *ABC*, *CBS* e *NBC* e, particularmente, pela *CNN*, que desenvolveu uma cobertura exclusiva e sem interrupção desde as primeiras horas de ataque. A cobertura jornalística valorizou imagens dos bombardeios (luzes cruzando os céus seguidas por explosões) criando um sentido de espetáculo e deu à *CNN* uma reputação pela competência técnica da transmissão instantânea.

Para cobrir a Guerra de 2003, a *CNN* direcionou um orçamento de US\$ 35 milhões com o objetivo de transmitir imagens para mais de 200 países em 250 milhões de domicílios, embora, internamente nos EUA, venha sofrendo uma forte concorrência da *Fox News* (Mattos, 2003a). Na Grã-Bretanha, a concorrência entre as televisões por assinatura *Sky News* e *ITV* levou a uma disputa sobre quem teria noticiado primeiro o ataque inicial a Bagdá. A *Sky News* declarou vitória afirmando ter batido a *ITV* por 30 segundos de vantagem, argumento negado pela *ITV*, que garantiu ter estado permanentemente ao vivo naquele momento (Deans, 2003). Curiosamente, a competição por este misto de audiência e prestígio fez algumas emissoras árabes de televisão incomodarem as redes ocidentais. A *Al Jazira* "tirou das redes ocidentais o monopólio das imagens e colocou em evidência o problema do viés político na cobertura do conflito", embora com precariedade de equipamentos e apenas um videofone, contra pelo menos 20 equipamentos dos 12 correspondentes da *CNN*. Isso sem contar os jipes blindados da *CNN* funcionando como estúdio sobre rodas, com antena de transmissão e ilhas de edição para montar as matérias antes de enviá-las à matriz nos EUA (Marthe, 2003).

Convergência e multimídia

O exemplo da cobertura jornalística de guerras é rico também para direcionar um aspecto específico das transformações contemporâneas da estrutura da mídia e seus efeitos sobre a produção e o conteúdo jornalístico. Esperamos que esta observação auxilie-nos a compreender fatores tecnológicos e econômicos que reorientam a estruturação das organizações midiáticas e, conseqüentemente, a forma como estas organizações operam o sentido de tempo presente, tanto a temporalidade que se constrói nas relações sociais

quanto a temporalidade expressa no conteúdo jornalístico e, principalmente, na forma dinâmica como ambas interagem e se influenciam.

Um primeiro processo que vem se acentuando nos últimos anos é a convergência na propriedade e produção de conteúdos por diferentes organizações midiáticas. Neste, a tendência à concentração da propriedade das empresas dentro de uma concepção de imperativo econômico estratégico tem feito com que essas empresas atuem de forma coordenada visando a minimizar custos e maximizar recursos, embora esta tendência à concentração possa gerar novos custos sociais, políticos e também econômicos pela ausência ou limitação da concorrência.

Há uma segunda forma de convergência, que envolve um processo de transformações de plataformas a partir da digitalização ampla dos conteúdos. Nesta, a idéia de multimídia surge para caracterizar um fenômeno complexo, que envolve tanto as diferentes linguagens presentes num mesmo suporte (por exemplo, um CD com conteúdos sonoros, vídeo, texto e animação) quanto a multiplicidade de suportes para propagar um mesmo conteúdo em diferentes lógicas e linguagens midiáticas. É neste segundo sentido que Pierre Levy (1999) vai usar o termo multimídia.

Pavlik analisa este fenômeno e se preocupa com o aspecto da "*technological convergence*", aplicando o termo para se referir a uma convergência de telecomunicações, computação e mídias tradicionais. "*Together, this news media system embraces all forms of human communication in a digital format where the rules and constraints of the analog world no longer apply*" (2001: xii). Além de perceber as vantagens da digitalização dos processos e conteúdos, Pavlik concorda que tal transformação traz, além da concentração de propriedade, ameaças à privacidade, redução na diversidade de vozes e, particularmente no jornalismo, uma "*...ever-escalating race to report the news more rapidly, and inequitable access to information technology and digital journalism*" (Pavlik, 2001: xiii). Estas novas relações e tensões entre a desigualdade de acesso à informação e o culto à velocidade são desdobramentos de um processo tecnológico que pode ser melhor compreendido se caracterizarmos as transformações que a atividade e a instituição jornalísticas vêm passando com o surgimento do denominado jornalismo *online*.

4.3.2) As novas configurações do jornalismo *online*

Caracterizar um fenômeno em transformação não é uma tarefa fácil para a pesquisa científica, pois a instabilidade dos fenômenos e a desproporção entre as experiências isoladas podem levar a conclusões diferenciadas, seja na afirmação de benefícios deste processo ou no apontamento de suas falhas ou impossibilidades. Procuraremos não cair em pretensões conclusivas neste item, mas apontar algumas contribuições que a literatura vem apresentando para nos auxiliar a compreender o jornalismo *online*, pois consideramos que esta nova possibilidade introduz novos elementos para tratarmos a questão da atualidade jornalística.

Inicialmente, citaremos as observações de Pavlik para evitar leituras simplistas ou excessivamente parciais sobre o fenômeno da Internet e considerar que este novo suporte, mesmo estando baseado em uma mudança tecnológica, está relacionado à presença de forças econômicas, culturais e políticas de regulação de uso. No seu conjunto, estes fatores estariam transformando o jornalismo em quatro modos (Pavlik, 2001: xi-xiii):

- a) a natureza do conteúdo noticioso estaria inexoravelmente se transformando como resultado da emergência desta nova tecnologia midiática digital;
- b) as maneiras como a digitalização alteraria o trabalho jornalístico;
- c) a transformação da estrutura das Redações e das empresas jornalísticas;
- d) um realinhamento nas relações entre organizações noticiosas, jornalistas e seus vários públicos (audiências, fontes de informação, concorrentes, anunciantes e governos).

Estas mudanças têm sido gradativas e diferenciadas também porque a especificidade do jornalismo *online* frente a outras mídias tem se constituído em fases, momentos, estágios ou experiências concretas de jornalismo na Internet (Pavlik, 2001: 43): a primeira fase seria caracterizada pela utilização de conteúdo produzido originalmente pelo jornal impresso e sua recodificação para operacionalização na Internet. Nesta, seriam mantidos aspectos como critérios de apuração, estruturas de texto e enquadramentos desenvolvidos no jornal impresso. Isso também poderia ocorrer quanto à temporalidade do impresso: a periodicidade diária do jornal impresso seria aplicada no *online*, pois este seria atualizado uma vez ao dia, logo após o fechamento do impresso. Embora pareça uma subutilização da potencialidade da Internet, esta seria uma fase em que ainda se situam muitos *sites* jornalísticos.

Em uma segunda fase, há uma produção efetiva no *online*, que predominantemente alcançaria os aspectos de design gráfico, edição voltada para o meio e apresentação de conteúdo original. Estas possibilidades seriam alcançadas pela utilização do hipertexto como princípio de organização e interligação entre conteúdos e outros *sites* (jornalísticos ou não), bem como introduzindo recursos próprios (como enquetes, programas de busca etc). Pavlik considera ser esta a experiência predominante dos *sites* jornalísticos. A terceira fase se caracteriza pela realização de projetos editoriais especificamente para a Internet (por exemplo, jornais ou telejornais disponíveis somente *online*), o que já é realidade em algumas experiências, embora sem ser uma tendência predominante no meio. Em ambos, a atualização dos conteúdos rompe a periodicidade diária e pode ser aplicado dentro de intervalos de tempo bastante reduzidos, praticamente de forma contínua.

Seis características do jornalismo *online* são apresentadas por Palacios (2003) e Mielniczuk (2003), a partir de uma investigação da literatura da área, pesquisas e reflexões próprias. Seriam elas a interatividade, a personalização de conteúdos, a hipertextualidade, a multimídia, a memória e a instantaneidade/atualização contínua²⁸. A denominação do fenômeno tem variado conforme uma ênfase à digitalização por que o jornalismo têm passado ('jornalismo digital') e à Internet como suporte de uma comunicação em rede ('webjornalismo' ou '*network journalism*'). Bardoel e Deuze (2003) usam este último termo para acentuar, particularmente, o processo de convergência entre as competências e funções específicas dos jornalistas, as características dos processos e interações *online* e as transformações do público do jornalismo. Os autores destacam que a convergência se dá nos níveis tecnológico, profissional e sócio-cultural, e a combinação destes três níveis moldaria o '*network journalism*'.

Uma definição funcional de jornalismo *online* foi apresentada por Deuze (2001):

²⁸ De modo simplificado, apresentaremos a idéia principal de cada característica apresentada pelos autores: a) Interatividade: relações que podem se estabelecer entre o leitor (usuário) e o *site* jornalístico, facilitadas pelo suporte *online*, como *e-mail*, fóruns de discussões e a própria gramática do hipertexto; b) Customização ou personalização do conteúdo: caracteriza-se pela oferta de conteúdos direcionados ao interesse específico do leitor, seja por meio de *newsletters* enviadas por e-mail ou pela configuração da primeira página do *site* conforme opções prévias do leitor (sua localização geográfica ou áreas de interesse); c) hipertextualidade: é a conexão de textos através de *links*. Há uma variedade de opções de *links* a serem feitos, seja por meio de indicação de textos relacionados ao assunto, *sites*, recursos gráficos e visuais ou mesmo explicações específicas de termos ou temas, entre outros; d) Multimídia ou convergência: a convergência de formatos tradicionais da mídia (som, imagem e texto) para um padrão digital de construção do conteúdo jornalístico e disponibilização no suporte *online*; e) Memória: modos específicos que os *sites* jornalísticos desenvolvem para operar e viabilizar consultas e aproveitamento de informações produzidas em uma dimensão distante temporalmente da última atualização do *site*, mas, mesmo assim, passível de ser resgatada para compor um sentido de tempo presente; f) Instantaneidade/atualização contínua: rapidez na disponibilização de novos conteúdos, procurando uma meta de jornalismo em 'tempo real' (Palacios, 2003; Mielniczuk, 2003).

"Online journalism can be functionally differentiated from other kinds of journalism by using its technological component as a determining factor in terms of (operational) definition. The online journalist has to make decisions on which media formats best tell a certain story (multimediality), has to allow room for options for the public to respond, interact or even customize certain stories (interactivity) and must consider ways to connect the story to other stories, archives, resources and so on through hyperlinks (hypertextuality). This is the 'ideal-typical' form of online journalism, as professed by an increasing number of professionals and academics worldwide"

O jornalismo *online* oferece recursos sócio-tecnológicos para ampliar o acesso e a diversidade de informações, o que traz um efeito possível sobre os processos democráticos, pois, potencialmente, aumenta as condições de pluralidade que são uma das bases dos princípios jornalísticos. Conforme avalia Barnhurst e Nerone (2001), *"Even a conservative site, such as the editorial page of The New York Times, opens itself up to the multiple voices of its sources (...). This potentially endless multiplication of options for the reader makes it impossible for the Web newspaper to impose a voice on its matter"*.

Mesmo autores como Fallows (1999), com uma visão crítica do jornalismo praticado contemporaneamente nos Estados Unidos, considera positivo o desenvolvimento do jornalismo *online*. Para Fallows, não é a interatividade a principal qualidade do jornalismo *online*, pois esta pode ser tão deficiente quanto em outros veículos: *"Like talk radio, it's interactive in only a limited way: one person mainly broadcasts, and a relative few get to speak up"*. Em vez disso, é a sua capacidade de prover informações recentes que explora o melhor potencial da Internet. O seu grau de atualização de conteúdo supera os demais veículos e faz o leitor visitar o *site* mais de uma vez ao dia.

O processo de transformação por que passa o jornalismo na Internet oferece-nos novas possibilidades de produção jornalística. Pavlik acredita que *web* está propiciando o surgimento de uma nova forma de produzir notícias, que ele denomina de 'jornalismo contextualizado' (*'contextualized journalism'*). Entre suas características específicas estão a ampliação das modalidades de comunicação (áudio, vídeo, gráficos e animação), hipertextos, interatividade e um alto envolvimento que o computador produz no indivíduo, que necessita estar constantemente interagindo com a máquina. Embora reconheça que a busca por contextualização no jornalismo não é uma questão nova, o autor entende que estes recursos e situações oferecidos pela Internet dariam condições para a emergência de uma nova forma jornalística, com resultados sociais positivos:

"Contextualized journalism can bring a variety of potential benefits to the citizenry and to democracy, including more engaging reporting, more complete

information, and news that better reflects the complexities and nuances of an increasingly diverse and pluralistic society" (Pavlik, 2001: 23).

Independente da adoção desta ou de outras nomações, é fundamental percebermos que algumas mudanças do novo suporte tecnológico estão diretamente ligadas à produção jornalística, como os programas de pesquisa na Internet e a consulta a banco de dados *online*. A digitalização permite também uma maior armazenagem de conteúdos, mesmo que originados em suportes diferenciados, bem como o desenvolvimento de programas aplicativos de editoração mais complexos e direcionados às necessidades do jornalismo. *"Editors and producers then process that content in non-linear fashion, cutting, pasting, or manipulating motion video and audio as easily as text in a word processor"* (Pavlik, 2001: 115-116).

A integração de sistemas por meio das redes digitais tem facilitado não somente a transmissão de informações para diversos receptores (até aparelhos celulares), mas também a descentralização da produção e a criação de 'Redações virtuais', sem a necessidade de concentração física dos jornalistas em um mesmo ambiente e nas quais um editor *"can sit in front of any networked computer workstation and view or manipulate any content on any other workstation in that network, regardless of where in the world those computers are physically located"* (Pavlik, 2001: 106).

Podemos aceitar que estas modificações nas ferramentas, estruturas e formas de apresentação das notícias tendem a redefinir alguns modos de exercício profissional e penetração social, embora nos pareça que haja a preservação do papel social que o jornalismo vem desempenhando historicamente. Pavlik aponta três mudanças: a) a possibilidade de o jornalista estabelecer uma conexão mais ampla entre eventos, circunstâncias e contextos; b) com maior volume de informações, haveria a necessidade de aumentar a capacidade de interpretação do jornalista na construção textual e sua edição; e c) o jornalista teria um papel de reconectar comunidades e instituições, tanto em nível local quanto transnacional, em uma *'online form of civic journalism'* (Pavlik, 2001: 218-219).

Considerados estes aspectos mais gerais sobre as transformações já sofridas pelo jornalismo no século XX e a aceleração deste processo nos últimos anos, esperamos ter traçado um esboço apropriado do caráter estrutural da instituição jornalística e das reorientações por que a atividade vem passando, com a adoção de novos recursos de produção e expressão do conteúdo. Imaginamos ter ficado visível, no panorama traçado,

que nossa linha argumentativa destinou-se a delimitar um conjunto de fatores que, mesmo de origem externa à instituição jornalística, tenham sido incorporados à atividade com o intuito de consolidar esta prática na sociedade.

Avaliamos que uma leitura semelhante pode ser feita em relação às conseqüências que a Internet vem trazendo para o jornalismo. Não nos parece plausível nem um otimismo nem um pessimismo exagerados quanto às novas configurações que o jornalismo vai assumir a curto e médio prazos, inclusive num ambiente de mudança radical de suporte tecnológico. Mesmo neste, podemos ver que a literatura mais densa sobre o jornalismo não abre mão de colocar aspectos, princípios e concepções normativas que deram à atividade um sentido social qualificado (como na forma de Pavlik considerar o '*civic journalism*').

Certamente que a preservação da solidez da instituição jornalística depende, em um grau razoável, da estrutura tecnológica que, historicamente, vem direcionando formas de produção e circulação jornalística. Mas os grandes dilemas que o jornalismo vem enfrentando têm se referido à manutenção de valores que fazem a especificidade da atividade e do conteúdo jornalístico, diferenciando-os de outros processos comunicacionais.

Entendemos que o tema da atualidade jornalística insere-se como um desses dilemas. A velocidade que a tecnologia possibilitou para processar e transmitir informações para jornalista e para o leitor/usuário parece estar colocando a atividade frente a uma situação de dupla face: por um lado, a afirmação do 'jornalismo em tempo real' como um novo gênero jornalístico, que ampliaria possibilidades de usos do jornalismo pela sociedade; por outro, a incorporação da velocidade como valor máximo do jornalismo poderia enfraquecer ou deslocar outros critérios e valores (como o imperativo de 'contextualização' citado há pouco) que têm se constituído em pilares importantes para a instituição jornalística. Imaginamos que o enfrentamento deste dilema merece um olhar mais cuidadoso, considerando tanto aspectos macro-sociais quanto imergindo em questões pontuais que possam iluminar a nossa reflexão. É o que pretendemos desenvolver no próximo capítulo.

**CAPÍTULO V – A ATUALIDADE JORNALÍSTICA
E AS TRANSFORMAÇÕES NA TEMPORALIDADE
CONTEMPORÂNEA**

5.1) Elementos para compreender a atualidade jornalística em um ambiente social de transformações amplas

O percurso realizado no item anterior buscou delinear alguns aspectos e conformações da instituição jornalística situada concretamente num conjunto de transformações tecnológicas, econômicas e sociais no século XX. Optamos por descrever mudanças específicas nas organizações e atividades jornalísticas que tivessem conseqüências sobre a produção social do tempo. O panorama construído não pretendeu ser completo, mas principalmente ilustrativo de situações que indicassem tendências claras no jornalismo contemporâneo.

Entendemos ser necessário agora localizar o jornalismo e, particularmente, seus modos de produção temporal dentro de um processo social amplo de estruturação das redes informacionais e sua capacidade de alterar relações espaciais e temporais tradicionais. A instantaneidade e a simultaneidade tornam-se experiências concretas em alguns processos sistêmicos e relações sociais. Com isso, o jornalismo, por seu imperativo de produzir um relato sobre o tempo presente, é afetado por novos fluxos de informação, hábitos de leitura e interação social, tendo que redefinir seus modos de atuar socialmente - na verdade, ambos são partes de um processo dinâmico de uma mútua constituição de referências temporais.

Esta reestruturação social para a forma de fluxos de informação em rede tem direta repercussão sobre a temporalidade social. Torna-se tecnológica e socialmente possível falar-se em 'tempo real', um fenômeno com suas formas e tensões próprias. O jornalismo que opera em uma dimensão de tempo real se defronta com a possibilidade de romper práticas tradicionais tanto na produção quanto na circulação do seu produto. A experiência de atualidade, ao se aproximar dramaticamente da meta da instantaneidade e utilizar o 'instante' como ordenador temático, gera uma tensão entre sua real capacidade de relatar o instante e a secundarização do atendimento a outras tarefas fundamentais do jornalismo, como a apuração rigorosa da informação.

O tempo presente, construção social que fundamenta o jornalismo, torna-se balizado por novas estruturas e práticas. As redes desafiam inclusive as noções tradicionais de 'tempo público', pois elas multiplicam relações e interações possíveis. Se as mídias tradicionais têm sido atores privilegiados para a constituição de uma temporalidade social, as redes de comunicação, com aparatos tecnológicos e interacionais, podem levar a mudanças de padrões, procedimentos e concepções existentes até as últimas décadas.

A dinamicidade desses fatores são desafios para se pensar a atualidade jornalística. Pretendemos traçar a seguir alguns aspectos mais específicos deste ambiente em mutação, mesmo sabendo que recortes ainda não podem ser precisamente estabelecidos.

5.2) A simultaneidade midiática e as novas configurações do espaço público

5.2.1) Tempo, velocidade e aceleração na tecnologia das redes de comunicação

O percurso histórico que fizemos nos capítulos II e III nos possibilitou mostrar um conjunto de transformações técnicas de produção e organização nas sociedades ocidentais nos séculos XVII a XIX que tiveram consequência imediata ou a médio e longo prazos sobre os processos produtivos do jornalismo e sua inserção social. Destacamos particularmente mudanças tecnológicas mais profundas que alteraram modos de produção internos à instituição jornalística e introduziram novas relações temporais como condicionantes ou conteúdos (sentidos) sociais desta produção, bem como as formas pelas quais estas mudanças internas relacionavam-se com movimentos sociais externos de vivência do tempo na sociedade.

O panorama das transformações tecnológicas e de sua ingerência sobre o sentido social de tempo nestes séculos baseou-se nas inovações técnicas sobre a mecânica aplicada para acelerar o transporte e o movimento da informação em veículos e materiais diversos (desde a carta manuscrita até o jornal impresso), bem como sobre as formas de controle e cronometragem do tempo por meio do relógio mecânico e sua massificação com a miniaturização do relógio de pulso. Nesta perspectiva, o telégrafo, o telefone e o rádio foram o início de um novo salto tecnológico na transmissão de informações tanto pelo suporte utilizado (impulsos elétricos por meio de cabos ou eletromagnéticos pelo ar) quanto pela intensa condensação do tempo de envio e recebimento.

A digitalização crescente de dados e produtos simbólicos e a interligação da sociedade em redes de comunicação nas últimas décadas vêm marcando um novo modelo

informacional²⁹ de estrutura e organização social, produzindo alterações drásticas na experiência social do tempo. Neste novo modo informacional de desenvolvimento, segundo Castells (2001: 35), a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. A análise do autor prioriza a relação entre informação e produtividade:

"O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia de processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação; é por isso que, voltando à moda popular, chamo esse novo modo de desenvolvimento de informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação" (Castells, 2001: 35).

Castells considera que a sociedade e a tecnologia se relacionam em um 'complexo padrão interativo' em que uma dimensão não determina a outra, o seu esforço analítico busca perceber sociedade e tecnologia não como duas dimensões com processos e ações independentes, mas a tecnologia como elemento estruturante da sociedade: *"a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas"* (Castells, 2001: 25). Se esta é sua intenção, o esforço que realiza centra-se predominantemente em mapear com eficácia processos tecnológicos de comunicação aliados a sistemas econômicos produtivos e comerciais, o que dá margem para que sua obra seja considerada uma leitura tecnologizante da sociedade.

Castells consegue produzir uma das mais detalhadas descrições sobre uma mudança tecnológica estrutural da sociedade, que é a formação de redes de comunicação³⁰ que reorganizam interações sociais em campos tão diversos quanto a economia, a política e a cultura. Este modelo tem um potencial explicativo para descrever processos comunicacionais abertos e dinâmicos que, ao mesmo tempo, preservam o equilíbrio do sistema, como é o caso das redes de computadores como a Internet e o intenso fluxo de dados trocados entre instituições separadas geograficamente (Castells, 2001: 498).

²⁹ Castells faz uma distinção analítica entre os termos 'sociedade da informação' e 'sociedade informacional', preferindo utilizar o segundo: *"O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades (...). Ao contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico"* (2001: 46).

³⁰ *"Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos: rede dos fluxos financeiros globais, rede política que governa a União Européia, rede de tráfico de drogas, rede global da nova mídia"* (Castells, 2001: 498).

De que forma, então, esta nova estruturação tecnológica da sociedade influencia a constituição e a percepção social do tempo? Em Castells, podemos encontrar a proposta de uma nova temporalidade, ou de uma suposta 'ausência' de temporalidade, que o autor denomina 'tempo intemporal'. Esta nova situação seria conseqüência direta de dois fenômenos: o modo de comunicação por redes possibilitaria uma transmissão instantânea de dados sem intervalo temporal entre o envio e o recebimento (a 'instantaneidade'); e esta transmissão ou troca de dados não dependeria de uma seqüência linear cuja leitura ou envio teriam de ser feitos por um determinado percurso demandando certo tempo. Aqui, há uma pretensão de rompimento com um modelo de tempo cronológico que tem como uma de suas manifestações mais paradigmáticas as linhas de montagem e os controles de ritmos de produção característicos das sociedades industriais.

Na avaliação do autor, esta nova temporalidade seria uma transformação profunda na experiência temporal da sociedade, em conseqüência das novas tecnologias da informação presentes na estrutura da sociedade em rede, criando uma sensação de libertação em relação ao modelo de regulação do tempo na produção e nas relações sociais (Castells, 2001: 460). Exemplifica que as mídias, particularmente as digitais *online*, teriam a capacidade de romper com a seqüencialidade da exposição - "*para que o efeito geral seja um tempo não-seqüencial dos produtos culturais disponíveis em todo o domínio da experiência humana*" - e transportaria a capacidade de leitura e 'edição' de conteúdos para o 'leitor'/consumidor:

"A intemporalidade do hipertexto de multimídia é uma característica decisiva de nossa cultura, modelando as mentes e memórias das crianças educadas no novo contexto cultural. (...) ...a mídia eletrônica fornece acesso à informação, expressão e percepção de acordo com os impulsos do consumidor ou decisões do produtor. Com isso, toda a ordenação dos eventos significativos perde seu ritmo cronológico interno e fica organizada em seqüências temporais condicionadas ao contexto social de sua utilização. Portanto, é simultaneamente uma cultura do eterno e do efêmero" (Castells, 2001: 487).

Entendemos que o autor procura sintetizar em um conceito novo - 'tempo intemporal' - duas ordens de fenômenos diferenciados: o primeiro é decorrente da instantaneidade de transmissão de informações por meio das estruturas de redes e a capacidade de permitir que atores (individuais e institucionais) entrem em interação e possam agir em simultaneidade de tempo. O segundo fenômeno seria o rompimento da seqüencialidade da leitura por meio de recursos de construção textual como o 'hipertexto'. Se no primeiro aspecto há uma visível afirmação do tempo presente como o tempo da

interação, não nos parece que o segundo aspecto, ao possibilitar uma quebra de um padrão de ordenação das experiências na temporalidade linear das seqüências, crie um "*tempo não diferenciado, o que equivale à eternidade*".

Podemos, talvez, considerar mais próprio que esta quebra gere uma '*confusão sistêmica na ordem seqüencial dos fenômenos*' (Castells, 2001: 489), mas estes somente serão destituídos de sua temporalidade original (a temporalidade impressa nos eventos jornalísticos, por exemplo) se a confusão se estender ao leitor, à sua eventual incapacidade de ordenar racional e causalmente a colagem de eventos 'hipertextuais' que construirá. Consideramos, isto sim, que esta reordenação de textos e conteúdos possibilita ao leitor construir uma pluralidade de tempos sociais ou pelo menos experimentar os tempos sociais existentes de uma forma singular e criativa, inserindo-os dentro de uma nova lógica, mais particular sua e não imposta pelo produtor, o que não significaria necessariamente uma anulação da temporalidade conforme a expressão 'tempo intemporal' induz.

A visibilidade que Castells oferece a uma tendência de reestruturação do social não nos deve levar a uma interpretação de que tal processo seja universalizante ou tenha a pretensão de eliminar conflitos de poder. Nem é esta a intenção do autor, que percebe a existência de '*elites gerenciais dominantes*' (2001: 439), seja no campo da economia, da política ou da cultura, com poder de operar uma temporalidade predominantemente em função das potencialidades das redes de comunicação, enquanto a maioria da sociedade "*permanece à margem do novo universo*" (Castells, 2001: 490).

Guardadas as profundas diferenças de perspectivas de estudo, podemos ver em Milton Santos semelhanças ao reconhecimento das limitações de uma proposta de universalização de um novo paradigma temporal por meio das novas tecnologias da comunicação. Santos nega a existência de um 'Tempo Mundial' único que tivesse superado as hierarquias e relações de poder (Santos, 1997: 31). Na definição de ordens temporais, repetem-se conflitos entre grupos hegemônicos e não-hegemônicos, sendo os primeiros comandados pelas grandes organizações econômicas e Estados, mas os segundos tendo também existência concreta:

"O tempo hegemônico é o da ação e dos atores hegemônicos e o tempo não hegemônico é o da ação e dos atores não hegemônicos. A idéia de tempos hegemônicos supõe também a idéia de tempos hegemonzados. Vejamos um exemplo. Pode-se falar de um tempo único da cidade, ou de um tempo único regional, como se falaria de um tempo universal único? Grupos, instituições, indivíduos convivem juntos, mas não praticam os mesmos tempos (...) Os ritmos de cada qual - empresas ou pessoas - não são os mesmos. Talvez fosse mais correto utilizar a expressão temporalidade em vez da palavra tempo" (Santos, 1997: 45).

Parece-nos que o diagnóstico apresentado por Castells fica mais bem situado se percebermos que as sociedades mais tecnologicamente avançadas vêm desenvolvendo um processo de aceleração da vida e dos sistemas sociais em variados campos, particularmente sobre a produção material e simbólica. No caso da produção material, a abordagem de David Harvey é particularmente fecunda, já que o autor vê, nas transformações do capitalismo ocidental, as bases para uma reconfiguração da experiência do tempo e do espaço. Harvey considera que a construção do sentido do tempo não se detém tanto em processos sociais intersubjetivos, mas na produção social ou, conforme o autor, em “*práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social*”, o que faria com que cada modo distinto de produção ou formação social incorporasse um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço (1993: 189). A intenção metodológica do autor é construir estruturas interpretativas gerais que possam vencer o “*hiato entre a mudança cultural e a dinâmica da economia política*” (1993: 195) a partir da objetividade das práticas materiais de produção social.

Uma rica ilustração deste esforço em relacionar processos culturais e produtivos pode ser visto em sua proposta de explicar como os usos e significados do espaço e do tempo mudaram com a transição do fordismo para a acumulação flexível por meio da introdução de novas formas organizacionais e tecnologias produtivas, acelerando tanto o tempo de giro na produção quanto na troca e no consumo, com uma maior velocidade de circulação de mercadorias e consumo de bens e serviços. Para Harvey, estes são indicadores suficientes para sugerir que as últimas décadas do século XX se caracterizaram como uma intensa fase de compressão do tempo-espaço tanto nas práticas político-econômicas quanto sobre a vida social e cultural (1993: 257).

Harvey usa a expressão 'compressão do tempo-espaço' para designar

“...processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra 'compressão' por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós (...) ...os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico)” (Harvey, 1993: 219).

Esta acelerada generalização dos 'tempos de giro do capital' vai trazer como conseqüências uma institucionalização da efemeridade, da volatilidade, da descartabilidade

e da instantaneidade como modos de realização do capital na sociedade de mercado. Produtos, serviços, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas se tornariam envolvidos por esta lógica e não seriam mais modos disruptivos de uma ordem social, mas sim seu princípio de estabilização, uma estabilização que comprimiria a experiência do tempo para um presente ao qual objetos e práticas se direcionam em busca de uma renovação intermitente (Harvey, 1993: 258-263).

Esta aceleração contemporânea atinge também a produção de imagens, signos e sistemas de signos como um modo de expansão dos processos capitalistas de produção (Harvey, 1993: 262). Mas não se restringe a isso: introduz uma lógica social do efêmero em fatores díspares, como cita Santos: "*A aceleração contemporânea é (...) um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante. São, na verdade, acelerações superpostas, concomitantes, as que hoje assistimos. Daí a sensação de um presente que foge*" (Santos, 1997: 30).

Assistimos a esta superposição de acelerações porque ocupamos uma posição ímpar na História: criamos um ambiente midiático que é, ao mesmo tempo, produtor e reproduzidor desta lógica da profusão e substituição de imagens. Com as novas engenharias operadas pelas mídias, regras e procedimentos se modificam, e a aceleração contemporânea nos lança a novos desafios: por ser uma prática estabelecida em modos tão diversificados, ela se coloca como um 'desafio conceitual' (Santos, 1997: 31) para que pesquisadores contemporâneos encontrem explicações lógicas e coerentes na compreensão destes novos fatores dentro dos processos e mudanças sócio-históricas.

5.2.2) Redefinições do espaço urbano e nacional

Observar as determinações das grandes organizações econômicas sobre modos de vivência do tempo não é suficiente para abarcar o conjunto das relações temporais que as sociedades constroem no cotidiano. Se, por um lado, a formação de redes de comunicação superando limites espaciais introduz, na sociedade, formas novas de experimentar o tempo ligadas principalmente às tecnologias da comunicação e da produção material e simbólica, há que ser percebidas as dinâmicas de interação e construção de valores e objetos simbólicos característicos de ambientes sociais particulares, que podem ou não estar ligadas às dinâmicas gerais de sociedades tecnologicamente interconectadas.

Estamos nos referindo, então, que o tempo é também uma manifestação social que depende das relações que as pessoas desenvolvem no espaço dos objetos que estão à sua volta. Esta preocupação pode ser percebida, por exemplo, em Milton Santos, ao considerar que o tempo é constituído de objetos e ações: "*...Não são apenas as ações, como temporalizações práticas, que são Tempo; os objetos, como espacializações práticas, restos de passadas temporalizações, também contêm tempo*" (1997: 47).

O autor quer conduzir nosso olhar para o 'homem comum', uma abstração útil para visualizarmos procedimentos diferenciados do 'homem integralmente conectado à sociedade tecnológica'. Isto porque, na visão crítica de Santos, a distância do homem comum em relação a esse novo 'Tempo do Mundo' ordenado pela tecnologias das comunicações é muito maior do que antes: "*A mundialização multiplica o número de vetores e, na verdade, aumenta as distâncias entre instituições e entre pessoas. Ubiqüidade, aldeia global, instantaneidade são, para o homem comum, apenas uma fábula. Para o homem comum, o Mundo, mundo concreto, imediato, é a Cidade, sobretudo a Metrópole*" (Santos, 1997: 82).

Santos procura direcionar nossa atenção para que percebamos as formas de construção de temporalidades em espaços particulares, resultantes de intervenções e interpretações de indivíduos, grupos e classes sociais sobre os objetos à sua volta: "*a construção de diversos tempos sociais combina a inflexibilidade dos objetos à flexibilidade das ações*" (1997: 82). Tais argumentos preparam o autor para uma crítica à supervalorização da velocidade e da aceleração contemporânea nas análises de espaços sociais concretos como a cidade e as metrópoles. Para ele, quem melhor interage com a voluptuosidade das imagens e movimentos da cena contemporânea são aqueles que se movimentam num 'tempo lento', pois conseguem olhar os objetos com mais profundidade:

"Quem, na cidade, tem mobilidade - e pode percorrê-la e esquadrihá-la - acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens 'lentos', por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações" (Santos, 1997: 84).

Os indivíduos que viveriam a cidade sob o ritmo de um tempo mais lento teriam maiores condições de estabelecer laços de interação e solidariedade. Entender estes mecanismos de interação e solidariedade num 'tempo lento' é um dos objetivos de estudo

que o autor propõe, pois seria uma estratégia para desafiar a "*perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade*" (Santos, 1997: 86).

Esta contraposição entre o 'lugar' como espaço do convívio, identidade e interação cotidiana e o 'espaço' abstrato das redes de comunicação é também objeto de discussão para David Harvey, para quem uma tensão entre lugar e espaço compõe o espectro das relações do capitalismo contemporâneo. Por um lado a tecnologia da produção e circulação de mercadorias diversas que sustenta o capitalismo atual depende de trocas instantâneas pelas redes digitais, esta troca acelerada não só de informações, mas de modos de ação no campo da economia, política e cultura geram um risco de criação de espaços indiferenciados. Por outro lado o próprio sistema percebe, na emergência das particularidades dos lugares, um componente especial de valor: "*...as qualidades do lugar passaram a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações*" (Harvey, 1993: 266).

Na verdade, a constituição de espaços 'indiferenciados' ou 'abstratos' de circulação intensa já vinha sendo uma preocupação de geógrafos e urbanistas há vários anos, ao estudarem as vias expressas de trânsito de veículos nas grandes cidades e as formas como elas perdem convivialidade. As vias expressas formadas pelas redes digitais estão agora elevando a questão para uma dimensão bastante mais complexa, pois elas remetem o problema para o transporte de informações (genericamente falando) em um procedimento tecnológico que elimina tanto o espaço físico a ser percorrido quanto o tempo que seria gasto para o deslocamento, o que exige a formulação de novos conceitos capazes de dar conta desses fenômenos.

Em Castells, vamos encontrar a proposta do conceito de 'espaços de fluxo'³¹, construído para designar uma "nova lógica espacial" surgida com a sociedade de redes em contraposição às experiências históricas do 'espaço de lugares' (Castells, 2001: 404). O espaço de fluxos seria a "*forma material de suporte dos processos e funções dominantes na sociedade informacional*", descrito pelo autor por meio da combinação de, pelo menos, três camadas de suportes materiais: 1ª) um circuito de impulsos eletrônicos (microeletrônica, telecomunicações, processamento computacional, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade); 2ª) seus nós (centros de importantes funções estratégicas) e centros de

³¹ "*O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade*" (Castells, 2001: 437).

comunicação; 3ª) a organização espacial das elites gerenciais dominantes, que exercem as funções diretivas em torno das quais esse espaço é articulado (Castells, 2001: 437-439).

O autor reconhece que o espaço de fluxos não é a única lógica espacial das sociedades contemporâneas, mas é sua lógica espacial dominante por originar-se dos interesses dominantes na sociedade. É nesta perspectiva de um espaço de fluxos que Castells vai caracterizar a 'cidade informacional' não como uma forma, mas como um processo:

"Defenderei que, por causa da natureza da nova sociedade baseada em conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada de fluxos, a cidade informacional não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos" (Castells, 2001: 423)

Assim, Castells reconhece a continuidade do 'espaço de lugares' na sociedade contemporânea, que constituiria o ambiente para a grande maioria das pessoas nas sociedades tradicionais. Um 'lugar' significaria um local cuja forma, função e sentido seriam independentes dentro das fronteiras da contigüidade física (2001: 440). Segundo o autor, as pessoas vivem em 'lugares', mas a função e o poder das sociedades contemporâneas estão organizados em espaço de fluxos, o qual tenderia a predominar no conjunto do social e impor sua lógica social sobre o espaço de lugares. Por isso, propõe a construção de 'pontes culturais e físicas' entre estas duas formas de espaço social para evitar a criação de 'universos paralelos' de interação *"cujos tempos não conseguem encontrar-se porque são trabalhados em diferentes dimensões de um hiperespaço social"* (2001: 452).

Um passo seguinte a este conjunto de preocupações apresentadas por estes teóricos poderia ser dado se considerássemos que a construção social da temporalidade das vivências depende, além das condições ambientais das interações, também das normatividades sociais que irão regular formas padronizadas de organizar o tempo, particularmente em áreas urbanas. Esta perspectiva é abordada por Rotenberg (1992) ao estudar como as metrópoles européias definem as dimensões temporais da vida cotidiana, seja nos espaços públicos ou na intimidade dos lares. O autor acentua que as referências de organização do tempo definidas e adotadas coletivamente têm um poder coercitivo (na linha durkheimniana) sobre a construção individual do sentido de tempo social.

De modo simplificado, sua hipótese é de que os moradores em áreas metropolitanas ignoram o nível elevado de constrangimento social sobre as formas individuais de definição e uso do tempo: "*They see themselves exercising choice in their activities when in fact these choices are inconsequential in the face of the constraints of the city's schedule*" (Rotenberg, 1992: 2). O autor se dedica a estudar particularmente Viena, por entender que seus horários coletivos são um dos mais rígidos e constrangedores das cidades industrializadas européias. Seu estudo, de base antropológica, vai sugerir que o tempo é um artefato cultural, portanto representativo da cultura das metrópoles, mas o caso vienense vai afirmar uma tensão entre o tempo individual e o institucional. A resolução deste conflito se dá pela primazia da dimensão da economia e da política sobre o indivíduo, com uma intervenção governamental na regulação do tempo com vistas à sua consolidação, simplificação e transformação em política pública de organização do tempo institucional (Rotenberg, 1992: 7).

A tensão entre tempo institucional e tempo individual no exemplo vienense compõe um quadro específico em que Estado e principalmente organizações institucionalizadas que atuam em grande escala são as maiores fontes de regulação do tempo nas sociedades contemporâneas (Segre, 2000: 160). O Estado tem esse papel, em consequência do seu poder regulatório e de fiscalização sobre uma série de práticas e serviços públicos, e as grandes organizações, por instituírem procedimentos e padrões internos de normatização do tempo com vistas à sua eficiência administrativa e produtiva e, ao mesmo tempo, com vistas a uma conformação do tempo social externo aos seus ritmos e expectativas de otimização de funcionamento.

Esta tensão entre as duas temporalidades opera em uma faixa cujas formas de interação presentes ainda não estão adequadamente interpretadas. Isto porque, de um modo geral, ela reflete um dilema clássico nas ciências sociais, que é a busca de um adequado modelo explicativo das relações entre dimensões macro e micro-social. No aspecto específico da constituição do tempo social, podemos buscar em Simonetta Tabboni sua constatação de que, se o tempo implica ordem e constrangimento, ele também significa um grau de liberdade de escolha. A autora considera que o estudo da temporalidade individual e coletiva parece oferecer aos sociólogos uma saída para uma encruzilhada teórica (a relação entre indivíduo e mundo social), abrindo uma perspectiva interessante para uma questão teórica extremamente complexa: "*how and what extent do social structures determine individual behavior, and how in turn do individuals modify social structures to suit their own purposes?*" (Tabboni, 1998: 263).

Não é objetivo deste trabalho propor o caminho para sairmos desta encruzilhada teórica, mas acrescentar aspectos novos que mereçam atenção ao considerarmos a formação contemporânea do tempo social e suas relações com o espaço. Parece-nos que o pano de fundo das preocupações sobre as reformulações das concepções e experiências do tempo situa-se nas formas de equacionar a questão da tecnologia e sua relação com a economia e com o poder, considerando as possibilidades que esta equação oferece para o indivíduo e o exercício de sua liberdade.

O processo de reestruturação social por meio das redes e as formas como os atores econômicos e políticos irão impor seus interesses e suas estratégias não está resolvido nem constitui um modelo de intervenção fechado a formas de criatividade e liberdade individual. Nenhum dos autores citados diagnostica uma situação hermética ou acabada, embora haja diferentes interpretações sobre as possibilidades e limitações que este cenário oferece, os conflitos de forças nele presentes e as diferentes formas potenciais de sua resolução. A própria dinâmica das redes, se por um lado ganha lastro conduzida por grandes instituições e atores sociais, por outro introduz uma lógica de interação social que não aponta para uma inevitável manutenção ou ampliação do controle sobre o tráfego de informações e produções simbólicas, podendo ir bem além das possibilidades para o exercício do poder.

O essencial é percebermos que este é o quadro presente e o horizonte próximos para pensarmos os modos de inserção das indústrias midiáticas, particularmente das organizações jornalísticas, e entendermos como este cenário atua no estabelecimento de condições para a permanência ou mudança de formas tradicionais ou contemporâneas de construção da temporalidade no jornalismo. Por isso, parece-nos pertinente continuar nosso percurso analítico de submeter as cinco categorias descritivas da atualidade jornalística propostas anteriormente a uma rediscussão crítica, a fim de perceber como elas se constituem em um contexto social, econômico e político transformado pelas novas tecnologias da comunicação, por redefinições na concepção e ocupação do espaço social e pelo surgimento de novas interações sociais e formas culturais.

5.2.3) A simultaneidade jornalística e o risco de fragmentação social

No Capítulo III, caracterizamos cinco tipos de fenômenos temporais que se constituíram concomitantemente ao processo de formação histórica do jornalismo, sendo influenciados pelos modos como a atividade jornalística opera a temporalidade social. Para descrevê-los e torná-los operativos analiticamente, propusemos a constituição de cinco categorias descritivas (instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública), às quais nos parecem suficientemente capazes de compor, no seu conjunto, o fenômeno complexo que denominamos de atualidade jornalística. Como estas categorias estão sendo propostas a partir de movimentos históricos específicos, estamos optando por recolocá-las em discussão neste capítulo, tendo em vista as transformações sociais decorrentes das novas tecnologias da comunicação e seu potencial estruturante de relações e do ambiente social, econômico, político e cultural nas últimas décadas.

As contribuições oferecidas por autores como Castells, Harvey e Santos auxiliam-nos a conduzir uma reflexão sobre o sentido geral de simultaneidade experimentado hoje pelas sociedades contemporâneas e, mais particularmente, o sentido de simultaneidade que o jornalismo vem operando recentemente, considerando as inovações tecnológicas da área. Conforme salientamos, entendemos existir simultaneidade quando duas ou mais ações ou eventos se iniciam ou ocorrem num mesmo momento, mesmo que haja diferenças de velocidade de realização, duração, conseqüências ou desdobramentos.

Historicamente, a padronização da medição do tempo no mundo por meio de convenções internacionais no final do século XIX criou um recurso técnico para sincronizar ações em diferentes partes do mundo, mesmo que, no momento de sua execução, atores envolvidos em um evento não tivessem um contato direto com outros atores e eventos. A proliferação de relógios de pulso, por exemplo, tornou este efeito de sincronismo ainda mais comum e simplificado no cotidiano das cidades. Com o surgimento do telégrafo e posteriormente do telefone, uma nova experiência de simultaneidade se constituiu, pois o estabelecimento de uma comunicação com um segundo espaço físico criou a sensação de que uma pessoa podia ter acesso ou estar presente em dois ou mais locais quase ao mesmo tempo (Kern, 1983: 82).

Tais referências históricas são necessárias quando entramos em um contexto contemporâneo em que inovações tecnológicas criam novas possibilidades de interações

sociais. A mudança estrutural da sociedade com a formação das redes de comunicação e de troca de dados multiplicou inúmeras vezes a experiência incipiente de simultaneidade alcançada pelo telégrafo e pelo telefone.

O fenômeno que Castells denomina de 'espaço de fluxos' vem criando uma lógica de trocas instantâneas de informações em fluxo contínuo e grande quantidade por meio de suportes materiais como a telemática, o que tem possibilitado que diferentes atores sociais executem suas ações de forma simultânea não só pela coincidência temporal, mas pela forma harmônica com que estas ações específicas convergem para alcançar um resultado compartilhado por todos os participantes (como no caso do mercado de ações). Por isso que Castells diferencia a interação alcançada pelas redes daquela obtida pela contigüidade, que dependem de proximidade física (Castells, 2001: 436). A sociedade informacional, com suas redes de comunicação e com suas organizações da mídia diversificando modos de transmissão, apresentação, expressão e comunicação, torna a contigüidade física um elemento cada vez mais reduzido a uma pontualidade no conjunto das interações ao alcance de um indivíduo.

As possibilidades de simultaneidade pela tecnologia das redes são, no entanto, limitadas à condição de estarmos conectados nela. Não somente devido a determinantes econômicos ou políticos (ter condições ou permissão de acesso), mas por opções em relação ao tempo a ser dedicado a ela, ao tipo de relações e contatos que o indivíduo queira buscar e a capacidade que a rede tem de preenchê-los. Por questões como esta é que a simultaneidade das redes manifesta-se hegemonicamente em alguns tipos de interações sociais, mas as interações próprias do 'espaço de lugares' preservam sua temporalidade própria, não sendo a simultaneidade uma condição compulsória de um suporte tecnológico.

Em uma perspectiva semelhante, a categoria proposta por Harvey de 'compreensão do tempo-espaço' orienta-nos para perceber esta tendência à redução do tempo despendido para uma ação e da necessidade de deslocamento para sua realização. Esta aceleração do ritmo da vida social, da cultura e da produção convergiria para uma situação em que os tempos e os espaços seriam aniquilados pelo potencial tecnológico avassalador de circulação e trocas instantâneas, sem duração, e a temporalidade da existência humana estaria unicamente vinculada ao presente. Supomos que este possa ser um exercício de imaginação adequado às intenções de um capital produtivo que busque sua propagação intermitente e simultânea por diferentes mercados - em certa medida, a globalização dos mercados vem dando reforço a esta idéia ao adotar estratégias de marketing que privilegiam os 'lançamentos mundiais' de produtos.

Um fator que complexifica a noção inicial de simultaneidade de ações e eventos é que a ampliação das possibilidades de relações simultâneas estimula a construção de um sentido mais plural da temporalidade que as pessoas vivenciam no seu dia-a-dia. Se há um aumento de conexões que um indivíduo estabelece com outros, com instituições ou com eventos diversos relatados e transmitidos por profissionais da mídia, o seu sentido de tempo presente construído nas relações sociais se modifica, pois admite a vivência simultânea de uma pluralidade de situações que circulam por instituições e suportes neste 'espaço de fluxos' sugerido por Castells.

Santos apresenta esta idéia de que 'simultaneidade' hoje não é uma característica só ligada ao tempo físico, à possibilidade de sincronismo dos eventos, mas é um fenômeno que constrói um tempo social. Para o autor, esta temporalidade social se espalha por todos os territórios a partir das metrópoles, irradiando os ritmos e marcações temporais definidos pelo Estado e pelas grandes empresas (Santos, 1997: 155). Antes, o poder regulatório das metrópoles não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, gerando processos diacrônicos. Hoje, o fenômeno da simultaneidade possibilita que as metrópoles intensifiquem seu poder hierárquico de ordenar sincronicamente as atividades:

"O fato é que estamos diante do fenômeno de uma metrópole onipresente, capaz, ao mesmo tempo, pelos seus vetores hegemônicos, de desorganizar e reorganizar, ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o processo de desenvolvimento regional" (Santos, 1997: 156-157).

Uma outra forma de abordar a questão da temporalidade e do espaço é a diferenciação que Milton Santos faz entre o 'tempo das sucessões' e o 'tempo das coexistências'. O primeiro se refere ao fluxo contínuo do tempo e a conseqüente sucessão dos fenômenos em um sentido de seqüência - por isso, também chamado de tempo histórico. Em contrapartida, o eixo das coexistências seria o da simultaneidade. O tempo das coexistências seria constituído pelas diferentes experiências temporais que indivíduos e grupos sociais poderiam ter em seus ambientes particulares, mas com a coincidência de que estas experiências ocorreriam num mesmo momento.

Esta segunda forma de perceber o tempo daria conta de aceitar a multiplicidade das temporalidades sociais - por exemplo, a tipologia dos tempos sociais construída por Georges Gurvitch (1990) citada anteriormente para explicar que diferentes formações sociais criariam relações temporais particulares - existindo em concomitância, seja em diferentes espaços sociais ou num mesmo espaço. *"Para os diversos agentes sociais, as*

temporalidades variam, mas se dão de modo simultâneo. No espaço, para sermos críveis, temos de considerar a simultaneidade das temporalidades diversas" (Santos, 1997: 164).

Jornalismo *online* e simultaneidade

A simultaneidade é uma categoria que descreve um fenômeno importante dentro da noção de atualidade jornalística, pois nos permite perceber algumas formas de vínculos sociais que o jornalismo começa a construir socialmente com sua institucionalização crescente. Um dos percursos para entender a simultaneidade contemporânea é relacionar o 'tempo das coexistências' como componente da atualidade jornalística. Anteriormente, analisamos como a simultaneidade se manifestava em uma atividade específica, a comunicação pelo rádio, graças às possibilidades tecnológicas e operativas deste veículo. Agora, vamos retomar esta discussão a partir da perspectiva jornalística, considerando as contribuições teóricas de autores como Milton Santos e percebendo a nova transformação sócio-tecnológica trazida pelo jornalismo *online*.

Pensar que grupos sociais diversos possam ter experiências particulares do tempo e, mesmo assim, estarem ligados a um sentido geral e comum de temporalidade parece-nos uma leitura plausível para entender a sociedade contemporânea e a experiência temporal específica que a mídia oferece. A mídia não impõe uma única temporalidade, embora seus ritmos, acelerações e ênfases induzam, muitas vezes, os ritmos de diversos grupos sociais ou da sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, a mídia opera também com uma multiplicidade de temporalidades, construindo diferentes relações temporais de acordo com os gêneros midiáticos produzidos e os suportes utilizados (conforme citamos acima).

As organizações tradicionais da mídia (jornal, rádio e televisões) operavam (e ainda operam) com uma linearidade que auxilia a demarcar os intervalos temporais entre o hoje, o ontem e o amanhã. O momento da veiculação de um conteúdo é o tempo presente na referência do ator que produz o conteúdo e do público que o recebe - ambos estão envolvidos em uma interação comunicacional que 'presentifica' a experiência. As mídias eletrônicas têm experimentado algumas transformações particulares na forma de estruturar a sua produção. Se o 'ao vivo' caracterizava as experiências embrionárias do rádio e da televisão nos seus primeiros anos, a introdução de tecnologias de gravação e reprodução contribuiu para um movimento de organização do conteúdo a ser veiculado em grades de programação. Isso aconteceu, por exemplo, com o conteúdo jornalístico, demarcado em programas rádio e telejornalísticos que ocupam horários fixos na programação.

Recentemente, novas formas de estruturar a produção e veiculação estão também privilegiando a lógica do fluxo contínuo. No rádio, Meditsch descreve esta fase de transição entre a lógica de programas e a lógica de fluxos: "...a abundância de programação, com o incremento da produção de unidades identificadas com o formato da emissora; a saturação do tempo de emissão, com o fluxo fechando o ciclo das 24h de programação e atingindo, assim, uma total isocronia com o tempo real, tornando o descontínuo em contínuo" (Meditsch, 2001: 200).

O autor considera que a lógica do fluxo criou um gênero próprio no rádio, denominado de '*all news*', em que o planejamento é estruturado de forma circular (diferente das grades lineares de programação com início-meio-fim), com base na metáfora dos ponteiros do relógio como um movimento de tempo que se repete infinitamente. O '*all news*' surgiu de experiências norte-americanas de produção e transmissão exclusiva e constante de notícias. Na televisão, experiências de '*all news*' se concretizam nas tevês pagas (cabo, satélite ou outras formas direcionadas de transmissão) a partir da norte-americana *Cable News Network (CNN)*. Mesmo havendo a subdivisão do noticiário em programas com enfoque e temáticas direcionados para questões específica ou geral, há um movimento de alimentação constante da veiculação de notícias em curtos intervalos de tempo.

Baumworcel (2001) acentua o aspecto mercadológico deste gênero do jornalismo eletrônico, tanto por ter surgido em decorrência do aumento da competição entre emissoras de rádio quanto pelas novas conformações que ele impõe ao conteúdo e ao formato da notícia. Por um lado, o crescimento e a transformação do fator temporal a partir da imposição da instantaneidade e da simultaneidade e o rompimento da periodicidade. Por outro, há uma maior dificuldade de aliar novidade e importância de conteúdo num noticiário que depende de alimentação e veiculação constante.

Devemos lembrar que o jornalismo afirma a sua temporalidade do presente não somente no momento da veiculação, mas também no seu conteúdo. O conteúdo do jornalismo está vinculado ao tempo presente não somente por mera coincidência ou convenção, mas porque a sua constituição histórica atribuiu-lhe o papel de produzir um recurso que fosse adequado e capaz, para a sociedade, agir coletiva ou coordenadamente em uma mesma temporalidade - o tempo presente. Por meio do conteúdo jornalístico, é possível pensar um tempo comum (o tempo presente da experiência social) sem que rompamos com a idéia que os atores sociais tenham outras experiências temporais em outras dimensões da vida.

Podemos ver o jornalismo operando mais propriamente o 'tempo das coexistências' (na terminologia de Santos) se olharmos o suporte digital e *online*. Neste, o evento aparece tanto como sucessão de pequenos fragmentos disponibilizados em um fluxo de informação contínua conforme o desenrolar do evento quanto nas possibilidades de interrelacionar este evento (ocorrendo no tempo presente) com conteúdos produzidos em outras temporalidades, mas passíveis de serem recuperados por programas de buscas e banco de dados, o que enriquece e complexifica as experiências temporais - como a construção da memória social, conforme Palacios (2003)³².

A proposta de 'jornalismo contextualizado' (*'contextualized journalism'*) de Pavlik (2001: 218) como um novo modelo de jornalismo, emergente com a nova situação da digitalização e suporte *online*, tem também esta intenção de ampliar as possibilidades de oferta de conteúdos e das linguagens de acesso e de leitura deles. Poderíamos acrescentar que uma contextualização significaria trabalhar com diferentes temporalidades do conteúdo: do tempo presente do evento e de sua leitura, mas também do tempo passado na recuperação de arquivos e dados históricos por hipertextos, bem como da potencialidade que um volume de informações contextualizadas venha a ter para a construção de cenários futuros próximos. Talvez os recursos hipertextuais aliados a uma competência de edição sejam capazes de introduzir no jornalismo não somente a operação do 'tempo das coexistências', mas também do 'tempo das sucessões', ao oferecer tecnicamente modos de inclusão, em uma página com *links*, de um evento presente dentro de uma ordem de sucessão de eventos numa temporalidade ampliada, estimulando a compreensão das lógicas de causalidade na formação deste evento por meio das relações e processos históricos.

O jornalismo *online* afeta um tipo específico de sentido de simultaneidade ao estabelecer novas interrelações entre conteúdos por meio do recurso do hipertexto. Lembremos que Stephen Kern utilizou o termo simultaneidade para caracterizar a 'polifonia de vozes' ocorrendo em produções estéticas como a poesia, música, pintura, literatura ou cinema na passagem do século XIX e XX, com o objetivo de romper uma leitura linear e seqüencial das obras artísticas. Entendemos que o jornalismo *online* amplia as possibilidades técnicas de interrelacionar conteúdos jornalísticos com outros conteúdos e práticas interativas não jornalísticos (desde *sites* relacionados ao assunto, arquivos

³² Interessante como Giddens analisa a memória sob o ponto de vista de uma teoria social: "*When we speak of 'memory' (...) we should not think only of traces of past experiences on the brain of the individual. All societies have institutional forms which persist across the generations, and which 'shape' past experiences that date back well beyond the life of any particular individual*" (Giddens, 1981: 35).

bibliográficos e históricos até os *chats* e enquetes afins), multiplicando a participação dos 'atores' e suas 'vozes' na construção de uma compreensão sobre o conteúdo.

É certo que os produtos jornalísticos das mídias tradicionais (jornal, rádio e televisão) já executam esta polifonia de vozes ao colocar eventos semelhantes ou diferentes em um mesmo momento de veiculação ou enunciação (uma determinada edição do jornal diário ou de um programa televisivo ou radiofônico). Ao estarem próximos temporal e espacialmente, estes produtos se interrelacionam em vários sentidos, mas um em especial: o tempo presente da enunciação produz o sentido de que todos os eventos estão vinculados a um mesmo período de tempo.

Por exemplo, no jornal diário, este sentido de unidade temporal nos faz captar a impressão de que os eventos publicados no jornal do dia ocorreram ou estejam referidos ao 'ontem'; nos telejornais da noite, este sentido se manifesta pela impressão de o programa estar apresentando um 'resumo das notícias do dia', assim como os demais telejornais ou programas radiojornalísticos se propõem a sumarizar os 'fatos das últimas horas'. Todos podem utilizar conteúdos fora deste intervalo temporal suposto, mas são aplicadas técnicas de construção do discurso jornalístico para torná-los mais próximos da temporalidade presente operada pelo jornalismo.

A 'polifonia de vozes' não se refere somente às interrelações entre o conjunto dos 'textos' jornalísticos enunciados em cada veiculação ou publicação. Se aprofundarmos a análise, perceberemos que uma única matéria pode já conter esta multiplicidade quando o jornalista 'põe a falar', em uma mesma reportagem, atores que se encontram distantes no espaço e nas ações. O texto jornalístico cria a impressão de reuni-los em um único momento de interlocução, mesmo que esta unidade de interlocução só aconteça *a posteriori* para o leitor - outra consequência da aplicação das técnicas jornalísticas.

Uma outra formulação teórica sobre a simultaneidade pode ser aplicada ao jornalismo contemporâneo. Estamos nos referindo à formação de um 'espírito' ou 'consciência' de leitor, termos que aplicamos - apesar de sua construção conceitual frágil - a partir das análises de Benedict Anderson (1991) para designar uma percepção que cada leitor tem da existência do outro e, sabedor disso, uma percepção também que ambos têm sobre a importância do conteúdo jornalístico para a condução de suas vidas tanto na dimensão individual quanto no seu aspecto público, nas interações sociais em instituições e espaços públicos.

A simultaneidade auxilia-nos a pensar de que maneiras a instituição jornalística cria ou reforça situações de interação entre leitores separados espacialmente, possibilitando que suas ações, ocorrendo em locais distantes, tenham uma relação entre si: seja na forma de identidade ou semelhança de atos ou expectativas de leitura, seja pela aproximação de intenções, objetos ou contextos envolvidos em ações em andamento ou a acontecer, seja por uma mínima coordenação ou harmonia que estas ações possam ter visando a uma unidade social mínima - dentro dos limites do conceito de 'comunidade imaginária' de Anderson.

Consideramos interessante retomar um aspecto específico da análise de Anderson sobre a simultaneidade como uma cerimônia de leitura executada diária e simultaneamente por esta comunidade de leitores, particularmente do jornal diário. A periodicidade diária dos jornais, desde a primeira experiência há cerca de trezentos anos, criou um conjunto de práticas e expectativas internas e externas, e sua forte institucionalização tem resistido às transformações profundas das comunicações e das sociedades nestes séculos. O aprimoramento e a complexificação da estrutura industrial e da distribuição dos jornais diários criou mecanismos que conseguem fazer com que cada nova edição (preferencialmente pelas manhãs) esteja ao alcance direto (por assinatura em casas particulares ou em organizações) ou indiretos (nas vendas pelas ruas ou em bancas de revistas) de boa parte da população dentro do espaço de circulação do jornal.

Tal sistema tem garantido o impacto e a repercussão social de cada nova edição do jornal, realimentando uma semelhança de movimentos e expectativas dos leitores em busca dos conteúdos que a instituição jornalística lhes oferece - somente ela consegue executar esta tarefa e alcançar resultados condizentes com uma legitimidade social conquistada historicamente. Mesmo o surgimento de novas formas de transmissão de informações e, conseqüentemente, de novos meios de comunicação não romperam com este ritual de leitura do jornal diário. Pelo contrário, tanto o rádio quanto a televisão introduziram novos modos de recepção das notícias: o horário da emissão de programas radiojornalísticos e telejornalísticos criaram verdadeiros rituais junto aos seus públicos, a exemplo de programas como o radiofônico *Repórter Esso* na primeira metade do século passado no Brasil, até sua extinção na década de 60 (Klöckner, 1998), e o telejornal noturno *Jornal Nacional*, em veiculação pela TV Globo.

O surgimento do jornalismo *online* dificulta, de imediato, a descrição de um fenômeno de 'ritual de leitura' em que a recepção seja executada simultaneamente no mesmo momento do dia por uma comunidade de leitores (restrita ou ampla). Por a

estrutura em rede possibilitar fluxos contínuos de informação 24 horas ao dia (embora saibamos que o fluxo seja mais intenso durante o dia e menos intenso à noite), os procedimentos de leitura não irão mais depender de uma cristalização de hábitos coletivos na utilização do tempo diário. Cada indivíduo pode definir seu melhor momento do dia para acessar as páginas *online* dos jornais, independente do horário de acesso dos demais leitores ou do horário de veiculação de notícias pela organização.

Não estamos, com isso, afirmando que a análise de Anderson não tem mais potencial descritivo sobre a realidade do jornalismo contemporâneo, até porque as mídias tradicionais (jornais, rádio e televisão) preservam diversas características que guardam semelhanças à concepção inicial do autor. Preferimos, no entanto, argumentar que o ato de leitura, particularmente dos jornais *online*, sofreu modificações que merecem ser consideradas, mesmo se aceitarmos continuar aplicando categorias de origem antropológica, como 'ritual' e 'cerimônia' para descrever o ato de leitura. Há, no leitor *online*, uma série de procedimentos específicos e diferenciados dos públicos das demais mídias. A começar pelo próprio modo de interação usuário-computador, em que o usuário estabelece relações com a máquina, com o próprio *site*, através do hipertexto e com outras pessoas através da máquina (Palacios,2003). O procedimento de uso do computador e o seu espaço dentro de um ambiente já seriam, por si, elementos suficientes para a aplicação de uma leitura antropológica.

Além disso, devemos considerar que a flexibilidade temporal no ato de ler propiciada pelo conteúdo jornalístico *online* impede a simultaneidade 'cerimonial' na leitura em certo horário do dia. Mas não podemos esquecer que os *sites* com conteúdo jornalístico originaram-se da transposição de jornais impressos para o formato *online*, com semelhança ou modificação de conteúdo e linguagem conforme o estágio de desenvolvimento e aplicação desta nova tecnologia (Pavlik, 2001: 43). O estreito vínculo de conteúdo com um jornal impresso (característica que ainda perdura em certa medida em boa parte dos *sites* jornalísticos) estimula-nos a supor que a periodicidade diária matutina do impresso influencie o hábito de leitura mesmo do leitor *online*, colocando o período da manhã como um momento privilegiado de interesse e busca de informações nos *sites*.

Ao mesmo tempo, sabemos que as notícias em fluxo contínuo podem estimular que o leitor acesse o *site* em outros horários do dia, conforme sua disponibilidade pessoal ou interesse específico e imediato por determinado assunto. E o hipertexto, por sua vez, pode estimular retornos à página para aprofundamento da leitura, busca de algum aspecto específico ou mesmo novas formas de interação com 'outros' (jornalistas ou leitores) por

meio destes *sites*. Isto significa dizer que os procedimentos de acesso e leitura no ambiente do jornalismo *online* podem recriar novos hábitos culturais, predominantemente individuais, mas com a possibilidade de preservação ou criação de novos vínculos ou identidades coletivas.

No caso da simultaneidade, supomos que estes vínculos sejam menos um sincronismo temporal no ato de leitura mas principalmente um movimento que conduz cada leitor a continuar sentindo-se envolvido por questões que são comuns, interessantes ou necessárias para quem co-habita o mesmo ambiente de relações. Pavlik supõe que os novos recursos técnicos do jornalismo *online* podem ampliar a conexão entre os jornalistas e seu público, seja por e-mails e outros espaços de manifestação da opinião do leitor mais facilmente disponíveis na Internet. É nesse contexto que inserimos a proposta do autor de estímulo a experiências de 'jornalismo cívico'³³ no formato *online*.

Jornalismo *online* e fragmentação social

Podemos questionar também se a possibilidade de personalização e especialização de conteúdos no jornalismo *online* traria uma tendência, a médio e longo prazos, de uma maior fragmentação social, à medida que poderia retirar do jornalismo um potencial de convergência da atenção pública para assuntos comuns, alguns considerados obrigatórios, embora talvez não interessantes para o leitor. Para usar um exemplo simples, a personalização poderia conduzir um leitor interessado em notícias setorializadas (cultura ou esportes) diretamente a estes assuntos, pré-editando preferencialmente com esses conteúdos a página que ele iria acessar e o desviando de ler notícias sobre temáticas mais complexas, como a política, economia ou questões estruturais da sociedade.

Nerone e Barnhurst (2001) fazem esta reflexão. Se o jornal moderno trazia a atenção dos leitores para conteúdos comuns de uma edição impressa, a produção na *Web* pode dar caminhos específicos conforme interesses, *linkando* conteúdos jornalísticos e não

³³ O movimento denominado de "*civic journalism*" - ou "*public journalism*", "*citizen journalism*", "*community journalism*" ou "*communitarian journalism*" (Meyer, 2000; Dillon, 2000) - nasceu nos Estados Unidos nas últimas décadas como uma reação ao modelo de mercado na mídia jornalística e a uma conseqüente perda de noção de serviço público. Uma de suas teses principais é o de caracterizar-se como um movimento ou argumento que convoca e articula os jornalistas para tratarem o público como cidadãos, participantes potenciais em questões públicas, em vez de espectadores, e a melhorar o clima da discussão pública (Rosen, 2000). Tais princípios têm estimulado experiências e estudos em diversas organizações e universidades norte-americanas, embora também recebam críticas de que se constituiriam num "vinho velho em uma nova garrafa" (Gunaratne, 1998). Segundo Meyer (2000), ainda falta ao jornalismo público uma estrutura teórica sólida, devendo ser pensado como um modelo que atua de forma suplementar às metodologias já existentes, sem intencionar substituí-las.

jornalísticos (por exemplo, uma notícia sobre uma partida de futebol oferecendo um link para as *home pages* dos times), permitindo uma navegação que desobriga a passagem pelos conteúdos considerados mais importantes. Para estes autores, o jornal moderno funcionava como um 'espaço comum de conhecimento geral', e a *Web* abre possibilidades para estimular a formação de 'espaços mais estreitos com conhecimento especializado', o que ofereceria, de imediato, duas situações: por um lado, a popularização de conteúdos mais especializados e poucos acessíveis em outras mídias e, por outro, a redução da mediação do jornalista no controle do percurso de leitura.

Já que a edição personalizada é uma possibilidade técnica real³⁴, não há indicadores claros de que este procedimento esteja criando um esfacelamento daquela 'comunidade imaginária' nos termos como Benedict Anderson compreende a formação das nações. Mesmo porque o senso de identidade e comunhão é uma construção complexa e plural: se o jornal impresso tradicional contribuiu para sua formação, não significa que a mudança de suporte para um de múltiplas conexões não-lineares trará necessariamente uma fratura neste sentido abstrato de unidade, seja nacional, étnica ou cultural. Talvez o movimento inverso possa também ocorrer: o conteúdo jornalístico *online* vir a aproximar pessoas com interesses mais específicos e formar comunidades menores, com maior possibilidade de contato ou de manifestação de expectativas, sem que signifique a quebra de um senso maior de comunhão.

Perguntas como a de Pavlik - "*will audiences become increasingly fragmented because of more and more specialized content?*" e "*will the agent-based media continue to be the glue that holds society together by providing a shared experience?*" (2001: 192) - não são ainda possíveis de ser respondidas no momento. Talvez seja útil a lembrança do autor de que não se deve confundir a 'fragmentação da audiência' com a 'desintegração social', pois não são a mesma coisa e nem o primeiro conduz necessariamente ao segundo. A defesa que o autor faz de um 'jornalismo contextualizado' coloca-o otimista sobre as transformações por que o jornalismo passa, pois estes novos recursos possibilitariam ao jornalista conectar os fatos noticiosos, antes restritos a textos limitados pelo espaço da página, em um conjunto mais amplo de eventos e circunstâncias contextualizadas.

³⁴ Pavlik descreve o uso de softwares especializados (*intelligent agents*) para filtrar informação, editar conteúdos personalizados ou sumarizar notícias. Estes programas poderiam atuar de forma autônoma a partir de uma programação inicial, auxiliando o jornalista no trabalho de seleção de conteúdos e envio para leitores (Pavlik, 2001: 183-7).

Consideradas as diferenças, podemos citar também a crítica de Santos ao pessimismo dos que diagnosticam que o mundo teria se tornado 'inatingível' porque o social está em processo de fragmentação:

"...na realidade o mundo sempre se fragmentou (...) a passagem de um tempo para outro, de um momento para outro se dá pela fragmentação. A totalidade só se torna outra através da fragmentação. Fragmentação para construir outra coisa. Então, ao invés de nos subordinarmos à idéia de pós-modernidade como fragmentadora, deveríamos concebê-la como um momento de construção" (Santos, 1997: 187).

5.3) A construção sócio-tecnológica da instantaneidade no jornalismo: o tempo real

A construção teórica da categoria de instantaneidade como componente da atualidade jornalística, realizada no Capítulo III, partiu de uma identificação de fenômenos tecnológicos, sociais e culturais que foram constituindo as bases de sistemas de transporte e comunicações capazes de superar distâncias cada vez maiores a intervalos de tempo menores. Como vimos, a invenção de veículos e embarcações cada vez mais rápidos e a abertura de estradas tornou possível uma maior velocidade e regularidade no transporte de pessoas e produtos, enquanto inovações técnicas como o telégrafo e o telefone fizeram com que sinais e, posteriormente, a voz humana pudessem ser transmitidos instantaneamente a longas distâncias.

A incorporação do telégrafo e do telefone como recursos de produção jornalística acelerou este ritmo produtivo e preparou as sociedades para uma mudança no suporte de transmissão, com a eletricidade substituindo o papel. A velocidade na transmissão se acelerou de tal forma que começou a ser possível uma comunicação em duas vias: ao envio de uma informação podia-se esperar uma resposta imediata. O termo 'instantaneidade' tornou-se fisicamente real, pela possibilidade de superação de intervalos ou atrasos na transmissão.

As redes telemáticas das últimas décadas do século XX inauguraram um novo horizonte para a instantaneidade nas comunicações, pois, além de uma comunicação instantânea, romperam com a linearidade de seqüências ou percursos na leitura e permitiram, com isso, criar uma interação continuada e sincronizada (a simultaneidade) entre uma multiplicidade de atores fisicamente separados. Estes quatro aspectos conjugados (instantaneidade, não-linearidade, simultaneidade e multiplicidade) colocam a experiência social do tempo nas sociedades contemporâneas em uma dimensão qualitativamente nova (o que leva autores como Castells a denominá-la até de 'tempo intemporal'). O termo 'tempo real' surge não somente para afirmar que ações e interações podem se realizar sem dispêndio de tempo, mas para marcar que esta não é apenas uma conquista tecnológica, mas um redefinidor de práticas sociais.

5.3.1) Possibilidades de produção do simbólico em tempo real

Se já havíamos considerado a velocidade e a aceleração como duas fascinações sociais na passagem dos séculos XIX e XX, seguindo a visão de Stephen Kern (1983), o final do século passado e os primeiros anos deste seguem, em vários aspectos, este culto ao movimento e às possibilidades de superação das distâncias em intervalos cada vez mais curtos. Mais do que novas quebras de velocidade com a produção de veículos mais potentes, o desenvolver do século XX produziu um salto na estrutura tecnológica das sociedades em outra ordem, particularmente no que se refere à transmissão de conteúdos: tanto as ondas eletromagnéticas quanto as redes telemáticas ofereceram condições para tornar a experiência social da instantaneidade como algo comum, corriqueiro, introjetado na vivência cotidiana e institucional.

Pensar o papel destes dois fatores articulados - velocidade e aceleração - na sociedade atual considerando possibilidades de redefinição das noções de tempo e de espaço tem significado estudar não somente as organizações produtoras e disseminadoras de produtos simbólicos (como as mídias de um modo geral), mas sim mudanças nos padrões estruturais de produção e reprodução da economia, política, sociabilidade e cultura. São processos articulados, o que torna adequado identificarmos contribuições em autores com um grau elevado de reflexão sobre as tecnologias, o tempo e o espaço social, como Castells, Harvey e Santos, para analisarmos cenários possíveis da mídia contemporânea.

Podemos acrescentar, a esta perspectiva, reflexões que tratem mais especificamente da temporalidade na produção do simbólico, seja no aspecto das linguagens e conteúdos ou de fatores cognitivos que se desenvolvem influenciados pela estrutura sócio-tecnológica. Virilio (1993) estabelece uma relação estreita entre velocidade e imagem para criar a definição de um 'tempo de exposição'. Em sua tese, a velocidade é um fenômeno estruturante do físico e do simbólico, formada a partir de condições tecnológicas (particularmente os sistemas eletrônicos e telemáticos da produção e disseminação de conteúdos) para redefinir os sentidos de tempo e espaço. Em consequência, o autor qualifica a velocidade de "*grandeza primitiva*" (p. 13), "*único vetor da representação eletrônica*" (p. 27) e "*espaço primitivo, padrão de todo dimensionamento*" (p. 76). A

velocidade seria uma dimensão espaço-temporal própria para a '*representação ótico-eletrônica do mundo*' (p. 33) e daria "*forma às imagens*" (p. 94).

Portanto, entender a produção e a circulação de imagens em uma sociedade trespassada por redes eletrônicas e telemáticas exigiria experimentar esta temporalidade denominada de 'tempo de exposição', em que a imagem (fotográfica, cinematográfica e infográfica) é capturada e apresentada em processos com tempo de resposta quase instantâneo (1993: 59). Isto significa pensar a temporalidade a partir de uma "*perspectiva eletrônica: a do tempo real da emissão e da recepção dos sinais de áudio e vídeo*" (1993: 102). A estética da imagem seria, então, constituída por uma nova forma, adequada aos sistemas eletrônicos e digitais: "*À estética da aparição de uma imagem estável (analógica) (...) sucede-se a estética do desaparecimento de uma imagem instável (digital) presente por sua fuga e cuja persistência é somente retiniana, a do 'tempo de sensibilização' que escapa à nossa consciência imediata*" (Virilio, 1993: 27).

Esta "*imagem televisionada*", denominada por Virilio a partir da experiência televisiva mas certamente aplicável às redes telemáticas, tenderia a ser um padrão de performance no sistema da mídia (1993: 24). O efeito imediato é tornar mídias, como a televisão e a Internet, disseminadoras de um conteúdo e de uma linguagem atrelados ao instantâneo: ao que se produz, se propaga e se consome em instantes, o que significa uma supervalorização do tempo presente ténue de sua existência e uma secundarização de conteúdos não vinculados a esta temporalidade. Conforme Virilio,

"Atualmente, a tela das transmissões televisivas em tempo real é um filtro, não mais monocromático (...) que só deixa passar uma única cor do espectro, mas um filme monocromático que só deixa entrever o presente. Um presente intensivo, fruto da velocidade limite das ondas eletromagnéticas, que não mais se inscreve no tempo cronológico passado/presente/futuro, mas antes no tempo cronoscópico: subexposto/exposto/superexposto" (1993: 110).

Esta tecnologia da produção e transmissão da imagem televisionada e digital cria um sentido de "*representação instantânea de dados*" (p. 24) e de "*telepresença à distância*" (p. 103) que dá contornos bem nítidos à noção de tempo real, seja ela aplicada a processos sociais amplos ou direcionados às instituições midiáticas. No primeiro caso, sabemos que as redes de comunicação digital permitiram a troca instantânea de dados em uma velocidade tal que sistemas econômicos como o mercado financeiro adotaram o tempo real como lógica de funcionamento a partir da década de 80:

"Pela primeira vez na história, surgiu um mercado de capitais global unificado, funcionando em tempo real (...) O tempo é crucial para a geração de

lucros em todo o sistema. É a velocidade da transação, às vezes com programação computacional automática para tomadas de decisão quase instantâneas, que gera o ganho - ou a perda. Mas também é a circularidade temporal do processo, uma seqüência implacável de compras e vendas, que caracteriza o sistema" (Castells, 2001: 461-462).

Conforme Balieiro (2002), a crescente aceleração da velocidade de conexão na Internet com a banda larga tem intensificado a troca de dados e melhorado a qualidade da informação econômica para profissionais do mercado financeiro, ao facilitar acesso a TVs e vídeos, participação em teleconferências e operação de gráficos complexos *online*. Em consequência, tradicionais empresas de produção de informação econômica, como a *Bloomberg*, desenvolveram *sites* econômicos (www.bloomberg.com) com uma pluralidade de serviços de informação e ferramentas de apoio, além dos programas de televisão produzidos pela *Bloomberg*.

Interessante perceber a manifestação desta velocidade acelerada sublinhada por Virilio se formos analisar com que rapidez a expressão 'tempo real' constituiu-se como um sentido de senso comum para designar um agregado de práticas e saberes que giram em torno do uso da tecnologia com vistas à instantaneidade e à simultaneidade em áreas diversificadas. Por exemplo, na administração e gerenciamento empresarial, 'tempo real' se tornou uma marca de eficiência, de qualificação para atuar eficazmente em um sistema que busca, ao máximo, reduzir dispêndio de tempo em uma meta de produtividade.

Para isso, publicações e cursos prometem capacitar recursos humanos para a competição, os negócios e o lucro em tempo real ou mesmo para a gerência mais eficaz das organizações. A preocupação central tem sido identificar como as novas tecnologias da informação vêm afetando a estrutura e o funcionamento das organizações e orientar ações intra-organizacionais e em uma dimensão de um mercado que tende para a globalização. Em consequência, agir em tempo real significaria avaliar e adotar decisões rápidas, sincronizadas e que propiciassem resultados ou satisfação imediatos para subordinados, parceiros ou clientes. Esta ampliação do termo para além de fronteiras tecnológicas diretas representa a sua absorção como conteúdo e prática econômicos e sócio-culturais.

Este acento em uma aplicação da noção de tempo real na definição de recursos e procedimentos voltados para uma eficiência sistêmica (intra ou inter-organizacional) abre espaços para um questionamento sobre a abrangência que esta noção vem adquirindo nas relações e práticas sociais. Dito de outro modo, podemos questionar se o modelo sistêmico de tempo real, baseado na imediaticidade da transmissão, das trocas, do cálculo, da ação e

do resultado, enfim, em uma perspectiva tecno-economicista da sociedade - se esta temporalidade tende a se naturalizar e abarcar a temporalidade social e se podemos falar que a temporalidade das práticas humanas caminha para ser estruturada pela velocidade das trocas instantâneas.

Pierre Lévy (1998) ilumina esta reflexão ao colocar novas questões em debate. Inicialmente, ele faz uma diferença entre o tempo real do cálculo e da transmissão e o tempo das práticas humanas. Os modos de constituição de laços e relações comunitários não têm a mesma escala que os tratamentos da informação: "*Uma simulação digital reage imediatamente à alteração de uma variável, um indivíduo não transforma seus modelos mentais e seus esquemas de ação com tanta rapidez. Quanto aos grupos, eles aprendem ainda mais lentamente que os indivíduos*" (Lévy, 1998: 74).

Consideramos interessante ver no autor uma retomada da tensão entre tecnologia e sociedade, já debatida nesta tese e em inúmeros trabalhos de variadas correntes teóricas, e insistir na valorização do humano (ou do social, conforme o uso do termo neste trabalho). Quando autores como Georges Gurvitch (1990) e Anthony Giddens (1989) afirmam, cada um a seu modo, a existência de modos específicos de construção de temporalidades sociais no desenvolver das sociedades e como interação de forma dinâmica (discutido no Capítulo I), ambos se preocupam em caracterizar fenômenos tipicamente sociais condicionando sentidos temporais, mesmo que estes sentidos ganhem objetividade (materialidade como fato social) e pareçam circular com certa autonomia e constrangimento sobre o indivíduo, como nas investigações de Rotenberg (1992) sobre o tempo institucional nas metrópoles.

Lévy avança em diferenciar o tempo do cálculo e o tempo humano ao ressaltar a dimensão subjetiva da experiência qualitativa do tempo:

"O exercício das potências do ser e o gozo das qualidades humanas integram um tempo que seria absurdo querer reduzir. Do ponto de vista da subjetividade, o problema não é encurtar o tempo, mas enriquecê-lo. Se a aceleração das operações se traduz por um empobrecimento do tempo vivido, em termos de economia do humano trata-se antes de uma perda do que um ganho" (Lévy, 1998: 74).

Coincidentemente, vemos em Lévy (1998) um pleito que já citamos em Milton Santos (1997) ao defender a experiência do 'tempo lento' nas cidades como condição para esquadrihar seus espaços e situações, usufruindo os recantos e estabelecendo laços de interação e solidariedade com outros indivíduos. Conforme Lévy, "*A lentidão e o ritmo característicos dos processos coletivos indicam a nobreza do humano*" (1998: 74). Perceber formas específicas de interação com certa autonomia em relação aos 'espaços de

fluxo' (Castells, 2001) não significa uma postura reativa às redes e à sua lógica estruturante, mas a consideração da existência de lógicas interacionais distintas da racionalidade tecnológica, embora possam ter a tecnologia como fator complementar. Ambas não são dimensões independentes, mas visualizar e entender suas relações é uma tarefa a ser feita com cuidado para evitar exageradas simplificações.

Entendemos que as mídias tradicionais e *online* são estruturas, ambientes e recursos que operam as duas lógicas simultaneamente. Possibilitam a construção e a preservação de laços sociais e culturais e, ao mesmo tempo, atuam dentro da lógica sistêmica da velocidade e do ganho econômico, inclusive na gestão do tempo. Operar em tempo real na mídia significa mais do que a instantaneidade dos conteúdos, mas o estabelecimento de novas linguagens, conteúdos e relações entre os meios e seus públicos.

Podemos falar, simplificadamente, de duas noções de tempo real, à semelhança do argumento de Meditsch (2001) que apresentamos no item anterior: uma que se restringe a uma forma específica de produção e veiculação de programas (o 'ao vivo' em transmissões de eventos ou na apresentação do noticiário, por exemplo) - portanto, é a aplicação de um recurso tecnológico com vistas à produção programas (formatos e conteúdos) ligados ao instantâneo. Exemplos simples são a valorização, mesmo na área de entretenimento, dos programas ao vivo, às vezes usando simulações para dar idéia de transmissão ao vivo. Programas de auditório podem criar a ilusão de estarem ocorrendo ao vivo. Eventos podem ser preparados para ocorrer ou ser anunciados quando os atores envolvidos estiverem ao vivo, como no caso da estratégia utilizada pelo apresentador de programas dominicais de variedades na emissora de televisão *SBT*, Gugu Liberato, ao estimular encontros, reconciliações e declarações bombásticas ao vivo de personalidades públicas - por sinal, uma estratégia tradicional entre apresentadores de televisão para alavancar audiência (Valladares, 2001).

A título ilustrativo, é curioso ver também a preocupação do autor de telenovelas Manoel Carlos ao introduzir, na novela de sua autoria, *Mulheres Apaixonadas*, atualmente em veiculação na *TV Globo*, situações reais a ser comentadas pelos personagens e ocorridas horas antes de a novela ir ao ar. Esta idéia de telenovela "*quase em tempo real*", conforme denomina Manoel Carlos, teve uma primeira experiência no capítulo transmitido em 26 de fevereiro de 2003, quando dois personagens comentaram o incêndio de quatro ônibus ocorridos durante o dia no Rio de Janeiro. A cena foi gravada às 18h com base em texto passado por telefone pelo autor e veiculada às 21h (Castro, 2003).

A outra noção de tempo real se situa na dinâmica de produção de conteúdos em fluxo contínuo, particularmente no movimento de alimentação constante de notícias e sua fragmentação pela programação diária (às vezes nas 24 horas do dia), seja em rádio, televisão ou Internet. Esta segunda perspectiva induz o leitor a pensar que, se a disponibilização é contínua, a produção é contínua também, o que significaria mais pessoas produzindo mais conteúdos decorrentes de um envolvimento direto com mais situações, eventos ou temas - seqüência indutiva que tende a não ser comprovada na averiguação de experiências práticas.

Aqui, há uma interessante aproximação induzida pela tecnologia: o tempo real seria a garantia da instantaneidade e da simultaneidade. No primeiro caso, pela transmissão contínua e, no segundo, pela aparência de ubiqüidade, a qual possibilitaria a visão simultânea de todos os movimentos que aconteçam em ambientes diferenciados (exemplos desta promessa são os *reality shows* do tipo *Big Brother*, como os produzidos no Brasil pelas *Organizações Globo* e transmitidos em televisão aberta, paga e Internet em que múltiplas câmeras registram quase todos os compartimentos de uma casa para torná-los acessíveis ao 'olho' do espectador). Esta compreensão constituiria o que Ramonet denomina da "*ideologia da informação contínua e em tempo real*" e se consolidaria na idéia de que "*...há câmeras por toda parte e que qualquer coisa que aconteça no mundo elas o registrarão para mostrá-la instantaneamente ao público. Com seu corolário, é claro, de aquilo que não for registrado (...) não é importante*" (Ramonet, 1999: 47).

A linguagem televisiva potencializa o impacto causado pela convergência entre a força da imagem e o fato de esta ser apresentada 'ao vivo'. Assim, falar em produção de imagens e demais conteúdos televisivos em tempo real, mesmo no primeiro caso de programas específicos, significa acentuar uma tensão entre a emotividade que esta imagem oferece e o sentido de verdade que parece 'naturalmente' se desdobrar dela ao ser apresentada em tempo real, conforme a discussão feita no item anterior. Esta relação problemática entre emotividade e verdade é uma motivadora de visões críticas às formas como a mídia opera conteúdos e linguagens, como vimos nas observações de Ramonet sobre a televisão:

"Se a verdade não é mais o elemento decisivo do valor de uma informação, qual é então este elemento? Hoje, principalmente, trata-se da rapidez com a qual esta informação é difundida. Ora, a 'boa' rapidez, agora, é a instantaneidade que, é claro, para a qualidade da informação, é um critério perigoso" (Ramonet, 1999: 74).

A valorização da instantaneidade por meio de um ritmo de tempo real, por um lado, e à importância acentuada para a imagem, por outro, transformariam a televisão, segundo Ramonet, em uma 'mídia da simplicidade' por não conseguir operar com informações e relações complexas. "...*toda superinformação acarreta quase que automaticamente uma desinformação. A avalanche de notícias - muitas vezes fúteis, vazias - retransmitidas 'em tempo real' superexcita o telespectador (ou o ouvinte) dando-lhe a ilusão de informar-se*" (Ramonet, 1999: 111).

Mesmo sendo possível identificar esta convergência de fatores direcionando formas de produção televisiva, não nos parece correto definir esta mídia apenas a partir deste uso reduzido ou desqualificado. A complexidade do veículo não permite esta limitação em decorrência da variedade de possibilidades que ele abre tanto para o espectador quanto para o produtor, algo que pode ser melhor desenvolvido se considerarmos mais especificamente o jornalismo produzido em tempo real.

5.3.2) Características do jornalismo em tempo real

A forma como este modelo de produção midiática em tempo real opera com dois componentes de um sentido de tempo presente - a instantaneidade e a simultaneidade - alcança, no jornalismo, um modo particular de influência, consequência da própria especificidade do papel do jornalismo na sociedade. Por isso, parece-nos útil, neste momento, além de demarcar particularidades da produção jornalística em tempo real, acentuar como outros aspectos da dimensão temporal do jornalismo (denominada de atualidade jornalística) se manifestam e se consolidam, sejam decorrentes de alterações na estrutura de produção ou nas concepções e valores que sociedade e profissionais atribuem à atividade. Por isso, além de instantaneidade e simultaneidade, características temporais do jornalismo como periodicidade, novidade e revelação pública podem ser afetadas ao buscarmos afirmar a existência de um modelo específico de 'jornalismo em tempo real'.

Inicialmente, devemos lembrar que o jornalismo em tempo real busca superar, técnica e concretamente, a defasagem entre o tempo do movimento das coisas do mundo e o tempo da produção jornalística. Antes desta nova possibilidade tecnológica, a defasagem entre evento e sua publicação era minimizada pelo fato de o jornalismo ter institucionalizado duas práticas vinculadas ao tempo presente: a primeira e mais importante é decorrente de um compromisso do jornalismo em produzir conteúdos

referentes a uma experiência social no tempo presente, o que significa que o momento da produção deve estar vinculado ao tempo da realização do evento e ao tempo da ação do leitor. A segunda é formal, ligada ao modo expressivo como a atividade jornalística constrói seu discurso visando a reafirmar o vínculo do conteúdo com o tempo presente (por exemplo, o uso do tempo verbal de títulos dos jornais impressos diários conjugados no presente, mesmo que o conteúdo da matéria se refira ao 'ontem').

Agora, o jornalismo em tempo real, particularmente quando incorpora o modelo de transmissão 'ao vivo', quer tecnicamente reproduzir o tempo presente do instante, propondo ter alcançado a capacidade operacional de tornar simultâneas e coincidentes duas velocidades: a velocidade do movimento do mundo e a velocidade da produção do discurso jornalístico sobre este movimento. O anterior risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descolasse do tempo do mundo seria superado pela capacidade de transmitir 'ao vivo'.

Na verdade, o 'ao vivo' não é apenas uma tecnologia de transmissão, mas um novo contrato de sentido ou modo de interação, em que evento, jornalista e público agem em simultaneidade. Embora em aparência o jornalismo em tempo real pareça nos colocar, como espectadores, em contato direto com o evento, ele não supera a mediação do jornalista e da organização, tanto nas possibilidades técnicas da produção de conteúdos pelas organizações (recursos de transmissão e edição de som e imagem, por exemplo) quanto no caráter interpretativo do jornalista ao selecionar conteúdos, linguagens e estabelecer enquadramentos temáticos.

A periodicidade

A periodicidade é uma manifestação da atualidade jornalística diretamente afetada pelo modelo de jornalismo em tempo real sob um ritmo de atualização contínua. Em senso estrito, não seria possível falar em periodicidade se nós pensássemos na produção e disponibilização da notícia em fluxo contínuo no rádio e na televisão. Oferecer notícias de forma contínua poderia significar que cortes no tempo do evento (para lhe impor um final abrupto adequado ao tempo limite da emissão ou fechamento) seriam superados por um relato de movimentos na velocidade do seu surgimento, e não no tempo imposto por *deadlines* (horários de fechamento).

Informar cada movimento poderia apontar para a construção de um novo modelo de texto noticioso, sem a estrutura piramidal e fragmentária do evento, mas estas são

possibilidades de um modo peculiar de fazer jornalismo ainda em consolidação. Sabemos que, historicamente, as '*daily news*' surgiram e se institucionalizaram no século XIX relacionadas a um ambiente de transformações sociais que envolviam inovações tecnológicas, industrialização, formação de mercado consumidor e aceleração dos hábitos da vida diária urbana. De um lado o telégrafo, de outro os '*penny papers*' e, em torno, o ritmo frenético do intervalo de 'um dia' nas grandes cidades. Cada um contribuiu a seu modo para a constituição do jornalismo e de seu produto, a notícia, e para impor formas de sua produção.

O jornalismo em tempo real emerge, agora, premido pela velocidade das redes eletrônicas e digitais, procurando corresponder a uma ansiedade pelo instantâneo, o que poderia apontar para uma disposição em romper com estruturas e práticas consolidadas, como a produção periodizada. Entretanto, a introdução de uma produção contínua surge articulada a determinadas periodizações que parecem habituais ao leitor, mesmo nas mídias eletrônicas e *online*. Nas emissoras *all news* e nas demais em que o noticiário se espalha (e se mistura) com outros produtos midiáticos, enfraquecendo grades rígidas e compartimentadas de programação, a periodicidade é ainda fragilmente mantida em alguns programas referenciais existentes, como os telejornais principais ou programas jornalísticos temáticos.

Diferentemente, as publicações impressas, tomadas isoladamente, não se coadunam com o jornalismo em tempo real, pois este não é economicamente viável para empresas que dependem de um encadeamento preciso de tarefas complexas (produção jornalística, comercialização de anúncios, impressão, distribuição e venda) em cronogramas rígidos. Mesmo a produção de edições 'extras' para a cobertura de eventos relevantes, recurso utilizado com certa frequência na época da *penny press*, deixou de ser uma estratégia industrial. Imprimir uma edição de jornal fora desta cadeia (produção-impressão-circulação) exige uma reordenação de fluxos e cronogramas de tal ordem que os custos adicionais não parecem ser financeiramente compensáveis, nem ganhos para a imagem do veículo serem um retorno suficiente ao empreendimento.

Saídas para tentar superar a desatualização das edições pelo próprio avançar dos fatos ou concorrer com outras mídias mais rápidas não têm auxiliado muito as publicações impressas. Às vezes, tem levado até a soluções bizarras³⁵, o que nos faz reforçar a idéia

³⁵ A experiência arrojada dos jornais *Zero Hora* e *Correio Braziliense* na cobertura da Copa do Mundo de Futebol em 2002 mostrou bem o dilema dos periódicos diários frente a uma crescente valorização do tempo real. A defasagem de 12 horas entre o horário de Brasília e a hora oficial de Coréia e Japão fez com que os

clássica de que o melhor caminho para a sobrevivência da mídia impressa não é a aceleração de sua produção e circulação com a conseqüente redução da periodicidade, mas sim apostar na qualidade do material produzido, com profundidade e contextualização não oferecidos pelos demais veículos. Além, é claro, da possibilidade de constituir um conglomerado empresarial de comunicação, desdobrando em uma organização de produção de notícias tanto no impresso quanto no *online* (criando seu próprio portal ou atuando como agência de notícias, por exemplo).

Com a mídia *online*, modifica-se a relação de periodicidade do leitor com o suporte: os *sites* esforçam-se por fornecer informações que revelem a atualização contínua, inserindo marcadores do tipo "*Última atualização às 16h45min*" ou informando a hora em que cada notícia se tornou disponível (Mielniczuk, 2003), o que tem influenciado também o comportamento do leitor, conforme Pavlik: "*When visiting a Web site, one of the first things a viewer checks is when the site was last updated and, if this hasn't occurred recently, he or she moves on to another site*" (2001: xiv). Entretanto, alguns marcadores de periodicidade permanecem, ligados a uma habitualidade do leitor, como neste exemplo: o *site Folha Online* <<http://www.folha.uol.com.br>> costuma disponibilizar a versão impressa do jornal *Folha de S. Paulo* a partir das 2h30 da madrugada no *site*. Por ter ocorrido um problema técnico, a versão impressa da *Folha* do dia 17 de maio de 2003 só foi disponibilizada por volta das 5 horas da manhã, o que motivou a direção da *Folha Online* a produzir uma notícia justificando o atraso.

Ao estudar o jornal *online Último Segundo* <www.ultimosegundo.ig.com.br>, no portal *iG*, Ana Prado dos Santos (2002) constatou como este provedor de conteúdo adotou a atualização contínua como meta primordial para afirmar um diferencial na produção e disponibilização de notícias. O jornal *Último Segundo* estreou de forma experimental no final de dezembro de 1999, antes mesmo do lançamento do próprio portal *iG* em janeiro de 2000 com a proposta inovadora de oferecer acesso gratuito à Internet. Prado acompanhou a

jogos acontecessem na madrugada e início da manhã brasileira, desatualizando o noticiário esportivo da Copa publicado pelos jornais impressos do dia. *Zero Hora* e *Correio Braziliense* decidiram desafiar sua periodicidade: publicaram, na edição do dia 21 de junho de 2002, duas versões opostas (a da vitória e a da derrota) para o jogo entre a seleção do Brasil e da Inglaterra, que iria acontecer às 3h30min da madrugada daquele dia. Em outras palavras, os textos com as duas versões foram produzidos e impressos no mesmo jornal antes de o jogo ocorrer, e ofereceram ao leitor a lúdica opção de ler, na manhã do dia 21, os dois resultados possíveis, em uma produção gráfica especial (usando o *design* de cartas de baralho). Tal ousadia gerou polêmica e discussões em *sites* de crítica de mídia, como o *Observatório da Imprensa*, pois colocou em dúvida um compromisso ético do jornalista, baseado num crédito de confiança que o leitor lhe outorgou, para realizar o relato de fatos tal qual eles ocorreram. O então diretor de redação do *Correio Braziliense*, Ricardo Noblat (2002), escreveu artigo na edição do dia 27 de junho do *Correio* defendendo a iniciativa de superar a "*velhice precoce*" dos jornais impressos na cobertura da Copa: "*conseguimos driblar o fuso horário com uma maestria que só é possível quando a gente se permite quebrar modelos até então intocáveis*".

produção jornalística do *site* entre dezembro de 2000 a dezembro de 2001, constatando que o *Último Segundo* disponibilizava uma notícia nova a cada 90 segundos (ou em intervalos ainda menores), totalizando cerca de mil notícias por dia, envolvendo diretamente uma equipe de 50 profissionais, entre redatores, editores e repórteres. Por ter colocado o fator temporal como principal alicerce da atividade jornalística, o *Último Segundo* oferece-nos um interessante estudo de caso para o tema da atualidade jornalística no jornalismo *online*.

A busca exacerbada de atualização executada pelo *Último Segundo* se defronta com dois componentes da noção de atualidade jornalística, conforme a experiência histórica do jornalismo: a periodicidade e a novidade. Matinas Suzuki (*apud* Prado dos Santos, 2002), integrante da equipe de concepção do *iG* e, posteriormente, diretor de conteúdo do portal, considera não existir periodicidade nos *sites* jornalísticos nos moldes institucionalizados pelo jornalismo impresso: "*No jornal você tem 24 horas para parar, pensar e rever o que você fez; na Internet você não tem isso, a perplexidade muda, a noção de periodicidade é outra, na verdade ela praticamente inexiste*".

Oferecer notícias a cada 90 segundos, 24 horas por dia, sete dias por semana, significou uma alteração concreta na noção de periodicidade delineada no Capítulo III. O jornal não tem mais uma 'edição' que é encerrada e disponibilizada em conjunto. Esta característica geral do jornalismo em tempo real valorizando a produção e veiculação de conteúdos em fluxo contínuo alcançou um padrão intensificado com o *Último Segundo*.

Isto se reflete no ato de editar. De um modo geral, editar tem sido selecionar e estabelecer hierarquias de conteúdos dentro de um espaço (no jornal impresso) ou de posição e duração na linha de tempo de um programa (nos mídias eletrônicas) e, a partir deles, relacionar eventualmente conteúdos complementares a informações principais. Uma página *online* extrapola as noções espaço-temporais clássicas do jornalismo porque introduz o hipertexto como recurso de organização e conexão lógica de conteúdos. Como os jornais *online* estão caminhando para uma simplificação de *design* (ver caso da Folha *online*), sua característica hipertextual conduz os princípios de edição para uma capacidade técnica de *linkar* conteúdos diversos (textos, imagens, infográficos, *sites* relacionados etc).

Embora os programas de edição *online* tornem esta função tecnicamente fácil e procedimentos de seleção e hierarquização *online* não sejam tão tensionados por exigüidades de espaço e tempo, a edição *online* pode ser mais complexa e exigir um esforço maior do jornalista na interligação de conteúdos (como o modelo de '*contextualized journalism*' proposto por Pavlik). Esta carga de trabalho se confronta com uma nova exigüidade temporal do jornalismo em tempo real atrelado ao fluxo contínuo de produção e

veiculação de notícias: se a cada 90 segundos é necessário disponibilizar uma nova notícia, o tempo da edição se reduz drasticamente, o que dificulta conexões e contextualizações mais ricas e complexas. Experiências como o *Último Segundo* refletem este dilema, conforme o depoimento do repórter Darlan Alvarenga:

"...é justamente o trabalho de edição que eu acho que o jornalismo on-line tem que se preocupar mais (...), às vezes entra muita informação desinteressante, muita informação que precisa de uma edição mais trabalhada, para que aquela primeira informação não seja divulgada de maneira precipitada, descontextualizada" (Alvarenga, apud Prado dos Santos, 2002)

O relato do repórter demonstra como uma opção pela oferta de notícias em fluxo contínuo afeta procedimentos de edição e, em consequência, também o fluxo da produção noticiosa. Isto significa alterações na rotina produtiva do repórter e nas formas como ele irá reconhecer e definir a noticiabilidade de um evento. Como ambos são fatores complexos da atividade jornalística, vamos nos deter apenas em considerar um aspecto específico, ligado ao tema desta tese: se é possível identificarmos modificações na manifestação do fator 'novidade' como critério de noticiabilidade na notícia *online* em relação à construção desta categoria como componente da noção de atualidade jornalística feita no Capítulo III.

A novidade

Salientamos que o termo 'novidade', se olhado em sua generalidade, pode nos remeter a uma imprecisão na análise do produto noticioso, já que o movimento das coisas do mundo é uma fonte inesgotável de renovação, com novas situações surgindo sucessiva e profusamente. A aplicação desta idéia ao jornalismo depende de termos consciência das relações complexas que a novidade estabelece ao compor uma mais ampla dimensão temporal no jornalismo, como o imbricamento entre o sentido de novidade como ruptura ou mudança, por um lado, e a continuidade enquanto processos e noções estáveis, por outro.

Não esqueçamos que a novidade ganha um aspecto operativo em uma cultura por ser um sentido simbólico que construímos para definir ou indicar que certos fenômenos surgem ou se desdobram de um fluxo processual. No jornalismo, a novidade tem um sentido operativo como 'critério de noticiabilidade' socialmente construído e culturalmente partilhado, tanto pela coletividade dos jornalistas quanto pela sociedade como comunidade

de leitores. Mas a novidade depende de outros componentes, noções e valores (temporais ou não), como o valor da importância, para demarcar a noticiabilidade do evento.

A retomada destas considerações é necessária para situar o jornalismo *online*. A produção de notícias em tempo real sob um ritmo de atualização contínua é um dilema particular para jornalistas, pois este modelo impõe, às novas Redações, uma produção que se baseia na disponibilização de um maior número de notícias para dar idéia de continuidade de fluxo. Assim, compete ao jornalista multiplicar a sua produção, mesmo que ao custo de fragmentar a notícia em diversos relatos sucessivos. Conforme as constatações de Ana Prado dos Santos ao acompanhar a rotina de reportagem do *Último Segundo*, é inevitável que a equipe produza um excessivo desmembramento de informações, fragmentando um mesmo fato em várias notícias em separado:

"...um acontecimento qualquer é reportado numa notícia e as suas repercussões, ou todas as ações relacionadas a ele, ganham status de notícia isoladamente; isso ocorre principalmente quando se trata de uma cobertura longa (...). Essa visão fragmentatária cria, de certa forma, a idéia de que cada evento está sendo reportado no momento exato do acontecimento" (Prado dos Santos, 2002).

Fragmentar um evento em pequenos relatos que se sucederão em fluxo contínuo pode garantir uma afirmação simbólica da preservação da novidade em cada notícia disponibilizada: em sua maioria, as notícias terão aspectos novos do evento - aspectos novos porque ainda não ditos para o leitor. Ao mesmo tempo, fragmentos do evento podem ganhar um sentido de continuidade e interligação ao serem apreendidos por leitores que acessam um *site* várias vezes num dia exatamente para acompanhar os desdobramentos ou complementações deste fato. Estes fragmentos ganham sentido de continuidade mesmo que não sejam cronologicamente sucessivos no tempo do evento (não estejam ocorrendo em uma seqüência cronológica linear) e representem apenas aspectos ou inserções novos de um evento que não se desdobrou em situações novas.

Ao desenvolver um estudo empírico das rotinas de produção do serviço noticioso *online Investnews*, da *Gazeta Mercantil*, Mariana Gomes, então estagiária na agência de notícias, constatou o trabalho regular de desmembramento de uma notícia em informações que pudessem ser disponibilizadas como notas sucessivas dentro do fluxo de produção contínua da agência. *"...o repórter envia a primeira nota por celular e algum outro repórter que está na redação, simultaneamente, a digita na tela 'interna'. Enquanto o repórter está passando a segunda nota, a primeira já está sendo lida e liberada pelo editor para a tela do usuário do serviço"* (Gomes, *apud* Moretzsohn, 2002: 131). O repórter é

orientado a repassar toda a informação que receber, mesmo que ainda incompleta e necessária de detalhes complementares. Além disso, Mariana Gomes identificou um "índice de produtividade" calculado pela empresa sobre o trabalho do repórter, que é avaliado pelo número de notas capaz de lançar no sistema.

Patrícia Aranha (2002) estudou três jornais *online* - *Uol News*, *Jornal da Lilian* e *Último Segundo*, hospedados nos portais *Uol*, *Terra* e *iG*, respectivamente - e constatou que a fragmentação da notícia é uma característica dos três *sites*. Segundo a autora, o relato é construído por meio de um recurso de 'narração em capítulos', em que a pressão pelo fechamento se propaga continuamente na produção. Para reforçar um sentido de atualidade dos conteúdos, segundo a autora, são aplicados recursos discursivos como um uso intensivo de verbos no presente ou em gerúndio e a marcação do horário da publicação da notícia em frações de minutos.

A fragmentação do evento para dar fluxo a uma produção contínua é uma estratégia que pode reforçar uma idéia de efemeridade do conteúdo noticioso, já que cada pequeno corte no desenvolver do evento, ao ser relatado, poderia desatualizar o anterior. Prado dos Santos (2002) argumenta que o jornalismo *online* produz "...uma certa sensação de envelhecimento mais rápido das notícias", sensação que a autora identifica como consequência de um procedimento de leitores expostos intensa e repetidamente a noticiários em um mesmo dia, tanto no acesso repetido a *sites* jornalísticos em busca de atualizações de um fato como na consulta a outras mídias, como jornal impresso, televisão ou rádio.

Esta leitura repetida de um mesmo evento, apenas com a inclusão de alguns fragmentos novos e diferenciados, poderia ser um dos causadores desta sensação de 'envelhecimento' precoce das notícias - ou uma afirmação de uma característica maior de efemeridade ou volatilidade das notícias no ambiente midiático contemporâneo. Convém ressaltar, no entanto, que a efemeridade das notícias não é um fator criado pela aceleração da velocidade no jornalismo contemporâneo, mas um fator constituinte deste. Robert Park já acentuava isto ao afirmar que "*This transient and ephemeral quality is of the very essence of news*" (1955a: 78), conforme citamos anteriormente.

O jornalismo *online* não vai descartar, é claro, as demais qualidades possíveis sistematizadas na forma de critérios de noticiabilidade, como o 'inesperado' ou 'imprevisível' citado por Park (1955a: 80). Lembremos, com Schudson (1986), que a busca acelerada pelo instantâneo não é exatamente uma característica fundante do jornalismo, mas a expressão de uma construção cultural de valores jornalísticos, que se manifesta, por

exemplo, na ambição de o jornalista e sua empresa (seja em qual suporte for) para lutarem por divulgar uma informação segundos antes do que um concorrente. “*Why should this emphasis on getting the story minutes or seconds faster than a rival bulk so large in journalism? (...) the question of 'when' is a question journalists care about infinitely more than their readers*” (Schudson, 1986: 80).

É compreensível que o jornalismo *online* não esteja descartando ou desestruturando boa parte das características ancestrais e fundantes já institucionalizadas, mas ele está possibilitando, à instituição jornalística, desenvolver relações temporais novas do fator 'novidade' com outros conteúdos ou fontes de informação. De uma maneira esquemática, podemos talvez considerar que o jornalismo em tempo real na Internet afirma duas relações de temporalidade: por um lado, uma relação de linearidade do tempo que se desdobra no ritmo do tempo do evento. Neste caso, marcar a hora de disponibilização da notícia é uma reafirmação de primazia do tempo cronológico na organização do conteúdo e na recepção pelo leitor (o leitor precisa desta referência temporal simples para descobrir o 'local' exato da matéria na linha do tempo do evento e, assim, perceber o seu grau de atualidade).

Por outro lado, há uma possibilidade de editar conteúdos e criar *links* estabelecendo uma não-linearidade do tempo: seja interligar conteúdos jornalísticos com temporalidade diversa (como no exemplo mais óbvio das relações entre o conteúdo mais recente e outros, oriundos dos arquivos do jornal e disponibilizados como forma de contextualizar um evento num tempo mais ampliado), mas também interligar conteúdos jornalísticos com *sites* de instituições relacionadas ao conteúdo da matéria, embora estas tenham rotinas de gestão do tempo diferenciadas da temporalidade jornalística (como em uma matéria jornalística sobre analfabetismo que insira o *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE como possível percurso para o leitor 'saber mais' sobre o assunto)³⁶.

³⁶ Salientamos, no Capítulo I, que a sociedade é formada por instituições com regimes temporais particulares, decorrentes de suas rotinas internas de funcionamento, as quais interferem nas formas como os indivíduos definem e vivenciam suas experiências temporais quando interagem com estas organizações. Sabemos também, de acordo com Castells, que a organização do poder social faz com que parte destas instituições consiga impor seu regime temporal particular para boa parte da sociedade. Esta observação é útil para entendermos as relações tensas que existem entre o regime temporal das instituições jornalísticas, exacerbadas com o modelo de tempo real, e o regime temporal de funcionamento de outras instituições sociais, com gestão de tempo diferenciado, em sua maioria mais 'lento' em suas ações. Este conflito é enfrentado cotidianamente pelo repórter por sua necessidade de impor a temporalidade do jornalismo (definir cortes temporais em eventos, dando-lhes um sentido de acabamento como condição para alcançar visibilidade pública por intermédio da instituição jornalística) para instituições com rotinas temporais inicialmente não adaptáveis a este ritmo.

A revelação pública

Lembremos que a dimensão expressiva do jornalismo se concretiza em um discurso que possui regras partilhadas por todos os envolvidos em uma interlocução: o modo jornalístico de dizer algo já traz, na sua forma particular de enunciação³⁷, uma pretensão de novidade de conteúdo tanto para jornalista quanto para leitor, o que torna mais operativo para os primeiros construir textos sucessivos reportando fragmentos que talvez não tenham, isoladamente, relevância jornalística, mas têm uma aparência de novidade atrativa para leitores. Aqui, estamos tentando desvelar, no modelo de tempo real, um mecanismo sutil executado pelo jornalismo, que é o uso de um poder de dizer (a legitimidade social para relatar à sociedade os fatos como ocorrem) articulado a um modo específico de dizer (a autoridade de convencimento que o discurso jornalístico tem de afirmar seu relato como novo e verdadeiro).

Ao darmos ênfase agora nos recursos expressivos usados por uma mídia para atribuir credibilidade ao seu discurso, estamos tangenciando questões abordadas anteriormente, quando investigamos as possibilidades de uma categoria de 'revelação pública' como componente da noção de atualidade jornalística. Algumas semelhanças se mantêm: há uma preservação do dispositivo de enunciação como momento privilegiado para estabelecer uma interação num tempo - o tempo da enunciação marca um 'ponto zero' no tempo de circulação pública de uma notícia, o que seria uma das marcas fundadoras da atualidade jornalística. Nos jornais impressos de séculos passados, a 'revelação pública' de uma notícia era um procedimento de informar e, ao mesmo tempo, de colocar em apreciação o conteúdo tornado público.

Talvez o modelo clássico que usamos para perceber a temporalidade nesta dinâmica interlocutiva do discurso jornalístico (a leitura pública dos jornais nas casas de café das grandes cidades européias do século XVIII e sua posterior discussão entre frequentadores) esteja datado por uma peculiaridade de ambientes e procedimentos não mais significativos na sociedade contemporânea. Mas o aspecto da publicidade e, particularmente, o da racionalidade discursiva permanecem, mesmo que afetados por uma dupla dinâmica não

³⁷ Tomaremos o cuidado de diferenciar a 'enunciação' da 'transmissão' de mensagens, seguindo o argumento de Rodrigues (2000): "*É na enunciação que se elabora o processo de mediação discursiva da experiência. (...) É o processo pelo qual a experiência humana do mundo acede ao domínio da representação, do simbólico. É o simbólico que constitui a maneira propriamente humana da experiência do mundo e é na linguagem que se processa a sua constituição*".

necessariamente complementar: o discurso como modo de alcançar visibilidade e exposição pública; e o discurso como modo de problematização de uma questão, de estímulo a uma investigação de suas bases por meio de uma disputa argumentativa.

Sabemos que o discurso midiático tem características gerais (Rodrigues, 1997), mas também adequadas às formas específicas das mídias, como a proeminência da força das imagens na televisão. O noticiário televisivo aplica este recurso de uma forma tal que, segundo Ramonet, pode se impor como um discurso verdadeiro sobre um fato. "*Eis no que a televisão acredita hoje: que ela tem o poder de mostrar 'a história acontecendo', e que mostrar é fazer compreender de um só e mesmo golpe*" (Ramonet, 1999: 33). Interessante ilustração que o autor nos oferece a respeito de coberturas jornalísticas internacionais ou em locais de difícil acesso:

"...a mídia - sobretudo o rádio e a televisão - tem o hábito de estabelecer um contato com alguma pessoa que se encontra no local (...) Mesmo que seja pouco o que ela possa dizer, que seja falso, ou que seja apenas um rumor. O importante é estar conectado com alguém e seu 'efeito de real': quem fala está no local e isto é uma garantia de autenticidade, eis aí o 'efeito de real'" (Ramonet, 1999: 34).

Segundo o autor, é a tecnologia da conexão com o local ao vivo que dá credibilidade ao conteúdo, na forma de uma criação tecnológica de uma 'ilusão de verdade'. Veicular som e imagens de repórteres e testemunhas que estejam no ambiente do evento torna-se primordial, podendo ser mais importante que outros aspectos da cobertura (como a profundidade do conteúdo e da apuração), mesmo que esta presença seja 'à distância', por meio de imagens episódicas e parciais ou testemunhas desconhecedoras de detalhes ou da profundidade da questão. O uso de testemunhas e depoimentos aplica a lógica de que se "*ele está lá, portanto ele sabe*" (Ramonet, 1999: 92).

No jornalismo, podemos classificar o 'ao vivo' como um modo particular de produção de conteúdo e discurso dentro da modalidade de jornalismo em tempo real. Ao transmitir ao vivo, instaura-se um novo contrato de sentido no discurso jornalístico, em que não é mais conveniente aceitar intervalos de tempo entre o evento e sua disponibilização pública (no máximo, alguns poucos segundos em decorrência do retardo do sinal nas transmissões por satélite). Isto significa dizer que o 'ao vivo' é uma construção discursiva que se baseia em uma mediação operada tecnologicamente para dar um efeito de ausência de mediação, um efeito de contato direto do público com o evento.

A construção continua existindo técnica e seletivamente, mas o recurso técnico e expressivo (o seu modo de 'revelar publicamente') baseia-se na instantaneidade e na

simultaneidade para afirmar a verdade do discurso: a aparência é de que o jornalismo em tempo real coloca-nos em contato direto com o evento, como se estivéssemos superando a mediação do veículo - e superar a mediação seria uma forma de afirmar um discurso com a pretensão de verdade, de eliminar a interpretação e a subjetividade. Realmente, o tempo real referenciado na instantaneidade pode reduzir o tempo da interpretação do jornalista, obrigando-o a operar em simultaneidade com o tempo do evento e o tempo do receptor, conforme salientado por Meditsch (2001) e caracterizado desta forma por Ramonet:

"Pois descrever 'diretamente e em tempo real' um evento não permite absolutamente ao jornalista tomar distância, dar-se o tempo da reflexão e da verificação, nem compreender simplesmente o que se passa sob seus olhos (...) Impor à informação a velocidade da luz é confundir informação com atualidade, jornalismo com testemunho" (Ramonet, 1999: 111).

O noticiário televisivo opera de uma forma ímpar a tensão entre a emotividade presente nas imagens sobre eventos de grande impacto e o sentido de verdade que emerge de uma produção e transmissão em tempo real. Este conflito desdobra-se em uma dimensão ética no jornalismo quando os produtores têm de fazer opções entre veicular ou não ao vivo determinadas situações traumáticas e os modos de sua veiculação em busca de uma maior 'realidade' de seus relatos. Consideradas as especificidades, estes dilemas do tempo real atingem também os demais suportes que operam com o 'ao vivo', como o rádio e a Internet.

Um exemplo paradigmático deste dilema foi a transmissão ao vivo do seqüestro do ônibus da Linha 174 Gávea-Central, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 12 de junho de 2000 e transmitido em tempo real por televisões de canal aberto, por assinatura, emissoras de rádio e *sites* na Internet. O fato de a *TV Record* transmitir ao vivo, ininterruptamente, as cinco horas do seqüestro criou uma repercussão social surpreendente pela força das imagens veiculadas e pelo impacto do drama humano, com o seqüestrador Sandro do Nascimento ameaçando de morte a refém Geísa Firmo Gonçalves. Em um momento, Sandro, de revólver em punho, encenou a execução de uma refém, enfiou o revólver e fez contagem regressiva.

Mori *et alii* (2000) identificaram reações de envolvimento do público contabilizadas nos números de audiência e acesso. A *TV Record* (única emissora de canal aberto a transmitir sem interrupção) alcançou audiência de 26 pontos no Ibope (cinco pontos acima de sua média). *Sites* noticiosos como o *UOL* e o *Globo.com* intensificaram e a cobertura e registraram recordes de acesso. No primeiro, foram produzidas 71 "notas"

sobre o assunto (conforme termo usado pela diretora-executiva do *Folha Online*, Ana Lúcia Busch) em menos de 24 horas e, nos momentos mais críticos, a atualização ocorria minuto a minuto. O *Globo.com* registrou um aumento de 10% no acesso às suas páginas, no tempo de permanência do internauta no *site* e um crescimento recorde de 80% (16.159 participações) nas duas enquetes diárias discutindo a atuação da polícia no caso.

Estes indicadores revelam o grau de envolvimento do público com o evento dramático transmitido midiaticamente em tempo real, relação que, neste fato específico, Eliana Monteiro (2002) classificou de 'presentidade' - o sentido de participação intensa em um evento no momento de sua ocorrência através da mediação da tecnologia da mídia. Assim, o 'ao vivo' pela televisão cria no espectador a sensação de que o que está na tela é uma "...extensão do seu próprio olho, e não mais como o olhar de um outro (da lente) capaz de provocar estranheza, distorcer e ocultar algo dele. Este rompimento e a construção deste único olhar é assumido pela televisão principalmente nas vinhetas dos 'reality shows'" (Monteiro, 2002). A autora crê que a transmissão ao vivo do seqüestro foi uma experiência midiática de 'união' do espectador com o evento.

A intensidade desta experiência em tempo real se realizou não somente pela força das imagens na transmissão ao vivo pela televisão, mas num movimento de cobertura em que veículos tradicionais como o rádio e a televisão aberta estiveram 'lado a lado' com TVs pagas e *sites* jornalísticos. Mais do que isso: houve o compartilhamento da cobertura, como no caso dos jornais *online* utilizando material produzido por TVs do mesmo grupo empresarial. O aumento no número de acessos ao *Globo.com* foi creditado pelo *site* principalmente ao fato de ter disponibilizado imagens da *Globo News* no portal, o que tornava viável o acompanhamento por quem estivesse em um escritório com computador ligado na Internet (Mori *et alii*, 2000).

A transmissão 'ao vivo', aliada à carga dramática do episódio, convergiram, neste evento, para potencializar a capacidade inicial do jornalismo de 'tornar presente' um discurso por este estar sendo enunciado publicamente (o ato de enunciação como marcador do tempo presente). Esta modalidade de jornalismo em tempo real exacerba o seu poder de dizer (sua capacidade e legitimidade de produzir e transmitir instantaneamente imagens e informações sobre o evento) utilizando modos específicos de dizer baseado na tensão emotiva das imagens, na velocidade de sua transmissão, no sentimento de envolvimento, na dramaticidade da narrativa e na imprevisibilidade do desfecho. A 'revelação pública' como componente temporal do jornalismo é, então, confirmada nas práticas jornalísticas

contemporâneas, mas com o acréscimo de alguns aspectos novos, peculiares aos elementos expressivos mais adequados à nova gramática da mídia.

Um novo evento colocou em evidência as possibilidades midiáticas de operar em tempo real: os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, amplamente acompanhados pela mídia. A televisão novamente ganhou uma ascendência na cobertura, seja pela profusão de imagens documentais (como o choque do avião contra a torre do World Trade Center repetido inúmeras vezes nas horas seguintes e durante vários dias nas programações telejornalísticas), seja pela transmissão ao vivo de fatos em desenvolvimento ou pela edição de imagem e som valorizando a dramaticidade do atentado. Conforme Palacios (2001), a televisão funcionou plenamente como um "*veículo globalizado*" em seus canais abertos e fechados tanto por apresentar a cobertura ao vivo quanto em sua capacidade de editar de forma ordenada os fatos, mesclando imagens, depoimentos, gráficos explicativos etc, o que levou o autor a considerar que "*a televisão é ainda imbatível para a cobertura jornalística em tempo real*".

Nestas primeiras horas, a Internet não conseguia responder ao volume de demanda nem oferecer conteúdos com a qualidade televisiva. Em contrapartida, horas depois dos atentados, a Internet - e os *sites* jornalísticos em particular - passaram a oferecer um produto singular: bancos de imagens, áudio e vídeo, possibilidades de contatos com e-mail ou por páginas com amigos ou envolvidos na tragédia (mesmo uma ligação telefônica para os Estados Unidos era uma tarefa árdua no dia do atentado), salas de discussão etc. Buscando refletir sobre o papel da Internet na cobertura de eventos como esse, Palacios considera que

"...é preciso que se estabeleça uma distinção entre uma lógica da oferta, que caracteriza as mídias tradicionais (rádio, TV, imprensa), que funcionam por emissão de mensagens, e uma lógica de demanda, que caracteriza a Internet, que funciona por disponibilização e acesso do usuário às mensagens. E essas modalidades midiáticas são complementares e não pontos ascendentes numa escala evolucionária. Não há "progresso" entre o jornal, o rádio, a TV e a Internet, mas sim conjugação de formatos" (Palacios, 2001)

Em suma, a gramática do discurso midiático 'ao vivo' utiliza as imagens dos fatos em desdobramento e sua veiculação simultânea como um recurso para justificar uma competência jornalística de reportar o real. Sincronizar tempo do evento e tempo da veiculação é uma forma específica de aplicar a idéia de 'revelação pública' à idéia de 'tempo de exposição': o recurso expressivo da 'revelação' começa a basear-se na produção, propagação e consumo instantâneo de imagens, conforme os contornos delineados por

Virilio (1993) ao definir o 'tempo de exposição' como um padrão de performance no sistema de mídia.

Se por um lado a força das imagens ao vivo pode acrescentar elementos para a construção do discurso jornalístico, por outro lado consideramos arriscado para o jornalismo submeter-se excessivamente a estes parâmetros. A categoria da 'revelação pública', por exemplo, possui referências normativas que qualificam o ato jornalístico de revelar algo ao público, ligados a uma noção do papel social do jornalismo e a uma competência de apuração.

Por isso, consideramos que produzir jornalismo em tempo real implica em submeter a lógica das imagens que se sucedem em profusão a uma rede de relações mais complexas que constituíram historicamente o sentido da instituição e da atividade jornalística e justificam sua existência na contemporaneidade. No aspecto temporal, o crescimento do fator de instantaneidade como recurso técnico no jornalismo em tempo real não conduz imediatamente a uma desestruturação dos cinco pilares componentes da noção de atualidade jornalística, mas apenas um realinhamento em busca de um novo equilíbrio que não deforme conceitualmente o objeto.

A identificação de que a instantaneidade do 'ao vivo' não substitui um trabalho jornalístico complexo de seleção no jornalismo *online* foi feita por Elias Machado Gonçalves, ao perceber que os sistemas de atualização contínua de notícias do suporte *online* "a pesar de en cierto modo admitir la metáfora del flujo circular ininterrumpido, sólo en apariencia son espacios de simultaneidad" (2000: 301). Isto porque a notícia, ao ser reescrita num sistema de atualização, recebe um acréscimo de dados tanto decorrentes de fatos novos quanto do avanço da apuração, o que tende a conduzir a uma maior precisão no conteúdo. "Al final de la jornada la primera versión que sirvió como el punto de partida de la cobertura de un hecho, quedó totalmente olvidada y desplazada por las sucesivas reescrituras, muchas veces desarrolladas por distintos profesionales" (2000: 301).

Da mesma forma, o artigo de Palacios (2001) estimula esta compreensão, ao afirmar que a competência do tempo real no jornalismo *online* não está na velocidade de uma transmissão instantânea, mas na forma como esta é operada dentro das competências específicas deste suporte, como a sua capacidade técnica e interpretativa de estabelecer relações ('links') entre conteúdos específicos do fato e informações diversas complementares, permitindo ao leitor opções de contextualização de um evento com situações diferenciadas, estejam elas ocorrendo no tempo presente ou em tempos passados

próximos, podendo atuar em uma relação causal direta ou indireta. Ou, conforme Gonçalves, "*El modelo de la actualización permanente guarda distancia (...) de la transmisión 'en vivo', porque utiliza el directo como un complemento y no como un paradigma único*" (2000: 303).

5.4) A temporalidade na circulação pública das notícias

Robert Park oferece-nos alguns *insights* para introduzirmos a questão da temporalidade na construção de agendas sociais de temas que mereçam a atenção pública, sejam estas agendas construídas no âmbito interno das mídias, seja no espaço de interações específico de instituições (como as organizações governamentais) ou nos procedimentos de circulação e debate de questões junto a públicos diversificados. Inicialmente, porque Park sublinha que a temporalidade da notícia é o tempo presente da ação social, conforme tratamos anteriormente. Isto significa que o tempo presente é uma experiência de construção social, um sentido partilhado socialmente resultante da atuação de atores sociais no ambiente - uma construção, por indivíduos e instituições, de concepções e produtos simbólicos ou de estruturas carregados de uma temporalidade do presente.

Em um segundo momento, a afirmação de Park sobre a transitoriedade e a efemeridade das notícias conduz-nos a propor a discussão sobre um 'tempo de existência' pública das notícias. Por quanto tempo uma notícia existe em um ambiente social? A busca de uma resposta não é fácil, embora Park oriente para um possível ponto inicial do percurso. Uma notícia terá sua 'duração pública' na medida de sua importância social, isto é, na medida em que ela motivar expectativas sobre seus desdobramentos e conseqüências por seus diversos públicos (população em geral, membros de instituições estratégicas, membros de organizações da mídia etc) . É desta forma que o autor apresenta seu argumento:

“This transient and ephemeral quality is of the very essence of news and is intimately connected with every other character that it exhibits. Different types of news have a different time span. In its most elementary form a news report is a mere ‘flash’, announcing that an event has happened. If the event proves of real importance, interest in it will lead to further inquiry and to a more complete acquaintance with the attendant circumstances. An event ceases to be news, however, as soon as the tension it aroused has ceased and public attention has been directed to some other aspect of the habitat or to some other incident sufficiently novel, exciting, or important to hold its attention” (Park, 1955a: 78).

Pretendemos conduzir esta discussão a partir da proposição de uma noção de 'tempo de permanência' da notícia no espaço público. Entendemos que falar em

'permanência' das notícias é mais restrito do que 'existência', e esta limitação pode representar uma possibilidade de avanço na abordagem. Iremos então inicialmente delimitar que tipo de temporalidade social estamos falando, particularmente aquela referente à dimensão pública da vida coletiva, em uma sociedade alicerçada em instituições sociais e estruturada em redes de comunicação, organizações e práticas midiáticas.

5.4.1) A noção de 'tempo público' na sociedade contemporânea

O termo 'tempo público' tem sido usado por alguns autores para pensar uma construção de relações sociais e simbólicas propagadoras de sentidos particulares de tempo. Sua aplicação refere-se, predominantemente, a experiências, em uma dimensão social ou cognitiva, de indivíduos, grupos ou instituições ao ingressarem num espaço público de interações e trocas simbólicas. Tal percurso de formulação conceitual, para ser fundador, envolve um nível alto de abstração, o qual não nos parece ter sido alcançado pelos estudos consultados (Molotch e Lester, 1993; Gomis, 1991; Rodrigo-Alsina, 1989; Nowotny, 1994). Além disso, estes trabalhos acrescentam, em sua maioria, a especificidade da presença dos sistemas midiáticos de comunicação como estruturas necessárias à instauração de um conjunto amplo de relações sociais, particularmente as relações temporais.

Consideramos que um ponto de partida para pensar uma temporalidade pública é demarcar uma questão inicial do tipo: "Existe uma temporalidade pública construída por atores sociais num processo em que a mídia exerce um papel predominante ou de destaque?" Para desenvolver minimamente esta questão, optamos por reduzir o alcance possível da expressão 'tempo público'. Iremos tratá-la no âmbito de uma temporalidade social, buscando as contribuições que uma sociologia do tempo (Capítulo I) nos oferece, às vezes aliada a uma história cultural (Capítulo II), ao mesmo tempo em que caminharemos para um objeto mais específico - a sociedade midiaticizada percebida pelo olhar sociológico.

Entendemos que a experiência de um 'tempo presente' depende das formas como as temporalidades sociais se interligam e se conectam para formar um sentido comum, compartilhado coletivamente. Pensar sobre um tempo público exige um cuidado na construção e referência conceitual, à medida que diversas temporalidades circulam concomitantemente no espaço público.

Uma primeira abordagem pode ser identificada na apresentação que Stephen Kern (1983) faz de tempo público como um movimento histórico entre o final do século XIX e XX na Europa Ocidental em busca de uma uniformização dos padrões temporais. Assim, ações como a padronização de um horário global e o uso do tempo como marcador do ritmo e da pontualidade das atividades sociais e produtivas são modos de considerar a formação de um tempo público nas sociedades. É nesta época que Durkheim publicou *The Elementary Forms of the Religious Life*, distinguindo entre 'tempo privado' e 'tempo em geral', o qual tem uma origem social: "...what the category of time expresses is a time common to the group, a social time (...) it is a veritable social institution " (Durkheim, 1965: 23). O conflito entre um tempo uniforme socialmente imposto e um tempo privado torna-se referência para a cultura da época, em particular com obras artísticas reivindicando uma heterogeneidade na fruição do tempo (Kern, 1983: 16-17).

A crescente racionalização e institucionalização das sociedades estabeleceu sentidos temporais uniformes conforme ritmos e necessidades das grandes organizações sociais. Assim, uma compreensão de tempo público a partir de uma perspectiva institucional tornou-se possível, como nos estudos de Helga Nowotny (1994, *apud* Segre, 2000: 168). Sua definição de tempo público baseia-se em uma temporalidade socialmente institucionalizada e predominantemente determinada e controlada pelos ritmos e rotinas das grandes organizações e da administração pública.

A autora localiza a temporalidade pública neste nível para diferenciá-la de um tempo privado, modo de construção de relações temporais em uma perspectiva subjetiva dos indivíduos e das suas relações íntimas nos seus espaços privados. De imediato, surge uma dimensão de conflito, já que os indivíduos freqüentam e corporificam as organizações sociais, e as diferenças dos modos de considerar o tempo geram tensões e tendem a ser resolvidas por situações de poder, como os constrangimentos organizacionais.

O tempo público, nessa perspectiva, consistiria de uma categoria a ser utilizada para descrever um nível de interações externas às institucionais (portanto, públicas), mas regidas por procedimentos institucionais. Assim, práticas e conteúdos (predominantemente institucionais) tornar-se-iam recursos para a constituição de uma rede de relações temporais que os indivíduos operam em um ambiente social, aspecto reforçado pelo fato de que as práticas sociais dos indivíduos são impregnadas de uma temporalidade socialmente compartilhada em ações e conteúdos produzidos. Esta abordagem auxilia-nos a perceber algumas bases e modos de estruturação do social, seja na forma de Helga Nowotny ou nos estudos das metrópoles feitos por Rotenberg (1992).

Ao mesmo tempo, a mudança tecnológica da sociedade com a formação de redes de comunicação e seus efeitos sobre a gestão do tempo com a instantaneidade na transmissão de informações e trocas diversas cortam transversalmente uma estrutura social alicerçada em instituições (governamentais e grandes organizações privadas). Se estas criam um nível elevado de constrangimento e regulação temporal, as redes, por sua vez, estabelecem condições para que fluxos de dados (operando continuamente para possibilitar trocas e interações diversas) atuem como reordenadores de regras para o uso do tempo.

Noções como duração, intervalo, simultaneidade e regularidade são modos de uma experiência pública do tempo que dependem, a cada dia mais, de uma convergência de interesses da organização, das referências temporais trazidas pelo fluxo das redes e, também, as preferências dos usuários ao utilizarem a rede conforme a organização do tempo nas suas rotinas privadas. Exemplos simples disto são o crescimento de serviços públicos e privados funcionando às 24 horas ao dia, seja por telefones (tipo 0800) ou Internet, para que instituições e usuários possam ter um canal permanente de contato.

Além deste aspecto do tempo público em que interações se realizam acompanhando uma gestão do tempo por instituições, pelos indivíduos e pelas redes informacionais, podemos falar em uma segunda perspectiva de tempo público, decorrente do surgimento da mídia como estrutura de mediação³⁸ social. O tempo público associado ao ambiente midiático é decorrente de a mídia ter se constituído, estrutural e simbolicamente, em uma dimensão pública de sociabilidade. Conforme Rubim (2002),

"Esta dimensão está constituída por espaços eletrônicos, sem territórios e potencialmente desmaterializados, que se transformam em suportes de televivências, vivências à distância e não presenciais, planetárias e em tempo real. A conjugação entre espaços eletrônicos em rede e televivências possibilitadas viabiliza os fluxos globalizantes e institui a telerrealidade. O amálgama entre telerrealidade e realidade contígua, com seus espaços geográficos, suas convivências e seus fluxos locais, possibilita a singular experiência da contemporaneidade: viver glocalmente. Isto é, vivenciar em conjugação, combinada e desigual, todas estas marcações e possibilidades sociais."

Esta dimensão midiática não substitui as dimensões tradicionais de sociabilidade, mas se incorpora ao espaço público de interação alterando padrões, procedimentos e concepções existentes e introduzindo novos, adequados às suas linguagens e modos de

³⁸ Conforme Rubim, "...hoje parece assentado teoricamente que não existe a possibilidade de uma relação direta, não mediada, com realidade; que a representação não só faz parte da realidade, como aparece como dispositivo imprescindível de sua construção social e que o estatuto de realidade da representação nada fica a dever àquele atribuído ao restante da realidade, aliás, só possibilitada através do recurso às mediações" (2002).

produção de conteúdo. Os procedimentos técnicos e institucionais de produção introduzem, nas relações sociais, novos marcadores temporais, novas concepções sobre o tempo e novos recursos para um uso tanto regulado quanto individualizado do tempo. O ambiente midiático poderia ser descrito, agora, tanto como um espaço de luta simbólica pela definição de temporalidades entre as instituições da mídia, instituições diversas e os indivíduos quanto nas formas (convergentes ou não) de composição de relações temporais novas entre os diferentes atores que têm acesso à mídia. A ênfase em um ou outro aspecto vai depender da especificidade de relações temporais e de produtos midiáticos estudados.

Pensar o tempo público implica em fazermos uma diferença analítica entre uma dimensão pública de interações, interligada por estruturas e processos comunicacionais diversos, como os midiáticos, e os sentidos temporais propriamente ditos que podem circular nesta dimensão. Consideramos que a expressão 'tempo público' ganha uma maior precisão se a aplicarmos na caracterização de fenômenos temporais presentes em produtos simbólicos ou práticas sociais, não na descrição de estruturas sociais. Mas não devemos esquecer que as dificuldades em construir conceitualmente o 'tempo público' são de uma ordem próxima às enfrentadas se tentarmos estabelecer fronteiras precisas para o fenômeno 'espaço público'.

Além disso, o tempo público como fenômeno social significa estar submetido a forças inerentes aos processos sociais, como movimentos de regularidade, estabilidade e solidificação de práticas por atores sociais e, em contraste, movimentos de choques ou rupturas. Isto significa que o tempo público pode ser constituído de temporalidades em concorrência, em choque iminente ou real, cuja resolução depende, muitas vezes, de uma gestão de poder na sociedade, seja este poder político, econômico ou tecnológico. A mídia, como instituição, possui suas formas de definição de temporalidades preferenciais e estratégias próprias para disseminação desses padrões para o conjunto da sociedade, pois controla boa parte dos mecanismos de visibilidade social.

Exemplo deste estado de conflito entre temporalidades sociais é citado por Ramonet ao propor a categoria 'choque de temporalidades' para descrever uma

"...contradição permanente entre o tempo midiático e o tempo político. Assim como o tempo político - como quiseram os fundadores da democracia - deve ser lento para permitir que as paixões se apaziguem e que a razão se imponha, assim o tempo midiático atinge o limite extremo da velocidade: a instantaneidade. O choque destas duas temporalidades favorece derrapagens que podem revelar-se muito perigosas quando implicam considerações políticas, xenófobas e racistas" (Ramonet, 1999: 72).

Na verdade, a política opera com duas velocidades diferenciadas: uma é decorrente de um processo de formação de decisões e ações políticas que, num nível intra-organizacional (parlamento, órgãos governamentais etc), depende de procedimentos que podem ter um ritmo lento próprio da instituição (debates políticos e análises técnicas). A outra velocidade se refere aos modos e recursos que a política usa para obter visibilidade pública, tanto em suas ações cotidianas quanto em processos eleitorais, estando a mídia em posição privilegiada para garantir este acesso.

Diversos estudos vêm sendo realizados para compreender as relações entre mídia e política, seja numa perspectiva de analisar a mídia como um espaço estratégico da luta política ou de perceber as mútuas influências de um campo social sobre o outro (Rubim, 2002). Estes trabalhos têm avançado ao revelar uma dinâmica de interações entre mídia e política que poderiam iluminar uma abordagem sobre as relações temporais entre instituições que atuam em uma dimensão pública. Em outras palavras, estamos procurando apontar para um processo de influência mútua e dinâmica entre instituições que conduzam à construção de alguns ritmos temporais comuns. Mesmo assim, sabemos que, sendo as relações institucionais estruturadas com base em relações de poder, é possível um desequilíbrio na interação e um ator impor sobre o outro certas rotinas e procedimentos com suas marcas temporais particulares.

5.4.2) O modelo do '*agenda-setting*' e suas possibilidades para descrever a atualidade jornalística

Após delinear-mos analiticamente as características e possibilidades de pensarmos o 'tempo público' como um fenômeno social amplo em uma sociedade institucionalizada e trespassada por redes de comunicação, iremos agora localizar nossas reflexões em um âmbito de fenômenos específicos que possam demonstrar um modo particular de construção de um 'tempo público' por atores sociais. Este fenômeno tem sido denominado por pesquisadores da área como 'agendamento' social. De forma simplificada, podemos considerar o agendamento como uma manifestação particular da relação entre a notícia e a ação pública e afirmar que existe uma temporalidade implícita neste processo, que é o papel desempenhado pela notícia no tempo presente, no tempo do agir social. Não temos a pretensão de fundar o conceito de tempo de permanência como mais um componente da noção de atualidade jornalística, mas acrescentar elementos para melhor entendermos

mecanismos sutis e complexos de uma dimensão temporal do estabelecimento das agendas públicas.

A vasta literatura sobre o *agenda-setting* tem produzido uma frutífera investigação a respeito das possíveis interrelações entre a agenda produzida pelos media e a agenda construída pelo público, a partir da sistematização inaugural feita por Maxwell McCombs e Donald Shaw no artigo "*The Agenda-Setting Function of Mass Media*" (1972) e no livro "*The Emergence of American Political Issues: The Agenda-Setting Function of the Press*" (1977). Diversas hipóteses surgiram na busca de uma verificação e aperfeiçoamento da tese inicial dos dois autores, que propunham investigar que efeitos cognitivos os mídias têm produzido a curto, médio e principalmente longo prazos sobre o seu público ou, mais amplamente, sobre a sociedade: "*The mass media may not be successful in telling us what to think, but they are stunningly successful in telling us what to think about*" (Shaw and McCombs, 1977: 5).

Nestes cerca de 30 anos de produção teórica e empírica sobre a perspectiva do *agenda-setting*, diversos estudos têm procurado afirmar a sustentabilidade da segunda parte da tese ('os meios de comunicação nos dizem sobre o que pensar'), mas também de defender a possibilidade de os mídias agendarem modos específicos de percebermos os eventos (determinando 'o modo como devemos pensar sobre algo'), desdobramento este denominado de 'segundo nível do *agenda-setting*') (McCombs, 2001).

Não nos parece oportuno proceder a uma revisão sumarizada das contribuições e novos problemas que esta abordagem produziu durante este percurso, mesmo porque isto já foi feito em diversos estudos, disponíveis inclusive em língua portuguesa (Wolf, 1994). Também não pretendemos confrontar contribuições e problemas (particularmente metodológicos) numa intenção de estabelecer graus ou margens de confiabilidade do modelo. Parece-nos que o mapeamento de problemas metodológicos que decorrem da primeira questão pode ser vislumbrado na sistematização feita por Wolf (1994: 152-155).

Partiremos de contribuições comprovadas em pesquisas para discutirmos: a) se o modelo possui ou desenvolve uma abordagem sobre o efeito temporal que a agenda midiática pode produzir e exercer sobre a agenda do público, agendas governamentais e institucionais; b) que relações podem ser feitas entre este impacto temporal midiático e o tipo de temporalidade operada pelo jornalismo. Estes dois aspectos levantam uma questão metodológica: se a mídia possui um efeito de agendamento a longo prazo, como delimitar este intervalo temporal de influência e como localizar os pontos, neste intervalo, em que a influência é mais intensa?

Os estudos na perspectiva do *agenda-setting* que procuram abordar o aspecto temporal têm oferecido mais perguntas do que respostas. Citemos as questões pertinentes, principalmente de ordem metodológica, levantadas por Wolf:

"...qual é o melhor intervalo entre a avaliação de uma agenda e a de outra? Quanto tempo deve decorrer antes de o efeito de agenda se manifestar ou, pelo contrário, antes de esse efeito se atenuar e desvanecer? Qual é o melhor período de tempo para fazer o levantamento da agenda dos mass media?" (Wolf, 1994: 153)

E o próprio autor já antecipa: *"São perguntas para as quais não existe uma resposta teoricamente fundamentada e motivada; no entanto, provavelmente todas influem de uma forma notável nos resultados que se podem obter"* (1994: 153). Aceitando-se ainda que o agendamento midiático tenha um efeito cognitivo não só pela seleção e oferta de temas, mas por produzir um *'framing'* (um modo de pensar sobre algo), a busca por definir um intervalo temporal de influência tem chegado, no máximo, a oferecer algumas indicações de como o processo se realiza em situações concretas.

O estudo de Stone e McCombs (1981), por exemplo, parte de uma questão inicial sobre o agendamento nos Estados Unidos - *"How long does it take before an issue receives public recognition?"* (1981: 51) - para cruzar dados secundários de uma pesquisa entre públicos delimitados (eleitores de um pleito presidencial e alunos universitários) e de uma análise de conteúdo de duas revistas nacionais e chegar à conclusão de que, neste caso específico, poderia haver um intervalo de tempo entre dois a seis meses para que temas de interesse nacional da agenda midiática começassem a ser registrados na agenda do público. O estudo vai alertar para a consideração de um fator de cumulatividade na construção de agendas e nas suas mútuas influências, o que torna mais difícil estabelecer momentos iniciais ou finais de ação.

Wanta e Hu (1994) investigam um aspecto mais específico: qual é o momento de máxima influência de um determinado mídia que agenda uma questão nova e a oferece para a agenda do público? Para isso, os autores analisaram a presença de cinco mídias (um programa telejornalístico nacional, um programa telejornalístico local, um jornal regional, um jornal local e uma revista nacional de informação) em uma cidade norte-americana. Entre as hipóteses investigadas está uma que se baseia em uma avaliação de Shaw and McCombs (1977) de que o noticiário televisivo poderia exercer um maior impacto a curto prazo na agenda do público, mas em contrapartida o conteúdo dos jornais teria um efeito mais consistente durante períodos de tempo mais longos.

Wanta e Hu confirmaram esta tese e montaram o seguinte quadro temporal de influência máxima de cada mídia sobre o público: telejornal nacional (a influência máxima se dá uma semana após iniciada a veiculação de um tema), telejornal local (duas semanas), jornal regional (três semanas), jornal local (quatro semanas) e revista nacional (oito semanas). Ao mesmo tempo, sugeriram que o ponto médio de máxima influência conjunta dos cinco mídias seria três semanas. Entretanto, considerando a variedade de elementos que compõem um processo de agendamento (variedade de temas, formatos, mídias, relações interpessoais etc), os autores evitam generalizar suas descobertas.

O esboço das limitações das pesquisas sobre o *agenda-setting* não tem a intenção de tentar invalidar a perspectiva, embora nos pareça que o efeito temporal do agendamento midiático (o tempo de permanência da agenda midiática influenciando a agenda do público ou das instituições governamentais) seja de mais difícil mensuração. O tempo de permanência de um conteúdo veiculado pela mídia depende de fatores díspares desde a capacidade de discussão (conversação) de um determinado grupo para gerar uma repercussão do conteúdo até a capacidade de memorização e interpretação do indivíduo, o que implica no recurso a mecanismos individuais de compreensão e combinação de uma informação nova com outra, já acumulada na memória (Wolf, 1994: 149).

Consideramos adequado inserir agora a observação de Traquina (1995: 194) de que é necessário distinguir, nos estudos sobre *agenda-setting*, entre mídias com conteúdos diversos (incluindo desde produções musicais, dramatização e os programas de entretenimento de um modo geral) e os mídias noticiosos, ou pelo menos os programas noticiosos de meios como a televisão e o rádio. Traquina está correto em afirmar que a maioria destes estudos utiliza dados oriundos de produções jornalísticas, embora temas tão diversos como violência na televisão (em programas jornalísticos ou ficcionais) ou questões de saúde demonstraram que a variedade temática é, por si, um fator que complexifica a mensuração de efeitos possíveis do agendamento da mídia sobre a agenda do público ou mesmo se há uma mútua influência, conforme cita Traquina (1995: 206).

Interessante perceber que Traquina esboça uma aproximação entre estudos de *agenda-setting* e os de *newsmaking*, pois o autor considera que o último construiu um mapeamento de elementos materiais, procedimentais e simbólicos ligados às rotinas de produção jornalística que permitem visualizar modos como penetram, no processo de produção, influências de grupos externos à organização jornalística. Por exemplo, o papel

preponderante de fontes governamentais agendando temas e enquadramentos na agenda jornalística (Hall, 1993; Sigal, 1973; Tuchman, 1983; Gans, 1979).

Se observarmos que estudos de *agenda-setting* envolvem questões referentes não somente à construção da agenda, mas também a fatores como a realização de debates públicos (sobre temas e perspectivas agendados) e o direcionamento para a ação, veremos que os aspectos descritos, em uma perspectiva histórica, sobre a institucionalização de hábitos de leitura pública de notícias em casas de café no século XVIII e o estímulo que tal procedimento deu à formação de um espírito de discussão pública das notícias e, conseqüentemente, das questões públicas, tornam-se menos precisos num contexto contemporâneo. Mesmo que o agendamento da mídia sobre o público e sobre os governos não seja um fenômeno restrito apenas, por exemplo, aos últimos cem anos, a crescente complexificação da sociedade nos campos tecnológico, econômico, político e social induz-nos a considerar uma tendência a uma 'estruturação' de rotinas e práticas tendo as organizações sociais como centro, mas se espalhando em fluxos menos estáveis e controláveis.

Em outras palavras, se, por um lado, os procedimentos organizacionais contemporâneos acentuam rotinas estáveis (como o uso de fontes, temas e enquadramentos consolidados no jornalismo), ao mesmo tempo, movimentos de reordenação de processos e fluxos sociais e particularmente comunicacionais fazem surgir uma instabilização e imprevisibilidade de roteiros e percursos de busca, produção e leitura de conteúdos. Portanto, pensar um efeito temporal que a agenda midiática (leia-se jornalística) exerce sobre a sociedade considerando esses dois movimentos sociais simultâneos torna-se menos exequível se olharmos para esse efeito temporal como um fenômeno isolado. As pesquisas citadas aqui, ao terem optado por reduzir variáveis de interferência para investigar o fator temporal da agenda, tornaram-se limitadas no seu poder explicativo.

5.4.3) A atualidade jornalística e a construção da agenda pública

O produto jornalístico é rico em marcadores, concepções e recursos temporais, conforme temos salientado em outras passagens deste trabalho. Não são apenas qualidades temporais derivadas, mas compõem a dimensão de uma temporalidade essencial ao jornalismo: o seu vínculo ao tempo presente dos acontecimentos, dos leitores e da produção do relato jornalístico. Por ser um dos elementos que singularizam o jornalismo de

outras práticas e conteúdos sociais, a dimensão temporal tem sido associada a outros fatores em uma busca da formulação de um mais elevado status epistemológico.

Não se pode negar que as notícias são um dos principais mediadores para levar, às pessoas, um conhecimento sobre o mundo em seus movimentos recentes. Rodrigo-Alsina usa, inclusive, o termo 'realidade pública' ao caracterizar a atividade jornalística como “*un rol socialmente legitimado para producir construcciones de la realidad públicamente relevantes*” (1989: 30), tarefa que seria limitada pelos critérios classificatórios (valores/notícias) e operacionais (relativos às imposições organizacionais ou às relações com fontes de informação) inerentes à instituição jornalística. O jornalista não faria exatamente uma construção da realidade, segundo o autor, mas de um “mundo possível” (aquele a que o jornalista tem acesso e é possível de ser reconstruído pelo discurso jornalístico). A notícia seria uma “*representación social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível*” (1989: 185).

Lorenzo Gomis busca no termo "presente social" um “*tiempo de referencia de la acción colectiva*” (1991: 29), que envolva e sirva de referência para a sociedade. Esta seria a principal função dos meios de comunicação, segundo o autor: rodear a sociedade de um presente social contínuo, “*bastante nuevo para que nos impresione y bastante viejo para que podamos conocerlo y comentarlo*” (Gomis, 1991: 41-42).

“Realidade pública”, “mundo possível” e “presente social” são tentativas de definição de uma dimensão pública ainda insatisfatoriamente resolvidas nos estudos sobre jornalismo. Mesmo que tentássemos aproximar conceitualmente a idéia de realidade à de existência, parece-nos difícil caracterizar rigorosamente um âmbito de “realidade pública” estritamente vinculado às mídias. Consideramos razoável identificar que a presença de conteúdos midiáticos (os jornalísticos, principalmente) interfere nas possibilidades de existência cotidiana, isto é, apresenta possibilidades de experiência e conhecimento da realidade, mas entendemos faltar elementos - de ordem filosófica inclusive - para definir uma realidade (de ordem temporal ou espacial) vinculada ao ambiente midiático, seja como uma possibilidade de ser ou como uma possibilidade de conhecimento (Mora, 198: 2791), o que nos parece um percurso teórico ainda a ser trilhado.

Já salientamos que os estudos de *newsmaking* nos ofereceram várias informações sobre práticas e concepções geradas pela atividade jornalística e os modos como são operados sentidos temporais no jornalismo. Além da presença do elemento temporal em aspectos procedimentais, organizacionais e ligados a uma tecnologia da produção e

circulação pública, podemos localizar, no próprio conteúdo noticioso, elementos para a caracterização de uma temporalidade pública.

Este é o percurso feito por Molotch e Lester (1993), que se utiliza dos referenciais do *newsmaking* para tratar o 'acontecimento jornalístico' como uma entidade singular, resultante de um processo complexo de construção que condiciona uma forma de experiência temporal intersubjetiva para uma sociedade. A tese dos autores é de que o conteúdo jornalístico cria uma referência de conhecimento sobre a realidade³⁹ para uma coletividade, interferindo inclusive na percepção temporal: "*...esses acontecimentos são usados como pontos de referência temporais para o ordenamento do passado e do futuro. Os passados e os futuros são construídos e reconstruídos, como um processo contínuo de rotinas diárias*" (Molotch e Lester, 1993: 35). Nesta perspectiva, os 'acontecimentos' são construções jornalísticas que ganham objetivação e vão habitar o mundo social criando uma rede de significados e conteúdos para conhecer o mundo. Funcionam como uma rede semântica porque trazem modos estandardizados de perceber e entender o mundo e se tornam estoques de conhecimento para a compreensão de eventos subsequentes e para a definição de ações públicas.

Conseqüentemente, pensar a temporalidade do jornalismo é compreender esta construção pública de acontecimentos, os modos como os acontecimentos jornalísticos transformam uma ocorrência (enquanto uma experiência particular) em uma experiência pública, partilhada por uma coletividade. Os acontecimentos operam como demarcações temporais para uma comunidade. É nesta linha de raciocínio que os autores consideram possível compreender a formação de um tempo público na sociedade:

"O Tempo Público é o termo que utilizaremos para representar aquela dimensão de vida colectiva, através da qual as comunidades humanas vêm a ter o que é considerado ser um passado padronizado e perceptualmente partilhado, presente e futuro (...) o tempo público é (...) constituído através de acontecimentos públicos (...) Assim, o conteúdo das concepções de um indivíduo da história e do futuro da sua comunidade vem a depender dos processos através dos quais os acontecimentos públicos se transformam em recursos do discurso nos assuntos públicos. O trabalho dos historiadores, jornalistas, sociólogos e analistas políticos ajuda a realizar esta tarefa para vários públicos, oferecendo aos cidadãos um leque de ocorrências a partir das quais se elabora um sentido do tempo público" (Molotch e Lester, 1993: 36).

³⁹ Lembremos que estes autores se situam dentro de uma perspectiva de construcionismo social. Nesta, é possível considerar que o jornalismo opera dentro de um campo semântico que atua como objetivação, conservação e acumulação de sentidos sobre a experiência, fornecendo os limites seletivos entre "o que será retido e o que será 'esquecido'" (Berger e Luckmann, 1978: 62).

Esta é uma construção em que participariam três grupos de atores institucionalizados (que os atores denominam de "agências"⁴⁰), mesmo que em momentos diferenciados durante a existência pública da notícia: a) os promotores de notícias ("*news promoters*"), ligados de alguma forma a uma ocorrência e capaz de torná-la acessível ao jornalista e adequada às exigências de produção noticiosa; b) os próprios jornalistas e editores ("*news assemblers*"); e c) os consumidores de notícias ("*news consumers*"). A partir da atuação destes três grupos de atores é que seria possível definir e identificar um tempo de permanência, isto é, o tempo de existência pública da notícia, uma temporalidade específica das notícias em sua existência como produto objetivado na convergência entre uma ocorrência, uma ação institucional e seu reconhecimento e uso por um público.

Consideradas as diferenças metodológicas e de objetivos de pesquisa, podemos trazer, para nos auxiliar a compor esta formulação sobre o 'tempo de permanência', os estudos sobre agendamento social. Apesar de suas limitações no tratamento do aspecto temporal da construção de agendas, estes estudos estabeleceram um mapa de questões pertinentes sobre a temporalidade no agendamento. Inicialmente, ressaltamos que o objeto denominado de 'acontecimento' por Molotch e Lester é, em linhas gerais, um dos principais conteúdos de agendamento social, pois é uma forma simbólica de um evento, tema ou questão tratado jornalisticamente para circulação pública como poder de agenda social.

Além disso, é possível visualizar algumas semelhanças entre os tipos de agendas públicas (aquelas produzidas pelos mídias, por instituições externas aos mídias e pelo público) e os três grupos de atores que participam da construção dos acontecimentos. A produção de uma agenda social, assim como de um acontecimento, é resultado de uma cumulatividade social (Stone e McCombs, 1981), isto é, de uma interrelação entre temas, eventos ou questões e suas dimensões tornadas públicas na forma de acontecimentos noticiosos, pois lhe darão um contexto e relação de importância social.

Outro aspecto é que tanto agendas quanto acontecimentos são produzidos em decorrência de mútuas influências entre atores e instituições (o exemplo dos "*news promoters*" é eficaz neste sentido). Isto fica mais claro se lembrarmos a reflexão sobre a temporalidade pública constituída na forma de influência, concorrência, choque ou

⁴⁰ A formação de um acontecimento público depende de um sentido produzido e acumulado por agências: "*No percurso de um acontecimento público, uma ocorrência passa através de um conjunto de agências (indivíduos ou grupos), cada um das quais ajuda a construir, através de um grupo distinto de rotinas organizacionais, o que o acontecimento terá mostrado ser, usando como recursos o trabalho de agências que chegaram antes, antecipando-se ao que agências sucessivas 'poderiam entender'*" (Molotch e Lester, 1993: 37).

imposição de regimes temporais entre instituições. Se a mídia possui uma ascendência no poder de colocar em presença continuada, para circulação na sociedade, um conteúdo em forma de acontecimento jornalístico, este tempo de permanência será limitado pelos interesses e determinações das outras 'agências' (os promotores de notícias ou o público, por exemplo).

Com as mídias em tempo real, o papel do público na sua gestão pessoal do tempo se amplia. Mesmo que os acontecimentos jornalísticos já tragam marcadores temporais que indicam o seu tempo de duração social (como no caso de notícias constituídas na forma de um relato breve sobre um evento pontual, que se esgota no máximo um dia após o evento ter ocorrido), cada vez mais o público tem acesso a modos diferenciados de disponibilização de notícias e informações contextuais, dando-lhe maiores possibilidades de selecionar recortes temporais e fazer sua experiência temporal com os acontecimentos públicos mais próxima de seus interesses.

Poderíamos então situar um sentido de tempo de permanência no domínio do envolvimento dos leitores com os acontecimentos jornalísticos, conforme Molotch e Lester: "*O processo análogo de criação de pontos de referência temporais significa que as ocorrências tornam-se acontecimentos de acordo com a sua utilidade para um indivíduo que esteja a tentar, numa ocasião particular, ordenar a sua experiência*" (1993: 36). O tempo de duração de um acontecimento varia conforme os modos de envolvimento do leitor com ele, dimensão de discussão que já abre, por si, um leque de possibilidades de relações para além da relação com os usos e fins apontados por Molotch e Lester.

Gomis usa a expressão 'tempo dos leitores' (1991: 29) para afirmar que a atualidade de um produto jornalístico depende também dos procedimentos dos leitores ao repercutirem o conteúdo das notícias ou conversações. Repercutir, neste caso, é uma dimensão tanto interpessoal quanto midiática da circulação pública das notícias, uma forma de perceber o tempo de permanência de um conteúdo atendendo a um diferenciado conjunto de anseios do público, alguns deles captados por jornalistas e sistematizados em critérios de noticiabilidade (conteúdos inesperados, curiosos, surpreendentes, inéditos, importantes etc). É nesta linha que o autor define notícia como "*...la expresión periodística de un hecho capaz de interesar hasta el punto de suscitar comentarios (...) capaz de tener repercusiones*" (1991: 49). Em outras palavras, "*...és más noticia que otro el hecho que tendrá más repercusiones*" (1991: 97). Em conseqüência, o 'presente social' seria "*...la sedimentación de esas informaciones en la conciencia de los lectores y oyentes*" (1991: 23).

Se considerarmos a existência de, pelo menos, estes três agentes produtores de temporalidade social no âmbito do jornalismo (as instituições jornalísticas, as instituições sociais em geral e os leitores), veremos que cada grupo de agentes tem interesses e procedimentos específicos para manter uma notícia em circulação pública. Sabemos que o tempo de permanência da notícia em circulação tende a ser curto, pois sua vinculação a um tempo presente que se renova continuamente ao ritmo da aceleração da vida social faz com que o efêmero e o perecível - "*perishability*", segundo Roshco⁴¹ - sejam componentes da dimensão temporal da notícia. Para além desta tendência ao perecimento, as próprias características singulares de um evento, situação ou tema e a atuação dos três grupos de agentes podem prolongar o tempo de permanência da notícia. Compreender as estratégias particulares que os agentes aplicam exige metodologias adequadas às suas especificidades, o que implica uma dificuldade adicional para estudos que tenham um escopo abrangente na análise do jornalismo.

Vejamos, por exemplo, um caso específico para percebermos os fatores envolvidos, partindo de uma questão: em que medida o caráter de importância de uma notícia contribui para aumentar o seu tempo de permanência em circulação pública? Trataremos esta questão de forma analítica, sobre situações hipotéticas, com a finalidade de esboçar algumas possibilidades de sua compreensão. O aspecto da importância (ou relevância) é um dos demarcadores fundamentais da noticiabilidade, pois ele orienta a todos os envolvidos na produção ou circulação de notícias a perceber ou atribuir, a um evento, um caráter imperativo para que se torne notícia e tenha, portanto, existência pública.

O caráter de importância tem sido predominantemente referido, em estudos sobre noticiabilidade, aos processos complexos e difíceis de organização e gestão da vida pública aos quais um indivíduo necessariamente deveria ter conhecimento para poder conduzir sua vida, tanto a privada quanto a pública, ou então tem sido referida aos grandes acidentes no curso da vida cotidiana. Podemos ver essa abordagem na forma como Gans atribui ao termo um sentido de conteúdo “necessário” e “obrigatório” ao indivíduo (1979, 146-153) ou às contribuições de pesquisadores que vêem no jornalismo uma mídia com um importante papel de ‘serviço público’ e responsabilidade social, tendo em vista a preservação de princípios coletivos da sociedade, como o de “interesse público”. Robert Park situa a noção de importância como uma das categorias distintivas e determinantes da

⁴¹ "*Public knowledge is no longer news, so far as the press is concerned, demonstrating that the correlative of timeliness is perishability*" (Roshco, 1975: 13).

natureza da notícia, mas ela só adquiriria sentido situada num tempo e num espaço específicos, quando é relacionada pelo jornalista a um mundo e a um público concretos (1955b, 110).

Podemos acentuar, analiticamente, a caracterização de "importância" de uma notícia ao compararmos com a qualidade de ser uma notícia "interessante". O uso da expressão "notícia interessante" pela literatura e pelo meio profissional tem servido para nomear um campo de eventos ligados a um prazer de 'fruição' da vida pública e privada, sendo-lhe atribuída um sentido leve, quase lúdico. Gans lista algumas características das notícias interessantes: referem-se a pessoas agindo ou envolvidas em situações não usuais; inversão de papéis, seja com aspecto humorístico (estórias do tipo "o homem morde o cachorro") ou com mudanças profundas de comportamento (criminosos perigosos realizando ações comunitárias); e relatos de pessoas comuns que passam por experiências difíceis, como uma grave doença ou um ato heróico, o que produziria piedade, simpatia ou admiração no público, entre outros.

Park vincula importância como recurso distintivo da notícia em relação à ficção, já que a primeira operaria como "*events in a real world*", e a segunda, com "*incidents in an ideal world beyond time and space*" (1955b: 110); ou seja, interesse na notícia se origina de referenciais ficcionais, a partir de construções narrativas ou anedóticas. Park está, na verdade, tentando localizar um tipo específico de notícia, as "estórias de interesse humano" dentro da divisão tradicional entre "*news story*" e "*fiction story*", baseando-se no estudo de Hughes (1940).

Traçados os contornos da qualidade de importância de uma notícia, cabe-nos agora perceber alguns modos de sua constituição (ou institucionalização). Em primeiro lugar, devemos evitar aplicar ao evento uma 'naturalização' de suas qualidades, como se fossem atributos isolados no evento e não sentidos construídos em múltiplas interações sociais. Claro que alguns eventos se impõem como importantes, tais como os grandes acidentes ou tragédias na história humana, mas são situações excepcionais. Em segundo lugar, sugerimos que atores ou agentes sociais contribuem ativamente para identificar, ressaltar ou atribuir qualidades aos eventos, criando um dinâmico e rico jogo de trocas de sentidos, mesmo que as estruturas institucionais valorizem hierarquias e situações de poder na atribuição de sentidos.

Em terceiro lugar, atribuir sentido de importância por um ou mais atores significa instaurar uma situação de agendamento social. Cada ator tem formas peculiares de definir suas agendas e propô-las a outros, conforme esboçamos há pouco. Os estudos de

newsmaking também demonstraram a operação de fatores internos às instituições jornalísticas para qualificar eventos e as relações de influência e trocas entre jornalistas e fontes na definição e conformação de acontecimentos noticiosos. Propor um sentido de importância jornalística a um evento instaura uma relação de envolvimento na sociedade: indica que a notícia fundada na importância do seu relato merece atenção pública, uma atenção que pode se estender por um intervalo cuja extensão dependerá da conjugação desta qualidade a outras, de ordem temporal ou não, e dos interesses dos atores sociais em manter esta questão sob visibilidade pública.

O tempo de permanência, então, é o resultado de procedimentos superpostos e cruzados, baseados em valores, concepções e interesses em vários níveis da sociedade, mas sabendo haver um desequilíbrio no poder social de atribuição de importância para eventos. O tempo de permanência não é um fenômeno qualitativamente novo em nossa abordagem sobre a atualidade jornalística, pois a circulação pública da notícia já implica em considerarmos um tempo de duração após o qual ela tende ao perecimento. Sua utilidade é atuar como uma categoria analítica de um processo de constituição de relações e sentidos temporais que possam ser descritos em algumas regularidades e manifestações gerais.

Portanto, falar em tempo de permanência não nos conduz a um confronto com elementos que relacionamos como componentes da noção de atualidade jornalística (instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública), mas sim nos auxilia a explicar esses componentes manifestando-se em um procedimento regular. Não poderia ser de outro modo, pois mesmo vínculos de temporalidade construídos com base em princípios de instantaneidade ou novidade revelam uma situação de efemeridade na existência das notícias (talvez aguda ou acelerada), algo que, de um modo geral, já é um atributo essencial da notícia.

Os modelos descritivos do *agenda-setting* e do *newsmaking* mostram como esta fugacidade da notícia é padronizada e controlada até certo limite. Os estudos de agenda social oferecem inclusive pistas para indicar que o agendamento é uma forma particular de simultaneidade, ao revelarem alguns modos como a agenda circula e se espalha socialmente, tendo a mídia como um eixo fundamental. A periodicidade de alguns produtos jornalísticos, como publicações impressas e programas telejornalísticos com horário fixo, auxilia-nos a dar ritmos e pausas para a introdução de desdobramentos na cobertura de um determinado assunto, fazendo-o permanecer sob atenção pública, ou definir sua substituição por outro.

Um dos recursos jornalísticos de construção de agendas sociais é a sua estrutura discursiva, o seu modo específico de dizer algo na forma de um relato que cremos verdadeiro. É um relato que busca levar algo novo para uma dimensão pública, que nos revela algo que supostamente não sabemos e gostaremos ou necessitaremos de saber. As estruturas discursivas mais recorrentes de construção do texto jornalístico são recursos expressivos de engendramento de importância e atualidade a determinados eventos noticiosos, podendo ser operados com uma estrutura semântica que indica uma necessidade de que a sociedade dirija ou mantenha sua atenção em determinado evento, situação ou tema.

Como o discurso é sempre contextual, com suas relações intra e extra-discursivas, o uso de recursos discursivos no jornalismo para agendar determinados temas depende de um contexto de oportunidades para um tratamento jornalístico. Agendar questões sociais crônicas em uma sociedade (fome, pobreza, discriminações diversas etc) implica na existência de condições ou expectativas políticas e sociais para sua inclusão no temário público e sua permanência nele, bem como da habilidade dos membros da instituição jornalística em operar recursos discursivos para compor a agenda jornalística.

Isto só é possível porque o jornalismo produz um sentido de atualidade social não somente ligado ao fato mais novo e sua irrupção explosiva em textos de impacto ou gravidade, a procedimentos regulares e rotinizados com seus sentidos de tempo ou a efeitos de instantaneidade e simultaneidade. A atualidade jornalística é um modo contemporâneo de interação social, de construção de sociabilidades que podem conduzir para a produção de ações públicas - não somente ações racionais resultantes de um debate com informações trazidas pelo jornalismo ou mesmo conduzido por este, mas ações baseadas em emotividade ou comoção social na cobertura das grandes tragédias e dores da humanidade.

Portanto, pensar a atualidade jornalística nesta dimensão mais ampla implica em visualizar suas interrelações com elementos normativos do jornalismo e da sociedade, bem como entender as relações de poder que transitam pelas organizações jornalísticas, nascidas nestas ou na sociedade. O jornalismo acaba por se tornar um ponto privilegiado de encontro de conteúdos e práticas visando tanto definir o horizonte de questões atuais quanto em criar compreensões, valores e ações para intervir na condução da sociedade.

Ser um ponto de encontro não significa apenas um lugar no espaço de interações, mas uma instituição produtora de formas específicas de sociabilidade, entre elas o senso de vivermos mais plenamente o nosso tempo presente de relações e sentidos socialmente partilhados. O jornalismo não produz o tempo presente, mas cria condições específicas

para que a experiência social deste tempo presente ocorra em um amplo leque de relações sociais, particularmente aquelas ligadas a uma dimensão pública e social da vida humana.

Conclusões

1) A atualidade jornalística como dimensão temporal essencial do jornalismo

Ao longo desta tese, procuramos investigar os fenômenos temporais que o jornalismo opera, utilizando-nos de relatos históricos e estudos sobre experiências contemporâneas. A temporalidade jornalística - nomeada, em sua especificidade, pelo termo 'atualidade' - foi nosso objeto de pesquisa, em um estudo com vistas a uma compreensão analítica deste fenômeno.

Buscamos, neste percurso, demonstrar que o tempo presente é uma dimensão essencial ao jornalismo, e que a noção de atualidade jornalística é necessária para tornar compreensível os vários modos de o jornalismo operar esta temporalidade. Trabalhamos a noção de tempo presente não somente como uma qualidade particular de um produto, mas como um fenômeno social composto por práticas sociais, relações de sentido e atributos inscritos em produtos culturais. Estes elementos é que tornam a vivência do tempo presente uma experiência concreta, compreensível como um objeto social e dotado de um conteúdo com um sentido intersubjetivamente partilhado.

Adotamos duas noções de tempo presente, seguindo a perspectiva de Whitrow (1993: 17): uma referente à experiência direta das coisas e às ações humanas, as quais nos possibilitam afirmar que o tempo da experiência do ator ao agir no mundo é prioritariamente presente. A outra é referente à produção cultural realizada a partir da percepção (mesmo que não-reflexiva) de que vivemos o presente e, por isso, necessitamos desenvolver recursos simbólicos para ordenar esta experiência. O surgimento das instituições midiáticas ampliou o leque de relações com sentido de tempo presente, oferecendo a possibilidade de vivenciá-las simbolicamente à distância.

Desenvolvemos um esforço de análise da temporalidade do presente como aspecto essencial da atividade jornalística em pelo menos três momentos. O primeiro deles pode ser identificado quando recorremos à literatura historiográfica para compreender a

emergência do jornalismo nas sociedades ocidentais e perceber que o fator temporal foi um componente decisivo para a constatação de que uma nova prática social, ligada à produção de relatos sobre fatos cotidianos, era socialmente necessária. Os autores consultados evitam datações precisas, embora Hunter (1990) aponte, por exemplo, que a experiência cultural inglesa no final do século XVII e início do XVIII tenha desenvolvido uma fixação pela vida contemporânea e pela novidade, uma consciência aguda dos eventos mais recentes e um desejo por inovação e originalidade.

O jornal se tornou um novo componente de uma cultura escrita para tratar do transitório e do mundano (Sommerville, 1996), inovando por oferecer narrativas curtas e efêmeras sobre ocorrências 'estranhas mas verdadeiras' (Lovell, 1992). A incorporação do tempo e dos fatos do cotidiano das comunidades, comuns em conversações e relatos orais, na definição da temporalidade e do conteúdo de um discurso escrito (particularmente aquele impresso) marcou uma caracterização rudimentar do jornalismo como produto e como prática social. O jornal somou-se a outros produtos culturais da época (como as novelas literárias) para sedimentar uma 'cultura do tempo presente', criada não por um produto ou gênero cultural específico (como os jornais), mas por um conjunto de produções culturais com modos diferenciados de operar esta temporalidade.

Este papel preciso e específico do jornalismo de produzir conteúdos que reforçassem formas de a sociedade vivenciar o tempo presente foi também percebido, nesta tese, em estudos como o de Anderson (1991) sobre a criação de uma idéia de comunidade nacional na Europa Ocidental do século XVIII e em Kern (1983) abordando a formação de um sentido de simultaneidade na cultura e nas sociedades ocidentais na passagem dos séculos XIX e XX. Em ambos, o jornalismo se consolida como uma escrita sobre eventos, temas e situações do momento presente que estejam fora do alcance da experiência direta de grande parte da coletividade, contribuindo para o estabelecimento ou reforço de relações sociais ou culturais ligadas a esta temporalidade.

O segundo momento de investigação do vínculo indissociável entre jornalismo e tempo presente desenvolveu-se com a identificação dos modos como a temporalidade orientou a institucionalização do jornalismo tanto na organização interna de suas práticas e definição de seu produto quanto nas relações sociais amplas que o jornalismo produziu. O controle do tempo com vistas a preservar o vínculo da atividade com o presente (sua atualidade) se tornou um princípio de organização e planejamento de tarefas, estruturação de rotinas e funções e circulação de seus produtos.

O tempo se institucionaliza tanto como um fator de identidade como de tensão. A temporalidade dá uma forma cultural ao principal produto jornalístico, a notícia, tornando-a reconhecível e estabelecendo os seus limites de sentido, atuação e existência social. A notícia tem um tempo de existência efêmero, seja em consequência da velocidade do movimento do mundo que desatualiza o relato jornalístico, seja pelos modos como a organização jornalística aplica a esta volatilidade mecanismos para sua substituição regular ou sua permanência em desdobramentos sucessivos. A notícia traz, normalmente de forma explícita, marcas do presente que afirmam sua singularidade temporal e sua duração breve.

Em contrapartida, o tempo deflagra um estado de tensão entre dois movimentos: por um lado, a velocidade das coisas do mundo, num ritmo desigual entre regularidade e imprevisibilidade; por outro, a velocidade da produção do discurso jornalístico sobre este movimento. O jornalismo vive um permanente risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descole do tempo do mundo. Ao mesmo tempo, a instituição jornalística desenvolveu procedimentos e técnicas de afirmação pública de uma capacidade sua de superar o risco de desencaixe real entre o tempo do mundo e o tempo da produção jornalística. O jornalismo é um relato de algo que pertence ao presente, a um tempo presente definido por relações habituais e simbólicas de referência para o agir humano, mesmo que este evento já tenha ocorrido há alguns momentos.

O jornalismo surgiu e se consolidou em um ambiente social em que fatores tecnológicos e econômicos estiveram aliados a aspectos sociais e culturais. Os dois primeiros criaram bases, recursos e suportes para a produção incipiente alcançar regularidade, para criar uma possibilidade efetiva de leitura do conteúdo jornalístico como um relato de eventos reais que ocorrem em uma faixa de tempo presente. Os aspectos sociais e culturais sedimentaram esta experiência temporal em uma série de componentes simbólicos, práticas, interações e hábitos disseminados pela sociedade. Buscamos delinear a atualidade jornalística como uma construção social, institucional e coletiva.

Esta temporalidade do presente que orientou as formas de institucionalização do jornalismo emergia de uma cultura do tempo presente que tinha, a cada vez mais, nas determinações estruturais da sociedade os fatores relevantes para sua constituição. Exemplo destas determinações são as sucessivas inovações tecnológicas no transporte e na transmissão de informações, que reduziram gradativamente o intervalo de tempo gasto nos deslocamentos e, ao mesmo tempo, introduziram novos modos de formatação do conteúdo

adequados aos respectivos suportes de transmissão, sendo a digitalização e a comunicação por rede manifestações deste processo na transição para o século XXI.

A industrialização e as relações de mercado são, por sua vez, determinações estruturais no campo da economia com efeito significativo sobre a constituição da atualidade jornalística. A partir de um suporte tecnológico, as organizações se tornaram empresas com vocação industrial e atendimento ao mercado em ritmos cada vez mais acelerados, tangenciados por um padrão de periodização que garantia regularidade de oferta e constituição de hábitos de leitura e, conseqüentemente, um mercado consumidor. Além disso, o próprio desenvolvimento da instituição jornalística como uma organização social impôs modos peculiares de gestão do tempo com um espírito de eficiência e racionalidade administrativa, o que tornou a organização jornalística um empreendimento direcionado para uma economia de tempo na gestão de suas tarefas visando à consecução de seus objetivos.

Estas três determinações estruturais atuaram de forma interrelacionada: é arriscado analisar a institucionalização do jornalismo sem visualizar que, em meados do século XIX, rotativas com uma tecnologia cada vez mais moderna e operando de forma interligada garantissem melhorias de produtividade e reforçassem a vocação industrial destas organizações. É nessa perspectiva que Lucy Brown (1985) associou a produtividade industrial ao desenvolvimento correlato de uma concepção de eficiência técnica e administrativa tanto no setor gráfico quanto na Redação. A própria pretensão de afirmar a formação de um modelo de jornalismo orientado para o mercado na Europa e América do Norte no século XIX impõe observar elementos articulados e complementares: a urbanização das cidades, particularmente das metrópoles, a constituição de uma sociedade de mercado e a institucionalização de hábitos de leitura.

Ao mesmo tempo, percebemos neste estudo que esta influência dos fatores estruturais foi rica e diversificada, e apenas apresentamos tendências gerais de transformações que ocorreram gradativamente, em movimentos não necessariamente sincronizados e nem destituídos de conflitos - conflitos que se exacerbaram nas tensões entre capital e trabalho, na racionalização crescente da sociedade e na aceleração da velocidade das inovações em uma variedade de campos sociais. Tais observações são necessárias para lembrar, com Peter Burke (2002), que mudanças sociais estão imbricadas em processos de continuidade, e a industrialização do jornalismo, com seus conflitos e transições gradativas e parciais para novos modelos, é um exemplo disso.

O terceiro momento de compreensão da atualidade como aspecto central do jornalismo consistiu na afirmação de que o jornalismo não apenas produz relatos sobre eventos, mas sua inserção social faz com que ele esteja imerso no processo de construção da experiência social do presente. Sua produção institucional de conteúdos de atualidade oferece à sociedade formas específicas pelas quais indivíduo e sociedade produzem a sua vivência social do momento presente, tornando-se, muitas vezes, uma das condições necessárias para esta vivência se realizar em alguns tipos de relações sociais. O jornalismo não cria o tempo presente, mas atua de forma privilegiada como reforço de uma temporalidade social.

Estamos indicando, então, que o presente é o tempo de referência para a ação humana ocorrer. O tempo do jornalismo está vinculado ao tempo de eventos, temas e situações que estejam em ato, em movimento, e interfere de duas maneiras nesta construção temporal. De um lado, na definição social de certos eventos, entendendo por evento uma construção social com base em situações que ganham uma caracterização e um reconhecimento coletivo por meio de operações simbólicas. Os eventos têm o seu regime de tempo, e ambos são constituídos, em boa parte, a partir de fatores institucionais.

A produção do evento jornalístico implica, desde a sua origem, em uma situação de corte no tempo: um recorte com uma marcação temporal precisa, seja como forma de atribuir um sentido de acabamento ao evento, seja pela afirmação - 'esquizofrênica', diria Harvey (1993: 219) - de que o evento pertence ao tempo presente de sua leitura pelo público. As preocupações de John Sommerville (1996) com os efeitos da periodicidade jornalística sobre a sociedade inglesa do século XVII dirigem-se para este processo de produção de fragmentos textuais que recortam os eventos e induzem formas de percebê-los.

Os eventos jornalísticos não são apenas marcadores simbólicos sobre o tempo presente, mas são definições temporais que orientam modos de viver o presente. Como produções sociais, surgem de convenções sociais estabelecidas historicamente, como o uso da unidade dia, mês ou ano para delimitar um intervalo de atividade humana e, particularmente, para dar uma noção de presente, passado e futuro. O jornalismo parte destas convenções e modos de organizar os ritmos da vida cotidiana para produzir um acontecimento jornalístico (Molotch e Lester, 1993) recortado de um movimento do fluxo temporal, fazendo-o ter sentido isoladamente e dar, à sociedade, um horizonte temporal de vivência dos acontecimentos públicos.

Além da definição temporal dos eventos jornalísticos, constatamos um segundo modo de atuação do jornalismo na construção da experiência social do presente quando analisamos as formas particulares como o produto jornalístico contribui para a discussão, problematização, formulação ou execução de ações sociais. Por ações sociais, entendemos, num sentido amplo, os movimentos que os atores produzem com sentido e conteúdo social visando a constituir interações socialmente significativas. Acentuamos, neste trabalho, uma dimensão interacional do jornalismo como um ator institucional com capacidade de intervenção no ambiente social. Seu conteúdo e suas formas expressivas fornecem um conjunto de informações que subsidiam a construção de ações sociais, seja na formação de agendas, estímulo a debates ou formulação e condução de decisões públicas.

Assim, torna-se compreensível a atualidade como aspecto central do jornalismo ao percebermos haver um sincronismo fundamental entre o tempo do jornalismo e o tempo de uma série de ações públicas em construção (Park, 1955a), ambos vinculados ao movimento das coisas do presente. A influência ou participação do jornalismo na construção da temporalidade pública do presente é variada conforme o tipo de evento noticioso, sua forma expressiva, seus modos de circulação e recepção e o contexto social em que notícias e ações irão interagir. Estas são formas de a instituição jornalística ativamente interferir na construção do tempo presente: seu caráter de manufatura social torna-lhe potencialmente capaz de reelaborar temporalidades sociais particulares e apresentar, em uma forma simbólica nova, relações temporais entre evento, instituições jornalística e sociedade vinculados a uma experiência comum do tempo presente.

2) As categorias componentes da noção de atualidade jornalística

Optamos por apresentar cinco categorias descritivas da atualidade jornalística para tornar possível um percurso analítico de investigação sobre um objeto complexo. A atualidade jornalística, mesmo ganhando sentido inserida nas atividades e concepções particulares da instituição jornalística, possui ramificações por uma ampla variedade de práticas sociais. As categorias buscam descrever tipos específicos de fenômenos temporais que o jornalismo opera, fenômenos estes que possuem objetividade social porque se concretizam em relações sociais significativas, muitas vezes a partir de determinantes estruturais.

Propusemos as categorias componentes da noção de atualidade jornalística porque entendemos haver uma recorrente ausência de construção conceitual nos estudos sobre jornalismo. Para nós, são categorias que apresentam satisfatoriamente o fator temporal na atividade jornalística, e entendemos difícil pensar esta dimensão temporal sem recorrer a elas ou aos fenômenos que elas descrevem. A noção de atualidade jornalística é, nesta tese, conseqüência de uma composição de fenômenos abstraídos na forma de categorias, sem a convergência e interligação das quais nos parece precário considerar mais substantiva e teoricamente o próprio fenômeno do jornalismo.

2.1) As categorias da atualidade jornalística em uma perspectiva histórica

Utilizamos a bibliografia histórica, particularmente a que trata da emergência do jornalismo, para demonstrar, nos capítulos II e III, a formação destes fenômenos temporais vinculados à constituição do próprio jornalismo. Identificamos cinco tipos de fenômenos, decorrentes das interrelações entre fatores e movimentos internos e externos à instituição jornalística, mas que ganharam especificidade para demarcar uma experiência peculiar do tempo social inerente à atividade jornalística.

a) Instantaneidade

A investigação desenvolvida permitiu-nos constatar que a categoria da instantaneidade no jornalismo foi sendo constituída basicamente por duas principais referências. A primeira dedicou-se a salientar a dimensão da materialidade física da instantaneidade, referindo-se a uma possibilidade de ausência do intervalo de tempo entre a ocorrência de um evento, seu registro, sua transmissão e recepção por um público. Em uma perspectiva histórica, a instantaneidade não foi uma conquista material real e plena nos primeiros séculos de existência do jornalismo. Entretanto, o fenômeno temporal que esta categoria expressa ganhou contornos mais nítidos na evolução da velocidade das atividades sociais, e a conquista gradativa de intervalos mais breves na movimentação de eventos criava um sentimento de que o tempo de ocorrência de um evento estava cada vez mais próximo do tempo de sua recepção.

Neste aspecto, o percurso realizado nesta tese possibilitou a ilustração de situações em que as inovações tecnológicas contribuíram para a aceleração dos processos de registro, produção e transmissão da notícia, embora a literatura historiográfica notasse a ausência de

situações de imediatividade (Woolf, 2001) antes do surgimento do telégrafo. Mesmo este introduziu uma instantaneidade apenas parcial: o telégrafo acelerava eficazmente a comunicação entre repórter e sede do jornal, mas o processo restante de produção e distribuição da notícia continua proporcionalmente lento (Blondheim, 1994). Além disso, o próprio processo de codificação e decodificação dos relatos dos repórteres poderia consumir períodos elevados de tempo para textos longos - pelo menos este fator foi superado com a introdução do telefone na atividade jornalística.

A segunda referência histórica da instantaneidade localizou-se numa dimensão sócio-cultural. A instantaneidade tornou-se tanto um valor normatizador da prática jornalística na busca de garantir que o seu relato 'fale sobre o tempo presente' quanto um sentido cultural que faz o produto jornalístico ser identificável como conteúdo de atualidade. A instantaneidade caracterizava um sentido de tempo em que os eventos jornalísticos se situavam próximos ao tempo presente da experiência cotidiana do leitor, sensação que se intensificou com a aceleração progressiva do ritmo de produção jornalística.

b) Simultaneidade

A categoria da simultaneidade demarcou uma possibilidade nova de experiência temporal: a capacidade de sincronizar ações ou eventos que se realizassem num mesmo momento, mesmo que ocorressem diferenças na velocidade de realização, duração, conseqüências ou desdobramentos. Os calendários e os relógios foram, na história das civilizações, recursos iniciais para dar às sociedades capacidade de perceber que eventos à distância poderiam ocorrer simultaneamente.

As análises desenvolvidas nesta tese deram traços mais específicos à categoria da simultaneidade, mostrando como ela se manifestou em diferentes campos da experiência social: por um lado, na capacidade técnica de sincronizar eventos complexos e sua aplicação sobre a produção econômica; por outro, nos modos de estabelecer novas relações e sentidos para ações sociais e produções culturais. Anderson (1991) pesquisou a simultaneidade nos séculos XVII a XIX como uma manifestação sócio-cultural de um sentido público de comunidade que habita um tempo e um espaço delimitados (a 'nação') e percebeu que os jornais executavam um papel particular nesta relação: o ato de ler jornais constituía-se em um hábito social (uma ritualidade) em certos momentos do dia, e o

conteúdo jornalístico fazia os indivíduos se sentirem participantes (de forma real ou imaginária) das ações e decisões que envolviam toda a comunidade.

O aumento da velocidade dos processos sociais e as novas tecnologias de transmissão de informações no final do século XIX tornaram a simultaneidade uma experiência social e cultural complexa. Eventos parecem se multiplicar aos olhos de uma sociedade sob tecnologias que possibilitam situações de simultaneidade, e expressões como um presente 'densificado' - "*thickened present*", em Kern (1995) - e 'compressão do tempo-espaço' (Harvey, 1993) são formuladas para descrever esta ampliação do horizonte das coisas possíveis de serem vivenciadas no tempo presente.

O jornal incorporou parte destas relações de simultaneidade. O conteúdo jornalístico desenvolveu relações temporais nas páginas internas dos jornais, afirmando uma coincidência cronológica entre eventos mesmo sem ligação efetiva entre eles. Em vez disso, a ligação era simbólica, pois a rede de eventos parece demarcar, no seu conjunto, um tempo presente de 'vivência comum' (Woolf, 2001) por grupos cada vez mais amplos. O jornalista busca superar as tensões desta aproximação entre eventos distintos aplicando técnicas de apuração, interpretação, redação e edição, em que dissonâncias temporais e de outras ordens são minimizadas para construir um conjunto textual harmônico com base em uma referência temporal do presente.

c) Periodicidade

A periodicidade é um dos fenômenos temporais mais marcantes da especificidade do jornalismo em seus primórdios. O estabelecimento de uma produção jornalística em intervalos regulares e fixos por incipientes organizações dos séculos XVII e XVIII redefiniu e reordenou formas de experimentar socialmente o tempo. A produção regular de notícias deu à sociedade um envolvimento continuado com eventos, desenvolvendo padrões de lembrança que possibilitavam acompanhar eventos em seu desdobramento, e, talvez, perceber relações causais (Raymond, 1999). Além disso, a regularidade na oferta de notícias garantia uma alimentação continuada de informações para municiar debates e decisões públicas.

A periodicidade jornalística institucionalizou-se como um modo de ordenar o tempo social tanto no âmbito do controle e da normatização quanto da criação de formas, práticas e processos sociais materiais ou simbólicos. Isto significa que a periodicidade surgiu como um fenômeno particular, mas implicado em relações complexas. Pensar a

atualidade jornalística exige um movimento semelhante: perceber as manifestações particulares do tempo, como a periodicidade, mas reconhecê-la como parte de um processo mais amplo de experiência social do tempo que implicam uma interrelação entre fatores tecnológicos e econômicos de mercado, produção planificada e industrial e criação e redefinição de práticas sócio-culturais.

Esta interrelação de fatores na institucionalização da periodicidade contribuiu para criar relações internas à organização jornalística marcadas por um controle preciso do tempo e das etapas de produção e uma planificação de ações e tarefas em cronogramas rígidos. Esta normatização do tempo penetrou nas percepções e formas individuais de uso do tempo pelo repórter, articulando indivíduo e organização num movimento ao mesmo tempo harmônico e conflituoso.

A periodização dos jornais direcionou modos de definir e dar forma à notícia. O intervalo de tempo entre duas edições sucessivas surge como uma fronteira para demarcar a atualidade dos eventos, indicando a sua validade temporal como potencialmente noticiáveis. Produzir uma notícia implicou em fragmentar eventos em cortes temporais conforme a periodicidade da publicação. Em uma dimensão macro-social, esta forma de operar a temporalidade do evento contribui para a redefinição da temporalidade pública: mútuas influências entre a atividade jornalística e a sociedade fazem com que o produto jornalístico esteja associado tanto aos ritmos da vida cotidiana quanto aos ritmos da organização jornalística.

d) Novidade

Percebemos que, desde as primeiras experiências regulares do jornalismo ainda no século XVII, noticiar um evento tem significado levar a público um relato sobre algo novo que surge no ambiente social e gera importância ou curiosidade para uma coletividade. Historiadores do jornalismo identificaram que a 'novidade' de uma notícia podia ser captada em características como 'frescor' (*'freshness'*) ou 'recenticidade' (*'recentness'*), marcando um traço peculiar que se adequava a uma miríade de situações, tanto sobre a vida cotidiana das comunidades, questões de interesse e envolvimento social, ações do Estado quanto detalhes da vida da aristocracia.

A proposição da categoria da 'novidade' para descrever um aspecto específico da atualidade jornalística pretendeu mostrar que a notícia é indissociável de uma lógica de inovação, originalidade ou renovação que padroniza um modo de reconhecer e definir

eventos e os apresentar publicamente por meio do relato jornalístico. A novidade conduz-nos a uma vinculação do 'novo' relatado jornalisticamente ao tempo presente das coisas que brotam na temporalidade do 'agora'.

A novidade jornalística é padronizada para possibilitar que os jornalistas produzam uma notícia enquanto um objeto complexo, num processo de fabricação que parte de uma matéria-prima inicial (o novo que surge) para dar identidade sócio-cultural ao produto jornalístico. O jornalismo depende da novidade como um modo de orientação e reconhecimento, para jornalista e leitor, de que eventos ou facetas destes estejam irrompendo novos num ambiente social e devem ser relatados jornalisticamente.

A transformação, em evento jornalístico, de uma ocorrência que irrompe nova depende, no entanto, de um imbricamento entre este novo que surge como ruptura ou mudança e um estado de continuidade em pelo menos dois aspectos: em primeiro lugar, pela consolidação de um quadro interpretativo padronizado para reconhecer o novo como diferença em relação a um estado de permanência; em segundo lugar, pela operação destes valores em procedimentos rotineiros e organizacionais que limitam as possibilidades de busca do 'novo' e estimula a visitação recorrente a certos assuntos, fontes e instituições em detrimento de outros.

A instituição jornalística se formou historicamente para tornar operacional e regular a disponibilidade pública da novidade como uma forma de responder a uma expectativa de ampliar a experiência social e cultural do tempo presente. Entretanto, este é um processo de fabricação que tende a não ser facilmente perceptível pelo leitor, e a novidade parecer estar naturalizada no evento, como uma irrupção espontânea.

e) Revelação pública

A categoria de revelação pública foi proposta com o objetivo de mostrar que o jornalismo não é apenas um registro do tempo presente, mas um modo de construir esta temporalidade em sua inerente discursividade. O discurso jornalístico não apenas traz um sentido de conter o tempo presente inscrito nas intenções de sua produção e nas marcas do seu produto, mas ele intervém na construção do tempo ao ser enunciado em regras discursivas partilhadas entre os interlocutores (a instituição jornalística e seus diversos públicos). O próprio modo de enunciação do jornalismo já é uma afirmação da 'presentidade' do conteúdo jornalístico.

Entendemos que as situações analisadas na história do jornalismo e em algumas experiências concretas contemporâneas serviram para marcar um componente específico da atualidade jornalística: a enunciação é um momento privilegiado de estabelecimento de uma interação no tempo presente. O tempo da enunciação é, para o jornalismo, um 'marco zero' no tempo de circulação pública de uma notícia, a partir da qual ela se torna um 'documento público' (Park, 1955a).

Utilizamos a expressão 'revelação pública' para caracterizar que o jornalismo executa um procedimento de trazer a público um conteúdo novo ao seu leitor, dar-lhe a conhecer algo que estava fora do âmbito público. Este desconhecimento público pode ser decorrente da peculiaridade de um evento que irrompe novo no social, mas também pode ser consequência de um conteúdo ou situação que ocorria em uma esfera do privado e do segredo e que o 'olhar' da instituição jornalística (seus valores, critérios de noticiabilidade e seus modos de apuração e expressão) apontam para a necessidade de torná-lo público.

A categoria da revelação pública pretende, então, descrever este duplo movimento articulado: o ato de revelar algo por meio da apuração jornalística e sua publicização visando exatamente sua propagação pública. Ambos momentos sedimentam o tempo presente com formas discursivas que constroem eventos como produtos simbólicos e contribuem para dar substância à experiência do presente.

Alguns registros históricos tornaram possível destacar o aspecto temporal de interações discursivas que, se não foram diretamente construídas na e pela instituição jornalística, tiveram, nos conteúdos jornalísticos, um recurso para impulsionar e dar sentido específico a elas. As discussões nas casas de café tinham o conteúdo jornalístico como um objeto e um estimulador dos debates: a leitura em voz alta das notícias, a audição atenta e os diferentes tipos de discussão reforçavam no jornalismo o seu vínculo com o tempo presente dos grupos no processo de constituição de suas identidade de interesses, concepções e valores, bem como podiam lhes orientar na definição de ações decorrentes. Isto significa que o tempo da interação discursiva estimulada pelo jornalismo marcava um sentido de tempo presente para seu público não só na enunciação do conteúdo jornalístico, mas também em sua discussão pública.

Articulação e hierarquização entre categorias

As mudanças que o jornalismo trouxe para a experiência social do tempo presente nos séculos XVII a XIX possibilitaram-nos construir um mapeamento de fenômenos

temporais e, a partir deles, propor um conjunto de cinco categorias que possam delimitar teoricamente a atualidade jornalística. O esforço investigativo principal do capítulo III foi sustentar analiticamente cada categoria em sua especificidade, proposta de trabalho que - precisamos reconhecer - reforçou aspectos isolados de cada categoria.

Pretendemos agora apontar que estas categorias se relacionam entre si, baseando-nos em elementos históricos disponíveis no percurso realizado. A atualidade jornalística não é uma soma de características temporais individuais, mas um imbricamento entre elas, pois são manifestações particulares de um modo comum de vivenciar o presente. Há que se considerar também uma diferença na importância de certos fenômenos para demarcar esta experiência temporal e, em consequência, ressaltar que alguns aspectos foram mais determinantes para a construção jornalística de um sentido de tempo presente em determinados períodos.

As fontes bibliográficas consultadas permitem-nos indicar uma proeminência das categorias de novidade e periodicidade na delimitação inicial do vínculo da notícia com o tempo presente. A novidade foi a manifestação de uma temporalidade mais primária, mais primitiva, porque qualificava um evento a partir de uma singular intenção de apresentar um relato verídico novo para um público. As '*spoken news*' (Stephens, 1988) foram experiências de transmissão de relatos orais do 'novo' mesmo em períodos antigos das civilizações.

A disseminação social de uma tecnologia voltada para publicações impressas criou condições para uma produção periodizada. A periodicidade surgiu como um procedimento de construção de uma regularidade na produção e oferta, com nítida consequência para a própria caracterização do jornal como um 'periódico' e na delimitação e conformação do produto notícia. A periodicidade é um componente que modificou relações sociais ao gerar habitualidade de leitura e envolvimento dos leitores com eventos em desdobramento.

A periodicidade forneceu parâmetros de organização da atividade jornalística em pequenas unidades produtivas e na sua relação com o público, bem como indicou limites para a produção do conteúdo jornalístico. O constrangimento imposto pela periodicidade semanal a partir da metade do século XVII estabeleceu uma maior rigidez no uso do tempo e limitou a possibilidade de produção de relatos sobre novos eventos. Cumprir a periodicidade estabelecida significava, ao mesmo tempo, continuar garantindo a novidade das notícias e também a sua veracidade mesmo que a celeridade da produção lançasse sobre o produto jornalístico certa desconfiança quanto à capacidade efetiva de o relato ser fiel à realidade que propunha descrever.

A descrição de Woolf (2001: 102-103) sobre os *'newsbooks'* do século XVII forneceu indícios para cumprir este desafio de aliar periodicidade, novidade e veracidade das notícias: a aplicação de títulos das matérias reforçando o fator novo do evento afirmava tanto a sua recenticidade quanto a sua importância para o leitor. Ao mesmo tempo, a busca por novidade servia também como uma forma de reivindicar credibilidade na capacidade de obter aspectos novos não desatualizados por eventos mais recentes, o que poderia contribuir para uma maior confiabilidade na veracidade dos relatos.

O desenvolvimento de uma vocação econômica do jornalismo a partir do século XVIII com base na tecnologia de produção disponível tornou novidade e periodicidade aliados para caracterizar um produto atrativo a um público ansioso por conhecer a realidade à sua volta e estar informado sobre fatos novos (Schröder, 2001; Blondheim, 1994; Raymond, 1996). A competição entre publicações estimulou uma manipulação ágil e criativa dos fatores da periodicidade (semanal, bi, tri-semanal ou diária) e da novidade das notícias. O acirramento na competição entre jornais no século XIX (exemplo dos *'penny papers'*) fez com que a busca por *'freshness'* ou *'recentness'* de um relato noticioso em relação a um concorrente fosse um fator importante na luta simbólica por prestígio público. Tal *'determination to be first'* já era aplicada no século XVII, mas foi radicalmente intensificada nos séculos seguintes como um referencial de identidade da instituição jornalística e do seu produto.

A consolidação de uma periodicidade diária no século XIX a partir de uma ampliação de mercado, inovações tecnológicas na produção e redução de custos integrou-se à rotina diária das grandes cidades. Este ritmo mais frenético da vida urbana adequava-se também ao culto à novidade no cotidiano: o dia era dividido em dois entre jornais matutinos e vespertinos na concorrência pelo evento mais recente; e a novidade que eventualmente ocorria em grandes eventos inesperados podia obrigar jornais a romperem sua periodicidade diária e a produzirem edições extras a qualquer hora do dia (Schudson, 1978). A periodicidade diária levou os jornais, em contrapartida, a padronizarem a novidade, criando estratégias para construir relatos jornalísticos que preservassem a idéia de que o jornal diário trazia, em cada edição, eventos novos importantes, mesmo que não ocorressem fatos significativos no dia (Sommerville, 1996).

Este modo regular de oferecer relatos sobre fatos novos ao público manifestou uma dinâmica que pôde ser melhor descrita por meio da categoria de *'revelação pública'*. Esta reforçou dois momentos discursivos do jornalismo: a temporalidade expressa na enunciação do conteúdo jornalístico e aquela que marca a permanência pública desta

notícia em discussão, considerando que ambas as situações contribuem para produzir o sentido social de tempo presente.

Por isso, é plausível considerar que as experiências históricas indicaram que esta discursividade jornalística ganhava força tanto pelo caráter periódico dos jornais, cuja oferta pública de conteúdos garantia o envolvimento e a continuidade de debates, quanto pelo reforço que a novidade dava ao conteúdo, favorecendo a captação da atenção pública. A própria gramática dos jornais, com o uso de recursos como o título das matérias acentuando o fator novo e de tempos verbais no presente, era já uma manifestação da convergência de diferentes fenômenos temporais (periodicidade, novidade e revelação pública) em uma construção que unia texto e conteúdo para dar forma e sentido a experiências do tempo presente.

A periodicidade auxiliou a constituir a instituição jornalística como uma mediadora social de padrões de regularidade temporal. Fenômenos como a simultaneidade alcançaram uma experiência social mais concreta com a circulação periódica dos jornais. Colocar em disponibilidade regular informações sobre eventos de interesse para um público amplo tornou-se uma referência para que as ações de diferentes atores ocorressem num sentido de sincronismo entre evento e público ou entre diferentes públicos. Ao decompor situações e relatá-las passo a passo em emissões regulares, a instituição jornalística facilitava a construção de ações públicas relacionadas ao conteúdo jornalístico por grupos ou instituições sociais (debates públicos, reações diversas, desdobramentos ou novos encaminhamentos).

Simultaneidade e, também, instantaneidade são categorias que, nas experiências iniciais do jornalismo, referiam-se principalmente a possibilidades sócio-culturais que orientavam práticas sociais voltadas para a experiência do tempo presente. Conforme salientamos, a instantaneidade não era materialmente possível até o aparecimento do telégrafo, mas sua capacidade de demarcar um efeito temporal crescia com a aceleração da velocidade de várias práticas sociais, como os transportes e a transmissão de informações. Em outras palavras, instantaneidade e simultaneidade não tiveram um impacto na temporalidade social acentuado se considerarmos sua expressão tecnológica, mas foram importantes marcadores na construção de uma experiência sócio-cultural do tempo presente e, em consequência, na caracterização de um sentido de atualidade jornalística.

2.2) As categorias da atualidade jornalística na contemporaneidade

Um momento posterior de nossa investigação foi produzir uma releitura das cinco categorias descritivas da atualidade jornalística apresentada no Capítulo III considerando que um conjunto de transformações sociais no século XX têm afetado as formas de vivenciar a temporalidade social e conduzido à emergência de novos fenômenos temporais, como a experiência do tempo real. Os capítulos IV e V procuraram realizar esta releitura, discutindo a eficácia dessas categorias e seu peso relativo para a composição de uma noção de atualidade jornalística frente à multiplicidade de suportes, linguagens e produtos que caracterizam a atividade jornalística inserida no contexto complexo dos novos sistemas midiáticos.

a) Instantaneidade

A instantaneidade é um dos fenômenos em proeminência com as novas tecnologias da comunicação, fato que lhe coloca no centro das potencialidades para o jornalismo praticado atualmente. Mapeamos a transformação no sentido de instantaneidade a partir da experiência do telégrafo e do rádio, cujas tecnologias de transmissão tornavam materialmente possível o envio instantâneo de informações a longas distâncias. A repercussão direta foi a aceleração da velocidade de execução de um conjunto amplo de práticas sociais que se beneficiaram da transmissão instantânea, como o jornalismo.

Durante o decorrer do século XX, saltos tecnológicos sucessivos, como as novas técnicas de registro de som e imagem e a transmissão disseminada de conteúdos por ondas eletromagnéticas e redes telemáticas, ofereceram condições para tornar a experiência social da instantaneidade algo comum, corriqueiro, introjetado na vivência cotidiana e institucional. Linguagens e conteúdos ligados ao registro do instantâneo e à sua transmissão instantânea estimularam a produção, a propagação e o consumo do 'instante' objetivado (um evento ou situação com recorte temporal muito breve construído simbolicamente por tecnologias de comunicação), o que significou, entre outras coisas, uma supervalorização de um sentido de tempo presente como tempo de experiência do instantâneo.

Compreender a instantaneidade como componente da atualidade jornalística neste contexto contemporâneo das comunicações implica, então, em perceber dois tipos gerais

de experiências deste fator temporal: por um lado, a contribuição efetiva que a tecnologia da instantaneidade trouxe para várias etapas da produção e circulação de conteúdos jornalísticos, acelerando e qualificando este processo mesmo em veículos cuja estrutura central de suas rotinas e a concepção do seu produto não estejam, no conjunto, atreladas à instantaneidade como um imperativo de definição do produto jornalístico.

Uma experiência diferenciada é a aplicação da instantaneidade como modo regulador e orientador da produção e mesmo de definição do conteúdo jornalístico. Neste segundo tipo, há um esforço de convergência entre duas formas de instantaneidade: o tempo do registro instantâneo como concepção que define uma prática de captar o instante e construí-lo na forma simbólica de notícia; e o tempo da sua transmissão imediata, buscando efetivamente eliminar intervalos de tempo entre a ocorrência de um evento e sua recepção por um público.

b) Simultaneidade

De modo semelhante à instantaneidade, as transformações sociais conduzidas pela tecnologia multiplicaram a possibilidade da experiência da simultaneidade, seja entre eventos e público, com o público entre si e com os eventos entre si, ligados por relações textuais e mesmo em rede (metafórica ou tecnicamente falando, sendo o hipertexto um exemplo oportuno desta relação).

Sabemos que a simultaneidade se tornou uma prática social cotidiana em decorrência da ampliação das relações simultâneas entre inumeráveis atores sociais. O fenômeno de simultaneidade é complexo e plural: abrange desde políticas de Estado com poder coercitivo⁴² até relações interpessoais, sendo possível considerar sentidos gerais e comuns de temporalidade operando em coexistência com experiências particulares do tempo.

A simultaneidade contemporânea afirmou também a centralidade das novas tecnologias da informação e da comunicação. A introdução da cobertura jornalística no rádio na primeira metade do século XX tornou a experiência de simultaneidade mais complexa (Meditich, 2001), delimitando uma diferença entre um modo instantâneo de transmissão, como o telégrafo e o telefone (que interligavam dois pólos, o emissor e o

⁴² Utilizando um exemplo simples de conflitos em uma política governamental de simultaneidade, vemos, no Brasil, a cada ano, uma queda de braço entre governo federal e alguns estados da Federação sobre a adoção do Horário de Verão, já que a antecipação de uma hora tem gerado reações contrárias de populações regionais pela mudança de seus hábitos temporais.

receptor), e um meio de comunicação que compunha um terceiro pólo ao intervir interpretativamente na construção de relações simultâneas. Assim, três experiências particulares do tempo vão convergir na construção de uma relação de simultaneidade em interações midiáticas: uma temporalidade do evento que se desdobra em seu movimento próprio; um tempo do ouvinte interagindo com o conteúdo; e um tempo do produtor da informação (um tempo tanto institucional da sua atividade quanto o tempo da enunciação, da veiculação pública).

Relações de simultaneidade só ganham sentido na atividade jornalística por ocorrerem no tempo presente. Apesar de sua maior importância, as relações de simultaneidade não podem ser superdimensionadas na construção de uma delimitação teórica da atualidade jornalística. Atribuir atualidade implica em exercer, por exemplo, um processo interpretativo sobre o evento, executando atos de seleção, avaliação e produção de sentido próprios do jornalismo. A discussão realizada no Capítulo V sobre atualidade e importância jornalística ilustra esta tensão e a amplitude dessa questão.

c) Periodicidade

Alguns marcadores de periodicidade nas mídias tradicionais geraram uma institucionalização tão significativa de um sentido temporal (o jornal diário matutino criando a impressão de nos relatar o 'ontem' ou os telejornais da noite com a intenção de apresentar um 'resumo das notícias do dia') que conseguiam representar simbolicamente, por meio da aplicação de técnicas de apuração e construção discursiva, uma unidade temporal em seu conteúdo e, em conseqüência, dar indicadores mais concretos para que o público sentisse estar em contato com eventos do tempo presente.

A aceleração da velocidade de produção e distribuição do produto jornalístico, a estruturação de redes eletrônicas e digitais e a disseminação de novos suportes jornalísticos vêm apresentando elementos que desafiam um sentido de periodicidade como emissão e atualização de conteúdo em intervalos regulares relativamente amplos (o dia, por exemplo). A valorização do instante presente inscrito no som e na imagem de eventos na transmissão ao vivo e a introdução de um tipo de produção de notícias em fluxo contínuo (uma alimentação de notícias em curtíssimos intervalos de tempo) vêm gerando uma nova temporalidade no jornalismo.

Esta justaposição indicaria haver um estado de tensão entre a periodicidade tradicional e a instantaneidade do fluxo contínuo, pois são modos diferenciados de

conceber o fator temporal na constituição do evento jornalístico, de definir e dar forma à notícia, de alimentar rotinas e relações de produção e de estabelecer e perceber as mútuas influências entre a atividade jornalística e a sociedade.

O panorama atual do jornalismo não está indicando, no entanto, a possibilidade de, a curto prazo, haver um esgotamento da periodização como um modo de impressão da temporalidade jornalística. Fatores como a preservação da estrutura e rotina de produção em mídias tradicionais, adequados a uma habitualidade de 'leitura' pelo público de produtos específicos, tornam plausível sugerir uma tendência à co-habitação de múltiplas temporalidades no jornalismo, sejam em caráter complementar ou concorrencial, mas não necessariamente substitutivo.

d) Novidade

Embora tenhamos identificado que a produção de notícias em tempo real sob o ritmo de atualização contínua vem introduzindo alterações diversas na produção e no conteúdo jornalístico, não encontramos elementos suficientes para uma mudança substantiva neste fenômeno temporal. Qualidades que se desdobram do sentido de novidade, como inovação, originalidade e singularidade, continuam a marcar o jornalismo contemporâneo com certa semelhança em relação às experiências dos últimos séculos. As linhas gerais da categoria de novidade, conforme traçamos no Capítulo III, continuam a ser percebidas no exercício cotidiano do jornalismo do século XXI.

Constatar isso é afirmar que a novidade se mantém como componente fundamental para uma compreensão da atualidade jornalística, sem o qual o jornalismo mesmo perde sentido. Isto porque, desde sua institucionalização há mais de duzentos anos, a categoria da novidade indica que o 'novo' trazido pelo jornalismo é algo intrinsecamente ligado ao tempo presente.

Entretanto, se esta sustentação da categoria da novidade é possível em um plano conceitual, as experiências concretas do jornalismo em tempo real produzindo em fluxo contínuo revelam um enfraquecimento da qualidade do fenômeno em um imperativo de disponibilização intensiva de conteúdos. As opções apresentadas pelas organizações para operacionalizar esta demanda em uma rotina que garanta produtividade têm gerado uma fragmentação do evento, desmembrando informações em várias notícias sucessivas na linha do tempo da oferta.

Há, neste aspecto, uma interessante adequação do fenômeno da novidade, pois a fragmentação de um evento em pequenos relatos que se sucedem em fluxo contínuo ocorre dentro de uma estratégia de possibilitar, em cada emissão, oferecer aspectos novos do evento (novos porque ainda não ditos ao leitor). Esta situação ilustra as sutilezas e complexidades da dimensão temporal no jornalismo, pois a fragmentação sucessiva mostra uma coexistência tensionada entre a novidade como mudança ou ruptura no jornalismo e a continuidade como um fluxo de oferta e como interpretação.

O sentido de continuidade (ou de interligação dos fragmentos) acontece quando o leitor busca compreender melhor um evento em sua profundidade, amplitude ou desdobramento e se dispõe a ler os vários fragmentos noticiosos disponibilizados durante um intervalo amplo de tempo, seja por acessos sucessivos aos fornecedores (como os *sites* jornalísticos), seja pela leitura dos textos em estoque, vinculados ao texto mais recente na forma de hipertexto. Ao mesmo tempo, a fragmentação do evento para dar fluxo a uma produção contínua pode reforçar uma idéia de efemeridade do conteúdo (já inerente à notícia em seu vínculo essencial ao tempo presente que se esvai), já que cada pequeno novo recorte ameaçaria desatualizar o anterior e gerar o que alguns autores denominam de 'envelhecimento precoce' das notícias.

e) Revelação pública

A construção da categoria de 'revelação pública' em uma perspectiva histórica buscou afirmar a existência de uma dimensão temporal inerente ao processo de enunciação discursiva do jornalismo. O seu modo de dizer algo traz implícita uma expectativa de que o relato jornalístico é um conteúdo novo, e a própria enunciação significa uma ação no tempo presente, um conteúdo lançado a público para ganhar sua circulação pública por um tempo de permanência relativamente breve.

Estas premissas básicas da categoria permanecem em atividade no jornalismo, embora novas formas de estruturação e exercício desta prática reforcem peculiaridades da experiência temporal. Por exemplo, a gramática do jornalismo 'ao vivo' deu ao momento da enunciação mais vigor e sentido de atualidade ao unificar efetivamente o tempo do discurso jornalístico, o tempo do evento e o tempo dos leitores que estejam conectados acompanhando a cobertura.

O 'ao vivo' atribui competência técnica ao discurso jornalístico e reforça o seu sentido de verdade por meio de uma estrutura enunciativa complexa. É um discurso

construído em conexão material com o evento, partindo de uma aspiração (um ideal) da atividade jornalística (estar no local do evento no momento em que ele ocorre) e produzindo um discurso que parece transmitir o evento em sua plenitude (aparência de uma ausência de edição que recortaria o evento de sua linearidade temporal).

A cobertura 'ao vivo' apresenta-se como tendo a capacidade de trazer a público (de revelar) o evento em sua concreticidade, em seus aspectos originais e no seu tempo real de ocorrência. Sua aplicação nos vários suportes jornalísticos (rádio, televisão e internet) aponta, por um lado, para a ênfase em um modo particular de revelar publicamente eventos fora da experiência direta da coletividade e, por outro, a tensão que o ímpeto pela revelação plena dos eventos gera na relação com outros componentes do próprio jornalismo, tais como a variedade de critérios de noticiabilidade que compõem uma cobertura e os referenciais normativos que condicionam e orientam a atuação do jornalista na sociedade.

Articulação e hierarquização entre categorias

A constatação de modificações em características e modos de manifestação de alguns fenômenos temporais descritos pelas cinco categorias componentes da atualidade jornalística orienta-nos para uma revisão das relações que estas categorias estabelecem entre si e do seu peso relativo na constituição da atualidade. Algumas novas situações e experiências do jornalismo auxiliam-nos a demarcar peculiaridades desta relação.

De imediato, é visível que as transformações na estrutura comunicacional das sociedades venham acentuando a importância de fenômenos ligados à instantaneidade e à simultaneidade, que ganham visibilidade e reorganizam práticas e interações em vários campos da sociedade. A constituição progressiva de uma prática social baseada na informação em tempo real definiu uma forma de experiência pública do tempo em que são valorizados aspectos como a transmissão instantânea de informações, o sincronismo de ações e a multiplicidade de eventos em conexão temporal. O tempo real utiliza um tipo específico de conteúdo codificado para disponibilização imediata, adequado às peculiaridades do suporte de comunicação adotado.

É importante salientar que os avanços tecnológicos colocaram instantaneidade e simultaneidade como duas experiências temporais bastante próximas e interligadas. De um ponto de vista tecnológico, a simultaneidade depende da transmissão instantânea de informações para se efetivar. Em certo sentido, a simultaneidade é uma potencialização das

relações de instantaneidade, pois se baseia na tecnologia da instantaneidade para interrelacionar diferentes atores ou eventos em uma situação de sincronismo.

Ao mesmo tempo, estamos nos referindo a um conjunto de fenômenos de uma natureza sócio-tecnológica, de construções sociais que articulam tecnologias e práticas sociais e simbólicas como recursos e modos de definição de ações e objetos sociais. A notícia é um objeto complexo cuja construção incorporou o recurso tecnológico da instantaneidade na redefinição de sentidos e de sua forma cultural. Este objeto não se limita, no entanto, a este aspecto, tanto ao preservar princípios e traços de modelos prévios quanto ao produzir relações temporais complementares, dentre as quais as relações de simultaneidade entre evento, instituição jornalística e público.

A temporalidade jornalística, principalmente naquelas atividades que mais incorporam estas sócio-tecnologias, é hoje acentuadamente demarcada por esses dois fenômenos temporais, renovando com vigor duas promessas do jornalismo: por um lado, relatar os eventos jornalísticos de forma instantânea, sem lapsos de tempo entre a ocorrência e sua recepção pública. Por outro, tornar os atores sociais interconectados em um mesmo tempo da ação (o tempo presente) ao se envolverem em questões de ordem pública (abarcadas pela atividade jornalística) em uma situação de simultaneidade e de ubiquidade (a suposição de que o 'olhar' jornalístico está em todos os lugares, acompanha todos os movimentos e desvenda todos os segredos).

Estas promessas, mesmo sem serem cumpridas de forma plena, vêm sendo consideradas como direcionadoras de novas práticas jornalísticas. A produção de um jornalismo em tempo real com atualização contínua de conteúdos e a introdução do 'ao vivo' como modo principal de organização da produção jornalística são interpretadas por alguns atores e estudiosos desta transformação como a supremacia da instantaneidade como definidor quase exclusivo da temporalidade operada pelo jornalismo no contemporâneo, numa situação hipotética de identidade entre instantaneidade e atualidade jornalística. Em vez disso, optamos por pensar o jornalismo em tempo real como um modelo que extrapola uma supervalorização da instantaneidade e busca construir um jornalismo que amplie tanto a capacidade de informar e contextualizar eventos por meio de recursos novos de transmissão, edição e acesso quanto de operar temporalidades jornalísticas múltiplas.

Isto significa considerar as formas peculiares de manifestação de fenômenos temporais descritos também pelas categorias da periodicidade, novidade e revelação pública. A lógica da produção de notícias em fluxo contínuo em alguns suportes midiáticos

rompe com o *deadline* tradicional e impõe uma disponibilização da notícia que implica no uso de técnicas de produção e recursos discursivos de afirmação pública do 'novo' a curtos intervalos no tempo da emissão, mesmo que à custa de uma fragmentação do evento. Apesar disso, salientamos que o cenário de curto prazo do jornalismo vem indicando a preservação da periodicidade em vários momentos e situações desta atividade, mesmo que haja uma perda relativa de importância na caracterização do jornalismo em relação a experiências prévias à digitalização e interligação por redes.

As experiências atuais têm nos fornecido elementos para avaliar que, embora haja o crescimento do fenômeno da instantaneidade no jornalismo contemporâneo, assim como da simultaneidade, a noção de atualidade jornalística continua sendo satisfatoriamente descrita, em um nível teórico, com a combinação das cinco categorias propostas. Além disso, os novos modos de exercício do jornalismo vêm operando de forma diferenciada e singular os fenômenos temporais. Mesmo que novos realinhamentos indiquem a ascendência de determinados fenômenos em relação a outros, consideramos que o jornalismo continua a ser exercido e a produzir uma temporalidade complexa, vinculada tanto às diferentes formas de experiência do tempo na sociedade quanto a elementos de ordem cultural e normativa que se articulam, compõem e dão substância ao próprio jornalismo.

Em vários momentos históricos analisados nesta tese, conseguimos perceber a proeminência diferenciada de fenômenos temporais próprios ao jornalismo, como a periodicidade nos séculos iniciais desta atividade ou a instantaneidade do jornalismo contemporâneo. Este percurso criou um rico mosaico de situações que nos auxiliaram a constatar que o jornalismo opera a dimensão temporal em uma pluralidade de manifestações cuja forma de composição se alterna conforme experiências particulares. É, portanto, esta pluralidade de temporalidades sociais e de relações temporais ligadas ao tempo presente que dá sentido e coerência à noção de atualidade jornalística.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities - Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*. London and New York: Verso, 1991.
- ARANHA, Patrícia. *A televigilância do acontecimento - Análise da notícia em tempo real*. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador (BA), Anais do Congresso, 2002.
- BALIEIRO, Sílvia. Dinheiro a jato - A banda larga acelera e sofisticada as informações sobre negócios. *Exame*, 3 de jan.2003. Capturado em 3 de abr. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://portalexame.abril.com.br/pgMain.jhtml?ch=ch04&sc=sc0401&pg=pgart_0401_010102_78.html>.
- BARDOEL, Jo and DEUZE, Mark. 'Network Journalism': *Converging Competences of Old and New Media Professionals*. Capturado em 2 de mar. 2003. Online. Disponível na Internet: <<http://users.fmg.uva.nl/mdeuze/publ9.htm>>.
- BARKER, Hannah. *Newspapers, Politics and English Society, 1695-1855*. Harlow, England: Longman, 2000.
- BARNHURST, Kevin and NERONE, John. *The Form of News: A History*. New York: The Guilford Press, 2001.
- BAUMWORCEL, Ana. *Radiojornalismo e sentido no novo milênio*. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande (MT), 2001. Capturado em 1º mai. 2003. Online. Disponível na Internet: <<http://www.intercom.org.br/papers/xxiii-ci/gt06/gt06a4.pdf>>.
- BELAU, Angel Faus. *La Ciencia Periodística de Otto Groth*. Pamplona: Navarra, 1966.
- BERGER, Meyer. *The Story of The New York Times - 1851-1951*. New York: Simon and Schuster, 1951.
- BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. *Sociology - A Biographical Approach*. New York: Basic Books, 1972.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
- BLONDHEIM, Menahem. *News over the Wires - The Telegraph and the Flow of Public Information in America, 1844-1897*. Cambridge, Mas.: Harvard University Press, 1994.
- BONALUME NETO, Ricardo. EUA apostam em "batalha digital". *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 20 mar. 2003. Capturado em 29 de mar. 2003. Online. Disponível na Internet: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2003200314.htm>>.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BREED, Warren. *The Newspaperman, News and Society*. New York: Arno Press, 1980.
- BROWN, Lucy. *Victorian News and Newspapers*. Clarendon Press: Oxford, 1985.

- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CANTRIL, Hadley. The Invasion from Mars. In: SCHRAMM, Wilbur (ed.). *The Process and Effects of Mass Communication*. Illinois: University of Illinois Urbana, 1961, p. 411-23.
- CAREY, James. The Problems of Journalism History. *Journalism History*, Vol. 1, N. 1, 1974, p 3-27.
- _____. "Putting the World at Peril": a conversation with James W. Carey. *Journalism History*, Vol. 12, n. 2, Summer 1985, p. 38-53.
- _____. A Cultural Approach to Communication. In: CAREY, James. *Communication as Culture*. London: Routledge, 1989, p. 13-36.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (vol. 1)*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CASTRO, Daniel. Globo põe notícia do dia em novela das 8. *Folha Online*, 27 de fev. 2003. Capturado em 27 de fev. 2003. Online. Disponível na Internet: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u31015.shtml>>.
- CHALABY, Jean. Journalism as an Anglo-American Invention –A comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, v. 11 (3), 1996, p. 303-326.
- _____. *The Invention of Journalism*. London, MacMillan Press, 1998.
- CORBIN, Alain. *Time, Desire and Horror - Towards a History of the Senses*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- CORNU, Daniel. *Ética da Informação*. Bauru (SP): EDUSC, 1998.
- CRONK, George. George Herbert Mead. In: FIESER, James (ed.). *The Internet Encyclopedia of Philosophy*. Disponível na Internet: <<http://www.utm.edu/research/iep>>, 2000.
- CURRAN, James. *Mass Media and Democracy Revisited*. In: CURRAN, J. and GUREVITH, M. (eds.). *Mass Media and Society*. 3 ed. New York: Edward Arnold, 1997, p. 81-119.
- DEANS, Jason. Sky News declared victory by claiming it had beaten ITV by a wafer-thin 30 seconds. *MediaGuardian*. 20 mar. 2003. Capturado em 29 de mar. 2003. Online. Disponível na Internet: <<http://media.guardian.co.uk/broadcast/story/0,7493,918196,00.html>>.
- DEUZE, Mark. Online Journalism: Modelling the First Generation of News Media on the World Wide Web. *First Monday*. Vol 6, Nº 10 (October 2001). Capturado em 2 de mar. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://firstmonday.org/issues/issue6_10/deuze/index.html>.
- DILLON, Mike. Present Tense, Past Tense: The Historical and Philosophical Roots of Civic Journalism. Disponível na Internet: <http://pewcenter.org/doingcj/speeches/a_dillon.html>. Capturado em 19 ago. 2000.
- DIMAGGIO, Paul; POWELL, Walter. Introduction. In: POWELL, Walter, DIMAGGIO, Paul (eds.) *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991, p. 1-38.
- DURKHEIM, Emile. *The elementary forms of the religious life*. New York : Free Press 1965.

- EISENSTEIN, Elizabeth. *The Printing Revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.
- EMERY, M; EMERY, E. *The Press and America – An Interpretive History of the Mass Media*. 7th ed. Englewood Cliffs (NJ): Prentice Hall, 1992.
- FALLOWS, James. But is it Journalism? *American Prospect*. Vol 11, N° 1. Capturado em 2 de mar. 2003. Online. Disponível na Internet: <<http://americanprospect.com/archives/V11-1/fallows.html>>.
- FEDLER, Fred. *Lessons from the Past - Journalists' Lives and Work, 1850-1950*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, Inc., 2000.
- FOWLER, Bridget. Before Novels: The Cultural Contexts of Eighteenth-Century English Fiction. *The British journal of Sociology*. Vol. 44, n 2, London: Routledge, June 1993, p. 351-2.
- GALTUNG, Johan and RUGE, Marie H.. The Structure of Foreign News - The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers. *Journal of Peace Research*, v. 2, 1965, p. 64-91.
- GANS, Herbert. *Deciding what's news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time*. New York: Pantheon Books, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *A contemporary Critique of Historical Materialism - Vol. 1 Power, property and the state*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1981.
- _____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis - An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GOMES, Wilson. Esfera pública política e *media* - II. 7º Encontro Anual da COMPÓS. São Paulo, Anais do Congresso, 1998.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoría del periodismo - Cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1991.
- GONÇALVES, Elias M. *La Estructura de la Noticia en las Redes Digitales (Un estudio de las consecuencias de las metamorfosis tecnológicas en el periodismo)*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Doutorado em Jornalismo e Ciências de Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona. Barcelona (Espanha), Junho de 2000.
- GONTIJO, Silvana. *O Mundo em Comunicação*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- GUNARATNE, Shelton. Old Wine in a New Bottle: Public journalism movement in the United States and the erstwhile NWICO debate. Disponível na Internet: <<http://www.moorhead.msus.edu/~gunarat/iamcr.html>>. Capturado na Internet em 17 set. 1998.
- GUREVITCH, M. *Mass Media and Society*. 3 ed. London: Arnold, 2000, p. 175-200.
- SIEBERT, F.S., PETERSON, T. and SCHRAMM, W.. *Four Theories of the Press*. Urbana (IL): University of Illinois Press, 1956.
- GURVITCH, Georges. Varieties of Social-Time. In: HASSARD, John (ed.). *The Sociology of Time*. London: The Macmillan Press, 1990, p. 67-76.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart et alii. A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, p. 224-248.
- HALLIN, Daniel. Commercialism and Professionalism in the American News Media. In: CURRAN, J. and GUREVITCH, M (eds.). *Mass Media and Society*. 3. ed. New York: Eward Arnold, 1996, p. 243-262.
- HARDT, Hanno; BRENNEN, Bonnie (eds.) *Newswriters – Toward a History of the Rank and File*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1995.
- HARRIS, Bob. *Politics and the rise of the press - Britain and France, 1620-1800*. London and New York: Routledge, 1996.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HUDSON, Frederic. *Journalism in the United States*. New York: Haskell House Publishers, 1968.
- HUGHES, Everest C. Preface. In: PARK, Robert E. *Society– Collective Behavior, News and Opinion, Sociology and Modern Society*. Illinois: The Free Press, 1955, p. 5-8.
- HUNTER, Paul. 'News, and new Things': Contemporaneity and the Early English Novel. *Critical Inquiry*. Vol 14, Spring 1988, p. 493-515.
- _____. *Before Novels - The Cultural Contexts of Eighteenth-Century English Fiction*. New York: Norton & Company, 1990.
- JEPPEPERSON, Ronald. Institution, Institutional Effects, and Institutionalism. In: POWELL, Walter, DIMAGGIO, Paul (eds.) *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991, p. 143-163.
- JOAS, Hans. *G. H. Mead - A contemporary Re-examination of his Thought*. Cambridge (UK): Polity Press, 1985.
- KERN, Stephen. *The Culture of Time and Space 1880-1918*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1983.
- KERN, Stephen. Wireless World. In: CROWLEY, David; HEYER, Paul. *Communication in History - Technology, Culture, Society*. 2nd. ed. New York: Longman Publishers, 1995, p. 228-232.
- KLINTOWITZ, Jaime. A guerra ao alcance de todos. *VEJA on-line*. Edição 1 795, 26 mar. 2003. Capturado em 29 de mar. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://veja.abril.uol.com.br/260303/p_050.html>.
- KLÖCKNER, Luciano, *O repórter Esso na história brasileira*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre (RS), 1998.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- KURTZ, Lester R. *Evaluating Chicago Sociology*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1984.
- LEE, Alfred McClung. *The Daily Newspaper in America – The Evolution of a Social Instrument*. New York: The Macmillan Company, 1947.

- LEE, James. *History of American Journalism*. New York: Garden City Publishing, 1923.
- LESTER, Elizabeth. Discursive Strategies of Exclusion: The Ideological Construction of Newswriters. In: HARDT, Hanno; BRENNEN, Bonnie (eds.). *Newswriters: toward a history of the rank and file*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1995, p. 30-47.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- _____. *A Inteligência Coletiva - por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- LISSOVSKY, Maurício. O refúgio do tempo no tempo do instantâneo. In: RUBIM, Antônio A. C.; BENTZ, Ione M. G.; PINTO, Milton J. (orgs.) *O olhar estético na comunicação / Coleção Compós*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999, p. 101-125.
- LOVELL, Terry. Before Novels: The Cultural Context of Eighteenth Century English Fiction. *The Sociological review*. Vol. 40, Nº 1. London: Blackwell Publishers, Feb 1992, p. 209-11.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP, Pontes/Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- MARTHE, Marcelo. A outra guerra. *VEJA on-line*. Edição 1 796, 2 abr. 2003. Capturado em 8 de abr. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://veja.abril.uol.com.br/020403/p_072.html>.
- MATTOS, Laura. TV estatal portuguesa fura a CNN. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 21 mar. 2003b. Capturado em 29 de mar. 2003. Online. Disponível na Internet: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2103200335.htm>>.
- MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, Vol. 36, 1972.
- MCCOMBS, Maxwell; ZHU, Jian-Hua. Capacity, Diversity, and Volatility of the Public Agenda: Trends From 1954 to 1994. *Public Opinion Quarterly*, Vol. 59, Issue 4, Winter 1995, p. 495-525.
- _____. Hay que reinventar el concepto de noticia. *Sala de Prensa*, 34, Ago 2001, Año III, Vol. 2. Disponível na Internet: <<http://www.saladeprensa.org/art247.htm>>. Capturado em 15 ago. 2001.
- MCLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- MEAD, George Herbert. *Philosophy of the Act*. Chicago: The University of Chicago Press, 1938.
- _____. *The Philosophy of the Present*. Illinois: Open Court Publishing Company, 1959.
- MEDITSCH, Eduardo. *O Rádio na Era da Informação - Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo*. Florianópolis: Insular, Ed da UFSC, 2001.
- MEYER, Philip. *Public Journalism and the Problem of Objectivity*. Disponível na Internet: <<http://www.unc.edu/~pmeyer/ire95pj.htm>>. Capturado em 18 ago. 2000.
- MIELNICZUK, Luciana. *Jornalismo na WEB: Uma Contribuição para o Estudo do Formato da Notícia na Escrita Hipertextual*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador (BA), março de 2003.

- MOLOTCH, H., LESTER, M.. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, p. 34-51.
- MONTEIRO, Eliana. *Uma Cena Obscena: O Sequestro do Ônibus 174*. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador (BA), Anais do Congresso, 2002.
- MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofía*. 3ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- MORATÓ, Javier del Rey. *Critica de La Razon Periodistica*. Madrid: Universidad Complutense, 1988.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em "tempo real" - O fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- MORI, Kiyomori; JORGE, Mariliz; OLIVEIRA, Roberto. O horror em tempo real. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 de jun. 2000, Revista da Folha, P. 6-11.
- MURPHY, Arthur. Introduction. In: MEAD, George Herbert. *The Philosophy of the Present*. Illinois: Open Court Publishing Company, 1959, p. xi-xxxv.
- NERONE, John C. The Mythology of the Penny Press. *Critical Studies In Mass Communication*. Vol. 4, Number 4, Dec 1987, p. 376-404.
- _____. *The Culture of the Press in the Early Republic - Cincinnati, 1793-1848*. New York & London: Garland Publishing, 1989.
- NOBLAT, Ricardo. O baralho, o craque e a rasteira no tempo. *Correio Braziliense*, 27 de jun. 2002. Capturado em 10 de jul. 2002. Online. Disponível na Internet: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/fd030720022.htm>>.
- NORD, David Paul. A Plea for Journalism History. *Journalism History*. Vol 15, Nº 1, Spring 1988, p. 8-15.
- NOWOTNY, Helga. Time and Social Theory - Towards a social theory of time. *Time & Society*. Vol. 1, n. 3, 1992, p. 421-454.
- O NAUFRÁGIO do "Titanic". *O Estado de S. Paulo*, 20 abr. 1912. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/ext/jornal/pagina.htm>>.
- PALACIOS, Marcos. A tevê venceu a corrida. E agora, como é que fica a Internet? *Correio Braziliense Online*. Capturado em 2 de mar. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-09-16/mat_12769.htm>.
- _____. *Jornalismo Online, Informação e Memória: Apontamentos para debate*. Capturado em 2 de mar. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://www.facom.ufba.br/jol/doc/covilha_palacios.doc>.
- PARK, Robert E. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: GUILHERME VELHO, Otávio (org.) *O Fenômeno Urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 26-67.
- _____. News as a Form of Knowledge. *Society- Collective Behavior, News and Opinion, Sociology and Modern Society*. Illinois: The Free Press, 1955a, p. 71-88.
- _____. Natural History of the Newspaper. *Society- Collective Behavior, News and Opinion, Sociology and Modern Society*. Illinois: The Free Press, 1955b, p. 89-104.
- _____. Morale and the News. *Society- Collective Behavior, News and Opinion, Sociology and Modern Society*. Illinois: The Free Press, 1955c, p. 126-142.

- PAVLIK, John. *Journalism and new media*. New York: Columbia University Press, 2001.
- PONIEWOZIK, James. Batalhas reais em tempo real na tela da televisão. *Time Magazine*. 23 de mar. 2003. Capturado em 8 de abr. 2003. Online. Disponível na Internet: <<http://noticias.uol.com.br/time/ult640u349.jhtm>>.
- POPKIN, Jeremy. *News and Politics and the Age of Revolution. - Jean Luzac's Gazette de Leyde*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1989.
- RAMONET, Ignácio. *A Tirania da Comunicação*. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- RAUSHENBUSH, Winifred. *Robert E. Park: Biography of a Sociologist*. Durham (USA): Duke University Press, 1979.
- RAYMOND, Joad. *The Invention of the Newspaper - English Newsbooks - 1641-1649*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- _____. The Newspaper, Public Opinion, and the Public Sphere in the Seventeenth Century. In: RAYMOND, Joad (ed.) *News, Newspapers, and Society in Early Modern Britain*. London: Frank Cass, 1999, p. 109-140.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. *La construcción de la noticia*. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1989.
- RODRIGUES, Adriano D.. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOULLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 217-233.
- _____. *Comunicação e experiência*. 9º Encontro Anual da COMPÓS. Porto Alegre (RS), Anais do Congresso, 2000.
- ROSEN, Jay. *Public Journalism*. Capturado na Internet em 18 ago. 2000.
- ROSHCO, Bernard. *Newsmaking*. Chicago: The University of Chicago press, 1975.
- ROSTEN, Leo C. *The Washington Correspondents*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1937.
- ROTENBERG, Robert. *Time and Order in Metropolitan Vienna*. Washington and London: Smithsonian Institution Press, 1992.
- RUBIM, Antônio Albino C.. *Espetáculo, Política e Mídia*. 11º Encontro Anual da COMPÓS. Rio de Janeiro, Anais do Congresso, 2002.
- _____. *Mídia e Política no Brasil*. João Pessoa, Ed. Universitária, 1999.
- _____. Sociabilidade, Comunicação e Política Contemporâneas. In: *Textos de Cultura e Comunicação*. Salvador: Ed. UFBA, n. 27, 1992, p. 3-23.
- SALCETTI, Marianne. The Emergence of the Reporter: Mechanization and the Devaluation of Editorial Workers. In: HARDT, Hanno; BRENNEN, Bonnie (eds.). *Newswriters: toward a history of the rank and file*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1995, p. 48-74.
- SANTOS, Ana Lúcia Prado Reis. *Informação Fast-Food - Um Estudo de Caso do Jornal "Último Segundo", do Portal iG*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador (BA), 2002.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo - Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec 1997.

- SCHILLER, Dan. *Objectivity and the News - The public and the Rise of Commercial Journalism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- SCHILLER, Herbert. *Mass Communications and American Empire*. Boston: Beacon Press, 1971.
- SCHLESINGER, Philip. Between Sociology and Journalism. In: CHRISTIAN, Harry (ed.). *The Sociology of Journalism and the Press*. Keele, Staffordshire: University of Keele, 1980, p. 340-367.
- SCHLESINGER, Philip. *Putting 'reality' together - BBC News*. London and New York: Methuen, 1987 (First Published, 1978).
- SCHRÖDER, Thomas. The origins of the German press. In: DOOLEY, Brendan; BARON, Sabrina (eds.). *The Politics of Information in Early Modern Europe*. London and New York: Routledge, 2001, p. 123-150.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of American newspapers*. New York: Basic Books, 1978.
- _____. Deadlines, Datelines, and History. In: MANOFF, R.K. and SCHUDSON, Michael (eds.). *Reading The News*. New York: Pantheon Books, 1986, p. 79-108.
- _____. A Revolution in Historiography? *Critical Studies In Mass Communication*. Vol. 4, Number 4, Dec 1987, p. 405-408.
- _____. Historical approaches to communication studies. In: JENSEN, Klaus; JAKOWSKI, Nicholas. *A Handbook fo Qualitative Methodologies for Mass Communication Research*. London and New York: Routledge, 1991, p. 175-189.
- _____. *The Power of News*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.
- _____. The Sociology of News Production Revisited (Again). In: CURRAN, J. and GUREVITCH, M. *Mass Media and Society*. 3 ed. London: Arnold, 2000, p. 175-200.
- SEGRE, Sandro. A Weberian Theory of Time. *Time & Society*, Vol 9 (2/3), Jun/Sept 2000, p. 147-170.
- SHAW, Donald L.; MCCOMBS, Maxwell. *The Emergence of American Political Issues: The Agenda-Setting Function of the Press*. Minnesota: West Publishing Co, 1977.
- SHAW, Donald Lewis. At the Crossroads: Change and Continuity in American Press News 1820-1860. *Journalism History*, Vol. 8, n. 2, Summer 1981, p. 38-50.
- SHAW, Donald. Why We Need 'Myths'. *Critical Studies In Mass Communication*. Vol. 4, Number 4, Dec 1987, p. 412-415.
- SIGAL, Leon. *Reports and Officials - The Organization and Politics of Newsmaking*. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Company, 1973.
- SIGAL, Leon. *Sources Make the News*. In: MANOFF, R.K. and SCHUDSON, Michael (eds.). *Reading The News*. New York: Pantheon Books, 1986, p. 9-37.
- SODRÉ, Muniz. *Reinventando a Cultura - A Comunicação e Seus Produtos*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SOLOMON, William. The Site of Newsroom Labor: The Division of Editorial Practices. In: HARDT, Hanno; BRENNEN, Bonnie (eds.) *Newswriters – Toward a History of the Rank and File*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1995, p. 110-134.

- SOMMERVILLE, C. John. *The News Revolution in England - Cultural Dynamics of Daily Information*. New York: Oxford University Press, 1996.
- SOROKIN, Pitirim; MERTON, Robert. Social time: a methodological and functional analysis. *The American Journal of Sociology*, Vol. XLII, N. 5, Mar 1937, p. 615-629.
- STEPHENS, Mitchel. *A History of News – From the Drum to the Satellite*. New York: Penguin, 1988.
- STONE, Gerald; MCCOMBS, Maxwell. Tracing the Time Lag in Agenda-Setting. *Journalism Quarterly*, Vol. 58, N. 1, Spring 1981, p. 51-55.
- SUTHERLAND, James. *The Restoration Newspaper and its Development*. London: Cambridge University Press, 1986.
- TABBONI, Simonetta. Robert K. Merton's Contribution to Sociological Studies of Time. In: MONGARDINI, C. & TABBONI, Simonetta (eds.). *Robert K. Merton & Contemporary Sociology*. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 1998.
- TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, p. 167-176.
- _____. O Paradigma do "agenda-setting". Redescoberta do Poder do Jornalismo. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa (Portugal): Edições Cosmos, N^os 21-22, dez. 1995, p. 189-221.
- TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia - Estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.
- VAITKUS, Steven. *How is society possible? Intersubjectivity and the fiduciary attitude as problems of the social group in Mead, Gurwitsch, and Schutz*. Dordrecht (The Netherlands): Kluwe Academic Publishers, 1991.
- VALLADARES, Ricardo. Gugu Liberato - O domingo é dele. *Veja*. Edição 1.697, de 25 de abr. 2001, pág 100-107.
- VAN DIJK, T. *La noticia como discurso - Comprensión, estructura y producción de la información*. 1^a ed.. Barcelona: Paidós, 1990.
- VIRILIO, Paul. *O Espaço Crítico*. Rio de Janeiro, ed. 34, 1993.
- VITTU, Jean-Pierre. Instruments of political information in France. In: DOOLEY, Brendan; BARON, Sabrina (eds.). *The Politics of Information in Early Modern Europe*. London and New York: Routledge, 2001, p. 160-178.
- WANTA, Wayne; HU, Yu-Wei. Time-lag differences in the agenda-setting process: an examination of five nes media. *International Journal of Public Opinion Research*, Vol. 6, N. 3, Fall 1994, p. 225-240.
- WHITROW, G. J. *O tempo na História - Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- WILKE, Jürgen. The Changing World of Media Reality. *Gazette*, Vol. 34 n^o 3, 1984, p. 175-190.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1994.
- WOOLF, Daniel. News, history and the construction of the present in early modern England. In: DOOLEY, Brendan; BARON, Sabrina (eds.). *The Politics of Information in Early Modern Europe*. London and New York: Routledge, 2001, p. 80-118.
- ZELIZER, Barbie. Words against Images: Positioning Newswork in the Age of Photography. In: HARDT, Hanno; Brennen, Bonnie (eds.) *Newsworkers – Toward a*

History of the Rank and File. Minnesota: University of Minnesota Press, 1995, p. 135-159.